

ISCSP

INSTITUTO SUPERIOR DE
CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A cidade de Lisboa no jornalismo literário de Fialho de Almeida

Vanda Cristina Antunes dos Santos Fernandes Rosa

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Isabel Soares Carvalho

*Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências da
Comunicação*

*Lisboa
2019*

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

A cidade de Lisboa no jornalismo literário de Fialho de Almeida

Vanda Cristina Antunes dos Santos Fernandes Rosa

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Isabel Soares Carvalho

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Comunicação

Júri:

Presidente:

- Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana, Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Ana Paula Ribeiro Ferreira Menino Avelar, Professora Associada com Agregação da Universidade Aberta;
- Doutora Sónia Margarida Pedro Sebastião, Professora Associada com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;
- Doutora Alice Maria Quelhas Lima Donat Trindade, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;
- Doutora Maria Isabel Soares Carvalho, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, orientadora;
- Doutor Pedro Manuel Rouxinol Samina Coelho, Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Lisboa
2019

Ao Rodrigo e à Ana Luísa

Agradecimentos

O trabalho desenvolvido num curso de doutoramento nunca é fácil, e a dificuldade surge logo na seleção da temática a desenvolver. Foi o que se passou comigo: depois de realizar alguma investigação prévia sobre áreas e autores díspares, optei pelo jornalismo literário. E aqui surge o primeiro agradecimento à orientadora desta dissertação, Prof. Doutora Isabel Soares, que me conduziu para um tema que eu já havia abordado na dissertação de mestrado, embora sem o saber. Encaminhou-me neste difícil percurso, soube esperar nos longos períodos em que a investigação esteve em pausa e, acima de tudo, não permitiu que o trabalho ficasse na gaveta quando os prazos haviam terminado. Por tudo isto, muito lhe agradeço. À Prof. Doutora Sónia Sebastião deixo também as minhas palavras de agradecimento pelos conselhos e apoio na fase final do trabalho.

Não posso deixar de referir a ajuda inestimável de colgas de profissão que, ao longo dos anos, foram dando sugestões e ajudaram a esclarecer algumas dúvidas relativamente a aspetos um pouco mais nebulosos para mim, como a Ana Cristina Valério ou a Fátima Cristóvão, ou até a Isabel Marques, que me permitiu algumas ausências sem colocar entraves.

A Isabel precisa de ser mencionada, pois é uma amiga de longa data que começou por ser colega nas lides académicas. Muito ajudou neste duro teste com ânimo, sugestões e paciência, além de me proporcionar simultaneamente a possibilidade de trabalhar numa área que me dá um enorme prazer, como são os alunos estrangeiros.

Por fim, muito agradeço à minha família, uma vez que sem eles não seria possível realizar esta empreitada: aos meus pais, que estiveram sempre presentes na ajuda de questões domésticas; ao meu irmão que, tendo passado pelo mesmo processo em simultâneo, também colaborou com sugestões preciosas e ajudas informáticas; finalmente, agradeço ao meu marido e aos meus filhos, que toleraram as ausências, os atrasos, as presenças ausentes, as não saídas ao longo destes anos.

Sem a colaboração de todos, este trabalho não sairia a lume, e por isso lhes estou imensamente grata. Bem hajam.

Resumo

O século XIX foi um período de grandes mudanças no mundo. A Revolução Industrial trouxe aspetos positivos ao jornalismo devido à introdução de novas tecnologias que permitiram baixar os custos de produção e acelerar a transmissão de informação entre jornalistas / repórteres e a redação dos periódicos. Por outro lado, o desenvolvimento industrial acarretou consigo transformações sociais profundas, fruto da enorme afluência de pessoas aos centros industriais em que se tornaram algumas cidades. Urbes repletas de seres vistos como decadentes moralmente, que sobrevivem em espaços físicos também eles decadentes, são objeto de estudo de investigadores sociais, entre os quais jornalistas literários, homens que penetraram nos espaços mais recônditos das cidades e transmitiram as suas impressões sobre o que observavam.

Fialho de Almeida escreveu apenas sobre a cidade de Lisboa, espaço que começou a desbravar desde os tempos da sua adolescência. As suas experiências pessoais e o interesse pelos locais ‘outros’ da capital portuguesa levam-no a descrever as habitações, as pessoas, os hábitos e a fornecer sugestões de resolução dos problemas.

Partindo da imagem da cidade que Fialho de Almeida nos deixou nos seus textos de jornalismo literário, é pertinente a comparação com a imagem que outros jornalistas literários seus contemporâneos veicularam sobre Lisboa, mas igualmente sobre Londres ou Paris, com o objetivo de mostrar as semelhanças encontradas por vários jornalistas literários contemporâneos relativamente a Lisboa, Londres e Paris.

Não tendo sido Fialho de Almeida um autor consensual ao longo dos seus anos de escrita, este trabalho incide sobre o jornalismo literário, uma disciplina das Ciências da Comunicação também ela geradora de diferentes opiniões relativamente ao seu balizamento: se no campo do jornalismo, se no campo da literatura.

Palavras-chave: Jornalismo literário; Fialho de Almeida; cidade; Lisboa; imagem

Abstract

The nineteenth century was a period of great changes in the world. The Industrial Revolution brought positive aspects to journalism due to the introduction of new technologies that allowed lowering the costs of production and increasing the speed of the transmission of information between journalists / reporters and the newspapers' redaction. On the other hand, the industrial development boosted deep social transformations, caused by the huge affluence of people to cities that had become industrial centres. Metropolises filled with morally decadent beings who survive in also decadent physical spaces are studied by social researchers, among whom literary journalists, men who entered the most hidden spaces of the cities and transmitted their impressions on what they observed.

Fialho de Almeida wrote only about the city of Lisbon, a space that he started to know since he was a teenager. His personal experiences and his interest in 'other' places of the Portuguese capital make him describe the houses, the people and the habits and give suggestions for the resolution of problems.

Having as the starting point the image of the city given by Fialho de Almeida in his texts of literary journalism, it is important to make the comparison with the image that other Portuguese literary journalists of the late nineteenth century provided about Lisbon, but also about London or Paris, with the aim of showing the similarities that some contemporary literary journalists found about Lisbon, London and Paris.

Fialho de Almeida was not a consensual author and this work is equally about literary journalism, a subject of Communication Sciences that creates several opinions on its edges: whether it belongs to journalism or to literature.

Key words: Literary journalism; Fialho de Almeida; city; Lisbon; image

Índice Geral

Dedicatória	p. i
Agradecimentos	p. ii
Resumo	p. iii
<i>Abstract</i>	p. iv
Índice geral	p. v
Índice de tabelas	p. vi
Introdução	p. 1
Parte I – Enquadramento teórico	p. 8
1 - O jornalismo literário: jornalismo ou literatura?	p. 8
1.1 - O jornalismo é a vida.....	p. 8
1.2 - O que é o jornalismo literário?	p. 18
1.3 - Os textos de jornalismo literário	p. 29
1.4 - Jornalistas literários portugueses na viragem do século	p. 42
2 - O Outro na comunicação	p. 56
2.1 - A alteridade nos textos de jornalismo literário	p. 56
2.2 - A complexidade da comunicação	p. 61
3 - A imagem da cidade	p. 69
3.1 - Os momentos da cidade: contextualização e evolução histórica	p. 69
3.2 - A imagética da cidade	p. 85
Parte II – Enquadramento metodológico	p. 91
4 – Opções metodológicas	p. 91
4.1 – Etapas da análise de conteúdo	p. 102
4.1.1 – A determinação dos objetivos da análise de conteúdo	p. 102
4.1.2 – A pré-análise	p. 103
4.1.3 – A análise do material estudado	p. 107
4.1.4 – A avaliação da fiabilidade e da validade dos dados	p. 107
4.1.5 – A análise e a interpretação dos resultados	p. 108
4.2 – A análise do discurso	p. 110

Parte III – A Lisboa de Fialho de Almeida e do jornalismo literário português do século XIX.....	p. 116
5 - A Outra cidade de Lisboa	p. 117
5.1 - De noite	p. 117
5.2 - A cidade do vício	p. 134
5.3 - Os decadentes.....	p. 145
5.4 - Vida errante.....	p. 153
5.5 - Vida irónica	p. 165
6 - Tecido urbano e paisagístico	p. 191
7 - Eventos e celebrações	p. 211
8 - A Lisboa do futuro	p. 241
Conclusão	p. 252
Referências bibliográficas	p. 259
Anexo 1 – Colaboração na <i>Correspondência de Leiria</i>	p. 276
Anexo 2 – Planta da cidade de Lisboa em 1891	p. 278

Índice de tabelas

Tabela 1 – Diferenças entre jornalista e escritor	p. 28
Tabela 2 – Autores e cidades focadas	p. 92
Tabela 3 – Grelha de ocorrências de nomes e adjetivos	p. 100
Tabela 4 – Grelha de ocorrências de recursos expressivos	p. 101
Tabela 5 – Grelha de análise mista: Assuntos principais	p. 105
Tabela 6 – Vocábulo utilizado pelos autores e citados no capítulo 5.1	p. 133
Tabela 7 – Vocábulo utilizado pelos autores e citados no capítulo 5.2	p. 144
Tabela 8 – Vocábulo utilizado pelos autores e citados no capítulo 5.3	p. 153
Tabela 9 – Vocábulo utilizado pelos autores e citados no capítulo 5.4	p. 164
Tabela 10 – Vocábulo utilizado pelos autores e citados no capítulo 5.5	p. 189
Tabela 11 – Vocábulo utilizado pelos autores e citados no capítulo 6	p. 209

Tabela 12 – Vocabulário utilizado por Fialho de Almeida para descrever o cortejo fúnebre de D. Luís	p. 213
Tabela 13 – Vocábulo utilizado pelos autores e citados no capítulo 7	p. 239
Tabela 14 – Vocábulo utilizado pelos autores e citados no capítulo 8	p. 244
Tabela 15 – Vocábulo utilizado por Fialho de Almeida para se referir à monumentalidade de Lisboa	p. 251

Introdução

O jornalismo literário é uma área apenas recentemente alvo de estudo em Portugal, balizando-se esse início na primeira década de 2000 (Santos, 2007). Tendo surgido como consequência das mudanças operadas pela Revolução Industrial, o *New Journalism*, pioneiro do jornalismo literário, retratava a realidade social miserável vivida pelos milhares de habitantes de cidades como Londres ou Paris. A imersão nos ambientes descritos na sequência da pesquisa sobre assuntos do dia a dia, a inclusão de diálogos, o contacto com o leitor, a escrita com um estilo simples e a utilização de recursos expressivos são algumas das características dos textos caracterizados como jornalismo literário.

A preocupação com as condições sociais vividas pelos habitantes das urbes não é exclusiva de autores estrangeiros, nomeadamente ingleses, ou que escrevam sobre metrópoles estrangeiras e Londres em particular. Também Portugal observou um período de desenvolvimento a nível de infraestruturas e da indústria. Assim, é em crónicas e reportagens de alguns jornalistas portugueses do final do século XIX que encontramos o nosso objeto de estudo. Tendo como precursores do jornalismo literário no nosso país Eça de Queirós e Ramalho Ortigão com *As farpas*, iniciadas em 1871, estas crónicas regulares que versavam assuntos atuais da sociedade e política nacionais e estrangeiras num estilo leve e repletas de humor foram exemplo para outras que se seguiram, nomeadamente *Os gatos*, de Fialho de Almeida, crónicas publicadas entre 1889 e 1894, às quais nos dedicaremos. Estes textos vieram a público por sugestão de um editor portuense, Alcino Aranha, em 1889, que propôs a Fialho a publicação mensal de uma crónica sobre aspetos diversos da sociedade portuguesa. Devido ao seu sucesso, a periodicidade alterou-se, sendo por vezes semanal ou quinzenal. Como resultado, chegaram-nos cinquenta e sete opúsculos de “inquérito à vida portuguesa”, o subtítulo destes textos. Aliás, Eça de Queirós, com *Cartas de Inglaterra e crónicas de Londres* (1877-82), textos escritos durante a sua estada como cônsul em Newcastle e em Bristol, Ramalho Ortigão, com *John Bull* (1887), Jaime Batalha Reis, com *Revista inglesa* (1888-1996), ou Oliveira Martins, com *A Inglaterra de hoje* (1892), foram autores que nos deixaram as suas impressões da cidade de Londres em crónicas e que, também elas, foram inspiradoras para escritores que se seguiram.

As crónicas em análise são veículos da comunicação de massas no final do século XIX. Pretendiam revelar aos leitores, os recetores dos seus textos, as suas ideias relativamente a assuntos do quotidiano: acontecimentos políticos nacionais e externos ou relativos à família real, episódios da sociedade, assuntos artísticos, enfim, elementos que contribuem para a

formação da opinião pública e da integração plena dos indivíduos na sociedade em que vivem. Em suma, pretendemos verificar como o jornalismo literário português novecentista retratou a cidade de Lisboa e a comparou com outras, a partir da seguinte pergunta de partida: *Qual a imagem da cidade de Lisboa no jornalismo literário de Fialho de Almeida?*

Fialho de Almeida, jornalista literário que nasceu em Vila de Frades em 1857 numa família pobre (o seu pai era mestre-escola na terra e viviam “numa casinha de taipa construída por pedreiros da minha gente” (Almeida, 1903, p. ix), veio estudar para Lisboa em 1866, para o Colégio Europeu. Aí passou “cinco anos de privações e de maus tratos” (Almeida, 1903, p. x). Devido a dificuldades económicas começou a trabalhar numa farmácia no Largo do Mitelo, onde considerava ter passado sete anos ainda piores do que os do colégio. Apesar do sofrimento, o autor considera que tirou proveito desse tempo: “a botica para mim teve a vantagem de me pôr em contacto absoluto com o povo, de me mostrar a existência de bairros pobres, numa cidade onde o operário envelhece sem a menor ideia de conforto” (Almeida, 1903, p. xi). Podemos depreender que estes dezassete anos de sacrifícios e o conhecimento de um outro lado da cidade de Lisboa o levou a escrever sobre essa realidade. Na verdade, em 1877 revelava já nas suas primeiras crónicas características do jornalismo literário que iria mais tarde desenvolver em textos mais maduros: a deambulação pela capital de Portugal, a construção de cenas, a crítica sem piedade. O gosto pela escrita não se manifestava apenas nas crónicas da *Correspondência de Leiria* nas secções “Correio de Lisboa” ou “Folhetim”. Nelas falou de Lisboa, mas também de Sintra, Cascais, assim como do sistema de educação. Além disso, em trinta e quatro números desenvolveu uma tentativa de escrita de romance, “Ellen Washington”. Fialho colaborou depois com vários periódicos ao longo da sua vida, continuando a escrever crónicas ou contos. É o caso, por exemplo, da participação na revista *A Crónica*, da qual foi o fundador, com o pseudónimo Valentim Demónio, em *O Interesse Público*, de que foi diretor literário em 1886, ou n’*O Repórter*, dirigido por Oliveira Martins, onde Jaime Batalha Reis também escreveu. No entanto, o autor considerava que ganhava menos do que outros colegas, e até que um carpinteiro ou pedreiro. Lamentou o pouco valor que lhe deram como escritor: “os meus próprios amigos reparam no carácter fragmentado dos meus escritos, e os mais ferozes me acusam de intrometer fezes humanas nas tintas de uma paleta onde só deveriam esmair suavemente as cores do espectro” (Almeida, 1903, p. xviii). Reconhece algumas críticas, mas justifica-se com a necessidade de ter que escrever para ganhar dinheiro e não poder dedicar-se a obras de fundo: “quem não aufere, como eu, dinheiros do Estado, e tem de ganhar o seu pão

día por día, não pode senão produzir minuscularias literárias, obrinhas de fácil curso, pagas aos quinze tostões” (Almeida, 1903, p. xix).

Terminou os estudos liceais e matriculou-se na Escola Politécnica em 1876, ano em que seu pai morreu, o que o levou a regressar a Vila de Frades por um ano. Dois anos depois, ingressou na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa. Terminou a licenciatura em 1885, mas nunca exerceu. Entretanto, havia falecido a sua irmã e em novembro de 1893 casou com uma proprietária rica que veio a falecer menos de um ano depois. Viúvo e herdeiro universal, tinha finalmente uma situação económica desafogada.

Foi boémio e, como comprova Raul Brandão, andava de noite até manhã pelos bairros e azinhagas de crime (1969, p. 42). O próprio Fialho justifica a sua postura: “boémio era a criatura inadaptável, mais por efeitos de antagonismo moral e mental com o existente, do que por inevitável resvalo à espécie de desdém social que uma conduta equívoca determina” (Almeida, 1969, p. 59). Tinha horror à morte e à velhice.

Depois do *Ultimatum* de 1890, a crítica de Fialho torna-se “antidinástica e antimonárquica” (Pimpão, 1992a, p. 8), defendendo a república. Sob o pseudónimo de Irkan, colabora no periódico de Rafael Bordalo Pinheiro, *Pontos nos ii*, entre 23 de janeiro de 1890 e 5 de fevereiro de 1891. Neste jornal escreve artigos políticos, criticando as classes governantes e apelando a uma decisão militar que leve a uma união federal com a Espanha para “fazer da Península uma nação inexpugnável” (Fialho, 1957, p. 39). Na sequência do revés com a Inglaterra, reconhecia que o sucesso da vitória patriótica lusa devia acontecer com a guerra à importação inglesa, a subscrição nacional para a aquisição de material de defesa militar e a propaganda contra a monarquia. A primeira medida falhou devido às classes dirigentes e à coroa; a segunda porque a família real contribuiu apenas com oitenta contos de réis e ninguém ousaria ultrapassar esse valor; finalmente, a terceira devido à fraca atuação do partido de Latino Coelho e Magalhães Lima, o Partido Republicano (Almeida, 1980, pp. 154-155). Torna-se republicano, não um republicano de “ação”, mas de “reação” (Sardinha, 1917, p. 50). Porém, com o passar do tempo, começa a acreditar não na ação dos partidos, mas dos intelectuais: filósofos, inventores, homens de letras e sábios (Almeida, 1969, pp. 199-200). Em 1907 apoia o governo de João Franco, talvez por desencanto com a ação do Partido Republicano, e ganhou inimigos entre os republicanos. No artigo “A morte do rei”, inserido na obra *Saibam quantos...*, coletânea publicada em 1912, altera a forma de o ver, passando a ser superior, inteligente e culto (p. 91) e reconhece que foram as circunstâncias que o fizeram afastar-se da realidade do

país. Com a queda da Monarquia, as suas ideias antirrepublicanas acentuam-se, como se pode observar nos seus artigos inseridos em *Saibam quantos...* – “Lisboa, 1 de novembro de 1910” e “Lisboa, 16 de novembro de 1910”. Como consequência, “todos sistematicamente se afastavam dele” (Sampaio, 1917, p. 18). Pimpão apresenta uma explicação para estas mudanças ideológicas: o “fenómeno consiste em considerar o seu republicanismo como um colapso das suas ambições pessoais, agravado pela excitação pública de 1890. (...) Pobre, Fialho teria caído no extremismo libertário; rico, tentou a fortuna política pela adesão a João Franco” (1945, pp. 119-120). O autor conclui que Fialho de Almeida foi, no fundo, um conservador.

Para responder à pergunta que colocámos (qual a imagem da cidade de Lisboa no jornalismo literário de Fialho de Almeida), propusemo-nos cumprir três objetivos. Primeiramente quisemos dar continuidade aos escassos estudos existentes sobre as primeiras gerações de jornalistas literários portugueses e sobre o jornalismo literário português finissecular, indicando para tal textos e autores do jornalismo literário português na viragem do século XIX, focalizados sobre as cidades de Lisboa, Paris e Londres. Essa incidência nas três capitais tem como finalidade analisar a temática e imagética da cidade tal como veiculada pelos jornalistas literários e a descrição das marcas de alteridade no espaço urbano. Em segundo lugar, através da comparação destas cidades europeias podemos aferir a recorrência (ou não) de temas e imagens nos textos de jornalismo literário e conferir que imagens urbanas são importadas pelos jornalistas literários portugueses dos seus congéneres estrangeiros, nomeadamente os de expressão inglesa, como Charles Dickens, Henry Mayhew, W. T. Stead ou William Booth. O terceiro e último objetivo será observar se a imagem de Lisboa se assemelha à de Londres e de Paris, cidades tantas vezes contrastadas com a capital portuguesa, para tirarmos as conclusões adequadas. A incidência em Fialho de Almeida deve-se ao facto de este autor ter um *corpus* extenso de textos de jornalismo literário com grande foco nesta cidade. Apesar de fazermos referência a outros autores seus contemporâneos que versaram Lisboa, como Gervásio Lobato ou Carlos Malheiro Dias, é Fialho de Almeida quem sobre ela escreve sobrejamente, o que justifica o facto de ser este o jornalista literário central na nossa investigação. Ao analisarmos também as crónicas de outros jornalistas literários que escreveram sobre Lisboa, podemos concluir se a imagem transmitida é comum a todos.

Contendo elementos dos textos jornalísticos e literários simultaneamente, o nosso objeto de estudo insere-se nas Ciências da Comunicação. Porém, sendo um estudo transdisciplinar em Ciências Sociais, emboca também nas Humanidades e na Literatura. Segundo Calhoun, a

interdisciplinaridade é um aspeto positivo na investigação, uma vez que contribui para elevar os padrões de qualidade, assim como contribui para a inovação (Calhoun, 2011, p. 1491). Além disso, o campo de investigação das relações entre a literatura e a escrita jornalística é atual (Avelar, 2019, p. 95). No nosso caso, o trabalho será inovador, uma vez que se baseará em fontes primárias e na pesquisa arquivística de documentos que não foram ainda analisados sob a perspectiva do jornalismo literário. Como afirma Tengarrinha, “o estudo da imprensa periódica é um dos meios mais valiosos para o conhecimento de uma sociedade nos seus múltiplos aspetos, devendo ser focado tendo em conta a sua especificidade, mas não a sua marginalidade, isto é, numa visão socialmente integrada” (2013, p.17). Assim, a investigação que encetámos insere-se na área das Ciências da Comunicação, sendo que a comunicação é o campo mais importante para o estudo de muitas dimensões de mudança social (Calhoun, 2011, p. 1480).

Segundo Craig, são necessários três fatores para que uma disciplina prática floresça. Por um lado, esta deverá ser socialmente relevante, ou seja, que aborde problemas e práticas sociais que sejam do interesse público. Por outro lado, a disciplina deverá ter algo útil e interessante a dizer sobre esses problemas e práticas, deverá ter conteúdo cognitivo e disponibilizar recursos que se podem aplicar na compreensão e reconstrução das práticas sociais. Por fim, deverá ter como base instituições académicas (Craig, 2008, p. 16). A comunicação é uma disciplina para a qual várias outras contribuem, como a retórica, estudos performativos, a comunicação de massas, a investigação da opinião pública, a comunicação interpessoal, a comunicação organizacional, o jornalismo, as relações públicas, o *marketing*, a análise de políticas, os estudos culturais e os meios de comunicação (Calhoun, 2011, p. 1481), ideia que Craig já havia mencionado (2008, pp. 17-18). A nossa investigação em Ciências da Comunicação pretende contribuir, então, para um melhor conhecimento da sociedade portuguesa nos finais do século XIX e da história do jornalismo em Portugal, dedicando-se a um domínio específico que não se pretende marginal, o jornalismo literário.

Assim, este trabalho está organizado em três partes, sendo a primeira a do enquadramento teórico, composta por quatro capítulos. O primeiro dedica-se à problemática do jornalismo literário, fazendo uma breve evolução do jornalismo em Portugal até ao século XIX, explicitando o conceito de jornalismo literário e referindo o tipo de textos que se inserem naquela tipologia jornalística, a crónica e a reportagem. Por fim, aludimos aos jornalistas literários portugueses do final do século XIX que iniciaram esta forma de escrita no nosso país: Eça de Queirós, Ramalho Ortigão ou Fialho de Almeida, entre outros.

No segundo capítulo abordaremos a formação da imagem do Outro no jornalismo literário, uma vez que pretendemos com o nosso trabalho constatar qual a imagem que os jornalistas literários percecionam das cidades em estudo. Neste capítulo haverá ainda referência aos modelos de comunicação, já que os textos jornalísticos são uma forma de comunicação de massas, e à teoria da construção social da realidade.

A imagem da cidade, objeto de análise dos jornalistas literários em estudo, estará presente no terceiro capítulo do nosso trabalho. A definição de ‘cidade’ e a forma como esta foi evoluindo desde a revolução neolítica até às modificações provocadas pela Revolução Industrial será focada aqui. A dicotomia riqueza / pobreza que surge nas grandes metrópoles na sequência da Revolução Industrial e a vida das mesmas passa a ser motivo de interesse para vários autores. A simbologia associada à cidade é igualmente referida (a conotação com diferentes tipos de mulheres ou cidades bíblicas, por exemplo) ou a forma como o observador a apreende.

A segunda parte, a do enquadramento metodológico, abordará as opções por nós tomadas no que toca à metodologia: a análise de conteúdo e a análise do discurso, por se adequarem mais ao tipo de textos a analisar e ao cumprimento dos objetivos que nos propusemos cumprir.

A terceira parte inclui o quinto capítulo dedicado à apresentação dos resultados da investigação: partindo dos vários textos de jornalismo literário de Fialho de Almeida, veremos que imagem da cidade de Lisboa nos é transmitida, comparando-a com a visão de outros jornalistas literários que escreveram sobre a capital de Portugal, assim como com os textos sobre Londres e Paris, no mesmo período de tempo (estabelecemos como baliza temporal o período que corresponde aos primeiros textos fialhianos do periódico *Correspondência de Leiria* e o final da sua vida, ou seja, entre 1874 e 1911). Desta forma, veremos o ‘outro’ lado das urbes: a noite com os seus antros de álcool e prostituição, os marginais, os crimes e os criminosos. Os espaços não são deixados de parte, havendo referência às casas e bairros sem condições de habitabilidade, locais de lazer e novas ruas e prédios, hospitais e cemitérios. Eventos como funerais, procissões ou o Carnaval não escapam à luneta destes jornalistas, assim como as atividades praticadas aos domingos. Finalmente, e de uma forma inovadora relativamente aos outros jornalistas literários, Fialho de Almeida sugere a Lisboa do futuro, uma Lisboa monumental, com espaços industriais demarcados, com avenidas que eternizam em

estátuas as figuras maiores de Portugal, com elevadores e pontes a ligar os vários locais da capital.

Em suma, o que se pretende com este trabalho é inferir a imagem que jornalistas literários tinham da cidade (no caso Lisboa, Londres e Paris) do final do século XIX, percebendo se há semelhanças e/ou diferenças entre elas e quais são. Esta imagem citadina surge através das palavras dos jornalistas literários em análise, a partir dos textos de Fialho de Almeida, e partindo do conhecimento das condições de produção dos textos jornalísticos em evidência.

Em nota introdutória final, queremos apenas salientar que a escrita deste trabalho segue o acordo ortográfico de 1990 em toda a sua extensão, incluindo as várias citações. Tal prende-se com o facto de haver textos inseridos numa baliza temporal vasta e que, consequentemente, seguem vários acordos ortográficos, o que tornaria esta tese complexa na sua leitura. Aplicou-se, assim, este acordo também a textos citados escritos em Português do Brasil.

Parte I – Enquadramento teórico

Na primeira parte do nosso trabalho abordaremos três aspetos fundamentais para a compreensão da problemática que pretendemos esclarecer: qual a imagem da cidade de Lisboa no jornalismo literário de Fialho de Almeida. Desde logo esclarecemos o conceito de jornalismo

literário e que textos podem ser incluídos nesta tipologia. De seguida, e porque tratamos da imagem, abordaremos questões relacionadas com o Outro e com a formação da imagem percecionada pelos jornalistas literários em estudo. Por fim, é necessário compreender o conceito de ‘cidade’, os vários teorizadores que sobre ela se debruçaram e a simbologia a ela associada. Desta forma será mais fácil concluir de que maneira era vista, não só a capital portuguesa, mas também Londres e Paris, cidades muito focadas no alvor do jornalismo literário, nos fins do século XIX pelos jornalistas literários portugueses.

1 - O Jornalismo Literário: Jornalismo ou Literatura?

O jornalismo literário apresenta um tipo de escrita híbrida, contendo elementos característicos tanto do jornalismo como da literatura. Esta especificidade, presente em crónicas e reportagens, levanta algumas questões, que se manifesta até na não existência de um consenso quanto à denominação deste género de textos. Surgindo na sequência dos problemas criados pela Revolução Industrial nas cidades, em Portugal, na segunda metade do século XIX, encontramos também jornalistas literários que se debruçam sobre as realidades que encontram: seja nas capitais portuguesa, inglesa ou francesa, estes homens transmitem aos seus leitores a sua visão do mundo em mudança.

1.1 – O jornalismo retrata a vida

O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* define jornalismo desta forma: “atividade profissional que visa coletar, investigar, analisar e transmitir periodicamente ao grande público, ou a segmentos dele, informações da atualidade, utilizando veículos de comunicação (jornal, revista, rádio, televisão etc.) para as difundir” (Houaiss, 2003, p. 2188). Traquina (2007) afirma, mais especificamente, que jornalismo é a vida em todas as suas dimensões: dedica-se à “sociedade, à economia, à ciência e ao ambiente, à educação, à cultura, à arte, aos livros, aos *media*, à televisão” (Traquina, 2007, p. 9), nas vertentes local, regional, nacional e internacional. É a realidade contada sob a forma de narrativa. O autor vai mais longe e escreve: “os jornalistas são os contadores de *estórias* da sociedade contemporânea, participantes numa tradição mais longa de contar *estórias*” (Traquina, 2007, p. 11). Na verdade, os textos de Fialho de Almeida e dos restantes jornalistas literários em análise foram precisamente publicados em

vários jornais dos finais do século XIX e início do século XX, sendo alguns depois compilados sob o formato de livro. Versam também vários aspetos da vida do seu tempo, por vezes sob a forma de *estória*, como veremos.

A necessidade de informar o grande público surgiu já na Antiguidade, com folhas noticiosas manuscritas no Egito, na China e em Roma (estes são os locais conhecidos), as *Acta*. No século XVI, estas folhas expandem-se na Europa, sob os nomes de *cartas*, *discursos*, *relações*; já os *avvisi* e as *Zeitungen* eram as denominações atribuídas às folhas das casas bancárias italianas e alemãs. O objetivo destes documentos era fornecer determinadas informações: “informações úteis ao comércio, sobretudo situações de mercados: preços, movimentos de mercadorias, casas bancárias e comerciais e outras desta natureza, como as chegadas e saídas de navios” (Tengarrinha, 2013, p. 28). Porém, em Portugal a situação era um pouco diferente:

Em Portugal, além destas informações de cariz comercial, há conhecimento de assuntos relacionados com outros aspetos da vida: “batalhas, naufrágios, catástrofes naturais ou fenómenos prodigiosos (...) ou (...) variadas notícias sociais e políticas nacionais e estrangeiras” (Tengarrinha, 2013, p. 28).

A primeira folha manuscrita conhecida em Portugal data de 19 de outubro de 1558, *Notícia da infelicidade da armada de Sua Majestade que escreveu o mestre do Santa Catarina*, cujo assunto foi a destruição da Armada Invencível. A par destas folhas avulsas, havia também folhetos, por vezes feitos em forma de gazeta. Não eram, no entanto, gazetas, pois estas eram impressas (Tengarrinha, 2013, p. 31). Com o tempo, estas formas de difusão da informação foram descredibilizadas, uma vez que se baseavam em rumores.

As folhas volantes eram folhas noticiosas impressas, não periódicas, que descreviam um único acontecimento. Diz Tengarrinha que “apresentavam já algumas características de imprensa pela atualidade que procuravam e o detalhe da informação, frequentemente com carácter sensacionalista” (2013, p. 35). Em Portugal, o nome mais comum para estas folhas avulsas era o de ‘Relação’. A partir do início do século XVII, circulavam várias folhas volantes, de diversas naturezas, com carácter panfletário, fora do controlo das autoridades. Desde os finais do século XVII e até meados do século XVIII, surgem alterações, de acordo com o mesmo autor:

Passam a ser dominantes os assuntos literários e filosóficos, publicações de pequenas novelas, composições em verso, reflexões teológicas e tratados sobre os evangelhos da Quaresma, sermões, manuais sobre cerimónias religiosas, descrição de vidas de santos e pessoas ilustres, orações congratulatórias ou fúnebres, panegíricos, discursos políticos, crónicas de monarcas. (...) Podiam apresentar aspeto de um livro, com frontispício, muitas vezes ilustrado, [de] pequeno formato (...) e sem carácter de regularidade. Era muito variável o número de folhas, umas vezes não ultrapassando as quatro, outras chegando às dezenas ou mesmo para além da centena, em geral numeradas numa só face (Tengarrinha, 2013, p. 39).

Macedo acrescenta mais informação relativa às folhas volantes:

relatos de circunstâncias anómalas, de raridades, do ocasional interessante, afinal reportagens como hoje se pode dizer, desde os casamentos de príncipes, aos monstros animais, às trombas d'água, aos sucessos militares, aos espantos físicos, perícias, habilidades, ditos, manhas e cautelas exemplares (...). O jornalismo começa pelo excecional, ocorrido no comum. (...) São relatos de 'jornalismo' sensacionalista que se encontram tanto em Portugal como na Itália, França, Flandres, Alemanha, Espanha, etc. São o primeiro fruto jornalístico da imprensa.

Em Portugal, tais folhetos divulgam as ocorrências da história trágico-marítima (o naufrágio do Sepúlveda, por exemplo), narram vidas de heróis, santos, relatam ocorrências e estranhezas, contam as 'manhas' de D. João II, descrevem o espantoso cerco de Diu, ao lado dos costumes dos etíopes, dos lapões (Macedo, 2011, p. 18).

A evolução destas folhas manuscritas para os jornais deveu-se a vários fatores, como refere Tengarrinha (2013, p. 47): a necessidade de uma transmissão mais fluída e regular da informação; o crescente interesse do público pela notícia de modo a ter um conhecimento mais seguro da realidade nacional e a satisfazer a curiosidade crescente pelos acontecimentos internacionais; o progresso da tipografia, através da invenção da imprensa de Gutenberg, dos

caracteres móveis e de outros avanços técnicos; a melhoria das comunicações; o aumento da concentração urbana.

Assim, em 1641 surge em Portugal o jornalismo com as *Gazetas da Restauração*, por alturas do início das Guerras da Restauração, com o intuito de contrariar boatos das vitórias espanholas, exagerando as dificuldades por que passavam os soldados do país vizinho, e tentando influenciar as cortes europeias contra a nova monarquia instituída em Portugal. Por esta altura circulavam também as relações. Estas duas formas de informar complementavam-se, pois as gazetas eram mais genéricas e ocupavam-se de assuntos internacionais, enquanto as relações se centravam apenas num assunto nacional.

Em Portugal, as gazetas apresentam uma periodicidade mensal e fornecem informação genérica nacional e internacional sobre assuntos militares, políticos, sociais, culturais e económicos. Não havia preocupação com o rigor informativo, porém, com o passar dos anos, os boatos sobre os factos deixaram de ser predominantes, uma vez que as informações veiculadas se baseavam mais em textos noticiosos impressos. Não se pode dizer que as gazetas fossem independentes face ao poder político, pois necessitavam de licença para imprimir e distribuir, o que acontecia depois de os textos serem censurados. Apenas às pessoas de confiança do poder régio eram concedidas estas licenças.

Em 1663 surge o segundo jornal português, o *Mercúrio Português*, melhor organizado e estilisticamente mais cuidado. O encarregado da redação é identificado, ao contrário do que acontecia nas gazetas, e o primeiro número apresenta um ‘programa’, esclarecendo os propósitos e linhas de orientação. Com o fim do *Mercúrio Português* em 1667, não existem mais periódicos em Portugal no século XVII (com exceção do efémero *Mercúrio da Europa*).

Surge em 1715 a *Gazeta de Lisboa*, que teve alguns interregnos e nomes diferentes: *A Gazeta de Lisboa Ocidental* (1718-1741) e *Lisboa* (1760-1762); regressa em 1778 com o nome original. Trouxe alguns aspetos marcantes para a imprensa nacional, como a publicidade - a 31 de agosto de 1715 publicou um anúncio sobre um francês que ensinava várias línguas com um método simples e resultados rápidos (Tengarrinha, 2013, p. 73), a divulgação de obras literárias e científicas, uma rede alargada de distribuição e de correspondentes, que permitia uma divulgação geograficamente diversificada.

A partir de 1740, surgiram vários novos periódicos, mais especializados, indicativo da maior variedade de públicos e de novos interesses: “noticiosos; enciclopédicos e instrutivos;

filosóficos, literários; científicos e técnicos; históricos; económicos; recreação ligeira; sentimentais” (Tengarrinha, 2013, p.80). Relativamente aos leitores, e desde o último quartel do século XVIII, houve uma alteração, uma vez que a classe aristocrática se encontrava em decadência e a média burguesia crescia. Os elementos destas profissões liberais e do setor terciário não possuíam uma educação literária requintada, cultura profunda nem exigências formais; procuravam, acima de tudo, adquirir fácil e rapidamente conhecimentos gerais e úteis, assim como acompanhar debates sobre os grandes problemas da Administração Pública (Tengarrinha, 2013, p. 623).

Por altura das Invasões Francesas surgem os primeiros diários devido à necessidade de notícias permanentemente atualizadas. O primeiro jornal diário foi o *Diário Lisbonense* (1809-1813) e também a *Gazeta de Lisboa* alterou a sua periodicidade, tendo publicações todos os dias.

Após a implantação do regime liberal, o jornalismo aumentou rapidamente com o aparecimento de um elevado número de periódicos, mas de baixa qualidade, recorrendo frequentemente ao insulto e “chicanice pessoal” (Tengarrinha, 2013, p. 319), ao populismo e expressões vulgares e com uma má utilização da língua portuguesa. Este incremento na atividade jornalística deve-se à concorrência defendida pelo Liberalismo, já não havendo a exclusividade da Imprensa Régia, mas a existência de várias oficinas tipográficas. Porém, os ideais liberais não tiveram ainda força para abolir a censura prévia, existente em Portugal desde 26 de janeiro de 1627, por ordem de Filipe III. Foi abolida apenas em 1834, a 22 de dezembro. Com o fim da censura, mais periódicos surgiram e eram distribuídos em mais zonas do país; houve um aumento nas tiragens e longevidade de alguns jornais; houve maior diversidade de géneros, com “especial destaque para os temas literários e culturais em geral, científicos e técnicos e económicos, de acordo com a preocupação de desenvolvimento do país” (Tengarrinha, 2013, p. 479); também melhoraram os meios técnicos e a qualidade jornalística.

A 28 de abril de 1827, Almeida Garrett publicou em *O Português* o primeiro folhetim num periódico português. Só em meados da década de 30 de 1800 se pode considerar a introdução do mesmo na imprensa portuguesa e teve o seu maior desenvolvimento com a Regeneração. O folhetim apresentava dois géneros principais: o folhetim-romance, que originou o romance folhetinesco, e o folhetim-crónica, que apresentava “descrições do

quotidiano, em geral como crónica social, (...) críticas literárias e de espetáculos, (...) relatos de viagens” (Tengarrinha, 2013, p. 818).¹

A partir da Regeneração, estabeleceu-se uma nova relação entre literatura e jornalismo, uma vez que havia redatores-literatos nos casos dos jornais literários, assim como escritores que colaboravam com folhetins, crónicas, artigos de opinião ou críticas de arte e espetáculos. Além disso, os periódicos eram uma forma mais fácil e cómoda do que os livros de apresentar textos e autores ao público (Rita, 1998, p. 29).

Silva (2001) apresenta uma classificação dos periódicos existentes em Portugal em meados do século XIX com uma divisão em dois grupos: as publicações literárias e o periodismo cultural. Nas publicações literárias encontramos folhas e jornais destinados à divulgação de poesia, cujo objetivo era lançar jovens poetas, jornais teatrais e de crítica teatral que divulgavam espetáculos e textos dramáticos nacionais e estrangeiros, magazines literários, revistas de crítica literária e publicações científico-literárias, estas últimas editadas por academias, sociedades científicas e instituições de ensino superior. Relativamente ao periodismo cultural, nele se inserem os jornais de instrução e recreio, semanários pitorescos (publicações ilustradas) e jornais de ‘bom-tom’, destinados principalmente ao público feminino, que cruzam o jornal de instrução e recreio e as publicações literárias (Silva, 2001, pp. 90-92).

O jornalismo passou, assim, a ter um papel preponderante na sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX. Tendo em conta que os índices de alfabetização eram baixos, o preço dos poucos livros que existiam era elevado e havia escassa oferta de bibliotecas públicas, a imprensa periódica teria por missão civilizar e educar a população (Silva, 2001, pp. 99-100). É o que afirma este autor a propósito dos jornais de instrução e recreio:

Pretendia-se afinal conciliar habilmente a função didática e civilizadora inerente à ação empreendida pelos jornais culturais, concretizada por intermédio da publicação de numerosos artigos de divulgação científica, histórica e literária (...). Assim se explica que, a par da enorme profusão de textos doutrinários e

¹ Júlio César Machado e António Pedro Lopes de Mendonça foram os escritores com mais fama neste género. O primeiro desenvolvia temas mais mundanos, políticos e literários lisboetas, “onde o poder do dinheiro e a corrupção imperavam” (Tengarrinha, 2013, p. 818). Escreveu em vários periódicos, como *A Revolução de Setembro*, *Diário de Notícias*, *Eco das Províncias* ou *Revista de Lisboa: Jornal Literário, Musical e Teatral*. Também Pinheiro Chagas e Ramalho Ortigão se destacaram neste género, este último n’*O Jornal do Porto* e no *Diário de Notícias*, onde escreveu o *Mistério da Estrada de Sintra* em conjunto com Eça de Queirós.

literários (incluindo fundamentalmente narrativas folhetinescas de tipo muito diverso, romance, conto e poesia), ocorresse a publicação de uma autêntica miscelânea de textos de carácter heterogéneo, onde se registavam meras curiosidades, nomeadamente dados de natureza factual ou estatística. (...) Deste modo se justificaria igualmente a presença sistemática, em muitas destas revistas, de um noticiário relativo aos acontecimentos sociais e culturais mais relevantes, ou ainda a frequente inclusão de secções de anedotário, de adivinhas, charadas ou questões algébricas (Silva, 2001, pp. 100-101).

A variedade de textos e de secções revelava vários interesses e temas para que a educação fosse, assim, mais completa. Mas o jornalismo continuou a evoluir. Santos apresenta três hipóteses sobre o tipo de jornalismo que existia na passagem do século XIX para o século XX: um jornalismo de transição, com um “modelo centrado na política partidária para a constituição de uma forma de jornalismo preocupada com a procura do facto e sua análise distanciada” (2006, p. 91); um jornalismo com novos géneros jornalísticos, como a reportagem; uma fase de profissionalização do jornalismo.

A imprensa do final do século XIX dava destaque aos editoriais diários, ou artigos de fundo, que juntavam opinião e comentário aos acontecimentos mais candentes, nomeadamente a política. Também os casos do dia e notícias ou rumores da vida aristocrática e política, assim como algumas notícias vindas do estrangeiro tinham lugar na primeira página dos jornais. A última página era comercial, plena de publicidade. Neste período ainda não existiam reportagens, estudos de investigação ou entrevistas como hoje se apresentam. Também a terminologia era diferente: na edição das *Novidades* de 3 de Agosto de 1906, escrevia-se a palavra *entrevista*; até finais do século XIX, a palavra usada era *interview*, como se pode ver em Fialho de Almeida (1992c, p. 153), na obra *Os gatos*.

A expansão da imprensa deu-se no século XIX, como foi já referido. Tal situação deveu-se a vários fatores. Por um lado, à evolução do sistema económico – uma sociedade industrializada originou a publicidade e uma população leitora alargada. Consequentemente, o patrocínio do governo e dos partidos políticos deixou de ser necessário. Assim, o jornalismo deixou de ser propaganda e passou a ser informação baseada em factos e não na opinião. Também os jornalistas passaram a ser a tempo inteiro. Os avanços tecnológicos foram igualmente fundamentais – novas máquinas tipográficas, como a máquina impressora de Koenig movida a vapor (1814) e a rotativa (1866), permitiram o aumento das tiragens. Houve

uma melhoria na reprodução de imagens, com a máquina fotográfica (1839), a fotogravura (1851) e a heliogravura (1905). A primeira invenção levou os jornalistas a quererem reproduzir a realidade tal como ela era: “um repórter deve ser uma mera máquina que repete, apesar de uma orientação editorial. Ele não deve conhecer nenhum dono, mas só o seu dever e esse dever é o de fornecer a verdade exata” (citado em Traquina, 2007, pp. 36-37). É preciso que o repórter “saiba tudo antes de toda a gente, que chegue primeiro a todo o lado, que tenha uma opinião, que não recue perante ninguém” (Ferenczi, 1993, p. 234). Na era positivista, esta busca pela informação traduziu-se no aparecimento do repórter, equiparado ao cientista, ao explorador ou ao historiador. As transmissões também foram melhoradas: a invenção do telégrafo em 1844 e do telégrafo por cabo em 1866 permitiu uma globalização crescente do jornalismo e uma maior atualização das notícias. Fatores sociais contribuíram igualmente para a expansão da imprensa – a instituição de escolas públicas no século XIX originou um número crescente de pessoas alfabetizadas. O crescimento das grandes cidades criou também um público fácil para o jornal, assim como levou ao aparecimento dos ardinas. Por fim, houve evolução do sistema político, que reconheceu a liberdade rumo à democracia. A cada vitória em direção à liberdade houve expansão na área jornalística. Foi o que aconteceu depois da abolição da censura em Portugal em 1834 (Traquina, 2007, pp. 21-30). Desta forma, os jornais tornaram-se cada vez mais centrais na vida social e cultural da época, assim como se transformaram em “barómetro da evolução e da mudança social” (Rita, 1998, pp. 29, 30).

O desenvolvimento do jornalismo neste século XIX criou jornais diferentes, nomeadamente a *penny press*. O baixo preço destes jornais (só possível devido à redução constante dos custos de produção, graças à introdução de desenvolvimentos tecnológicos e à publicidade rendosa) permitiu que se tornassem acessíveis a um público mais vasto e não apenas a uma elite educada. De acordo com Traquina, “para além da informação sobre a política e o estrangeiro, houve espaço nos jornais da *penny press* para publicar notícias sobre os tribunais, a polícia, os acontecimentos de rua, os eventos locais” (2007, p. 40). Em Portugal, o *Diário de Notícias* (1865 em Lisboa), é no entanto, o primeiro exemplo de uma imprensa marcadamente informativa (Traquina, 2007, p. 35, Tengarrinha, 1989, p. 215). Privilegiava-se a informação e não a propaganda, os factos e não as opiniões. As agências de notícias, como a *Havas* em França (1835, fornecedora de notícias para Portugal), a *Associated Press* (1846²) nos Estados Unidos

² Aguiar esclarece a questão das datas da fundação da agência: “A data tradicionalmente atribuída para a fundação da entidade que seria o embrião da Associated Press é, em Boyd-Barrett (1980; 131), Salinas (1984; 34), Mattelart (1994; 28), Hakemulder et al. (1998; 38), Shrivastava (2007; 6) e Jovanović & Lazarević (2005; 8), maio de 1848, ocasião da reunião na sede do *New York Sun* em que a *New York Associated Press* foi formalizada. Entretanto, em

ou a *Reuters* (1851) em Inglaterra defendiam este jornalismo de informação. No entanto, e de acordo com Trindade, a denominação *penny press* (que apareceu na década de 30 dos anos 1800) era, ao mesmo tempo, pejorativa: “em termos de qualidade do conteúdo da publicação e da vulnerabilidade face a quem realmente financiava a edição do jornal – os anunciantes” (Trindade, 2006, p. 46). Schudson refere a propósito da *penny press*:

the penny papers’ concept of news not only created news as a marketable product whose attributes – particularly timelessness – could be measured, it invented a genre which acknowledged, and so enhanced, the importance of everyday life. (...) The attention to everyday life did not necessarily mean attention to the familiar. The penny papers printed much that would appeal to the ordinary middle-class reader precisely because it was exotic – it concerned the everyday lives of other classes” (Schudson, 1978, pp. 26, 28).

Neste tipo de jornais fazia-se ainda a transcrição dos acontecimentos com histórias de interesse humano e o seu público-alvo eram as massas trabalhadoras, não as elites.

Paralelamente a este desejo de acuidade informativa retomou-se uma nova forma de informar, mais sensacionalista, que já havia surgido no século XVIII na Europa. De acordo com Traquina (2007), recorria-se aos “apelos emocionais e sensacionais para atrair novos leitores, e dar-lhes uma sensação do maravilhoso, da excitação e do perigo da cidade moderna” (pp. 47-48). Segundo Marcondes Filho, a imprensa sensacionalista “não se presta a informar, muito menos a formar. Presta-se básica e fundamentalmente a satisfazer as necessidades instintivas do público, por meio de formas sádica, caluniadora e ridicularizadora das pessoas” (citado em Sobrinho, 1994, p. 15). Recorre-se ao escândalo, sexo e sangue e usa-se uma linguagem coloquial exagerada, utilizando excessivamente gíria e palavrões. Surge assim a *yellow press*³, com manchetes escandalosas e escritas com letras em tamanho grande, a vermelho ou preto, recorre-se ao uso abusivo de ilustrações, muitas vezes inventadas ou desadequadas, utilizando

2005, a própria Associated Press divulgou que adquiriu documentos dos seus jornais fundadores cujo conteúdo indicava que, na verdade, a entidade havia sido fundada dois anos antes, em maio de 1846, no início da Guerra dos EUA contra o México, quando já havia dois anos de incipientes linhas de telégrafo” (Aguiar, 2009, pp. 7-8).

³ O termo *yellow press* surgiu do jornal de Pulitzer, o *World*, que publicava aos domingos uma história em Banda Desenhada, “Hogan’s Alley”. A personagem era um menino com uma camisola de pijama amarela e a fala dele aparecia na sua camisola, não em balões. Os críticos do estilo sensacionalista de Pulitzer e Hearst deram uma conotação pejorativa à cor e acabou por ficar o termo (Sobrinho, 1994, p. 21). Salientamos também que este é um fenómeno essencialmente americano.

falsas entrevistas e histórias com títulos enganosos, mostrando artigos superficiais e bandas desenhadas coloridas e avançando campanhas contra abusos sofridos por pessoas comuns (Sobrinho, 1994, p. 22). Este autor afirma que o sensacionalismo vai beber ao *fait-divers* (Sobrinho, 1994, pp. 25-31). Afirma Tengarrinha que o jornal tem que se adaptar ao gosto dos leitores, perdendo muito do seu valor formativo (Tengarrinha, 1989, p. 220).

Joseph Pulitzer⁴, que adquiriu o *New York World* em 1883, é um marco deste tipo de jornalismo, juntamente com William Randolph Hearst⁵. Ambos escreveram histórias que chamavam a atenção para os problemas dos pobres e apresentavam ideias reformistas em jornais como *Post Dispatch*, *Kansas City Star* ou *Dallas News*. A alternativa ao sensacionalismo destes periódicos foi a ênfase nos factos e na objetividade.

Hartsock afirma a propósito do sensacionalismo: “sensational journalism attempts to cause repugnance, horror or terror by emphasizing differences between subjectivities, not by attempting to narrow the gulf between them” (2000, p. 57). Desta forma, encontramos semelhanças entre jornalismo literário, que ficaremos a conhecer já de seguida, e jornalismo sensacionalista, uma vez que ambos apelam ao nosso senso comum na tentativa linguística de refletir o mundo. Mas também há diferenças: o jornalismo literário tenta reduzir a distância entre a subjetividade e o mundo objetivo, ao contrário do jornalismo sensacionalista, que também tenta reforçar a noção do marginalizado como Outro para ter uma resposta de horror ou terror. No entanto, o sensacionalismo esteve presente na génese de muitos textos de jornalismo literário. Basta ter como exemplo textos religiosos e políticos, como o *Book of martyrs* de John Foxe (1563) ou narrativas de viagens dos séculos XVI e XVII, cujos relatos eram sensacionalistas (Hartsock, 2000, pp. 100-102). Porém, esta característica sensacionalista foi criticada por Fialho de Almeida, ao afirmar na sua crónica de 20 de setembro de 1890 que os jornalistas portugueses se disputam “uns aos outros os escândalos ocorridos, a ver qual no dia seguinte os dará mais picantes de nomes e detalhes” (Almeida, 1992c, p. 84). Agora, o que interessa é vender jornais (Tengarrinha, 1989, p. 220). Veremos, pela análise de textos fialhianos, esta crítica ao sensacionalismo no jornalismo.

1.2 – O que é o jornalismo literário?

⁴ John Pulitzer (1847-1911) nasceu na Hungria e emigrou para os Estados Unidos da América em 1864, onde foi jornalista e editor.

⁵ William Randolph Hearst (1863-1951), empresário do ramo dos jornais nos Estados Unidos da América, cuja vida serviu de inspiração para o filme de Orson Welles, *Citizen Kane* (1941).

A palavra ‘literatura’ deriva de *littera* e significa originalmente “saber relativo à arte de escrever e ler, gramática, instrução, erudição” (Silva, 1988, p. 2). Já Genette (1991, p. 11) afirma que a literatura é a arte da língua. Mas nem toda a mensagem verbal que é produzida numa língua é uma obra de arte literária. Para Jakobson (1973), e de acordo com Silva (1988, p. 15), era a literariedade a característica que permitia que determinado texto fosse uma obra de arte.

Aristóteles foi uma figura fundamental para a visão ocidental da consciência literária através dos termos *poiésis* e *mimésis*. *Poiésis* significa poesia, mas também criação. Apresentam-se na obra *Poética* duas funções da linguagem: a função ordinária, ou seja, falar para informar, interrogar, persuadir, ordenar, e a função artística, a de produzir obras. Esta criação só é possível através da *mimésis*, representação ou simulação de acontecimentos imaginários. *Mimésis* é, então, ficção. Nesse sentido, Guirado afirma o seguinte: “O repórter [é um] poeta-fabulador, considerando fábula – no sentido aristotélico - uma reunião de ações. E um poeta, num sentido amplo, porque é ele quem faz a cópia dos factos reais e trabalha sobre eles para construir uma outra realidade: a realidade que se deixa entrever no texto” (2004, p. 37).

A poesia como criação subdivide-se em dois modos de representação – o narrativo e o dramático – e em dois níveis de dignidade dos sujeitos representados – o nobre e o vulgar. Surgem assim os quatro géneros: a tragédia, a epopeia, a comédia e a paródia.

Levanta-se um problema: pertencem à literatura apenas textos que apresentem ficcionalidade ou poeticidade. Genette declara: “é literatura de ficção aquela que se impõe essencialmente pelo carácter imaginário dos seus objetos, literatura de dicção aquela que se impõe essencialmente pelas suas características formais” (1991, p. 31). Martins afirma que, quando se falava dos aspetos estéticos das obras escritas, utilizava-se o termo ‘poesia’ e não ‘literatura’ (1992, p. 208). Mas, para Miner (1992), a ficção só existe porque existem factos, a ficção baseia-se neles. Já Wallek e Warren afirmam: “as obras maiores são selecionadas de acordo com fundamentos estéticos; outros livros são escolhidos pela sua reputação ou pela sua eminência intelectual conjuntamente com valores estéticos de espécies bastante restritas: o estilo, a composição, a força geral de apresentação” (1962, p. 26). Ainda segundo estes autores, a linguagem literária é conotativa, expressiva (transmite o tom e atitude do orador ou escritor) e tenta influenciar a atitude do leitor. Porém, estes teorizadores apresentam uma explicação mais clara para definir o que deverá ser considerado um texto literário:

Afigura-se melhor, no entanto, considerar apenas como literatura as obras nas quais é dominante a função estética, embora reconheçamos que existem também elementos estéticos – o estilo e a composição, por exemplo – em obras com um objetivo completamente diferente, um objetivo não estético, como sejam os tratados científicos, as dissertações filosóficas, os panfletos políticos, os sermões (p. 31).

Podemos dizer que neste último caso também as crónicas jornalísticas aqui se enquadram. Reis defende que a literatura se divide em três dimensões: a sociocultural (transmite uma consciência coletiva das sociedades); a histórica (testemunha o devir da História e do Homem); a literária (a linguagem) (2008, p. 24).

No entanto, o jornalismo literário apresenta a combinação entre a investigação profunda e a ambição literária. É um texto que se lê como um romance ou conto, mas que é verdadeiro ou se baseia na experiência (Hartsock, 2000, p. 1). É a união dos instrumentos retóricos da ficção e do facto.

Surge, assim, o problema da denominação, pois existem vários termos para referir este tipo de textos:

Ronald Weber, em 1980, refere alguns nomes para o que ele descreve como ‘nonfiction with a literary purpose’ - *literature of fact, art-journalism, nonfiction novel, essay fiction, factual fiction, journalit*. Em 1992, Thomas B. Connery acrescenta: *literary nonfiction, artistic nonfiction, the nonfiction story* e *new reportage*. Hartsock, em 2000, viria a recolher e acrescentar: *creative nonfiction, narrative nonfiction, lyrics in prose, the confession, the nature meditation, non-imaginative literature*. Pode citar-se ainda W. Ross Winterwood que, perdido no meio de tantas designações, encontra ainda outra ‘the ‘other’ literature’ (Trindade, 2006, p. 86).

Aliás, a discussão relativamente ao termo para o que apelidamos de jornalismo literário continua acesa, como constata Ricketson e Joseph (2015). Estes autores referem que, na conferência da IALJS (International Association for Literary Journalism Studies) de 2015, no Minnesota, o grupo de participantes ligados ao jornalismo defendeu termos como “narrative journalism, long-form journalism and book-length journalism” (Ricketson & Joseph, 2015, p. 27), enquanto os participantes da área de estudos literários preferiram denominações como

“creative non-fiction, literary non-fiction and narrative non-fiction” (Ricketson & Joseph, 2015, p. 27).

Na década de 60 do século passado surgiu ainda o termo *New Journalism*. Mas como refere Hartsock, “‘literary journalism’ and ‘literary nonfiction’ are not the only terminologies for designating the form. They appear to be the two most widely used” (2000, p. 29). Mais recentemente, este autor esclareceu melhor a utilização do termo ‘jornalismo literário’: “it is in the nature of literary journalism to engage in what critical Mikhail Bakhtin described as a ‘novel’ of the ‘inconclusive present’ that resists coming to critical – including political or explicitly ideological – closure” (Hartsock, 2011, p. 38). Esta ideia de ‘novel’ vai buscar o seu significado original ao que é novo, mesmo no vocábulo português, logo pode ser não-ficção. Salienta-se, contudo, que em 1907 a revista *Bookman* publicou o texto “Confessions of a Literary Journalist” e em 1937, Edwin H. Ford publicou a *Bibliography of Literary Journalism in America*. Constatamos, portanto, não ser um termo recente aquele que tanta discussão levanta.

Com esta dificuldade de consenso a nível de termos, prefere-se a utilização da palavra ‘jornalismo’ em detrimento de ‘não-ficção’, uma vez que não se trata de um ensaio ou comentário e também porque o conteúdo das obras provém dos meios tradicionais de busca das notícias ou de reportagem.

Para Frus, no jornalismo consideram-se tanto textos publicados em periódicos como não-ficção sobre acontecimentos recentes e que não aparecem necessariamente numa revista (1994, p. ix). Esta autora, seguindo a ideia de Raymond Williams, defende que literatura é um conjunto de obras que incorporam uma verdade intemporal e valores transcendentais (1994, p. x). No entanto, a mesma não utiliza o termo ‘jornalismo literário’:

I cannot accept the valuation that results from separating some examples of journalistic narrative from general coverage of current events and issues. Designating narratives as ‘literary’ (...) implies some aesthetic judgment and tends to remove the text from historical or political analysis” (Frus, 1994, p. x).

Acrescenta ainda:

Because all narratives have the same status as texts, and because the language structures of formal realism take priority over the reality they produce, ‘true-life’ narratives ought to be judged as fictional ones are: according to their coherence and correspondence to a world we recognize (...). Narratives (...) are not

representations of reality but in some sense prior to the happenings that supposedly gave rise to them (Frus, 1994, p. xiv).

Para Frus, as estruturas linguísticas sobrepõem-se à realidade transmitida e as narrativas devem ser consideradas de acordo com a coerência e correspondência com o mundo que reconhecemos.

Pode dizer-se que o primeiro jornalista literário da modernidade foi Daniel Defoe, em 1725, com um texto sobre Jonathan Wild, um criminoso que havia sido executado meses antes, *The true and genuine account of the life and actions of the late Jonathan Wild*. Este texto baseou-se em entrevistas que o autor fez a vítimas e num encontro que teve com o próprio Jonathan Wild. A modernidade de Defoe está no reportar, mas também na organização cénica da história, criando o protótipo da moderna narrativa de crimes.

Ainda a propósito do jornalismo literário surge um género que Kerrane e Yagoda denominam de ‘contos da cidade’ (“tales of the city”) (1998, p. 17), em que o interesse foca as histórias humanas de cariz social. Este tipo de histórias surgiu na era vitoriana, quando milhões acorreram a cidades como Londres na sequência da Revolução Industrial, cidades essas que não possuíam condições físicas para acolher estes imigrantes. Habitavam em quartos sobrelotados, sem canalização ou esgoto, sem condições mínimas de higiene. Rapidamente cresceram bairros pobres como Whitechapel, cenário de crimes como os de Jack, o Estripador. Sobre a cidade, refere Guirado:

A urbe é um *locus* em permanente mutação, a crescer constantemente. À cidade acudiam gentes que, mudando de terra, de ofício, de cultura, sofriam um forte processo de desenraizamento. À cidade acudiam indivíduos em estado de angústia, tensão, incerteza quanto ao futuro. Identidades em farrapos e a reconstruir de novo. Na cidade eram postas em causa, abaladas de forma decisiva, as referências e as imagens que no mundo cristão e monárquico da pequena aldeia ganhavam forças eternas. Na cidade regressava-se a um vazio-limite, ao grau zero da experiência. Um vazio potenciador tanto de medos, como de desejos fortes (2004, p. 38).

Desta forma, os repórteres que trabalhavam as histórias destas cidades eram semelhantes a cientistas sociais desbravando a sociedade: “Reporters in the 1890s saw themselves, in part,

as scientists uncovering the economic and political facts of industrial life more badly, more clearly, and more ‘realistically’ than anyone had done before” (Schudson, 1978, p. 71).

Um autor que relatou o modo de vida londrino neste período foi Henry Mayhew (1812-1887), cofundador da revista *Punch* e correspondente do jornal londrino *Morning Chronicle*. Inovou ao escrever as entrevistas num monólogo em prosa devido às limitações de espaço no jornal. O seu trabalho de investigação culminou na obra *London labour and the London poor* (1861-62).

Outros percursores do jornalismo literário foram nomes como Charles Dickens (1812-1870) que começou a sua carreira como repórter dos debates na Câmara dos Comuns. Também o americano Jack London (1876-1916), depois de passar sete semanas em Londres, no East End, escreveu *The people of the abyss* (1903) sobre a miséria que aí encontrou.

Porém, foi William T. Stead (1849-1912) quem mudaria o jornalismo britânico enquanto editor do jornal *Pall Mall Gazette*. Refere Ramalho Ortigão que este jornal fora em tempos conservador e academicamente literário, mas ultimamente é liberal em política, revolucionário mesmo, aplicando “piparotes menos cerimoniais ao ventre da venerável hipocrisia britânica” (1943, p. 44). Stead inovou ao introduzir os caracteres a negrito e ao escrever títulos apelativos. Nas entrevistas, apresentava detalhes do ambiente e descrições físicas dos entrevistados. Ao escrever “The maiden tribute of modern Babylon” em julho de 1885 usou a escrita sensacionalista. Neste texto, e depois de investigação aturada, o jornalista pretendia provar que havia comércio de jovens virgens para bordéis, e que seriam posteriormente enviadas para a Europa. Foi a propósito deste tipo de escrita apresentado no *Pall Mall Gazette* que Mathew Arnold (1822-1888) cunhou o termo ‘new journalism’ em 1887. Kerrane e Yagoda descreveram-no: “brash, vivid, personal, reform-minded” (1998, p. 17). Diz Wolfe a propósito destes repórteres:

they developed the habit of staying with the people they were writing about for days at a time, weeks in some cases. They had to gather all the material the conventional journalist was after – and then keep going. It seemed all-important to *be there* when dramatic scenes took place, to get the dialogue, the gestures, the facial expressions, the details of the environment. The idea was to give the full objective description, plus something that readers had always had to go to

novels and short stories for: namely, the subjective or emotional life of the characters (1973, p. 21).

Na década de 1960, a denominação *New Journalism* passa a ser aplicada aos textos de jornalismo literário enquanto género jornalístico distinto. Os seus principais autores são Norman Mailer, Tom Wolfe, Gay Talese ou Truman Capote, este último autor da conhecida obra *In cold blood* (*A sangue frio*, 1965). São textos cujos autores apresentam uma construção cena a cena; recorrem a diálogos realistas de forma a envolver os leitores; o ponto de vista encontra-se na terceira pessoa, apresentando cada cena através dos olhos de uma personagem particular e dando ao leitor a sensação de estar na mente da personagem e a viver a realidade emocional da cena; há o registo de gestos, hábitos, roupas, decoração, formas de viajar, de comer e comportamentos para com os outros, diferentes olhares e formas de andar (elementos simbólicos da vida da pessoa).

Os jornalistas do *New Journalism* da década de 1960 retiraram da ficção realista⁶ o “saturation reporting” (Weber, 1980, p. 19) – um reportar que ia às profundezas do material e procurava o que tinha sido dito e feito, e também o que tinha sido pensado e sentido, penetrando na personagem e na cena como os novelistas, mas sem a invenção. Obtiveram, desta forma, os prazeres da ficção em conjunto com a verdade. Ou seja:

in the sixties and seventies that combination [history and literature] has resulted in fact writing based on reporting that frequently employs techniques drawn from the art of fiction to create something of fiction’s atmosphere or feeling and that (...) moves towards the intentions of fiction while remaining fully factual” (Weber, 1980, p. 2).

No entanto, e apesar da importância que o *New Journalism* teve, John Bak, um dos fundadores da IALJS, propôs recentemente que deixe de se tratar o mesmo *New Journalism* como os Dez Mandamentos do jornalismo literário e que se deixe de tratar igualmente como um género, mas como disciplina (Gapy, Martins & Martinez, 2018, p. 106), contribuindo desta forma para a evolução dos estudos sobre jornalismo literário.

⁶ O Realismo no século XIX, importante para o *New Journalism* dessa época, produz melhor o choque do reconhecimento e o consequente envolvimento do leitor. Aliás, as novelas realistas francesas do século XIX poderão estar na possível origem do jornalismo literário (Thérenty, 2014, p. 158).

Alice Trindade sintetiza o que os jornalistas literários deverão ter em linha de conta:

- Fazer uma imersão no mundo dos seus objetos, englobada na pesquisa de *background*;
- Celebrar acordos de exatidão e franqueza com os leitores e com as suas fontes;
- Escrever principalmente acerca de acontecimentos rotineiros;
- Usar uma ‘voz íntima’, informal, franca, humana e irónica;
- Ter em atenção que o estilo é importante, devendo ser simples e despojado;
- Escrever desde uma postura descomprometida e móvel, a partir da qual contam histórias, mas da qual também se dirigem ao leitor diretamente;
- Realçar a estrutura do texto, misturando narrativa primária com histórias e digressões para ampliar e reestruturar acontecimentos;
- Fazer fluir o texto, construindo-o de uma forma que antecipa e se adequa à sequência de reações do público (2006, pp. 87-88).

As críticas a este tipo de escrita vieram de escritores de literatura, que afirmavam que os textos eram demasiado ligados aos factos, eram demasiado jornalísticos, assim como de jornalistas, declarando que eram textos com aspirações literárias ou ‘parajornalismo’. Também em Portugal o *New Journalism* não é bem aceite por autores como Maria Teresa Horta ou Baptista-Bastos. Em entrevistas concedidas a Helena de Sousa Freitas, a primeira afirmou: “uma notícia é para ser uma notícia e não para ser um pequeno romance, pois só perderia com isso. Entrevista, notícia e reportagem não devem confundir-se com ficção. [É] quase certo a colisão com a objetividade e concisão jornalísticas” (2002, p. 73).

Sobre estes textos, diz Frus:

Although 1960s New Journalism and nonfiction novels have been called ‘literary’ genres, because of their self-conscious styles and techniques supposedly borrowed from fiction, I see them as an identifiable category of nonfiction (...). They comprise narratives that have been noticed precisely because they call attention to what has been suppressed in the separation of journalism and fiction (1994, p. xix).

Esta autora considera que o jornalismo pretende transmitir informação, não embelezá-la, logo o facto de o texto não poder ser considerado literário; é mundano e não criativo, é objetivo e não subjetivo, tem uma forma transparente, apela às massas e não às elites. No entanto, considera haver exceções na exclusão de jornalismo da literatura, como é o caso de obras dos séculos XVIII e XIX que agora se considera terem valor literário (1994, p. 2). Nesta exceção podemos incluir Fialho de Almeida, autor analisado neste trabalho.

A não-ficção tem como pressuposto a distinção entre verdadeiro e falso, enquanto para a literatura esses conceitos são irrelevantes. Logo, Frus considera que o termo ‘não-ficção literária’ é contraditório, pois uma narrativa pode ser ou não-ficção ou literária, mas não as duas (1994, p.9).

Weber (1980) revela a distinção feita por Donald Pizer entre dois tipos de narrativa documental. Uma explora o acontecimento apenas como um acontecimento (narrativa documental). É o caso de *The death of a president* (1963), de William Manchester, em que o autor apresenta detalhes factuais, mas não tenta retirar temas deles. O outro tipo de narrativa explora o acontecimento como significado (narrativa documental como arte). Como exemplo temos *In cold blood*, de Truman Capote, que seleciona, organiza, enfatiza e utiliza outros recursos literários, descobrindo algum significado ou tema nos seus materiais factuais. Aliás, “*In Cold Blood*, Capote said, was an experiment to see if the novel’s emotional reach could be built on the foundation of a wholly factual account” (Weber, 1980, p. 79). Capote apresenta narrativas paralelas, passando de uma para outra como no cinema (situação semelhante acontece com Fialho de Almeida no episódio do violoncelista, como veremos na Parte III do nosso trabalho). Neste tipo de narrativa, o escritor tenta conciliar os papéis de observador e fazedor, de jornalista e de artista.

Trindade apresenta uma justificação para esta divergência de opiniões e de visões sobre o jornalismo literário. Afirma a autora que, principalmente desde o Realismo do século XIX, a literatura aceita o mundo social e humano como fonte de temas para as obras literárias, não aceitando tão facilmente a inclusão de leitores e autores provenientes do “common people” (2006, p. 16). Mais importante ainda, refere:

A alteração no conceito de literatura coincide, desde há anos, com um crescente encontro com o ‘Outro’: o ‘outro’ homem, a ‘outra’ mulher, o ‘outro’ texto:

todos aqueles que não pertencem a grupos homogêneos, dominantes, reguladores. O texto do jornalismo literário é um ‘outro’ texto (p. 18).

Quer isto dizer que os escritores não toleram facilmente a incursão de jornalistas (o ‘outro’ utilizador da palavra) na área da literatura para produzir textos de jornalismo literário (o ‘outro’ jornalismo, a ‘outra’ literatura).

Também Lechner (1993) se pronuncia sobre esta polémica. Afirmar que o jornalista não pode escolher os componentes de um acontecimento (agente, ação, tempo, local ou motivo) e tem que se submeter à objetividade. No jornalismo há o uso denotativo da língua, ao contrário da literatura, que apresenta o uso conotativo da língua. A informação transmitida tem que ser atual, exata, precisa, concisa e completa. A linguagem utilizada deve ser acessível a todos, revelando clareza e interesse humano. Expressa a diferença entre literatura e jornalismo desta forma: “A literatura forma, tocando-nos. O jornalismo toca-nos informando” (Lechner, 1993, p. 25). Ao mesmo tempo há algo em comum: ambos têm o mesmo ponto de partida e chegada – “a pessoa humana” (Lechner, 1993, p. 27). Freitas diz sobre o tema:

O escritor pode embelezar o seu texto de acordo com a sua inspiração, mas o autor reconhece que ‘o jornalismo, ao comunicar periodicamente um relato ou uma simples descrição de um acontecimento, pode conter elementos de ordem estética, valores poéticos ou de imaginário que pertencem à literatura’ (2002, p. 51).

Continua a autora a afirmar que tanto o jornalismo como a literatura procuram a experiência da comunicação, apresentam momentos de narração e descrição, utilizam criativamente a palavra, “do tom coloquial ao mais elaborado e artístico, partilhando igualmente – na maior parte dos casos – semelhanças ao nível da clareza, da sobriedade e da propriedade do uso verbal” (p. 81).

Cardoso (2012) apresenta dois tipos de jornalismo: o literário e o das notícias factuais. As crónicas de Fernão Lopes ou de Pero Vaz de Caminha são obras literárias e jornalísticas. O mesmo se diz de Almeida Garrett, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, Raúl Brandão ou Aquilino Ribeiro.⁷ A este propósito, afirma a autora: “a prática literária de alguns

⁷ Acrescenta outros autores: Jack London, Truman Capote, Ernest Hemingway, Marguerite Duras, Émile Zola, Charles Dickens, John Steinbeck, John Reed, Gabriel García Márquez, Luís Sepúlveda, Isabel Allende, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade, Fernando Pessoa, Vitorino Nemésio, Maria Lamas, Maria Teresa

dos mais ilustres autores é altamente marcada pelo jornalismo, pela experiência de vida e pelo trabalho de reportagem” (2012, p. 25). Isto porque muitos dos autores portugueses do século XIX estiveram ligados ao jornalismo, logo deixavam transparecer nos seus textos marcas do jornalismo, como a linguagem simples ou a observação de ambientes. Encontramos, portanto, uma simbiose entre os textos de jornalismo e os contos ou romances no seio dos nossos escritores novecentistas.

Cardoso revela também as semelhanças e diferenças que encontra entre jornalismo e literatura. No campo das semelhanças, ambos transportam o leitor para outros espaços geográficos, mostram outras vivências e pessoas. Contribuem para o conhecimento do seu tempo, ajudam a compreender o passado e deixam pistas para o futuro. Quanto às diferenças, o jornalista procura a objetividade, ao contrário do escritor de literatura. No entanto, esta mesma autora apresenta a opinião de Gaye Tuchman, que afirma que é impossível o jornalista ser objetivo, uma vez que faz a construção da realidade assente na interpretação dos factos (Cardoso, 2012, p. 50), assim como Santos, que refere que “a imprensa não é somente o reflexo do real porque também interpreta e reconstrói a realidade” (Santos, 2007, p. 182). Ainda ao nível das diferenças, o jornalista vai buscar referências fora do texto que produz, na literatura as referências estão no próprio texto literário.

Lopes (n.d.) recorre a Lázaro Carreter para apresentar as diferenças entre escritor e jornalista: o escritor não tem necessidades práticas imediatas, no jornalismo há a pressão do tempo para cumprir prazos. Olinto afirma que o jornalismo já foi denominado de “jornalismo de pressão” (1955, p. 3), pressão do tempo e do espaço. No entanto, considera que também na literatura há pressão, pois o próprio autor impõe essa pressão para terminar o poema, o conto ou o romance. Ainda sob a influência de Carreter, Cardoso afirma que o recetor do escritor é universal, sem rosto, e o do jornalista é concreto; a mensagem literária não tem limites de espaço e de tempo, a jornalística tem um tempo e espaço muito rigorosos e limitados, os da atualidade; o leitor de textos literários não é motivado por necessidades utilitárias, ao contrário do leitor de jornais; as obras literárias atuam em situação de leitura diversa para cada leitor, o jornalista e os seus leitores vivem nas mesmas circunstâncias de espaço e tempo; o jornalista deve esforçar-se por eliminar o que, em teoria da comunicação, se denominam ‘ruídos’, que são, pelo contrário, extremamente importantes na comunicação literária (Cardoso, n. d., p. 9).

Horta, Agustina Bessa-Luís, José Saramago, Fernando Assis Pacheco, Fernando Dacosta, Mário Ventura ou Baptista-Bastos (Cardoso, 2012, p. 30).

Também Clemente (2002) apresenta as diferenças entre jornalista e escritor:

Tabela 1 - Diferenças entre jornalista e escritor

Jornalista	Escritor
<ul style="list-style-type: none"> • Artífice da notícia; • Poeta do facto e da notícia; • Atividade ancorada na realidade e na verdade; • Dominador da língua para a fidelidade na informação, sempre a VERDADE; • Auscultador do homem e da vida para indicar novos rumos dentro da REALIDADE, na grande lição da VIDA; • Força da realidade; • Testemunha dos factos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Artífice da beleza das palavras; • Garimpeiro do dia a dia nas pérolas do quotidiano; • Atividade do sonho, da sensibilidade; • Malabarista da língua para transformar a ganga impura no ouro da beleza, sempre a BELEZA; • Escafandrista do coração e do íntimo do homem para desvendar algo do mistério insondável que é o homem pela INTUIÇÃO na viagem ao velocínio da BELEZA; • Força da imaginação; • Olheiro do sonho e da vida.

Clemente, (2002), p. 72.

Com base nestas constatações, compreendemos que um jornalista literário apresenta características dos dois artífices. Trata dos aspetos da realidade e, como tal, verdadeiros. Esta verdade assenta no testemunho dos factos, com a presença do jornalista que observa, entrevista, esclarece. Tem como base temas de vida humana, tentando “desvendar algo do mistério insondável que é o homem” (Clemente, 2002, p. 72). Ao mesmo tempo, através das palavras embeleza os seus textos, transforma “a ganga impura no ouro da beleza” (Clemente, 2002, p. 42). Mais uma vez se conclui que o jornalista literário ⁸ é um jornalista literário, não apenas um jornalista que escreve textos literários, não apenas um escritor que escreve textos jornalísticos.

Na realidade, enquanto campo científico-académico, o jornalismo literário está ainda muito pouco estudado, pelo que se oferece como um campo muito rico para a elaboração de pesquisa. Num contexto internacional, é necessário referir que Tom Wolfe foi o primeiro grande teórico com a obra *The New Journalism* (1973). A este seguiram-se Norman Sims, autor de *The literary journalists* (1984), Kevin Kerrane e Ben Yagoda, com *The art of fact: A historical anthology of literary journalism* (1998) ou John Hartsock, responsável por *A history of American literary journalism* (2000). No contexto nacional, conta-se com as teses de

⁸ Itálico nosso.

doutoramento de Alice Maria Quelhas Lima Donat Trindade, “*News that last: quatro momentos de jornalismo literário americano no século XX*” (2006), de Isabel Soares Santos, “O império do Outro: Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis, Oliveira Martins e a Inglaterra vitoriana” (2007) e de Manuel João de Carvalho Coutinho, “21st Century Literary Journalism: Narrative Techniques and the Concept of Plot and Hero” (2018). Este investigador escreveu ainda uma tese de mestrado subordinada ao tema “Jornalismo literário em Portugal e no mundo: Abordagem jornalística e técnicas de escrita” (2015).

Importante para a congregação de pesquisa académica sobre este género jornalístico conta-se, em 2006, a criação da International Association for Literary Journalism Studies e a interligação entre a cidade e o jornalismo literário foi alvo de análise mais aprofundada no projeto internacional “Transatlantic Views of the City. London and New York in the Eyes of Literary Journalists”. Na Primavera de 2009 saiu também o primeiro número da revista de tiragem internacional (com *referee*) *Literary Journalism Studies*, que em muito tem contribuído para a divulgação académica internacional neste campo de estudo.

Estas referências são indiciadoras e indicadoras da expansão de estudos nesta área a nível internacional, para os quais a nossa tese pretende contribuir e avançar conhecimento, sobretudo por nos focarmos em jornalismo literário português e na sua génese em língua portuguesa, campo que carece de pesquisa.

1.3 – Os textos de jornalismo literário

Entre os textos que se consideram de jornalismo literário, encontramos a crónica e a reportagem. A crónica, texto jornalístico, começou por ser um breve registo de eventos. Deriva do latim *chronica* e do grego *khronos*. Originalmente seria um relato de acontecimentos por ordem cronológica. Manteve este significado desde o início da era cristã, ano 1 d.C., até ao Renascimento. Como declara Mesquita, “crónica significava aquilo que hoje se conhece como a chamada crónica histórica – uma visão que caracteriza o cronista como aquele que faz os relatos da História, explicando-a de acordo com a sua ótica sobre os acontecimentos que vai registando” (2010, p. 124). No caso português, os primeiros cronistas e repórteres foram Fernão Lopes (1380/90 - 1460), Pêro Vaz de Caminha (1450-1500), Fernão Mendes Pinto (1510/14 - 1583) e epistológrafos do império. Cruz refere que a crónica medieval “é um antepassado da moderna historiografia” (2009, p. 35). É no século XIX que a crónica passa a fazer parte dos

jornais e aparece pela primeira vez em 1799, no *Journal des Débats*, publicado em Paris (Mesquita, 2010, p. 125).

Reis e Lopes (1994) apresentam então duas tipologias de crónica: a historiográfica e a de imprensa. Definem esta última como sendo o registo de um facto ou incidente, com recurso à subjetividade para comentar esse mesmo facto ou incidente. Quer isto dizer que a crónica apresenta um carácter opinativo e, afirma Cardoso:

não é mais do que o relato pessoal do jornalista sobre determinada ocorrência. (...) [Tem] o carácter de relato circunstanciado sobre situações, cenários e personagens a partir da observação do próprio narrador ou tendo como fonte de referência testemunhos diretos. A intenção da crónica é, explicitamente, recuperar episódios da vida social para o uso da posteridade, impedindo que os feitos do Homem caiam no esquecimento (2012, pp. 61-62).

Já Melo, no II Encontro Afro-Luso-Brasileiro (1988, pp. 41-42), apresenta três tipos de crónica: a crónica histórica – relata feitos, cenários e personagens; a crónica literária – um texto produzido por viajantes ou epistológrafos que traduzem as impressões das paisagens e gentes por eles vistas; a crónica jornalística – está nas colunas da imprensa para relatar acontecimentos quotidianos numa perspetiva pessoal. Assim, o *corpus* do nosso trabalho insere-se tanto na categoria das crónicas literárias como na das crónicas jornalísticas. Todos os autores relatam as impressões observadas, seja das pessoas, seja dos cenários, havendo igualmente referência a acontecimentos do dia a dia. São viajantes dentro do seu próprio país (como Fialho de Almeida) ou no estrangeiro (como Eça de Queirós ou Jaime Batalha Reis) e cronistas focando acontecimentos quotidianos numa ótica pessoal. Aliás, o jornalismo literário assenta na literatura de viagens, uma vez que os viajantes de Quinhentos eram também repórteres (Rodrigues, 1998, p. 82). Hartsock (2000) reforça esta ligação:

travel narratives, on their face, belong to a topical genre. (...) Literary journalism, (...) on the other hand, is fundamentally a modal genre, that of narrative. But travelogue clearly can be in the form of narrative as well; thus boundaries can disappear between travelogue and narrative literary journalism (p. 13).

A união entre os textos de viagens e os de jornalismo literário é, precisamente, a narrativa. Encontram-se, ainda, pontos de fusão entre estas duas formas de escrita: um texto de

viagens resulta de investigação, de um período de imersão no local e o processo de escrita envolve uma combinação de histórias interessantes, entrevistas e descrições. Também a subjetividade se encontra presente nestes textos (Stubbs, 2015, p. 139, 142). Conclui-se, assim, que a literatura de viagens e o jornalismo literário têm mais em comum do que à primeira vista poderia parecer.

Freitas aprofunda a crónica literária portuguesa:

A crónica literária, que parece porvir diretamente do Brasil, é aquela em que o cronista usa artifícios ficcionais para divertir os leitores, deliciar o público com um toque de frivolidade que, todavia, não exclui a crítica social.

A crónica latina é considerada uma das mais vivazes, muitas vezes por ser assinada por escritores-jornalistas (...).

A crónica na imprensa brasileira e portuguesa é um género jornalístico opinativo, situado na fronteira entre a informação de atualidade e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real que deve ter em conta a atualidade, oportunidade e a difusão para um amplo público (...). Mas também pode ser entendida como uma forma de expressão do jornalista-escritor para transmitir ao leitor o seu juízo sobre os factos, as ideias e os estados psicológicos pessoais e coletivos (Freitas, 2002, p. 61).

Estes aspetos poderão ser encontrados na escrita de Fialho de Almeida, um escritor-jornalista como tantos da sua época, apresentando uma escrita irónica com a função de crítica social, como veremos. Diz a este propósito Chorão: “[Fialho apresenta um] estilo jornalístico marcado pelo imprevisto, o subjetivismo, a truculência panfletária, o dom de uma escrita muito pessoal e elaborada (...) [e num] estilo convulsivo” (1993, p. 15).

No século XIX, os periódicos apresentavam na rubrica ‘Folhetim’ os textos que agora consideramos crónicas, alternando com pequenas narrativas ou novelas e romances. Na segunda metade deste século alcançam maior prestígio e autonomia. No início, os autores de crónicas eram chamados ‘folhetinistas’ e só mais tarde passaram a ser ‘cronistas’. Refere Outeirinho:

o folhetim enquanto espaço e estádio que se vê como transitório, o folhetim enquanto rito de passagem para muitos dos aspirantes a homem de letras ou ainda o folhetim enquanto espaço de indeterminação que autoriza a mudança, a

criatividade com as consequente redescrições do fazer literário, um espaço sem constrangimentos, a não ser, obviamente, os constrangimentos gráficos. Assomar à janela do folhetim é, no século XIX, uma forma de transpor a porta de entrada no mundo das letras. Assim, o folhetim é local de passagem para todo o postulante a literato, que transitoriamente o quer atravessar em busca de legitimação, de reconhecimento da crítica e do público leitor, possibilitando o acesso a um capital social que lhe abrirá portas não apenas no campo literário, mas também no exercício da coisa pública (n.d, pp. 105-106).

No periódico *Correspondência de Leiria*, dos primeiros em que colaborou ainda adolescente com dezassete anos (Anexo 1), Fialho de Almeida escreveu a sua primeira tentativa falhada de romance, o folhetim “Ellen Washington”, trinta e quatro números entre 21 de fevereiro de 1875 e 14 de maio de 1876, e o folhetim “Abadia de S. Cucufate (Página duma Carteira-Álbum)”, doze números entre 13 de janeiro e 24 de abril de 1877. Também o esboço de romance “Os Decadentes – A Baixa Aventura” foi publicado no jornal *Novidades* entre novembro de 1879 e março de 1880. Isto pode ser justificado com as palavras de Rita, que afirma que a escrita cronística é, muitas vezes, um laboratório de estilo (1998, p. 50). Podemos ainda acrescentar mais informação relativa às crónicas em análise:

O humor, a ironia, a caricatura, a arte da agressão verbal caracterizam estes textos, que circulam por vezes em folhetos autónomos, como é o caso d’*As farpas*, de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, e mais tarde d’*Os gatos*, de Fialho de Almeida, ou ainda em periódicos satíricos como *O António Maria*, de Bordalo Pinheiro (Bernardes, 1995, p. 1389).

Esta ironia e agressão verbal surgem pelas mãos de Fialho ao apontar o poder dos cronistas e a pouca exigência dos leitores:

as poderosas doutrinas dos pensadores, só chegam ao âmago da massa, por intermédio das fáceis e graciosas vulgarizações da crónica ligeira.

É o cronista que tem nas suas mãos o fazer derivar a opinião para a esquerda ou para a direita (Almeida, 1904, p. 194).

Por tudo o que foi dito, podemos dizer, como Reis e Lopes, que a crónica tem uma “dimensão paraliterária” (1994, p. 89).

Quanto à reportagem, o repórter transmite o que vê com uma linguagem clara, direta e criativa. Refere Freitas: “geralmente, a reportagem parte de um determinado acontecimento atual para fazer a sua interpretação complexa, utilizando a voz de todos os intervenientes na ação, encadeando-a com uma linguagem que até pode ser literária, narrativa e descritiva” (Freitas, 2002, pp. 66-67). Aliás, Godinho (2009) afirma mesmo que a reportagem deriva da literatura e só chega aos jornais depois de um debate sobre a essência da literatura no período entre as duas guerras mundiais.

A origem da palavra *reportage* surge na língua inglesa no século XIX através da junção de *cannage* (coscuvilhice) e *report*. “*Reportage* ficou assim como expressão que era usada para denunciar uma atividade de relatar algo com muito exagero e muita imaginação, coisa que a cultura inglesa desvaloriza completamente” (Godinho, 2009, p. 22). Foi durante a Guerra da Secessão norte-americana (1861-1865) que a palavra *reportage* tomou um sentido sério. Saliente-se que esta guerra trouxe mudanças ao jornalismo: a existência do telégrafo permitiu a escrita de palavras-chave que transmitiam o essencial da notícia – aparece o *lead*. Também a pirâmide invertida com a hierarquização dos factos advém desta situação (Godinho, 2009, p. 82). Foi ainda durante o período pós-guerra civil americana que surgiram os conceitos de ‘objetividade’ e ‘neutralidade’ como estruturantes do jornalismo (Godinho, 2009, p. 83).

Numa crónica de 1 de setembro de 1877, inserida na obra *Cartas de Inglaterra e crónicas de Londres* (n.d.), Eça de Queirós descreveu o “maior feito jornalístico de que há memória” (p. 271) realizado por um correspondente do *Daily News* na Batalha de Chipka, na Bulgária. Este repórter esteve durante três dias no local, tomou notas e estudou a situação “sempre no meio do fogo” (Queirós, n.d., p. 271). Enviou um telegrama de seis colunas e meia “descrevendo o combate, e os seus episódios, com um vigor, um colorido, um realismo, que fazem deste telegrama uma maravilha de informação, e um primor de literatura” (Queirós, n.d., p. 272). Depreendemos pelas palavras de Eça que o texto jornalístico do correspondente do *Daily News* seria um texto de jornalismo literário, uma vez que o repórter esteve imerso no local e descreveu o que se passou, a realidade, com um estilo literário.

Em Portugal, o género ‘reportagem’ foi introduzido nos finais de 1840. Antes, as informações eram obtidas através de correspondência, de informadores ou de outros jornais

nacionais e estrangeiros. Depois desta data, os jornalistas procuravam a notícia e desenvolviam-na com estilo e características próprias, sempre tendo em atenção a verdade. No entanto, Fialho de Almeida descreveu desta forma o repórter português:

O que é um repórter? O caixeiro de fora, do jornal. Um recetor e transmissor de casos, sem outra missão além de o inquirir imparcialmente nos locais onde eles se produzem, e de os trazer a julgar perante o critério do corpo de redação.

Pela sua subalternidade do ofício, e pela classe vaga e incompleta d'indivíduos donde entre nós o repórter é tirado, pressupõe-se que este funcionário não exceda um nível de cultura abaixo do mediano, nem na maior parte dos casos possa gabar-se dum dom de penetração por aí além. Porque entendamo-nos nisto: o repórter português não corresponde nitidamente ao repórter do jornalismo lá de fora. (...) Não é um homem de letras, e por outro lado falta-lhe educação que o transforme num crítico incisivo dos acontecimentos que desfilam (Almeida, 1992c, p. 85).

É notória a grande crítica aos repórteres, aqui ainda mal vistos pelo nosso autor, e não os colocando no patamar dos repórteres estrangeiros. Curioso é o facto de já aqui haver a referência ao “homem de letras” como sendo um aspeto importante a ter em conta no exercício jornalístico. Contudo, justifica a existência destes repórteres, uma vez que o público quer escândalos. Para tal, ele teatraliza, exagera e falsifica as situações.

Também Pinheiro Chagas, que escreveu o prólogo do livro de crónicas de Gervásio Lobato, jornalista literário português do fim do século XIX, tem a mesma opinião sobre o repórter português:

o jornalismo lá fora é uma arte, entre nós é um ofício. Aqui a notícia não tem cor, é banal ou pretensiosa, chata como um período da parte da polícia, ou retórica e declamatória como um parágrafo de artigo de fundo. (...)

Nos jornais portugueses quem dá a notícia é habitualmente um *reporter* boçal que não soube ver coisa alguma, que traz na algibeira a certidão de nascimento do réu, e o nome do polícia que o prendeu. O jornalista inteligente põe de parte a notícia do *reporter*, e vai colher pessoalmente as informações. A notícia, que faz depois, é profundamente verdadeira, e notavelmente dramática (Lobato, 1911, p. vii).

Outro autor que põe em evidência o estado do jornalismo português é Paulo Osório, jornalista literário que também analisamos neste trabalho. Afirmar que os repórteres são mal pagos para “correr Lisboa de ponta a ponta em cata do caso sensacional, do crime, do roubo, da chegada real, da sessão solene, da crise do ministério, ou do ministro” (Osório, 1908, p. 67). Acrescenta que estes repórteres escreverão com uma “minúcia de detalhe” para suprir as suas “minguadas qualidades de prosador” (Osório, 1908, p. 67). Pelo contrário, Ramalho Ortigão afirma que o repórter da *Pall Mall Gazette* recorre a “ênfase apocalítica, (...) invocações bíblicas, (...) pomposo desenvolvimento de metáforas teogónicas (...), o pregão da barraca, o retórico ardor do proselitismo feirense” (1943, p. 46). Uma opinião negativa do tipo de jornalismo praticado pelo periódico de W. T. Stead. Aliás, Eça de Queirós partilha a mesma opinião sobre a imprensa em geral, quando afirma “que na Europa e na América a imprensa é superficial, lingüística e sectária” (Queirós, 1981a, p. 132), o que faz com que não seja educadora, mas sim “uma viciadora do espírito e dos costumes” (Queirós, 1981a, p. 132). Estas afirmações surgem na sequência de uma acusação que o Sr. Brunetière⁹ faz à imprensa: é superficial, bisbilhoteira e sectária (Queirós, 1981a, p. 131). No entanto, salvaguarda o *Times*, por exemplo, explicando que os defeitos apontados pelo autor francês se aplicam em diferentes proporções, de acordo com o temperamento da raça e das condições funcionais dos jornais. É o caso do jornalismo português e espanhol que, no seu entender, possuem as características apontadas por Brunetière (Queirós, 1981a, p. 131).

Fialho menciona também os jornalistas que realizam entrevistas e que deverão apresentar certas características:

o entrevistado é o repórter em diplomata, o homem encarregado de sujeitar a um questionário, os heróis do dia, e de inferir das respostas obtidas, um certo número de quesitos fulgurantes. Para o desempenho destas altas funções, carece o repórter de ter figura, um certo *aplomb* de homem batido, monossílabos profundos, e mais que tudo aparências de boa sociedade (Almeida, 1992c, p. 88).

No entanto, e na opinião de Fialho, esta figura não é muito bem vista, pois no estrangeiro tem a fama de conseguir as informações confidenciais; no nosso país a situação não é tão grave “dada a mediocridade estofa de quase todos” (Almeida, 1992c, p. 89). Exemplo disso é o caso da entrevista realizada a D. Pedro II, Imperador do Brasil, em que as perguntas feitas pelo

⁹ Ferdinand Brunetière (1849-1906). Escritor e crítico francês que chegou a editor da *Revue des Deux Mondes* em 1893.

jornalista tinham apenas preocupação com a roupa do entrevistado (Almeida, 1992a, pp. 154-157). Também Ramalho Ortigão, em *John Bull* (1943), salienta a importância da entrevista no jornalismo contemporâneo (p. 45).

Porém, Fialho vai continuar a atacar os jornalistas portugueses pela sua postura: “o jornalista de agora, enérgico, pimpão, lesto em moral, intransigente em fórmulas de honra, desabusado porém de todas as crenças, batido de todas as misérias, esfomeado de todos os prazeres” (Almeida, 1904, pp. 212-213). Acrescenta: “o que os jornalistas todos os dias fazem (...); o que fazem todos os dias os gazetilheiros e os folhetinistas (...), não será porventura uma mascarada pitoresca, bizarra, um pouco cínica, macabra e sempre diversa” (Almeida, 1904, p. 80).

Esta visão negativa relativa ao jornalismo em geral surge em vários momentos da obra de Fialho. Afirmo o autor:

A depressão moral do jornalismo português é coisa assente, e urgiria remodelar os processos de fazer jornal, por maneira a pedir responsabilidade aos escritores pelo que escrevem, e a subordinar a fatura geral de cada número de periódico ao visto do redator principal (...). Tirante a redação política, onde se agrega o melhor do pessoal de cada coio d’imprensa, o resto, salvo exceções raríssimas, é uma piolharia de irresponsáveis que fazem vida d’aguardar emprego, e enquanto esperam, jantam e ceiam d’andar pela cidade a disputarem-se uns aos outros os escândalos ocorridos, a ver qual no dia seguinte os dará mais picantes de nomes e detalhes. [As outras secções do jornal ficam] à mercê das anquiloses morais e mentais do pessoal inferior, para em breve torná-lo numa espécie de porto fraco de tolices, de inexatidões e de denúncias (Almeida, 1992c, p. 84).

Para Fialho, a preocupação dos redatores para com os aspetos políticos da sociedade fez com que o público considerasse a imprensa odiosa e não a considerasse credível e por várias vezes critica as peças jornalísticas cuja preocupação principal é o sensacionalismo e não a verdade. Já na secção “Correio de Lisboa”, do periódico *Correspondência de Leiria*, Fialho de Almeida fala dos jornais da capital: “Neles vem diariamente tudo o que fere pelo escândalo, pela toleima, pela originalidade, pela velhacaria. (...) [Neles] encontramos notas sinistras e burlescas, numa confusão pitoresca e coloridamente vivaz” (23 de janeiro 1876). Mais tarde, numa crónica da obra *Pasquinadas* (1904), confirma a mesma situação:

a noção de verdade é coisa secundária, sempre que se trate de chegar à evidência, por uma crítica ou *interview* de sensação.

Nem os nomes de míseros (...); nem os recônditos segredos de que depende o futuro de uma família; nem os arranques de dor de um pai ferido na sua honra, pelos desvarios de um filho pródigo; nem o desespero de um marido a quem fugiu a mulher com um criado – nada, absolutamente nada aquelas criaturas respeitam, reticenciam, atenuam, comprazendo-se no escândalo” (Almeida, 1904, p. 311).

Continua a mesma ideia:

a imprensa deixou de ser a voz da inquietação pública, [os jornalistas] torceram o espírito de controvérsia de que vive o jornalismo (...) em testemunho falso e vilipêndio: a bela e calma linguagem falada outrora, nas pugnas vivas, porém nobres, do fonal, eles a tornaram numa aravia de polhastros e michelas, dúbia e inviril, sem alcance nem ódio, que se vomita pelas enfrestaduras da vergonha, em vagalhões de inqualificáveis grosserias” (Almeida, 1904, p. 213).

Noutros países, a situação é diferente. Afirma Fialho que o jornalismo é importante em Inglaterra ou França, tudo passa pelos jornais, de lá sai a energia para todos os outros setores da sociedade. Pelo contrário, a imprensa em Portugal não produziu nada de bom ou educador. Quanto aos jornalistas, pretendem fazer da redação “elevador para uma aposentadoria” (Almeida, 1904, p. 216), não há entre esta classe um grande homem de letras ou de espírito, crítica feita anteriormente ao repórter. Esclarece que os jornais foram fundados com interesses políticos “ou para fazer ganhar dinheiro a um imbecil” (Almeida, 1904, p. 216), “cedendo a um furor d’informação mais atiçado pelo amor do lucro do que investido de propósitos justiceiros” (Almeida, 1992c, p. 83). Acrescenta ainda: “o jornalismo é um sítio de passagem, uma espécie de *mauvais lieu que l’on avoue*, como dizia Chamfort, e onde cada qual se demora o menos que pode” (Almeida, 1904, pp. 216-217). Assim, “nenhum homem de talento pode fazer do jornal a sua obra” (Almeida, 1904, p. 217).

Fialho apresenta também um contraste entre o jornalismo de antigamente e o presente: em tempos idos, o desprezo pelos artistas revestia-se de cordialidade; atualmente é diferente:

na interpretação de questões estranhas à política, quase sempre se alia a matreirice à incapacidade. Os livros que aparecem não inspiram a curiosidade de ninguém. Há uma exposição de arte, ninguém fala. Os artigos de teatro são uma lástima a fazer rir” (Almeida, 1904, p. 221).

Na *reportage* dos *faits divers* abusa-se do escândalo, as deliberações dos magistrados são afetadas pelo que se escreve, deturpam-se factos “consoante as flatulências do génio em que amanhece” (Almeida, 1904, p. 221). O jornalismo contemporâneo de Fialho de Almeida não dava, na sua opinião, a devida importância à cultura. Na verdade, este autor dedicou muitas das suas crónicas à arte, principalmente às exposições de pintura e ao teatro. Contudo, e relativamente ao sensacionalismo, não podemos esquecer que um dos temas fialhistas que trataremos na terceira parte do nosso trabalho é precisamente o crime e a miséria da cidade, apelando às emoções dos seus leitores. Apesar de algum embelezamento literário, os seus textos são baseados na verdade e não são inventados, característica do jornalismo literário. A sua desilusão para com o jornalismo era de tal forma que afirmou: “o jornalismo miúdo está entre nós tomando uma feição tão pouco nobre, que inutilizá-lo seria quase uma obra de razão.” (Almeida, 1992a, p. 154).

Ideia semelhante apresenta Barros Lobo, outro jornalista literário português contemporâneo de Fialho, que também critica o jornalismo português, uma vez que não é como o estrangeiro, que tudo faz para obter informações fiáveis e verídicas. Pelo contrário, “o jornalismo lisboeta optou decididamente, com magnanimidade, pelo sentimentalismo” (Lobo, 1887, p. 179). A propósito dos suicídios, afirma este autor:

e foi então que se viu, no noticiário indígena, alargar-se desmesuradamente a secção dos desastres: eram pessoas que caíam de quartos andares, por descuido; pessoas que bebiam petróleo em vez de água da Companhia, por descuido; pessoas que despejavam revólveres no crânio, por descuido; pessoas que escorregavam para o Tejo ou se degolavam... tudo por descuido” (Lobo, 1887, pp. 179-180).

Na opinião de Barros Lobo, seria melhor que os jornais não recorressem a estas informações sensacionalistas e antes contassem a verdade para evitar mais casos de suicídios, “contá-los em toda a sua verdade realista de dor, de miséria, de decadência de uma raça, de motivos sórdidos ou simplesmente grotescos” (Lobo, 1887, p. 181).

Deixando de lado a opinião de Fialho de Almeida e de outros jornalistas literários do final do século XIX, regressamos à densificação dos textos de jornalismo literário para nos dedicarmos à reportagem como outra forma textual deste género. Olinto (1955) afirma que o repórter tem contacto com a realidade e tem como missão transmitir essa realidade às pessoas, revelando o que viu, ouviu e sentiu. Considera que a reportagem é semelhante ao conto, uma vez que ambos procuram o que é importante num facto. Mesquita (2010) mostra a mesma ligação entre reportagem e conto:

Não é difícil encontrar aproximações com as muitas formas da Literatura em prosa, assim a predominância da forma narrativa, a humanização do relato, personificando-o ao máximo, a nota de subjetividade do sujeito do discurso e a objetividade dos factos narrados podem ser apontadas como as principais características da reportagem. Prender o leitor até ao final de um texto, sobretudo quando este é longo, não é fácil, e a força da narrativa da reportagem, à semelhança do que acontece no conto prende-se com este facto. Todo o texto se quer claro, exige-se clareza mais não seja porque esta também está ligada com a objetividade e com a compreensão quase imediata da mensagem por parte do leitor. Pode-se dizer, para finalizar, que a reportagem é uma espécie de conto do Jornalismo – é o conto jornalístico (p. 79).

A prová-lo temos, precisamente, Fialho de Almeida. Em certos textos fialhianos há uma grande dificuldade em distinguir a ficção da realidade, a reportagem do conto como, aliás, detalhamos na Parte III deste trabalho. Coelho afirma ainda a propósito dos textos jornalísticos em análise:

[A crónica e a reportagem são] uma literatura *sui generis*, que vive do imediato, do transitório, e procura captar o interesse do leitor apressado ou negligente; caracteriza-se pela brevidade, pela concisão, pela oportunidade, muitas vezes pelo atrativo do sensacional. Mas sucede que, mais tarde, crónicas ou reportagens coligidas em volume se mostram capazes de atravessar incólumes o tempo (1994, p. 504).

Por seu lado, Guilherme de Azevedo, na sua *Crónica ocidental* (2016) de 15 de julho de 1878, apresenta o que é para si a crónica, outro texto de jornalismo literário, segundo ele já há muito com características definidas:

A crónica deve falar do último livro notável, do último quadro célebre, da última caricatura, do último dito, do último rapto, metendo a mão no saco das galantarias quotidianas e enfileirando, como em cima de uma *étàgere*, os mais recentes *biblots* da moda (p. 75).

Como veremos pela análise de textos de jornalismo literário, todos estes aspetos mencionados por Guilherme de Azevedo estarão presentes nos vários autores estudados.

Gomes apresenta a ideia da importância da crónica e da reportagem:

Quando autênticas e profundas, a reportagem, a crónica e até o artigo se encontram na fronteira mesmo entre o jornalismo e a literatura. Jornalismo, porque é a atualidade quem os comanda; mas literatura também, enquanto expressão de uma personalidade literária, de um estilo (1994, p. 2).

Dacosta vai mais longe: “o grande pilar da nossa literatura e do nosso jornalismo é, aliás, o mesmo – a crónica. Foi na crónica onde eles [jornalistas-escritores] foram mais longe, mais originais, mais livres, mais enriquecedores” (1994, p.2).

Gomes afirma também que o jornalismo não é “pura objetividade”, nem a literatura é totalmente subjetiva. No entanto, o texto jornalístico ganha em estilo o que perde em compreensibilidade imediata quando se recorre a uma linguagem literária. Esta questão da objetividade / subjetividade levanta-se com o jornalismo literário, como vimos acima no excerto de Maria Teresa Horta. Como dizia o físico Heisenberg, “what we observe is not nature in itself but nature exposed to our method of questioning” (1971, p. 57). Ou seja, a observação começa logo por ser subjetiva. No entanto, as ações transcritas nos textos de jornalismo literário são verdadeiras, são factos. Assim, o jornalismo literário apresenta a subjetividade do seu autor uma vez que, segundo Connery, “a literary journalistic account did not just record and report, interpreted as well” (2008, p. 6). Porém, o jornalismo literário tentou reduzir o espaço entre sujeito e objeto, ou seja, diminuir a subjetividade.

Diz a este propósito Trindade que o jornalismo literário coincide com o aparecimento de outros meios de comunicação, como a fotografia, assim como os constantes apelos à objetividade do relato e à fiabilidade das notícias jornalísticas coincidem com o aparecimento de outros meios de comunicação, como o comboio, o telégrafo ou o telefone, que permitiram uma maior rapidez e precisão nos relatos jornalísticos (2006, p. 26).

Gomes coloca ainda uma questão pertinente para o trabalho em curso:

Como designar livros que não passam também da compilação, mas agora de crónicas, publicadas em papel de jornal ou de revista? São ainda jornalismo, apesar dos seus novos suporte e consequente espaço temporal de apreensão, ou já literatura, que de resto logo foram para alguns, quando publicadas na imprensa? (1994, p.3).

Este autor afirma que as compilações de crónicas não serão rejeitadas pela literatura, uma vez que a crónica “é o género jornalístico mais próximo do que se entende, correntemente, por literatura” (1994, p. 3).

Assim, podemos concluir que o termo ‘jornalismo literário’ apresenta, desde sempre, desafios de definição, mas devemos compreender que os textos que dele fazem parte são híbridos. São textos jornalísticos com recurso a técnicas literárias e, como afirma Soriá,

o jornalismo mais ou menos literário contribuiu para fazer e desfazer mentalidades, ideologias e estados de opinião; foi o grande incentivo para a configuração do que se designa de opinião pública; foi uma ferramenta de educação e propagação de gostos, costumes e concepções do mundo de uma extraordinária eficácia. O nosso mundo, tal como é neste momento, é impensável sem isto (2001, p.194).

E sendo um fazedor e desfazedor de mentalidades e de ideias, o jornalismo literário fá-lo através da comunicação das ideias do jornalista sobre a realidade que este observa. Em Portugal, como noutros países, o final do século XIX viu crescer este género pela mão de escritores, consagrados agora como então.

1.4 - Jornalistas literários portugueses na viragem do século

O último quartel do século XIX em Portugal viu uma grande agitação no meio cultural. A chamada Geração de 70 protagonizou o episódio de maior relevância para alertar as consciências relativamente a vários aspetos da sociedade de então: as Conferências do Casino. Nomes como Adolfo Coelho, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queirós, Germano Vieira Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, Joaquim Pedro de

Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Saragga ou Teófilo Braga tinham no seu programa falar sobre a educação, o socialismo, a república, o positivismo, a religião, a literatura e o Realismo. Tendo acontecido apenas quatro das nove conferências previstas, foi na voz de Antero de Quental que se manifestou o desagrado profundo relativamente à situação do país. Com o título “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”, este autor apresentou as razões para a decadência de Portugal. O Concílio de Trento e o catolicismo através dos dogmas e da Inquisição atrofiaram o espírito crítico que existira. O absolutismo deu todo o poder à nobreza, privando o povo da liberdade de que usufruía. As conquistas longínquas no Oriente foram outra das causas da situação que se vivia no momento, “um mundo escuro, inerte, pobre, ininteligente e meio desconhecido” (Reis, 1990, p. 101). Apesar do tom negativo, Antero de Quental cria na regeneração: “somos uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno: regenerar-nos-emos abraçando francamente esse espírito” (Reis, 1990, p. 125). Através do Socialismo e da revolução poder-se-ia repor Portugal na sua grandeza ideal.

São nomes da Geração de 70, entre outros, que integram o grupo dos primeiros jornalistas literários portugueses. E Santana justifica o sucesso da crónica nesta época por ser “um espaço privilegiado para o debate de ideias, para a crítica social e política, para a difusão de novos padrões estéticos e culturais” (2001, p. 127). São também as fases de crise ou de indefinição de valores que permitem um discurso humorístico e irónico, como o que vislumbramos nos jornalistas literários em estudo. Eça de Queirós, Oliveira Martins, Batalha Reis ou Ramalho Ortigão registaram em crónicas as suas impressões deste Portugal decadente, mas não só. Estes homens consideravam o jornalismo um veículo para expor os males da sociedade portuguesa, como a corrupção política, os elevados níveis de analfabetismo e de pobreza que a dinamização fontista a nível das infraestruturas e da indústria não conseguiu esbater. As viagens a Inglaterra proporcionaram olhares sobre um ‘outro’ povo, considerado superior a Portugal por aproveitar com trabalho e indústria o que as suas colónias fornecem:

A Inglaterra com a Índia, com a Austrália e com o comércio do mundo explora, combate: mas a riqueza adquirida fixa-a no seu solo, pela sua poderosa indústria, e pela sua agricultura, talvez a mais florescente do mundo. Por isso a prosperidade da Inglaterra há dois séculos tem sido a admiração e quase a inveja das nações (Reis, 1990, p. 120).

Porém, vemos ao mesmo tempo um país que oprime os mais fracos. Não podemos esquecer que, com Portugal, também se exerceu esse poderio aquando do *Ultimatum* em janeiro

de 1890. Foi então esta geração de jornalistas inconformados que se inspiraram nos seus contemporâneos ingleses, influenciados pela literatura francesa dos movimentos Naturalistas e Realistas, que queria revolucionar o panorama do jornalismo português. (Soares, 2015, pp. 68-69).

Eça de Queirós, em conjunto com Ramalho Ortigão, iniciou a publicação mensal de *As farpas*, ao estilo de *Les Guêpes* (1839-1849), do francês Alphonse Karr. Com a colocação de Eça como cônsul em Havana em novembro de 1872, Ramalho continua o projeto até 1882. Estes textos focam temas como a educação, aspetos da sociedade, a política ou o jornalismo com humor e ironia:

As Farpas was a periodical devoted to the portrayal of the news of the day. Issues such as shameful illiteracy levels, political corruption, economic frailty and a stagnant press were not just presented; they were commented upon, dissected, reasons given, consequences extracted. Royal visits and parliamentary debates were given coverage which went beyond the mere enunciation of facts. These were interpreted in such a way that the reader is clear about the author's position, often a position of denunciation of evils, similar to what international New Journalists were writing (Soares, 2015, p. 70).

Como afirma Soares, o estilo adotado por estes jornalistas seria suficiente para se afastarem da maneira corrente de informar em Portugal. Estes autores faziam-no dirigindo-se diretamente ao leitor, não faziam questão em serem imparciais e o humor permitia revelar abertamente o que estava errado na sociedade portuguesa de fim de século (2011, p. 121). Como revela o próprio Eça de Queirós numa carta a Joaquim de Araújo de 28 de fevereiro de 1878 e inserida na coletânea *Notas contemporâneas*, “o primeiro fim de *As farpas* foi promover o riso. O riso é a mais antiga e ainda a mais terrível forma de crítica” (Queirós, 1981b, pp. 14-15). E era através do riso que os autores daqueles textos queriam “obrigar a multidão a *ver verdadeiro [sic]*”, uma vez que esse era o um dos fins da arte realista, segundo Eça de Queirós (Queirós, 1981b, p. 15).

Outros textos destes autores serão também motivo de reflexão no nosso trabalho. Eça de Queirós (1845-1900) foi, entre outras atividades, jornalista e diplomata sucessivamente em Havana em 1873, Newcastle (1874-78), Bristol (1878-1888) e finalmente em Paris, até à data da sua morte, em 1900. Aquando da sua estada nas cidades inglesas escreveu textos que foram

publicados no jornal portuense *A Actualidade*, entre 14 de abril de 1877 e 21 de maio de 1878. Mais tarde colaborou na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro entre 1880 e 1897. Nos dois primeiros anos desta parceria escreveu crónicas sobre a mesma temática da Inglaterra. Tendo sido compiladas posteriormente com vários nomes, em 1970 surge a coletânea de crónicas com o título *Cartas de Inglaterra e crónicas de Londres*, que apresenta a maioria dos artigos sobre Inglaterra publicados nos dois periódicos mencionados - e aprofundados por Miné (1986, pp. 11-13). Nestas crónicas encontramos mais uma vez assuntos variados relativos a Inglaterra: os livros, a *silly season*, a educação, a família real, aspetos políticos da época, como a situação na Irlanda ou a presença inglesa no Egito.

A sua permanência em Paris também resultou em textos de imprensa semelhantes. *Cartas de Paris* é uma compilação das crónicas escritas para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, entre 1888 e 1897. Esses textos foram reunidos por Luís de Magalhães em dois livros póstumos: *Ecos de Paris* (1905) e *Cartas familiares e bilhetes de Paris* (1907). Em 1909, o mesmo escritor reuniu as crónicas da *Revista Moderna* (fundada em Paris por Martinho Botelho em 1897 e com vida até 1899) na obra *Notas contemporâneas*. Nestes textos, Eça falava de assuntos diversos, de aspetos pitorescos, elegantes e até fúteis da vida francesa, destinados a revelar Paris a um público distante, mas ávido de receber informações parisienses (Martocq, 2001, p. 5). Aliás, o próprio Eça de Queirós explica esta necessidade do seu público no artigo intitulado “Paris e Londres” (24 de julho de 1880), ao referir que a “multidão contemporânea” considera as cidades de Paris e Londres como as mais interessantes do mundo, pelo que “corre a observar a sociedade, a penetrar-se dela, onde ela é mais original, mais complexa, mais rica, mais pitoresca, mais episódica, em Paris e em Londres: ao resto da terra pede apenas cenários de Natureza, relíquias de arte, trajes e arquiteturas...” (Queirós, 1981, p. 7). Assim também se justifica o interesse de vários autores que viajaram para estas capitais e sobre elas escreveram, reportando as suas impressões das mesmas. De tal forma que o modelo se tornou exagerado: “o modelo das duas cidades é tão invasor que, quanto mais uma raça se desoriginaliza, e se perde sob a forma francesa ou britânica, mais se considera a si mesma civilizada” (Queirós, 1981, p. 9). Esta crítica pode observar-se em obras ficcionais deste mesmo autor, como é o caso de *Os Maias* (1888), ou até em Fialho de Almeida, como veremos, a propósito da nova Avenida da Liberdade, cópia das avenidas parisienses, como a Avenue Foch (Le Cunff, 2003, p. 183).

Já Ramalho Ortigão (1836-1915), também ele jornalista, viajou por vários países. Dessas viagens resultaram muitos textos que se compilaram em livros, não com a intenção de

ensinar nada a ninguém, mas apenas de conversar (Ortigão, 1958, p. 7). Justifica a sua necessidade de sair da sua terra: “a cidade é pequena e o passeio é pouco. Quer-se a viagem, a liberdade, a largueza da terra, a vastidão do mar e a amplidão do céu – o mundo!” (Ortigão, 1958, p. 10). Da sua passagem pela capital inglesa surgiu *John Bull. O processo Gordon Cumming, Lord Salisbury e correlativos desgostos* (1887). Como Eça e seus contemporâneos, alude a aspetos vários da vida inglesa que serão tidos em linha de conta no nosso trabalho. Nesta obra, o autor justifica também o gosto pela Inglaterra e, mais uma vez, esta nação aparece como superior: “a pátria dos grandes homens, a terra em que se produziram grandes sentimentos e grandes ideias, (...) o berço dos primeiros educadores da alma humana no decurso do presente século” (Ortigão, 1958, pp. 60-61). Aqui encontramos referências a William T. Stead e também descrições dos bairros degradados no *East End* londrino, com o propósito de comprovar a situação descrita por Stead no artigo “Maiden tribute”, já referenciado. O facto de dar visibilidade ao sofrimento das classes menos privilegiadas faz de Ramalho Ortigão o equivalente aos “novos” jornalistas britânicos (Soares, 2011, p. 127). Como viajante, não deixou de referir marcos turísticos a visitar, mas revelou também estatísticas para provar o seu interesse em partilhar a verdade (Soares, 2011, p. 127). E este autor foi, através d’*As farpas*, um mestre para Fialho de Almeida, como já referimos.

Mas Paris foi também um destino de eleição. *Em Paris* (1868) relata as suas experiências por esta capital, descrevendo hábitos, episódios, locais e pessoas com quem se cruzou. *Pela terra alheia* (1878-1910) é composto por dois tomos. No primeiro, encontramos artigos sobre Espanha; no segundo, relata-nos viagens pela Argentina, França, Alemanha e Itália. Apenas nos debruçaremos nas páginas dedicadas a França, uma vez que Paris é uma das capitais em análise no nosso trabalho. Em *Notas de viagem. Paris e a Exposição Universal (1878-1879)*, o autor revela as suas impressões da cidade durante a Exposição Universal de Paris de 1878. Os textos destas duas obras foram inicialmente publicados na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro.

10

As farpas foram a primeira tentativa de retratar uma época e questionar uma sociedade. Outras se seguiram, nomeadamente *Os gatos*, de Fialho de Almeida, ou o jornal *O António Maria*, de Rafael Bordalo Pinheiro. Como afirma Almeida, “Fialho, nos seus *Gatos*, é bem o continuador do projeto crítico de Eça e Ramalho (...). Mas, diferentemente de Eça e Ramalho,

¹⁰ Para as visões de Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins sobre Londres, confira-se a tese de doutoramento de Maria Isabel Soares Carvalho Santos (2007).

Fialho optará não pela ironia mas pelo sarcasmo e pela invetiva” (1996, p. 23). No entanto, Pimpão, na introdução do primeiro volume de *Os gatos*, declara que foi de Ramalho que Fialho bebeu “o essencial da matéria crítica, a temática religiosa, política, social, pedagógica e artística” (Almeida, 1992a, p. 21).

Mas já em 1867, quando colaborava com o periódico *Distrito de Évora*, Eça de Queirós demonstrava a sua atitude perante o jornalismo: “o jornalismo ensina, professa, alumia sobretudo; é ele o grande construidor do futuro; (...) mostra a revolução lenta, serena, imensa, pela qual a humanidade transforma e refaz o seu destino no sentido da justiça” (Queirós, 1980b, p. 17). O desejo de reforma notava-se antes das Conferências do Casino. Relativamente à crónica, percebemos que o jornalista devia ser um repórter interessado numa grande variedade de assuntos, não temendo perder o tom imparcial e pretendendo manter um contacto próximo com o leitor. O jornalista não devia apenas informar corretamente, mas também interpretar e intervir pelo poder da palavra. Ou seja, o jornalista estava comprometido com a verdade, mas não devia descartar a sua própria subjetividade (Soares, 2014, p. 115), como Eça refere sobre a crónica: “tem uma pequena voz serena, leve e clara, com que conta aos seus amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando” (Queirós, 1980b, p. 101).

Jaime Batalha Reis (1847-1935), à semelhança de Eça de Queirós, foi também cônsul em Inglaterra (em Newcastle a partir de 1882 e em Londres desde 1898 até 1911). Participante ativo da sociedade inglesa, as crónicas da secção “Revista Inglesa” no jornal *O Repórter* em 1888 e no periódico brasileiro *A Gazeta de Notícias* entre 1893 e 1896 são o resultado dessa envolvimento numa cultura considerada superior pelos intelectuais portugueses da época e com a qual mantinha uma relação de séculos (Rosa, 2009, p. 13). Conhecendo bem a realidade inglesa, pois de facto andava por Whitechapel, frequentava os museus e dava palestras em várias sociedades britânicas, as suas crónicas mostram a realidade do maior império do mundo na época. Se, por um lado encontramos referências ao nevoeiro, à educação, à mulher, aos políticos e à política, à família real, por outro viajamos com o jornalista ao lado obscuro de Londres, cidade de miséria, de decadência económica e social e de crimes, como o de Jack, o Estripador. Recorrendo também à ironia, vemos traços comuns tanto nos temas como na forma da escrita de Batalha Reis e de Eça de Queirós:

Both Queirós and Reis were open critics of British imperial policies, and both voiced such views in a journalism that is now considered literary. Their pieces, well-informed and researched, were also passionate. The news they reported was

often illustrated with scenes and dialogue. Linguistically, their journalism, usually written in the first person, abounds with adjectives and adverbs, other markers of subjective, opinionated discourse. Through their literary journalism, readers in Portugal and Brazil were given vivid images of life in England (Soares, 2016, p. 143).

Os textos de Batalha Reis também nos servirão para perceber as semelhanças visualizadas por este autor e por Fialho.

Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894) escreveu igualmente sobre a imagem dos ingleses. Na sequência de uma viagem a Inglaterra em 1892, *A Inglaterra de hoje*, uma coletânea de artigos sobre a realidade inglesa destinados ao periódico brasileiro *Jornal do Comércio*, espelha a sua visão sobre os britânicos e sua forma de vida, “uma impressão sintética do estado atual de uma das três, ou quatro, grandes nações do mundo” (Martins, 1951, p. 7). Afirma ainda, como Eça, que “quem quiser farejar a Europa, o sítio onde deve ir é a Inglaterra” (Martins, 1951, p. 9), o país que domina economicamente o continente europeu. Os artigos vindos a lume inicialmente no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro surgiram sob a forma de livro no ano seguinte e serão um dos elementos de comparação com Fialho de Almeida, uma vez que também ele fez descrições pormenorizadas e deixou transparecer a sua interpretação de uma realidade Outra que já havia sido descrita e que seria presenciada por ele.

Soares afirma que Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis e Oliveira Martins foram os precursores de um jornalismo diferente em Portugal no final do século XIX (2011, p. 131) e que o jornalismo literário português teve as suas raízes no *New Journalism* do século XIX, à semelhança do jornalismo literário inglês (Soares, 2015, p. 68). Reforça a autora que em Portugal havia uma geração de jornalistas inconformados que se inspiraram nos seus contemporâneos ingleses, influenciados pela literatura francesa dos movimentos Naturalistas e Realistas e que queria revolucionar o panorama do jornalismo português. Pretendiam aproximar o jornalismo do público e expurgá-lo da sua imparcialidade e consideravam-no um veículo para expor os males da sociedade portuguesa: a corrupção política, os elevados níveis de analfabetismo e de pobreza. A atenção que deram a assuntos internacionais devido a carreiras diplomáticas, principalmente em Inglaterra (Soares, 2015, pp. 68-69), fez com que estes autores se debruçassem essencialmente sobre a realidade inglesa, contudo necessitamos de incluir também outros jornalistas literários que mostraram a sua visão de Portugal e, nomeadamente, da cidade de Lisboa. Fialho de Almeida foi um deles.

Ainda adolescente, começou a escrever as suas crónicas na *Correspondência de Leiria* entre 22 de novembro de 1874 e 13 de maio de 1877 sobre a sociedade lisboeta. Este alentejano de Vila de Frades que veio estudar para Lisboa em 1866 e que começou a trabalhar numa farmácia no Largo do Mitelo, cinco anos depois revelava já nas suas primeiras crónicas características do jornalismo literário que iria mais tarde desenvolver em textos mais maduros: a deambulação pela capital de Portugal, a construção de cenas, a crítica sem piedade. O gosto pela escrita não se manifestava apenas nas crónicas deste periódico na secção “Correio de Lisboa” ou “Folhetim”. Nelas falou de Lisboa, mas também de Sintra e de Cascais, assim como do sistema de educação.

Vários foram os autores que Fialho leu e que lhe deixaram marcas. É o caso de Camilo Castelo Branco, que Fialho idolatrava, pois considerava-o “o primeiro escritor português do nosso século” (Almeida, 1969, p. 67), Alexandre Herculano, Almeida Garrett ou Júlio Dinis. Não podemos esquecer Eça de Queirós que, através d’*As farpas* (1871) primeiro e de *O crime do Padre Amaro* (1875) depois, o introduz na nova estética do Realismo-Naturalismo. Afirma Fialho a propósito desta última obra: “Guardo preciosamente esse texto, a quem devo um reviramento mental, tão intenso que bem poderia ser comparado a um desabamento. Porque escuso dizê-lo: era o primeiro livro da arte nova, que chegava à desconsoladora penumbra em que eu então vivia” (Almeida, 1969, p. 110). Na obra aprecia o detalhe, o diálogo onde ressalta a verdade crua com sarcasmos e colorido extraordinário, a construção das cenas, a vida pormenorizada de uma cidade de província (Almeida, 1969, p. 111). Porém, anos mais tarde, critica Eça de Queirós quando refere que prefere a versão definitiva de *O crime do Padre Amaro* às outras: “eu prefiro-lhe, ainda assim, salvo num ponto ou outro, a edição definitiva, mais sóbria e por isso mais lúcida, onde não predomina, como na última, a intenção de deslumbrar por detalhes escusados e multiplicidade de tipos” (Almeida, 1969, p. 113) (a obra foi inicialmente publicada em folhetins na *Revista Ocidental*, de Fevereiro a Maio de 1875; no ano seguinte foi revista e publicada em livro, na então chamada edição definitiva; em 1880 surgirá a terceira versão - segunda edição em livro - revista e modificada ao nível da intriga). Mais tarde critica ainda *Os Maias*, num artigo que integra o volume *Pasquinadas* (20 de julho de 1888), depois de ter sido publicado em *O Repórter*, em julho de 1888. Nele critica a dispersão narrativa do romance, a grande preocupação com o retratar o meio que leva à perda no acessório, o facto de as personagens serem mal delineadas sem vida interior, meras caricaturas ou esboços. Além disso, afirma que Eça está fora de Portugal e escreve sobre uma realidade que não está a vivenciar. As personagens aristocráticas e o meio em que circulam é o oposto do

que Fialho de Almeida descreve. Finalmente, o artigo inicialmente publicado em 16 de Setembro de 1900 no *Brasil-Portugal* por altura das cerimónias fúnebres nacionais de Eça e incluído em *Figuras de destaque* foi o culminar de uma desavença antiga e que terá contribuído ainda mais para o seu afastamento da cidade de Lisboa e do meio literário. Neste texto, Fialho é extremamente violento, quer na descrição física de Eça, quer nas suas características literárias. Também a inauguração da estátua ao escritor o irritou: “faltou-lhe o carinho, a consideração – e isso magoou-o muito – que rodeou o grande escritor dos *Maias*” (Brandão, 1969, p. 48).

Através de *O crime do Padre Amaro*, Fialho foi introduzido a outros autores, como Proudhon, Renan, Taine, Flaubert e Zola, que lhe mostrou “a tragédia da rua, com os seus novos heróis” (Franco, 2002, p. 12) e modelo para os seus contos e crónicas: “foi no ambiente sulfúrico de uma apagada botica de bairro popular, nas traseiras do Desterro, que nasceu o Fialho crítico e o Fialho narrador das misérias físicas e morais dos aglomerados urbanos proletários” (Franco, 2002, p. 15). Na verdade, a sua má experiência enquanto aluno no Colégio Europeu e a vida na farmácia proporcionaram-lhe por experiência própria as condições adversas das classes desfavorecidas na capital portuguesa do fim do século XIX. Se a influência de autores franceses é notória em Fialho de Almeida¹¹, até pela enorme quantidade de expressões dessa língua - 2235, segundo Zockner (1974, p. 84), a partir de cerca de 1890 nota-se um galofobismo, proveniente da consciencialização da decadência de Portugal e de uma rejeição do Naturalismo (Almeida, 1996, p. 17). Fialho foi um crítico acérrimo ao estrangeirismo, à cópia do que vem de fora, afastando-o dos elementos da Geração de 70, fascinados por Paris ou Londres, e aproximando-o da geração de 90 e do *Ultimatum* (Franco, 2002, p. 37). Na opinião de Franco, “trata-se, quase sempre, de parodiar falas, de macaquear tiques linguísticos, não de perfilhar, por uma implícita desvalorização da língua portuguesa, termos ou locuções” (Franco, 2002, pp. 37-38).

A cidade de Lisboa proporcionava-lhe muito do material para os seus textos, que foram bastantes e variados. Como vimos, desde muito cedo começou a colaborar na imprensa escrita da província, como a *Correspondência de Leiria*, a *Aurora do Cávado* ou *A Liberdade* de Viseu. Além destes, escreveu também para o *Museu Ilustrado*, *Revista Académica Literária* e *A Renascença*. Em 1879, sob o pseudónimo de Valentim Demónio, começou a enviar textos para o jornal *Novidades* e em 1881 iniciou a colaboração com *O Século* e com o *Diário de Notícias*.

¹¹ A consulta do catálogo das obras que faziam parte da sua biblioteca é fundamental para se perceber as influências variadas em Fialho de Almeida: *Sala Fialho de Almeida: Catálogo Geral da Livraria Legada pelo Notável Escritor José Valentim Fialho de Almeida à Biblioteca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Imprensa da Universidade, 1914.

Foi secretário de redação de *O Repórter*, redator de *Pontos nos ii*, de Rafael Bordalo Pinheiro, com o pseudónimo Irkan, e de *O Interesse Público*. Fundou ainda *A Crónica* e a revista *A Ilustração (Jornal das Famílias)*. Destas participações deixou-nos como legado crónicas, contos, folhetins. Fez uma única tentativa teatral com a peça *Trinca-Fortes na Parvónia*, que foi representada como Revista, e foi integrada no livro póstumo *Atores e autores*. O gosto tardio pelas viagens (realizou-as ao Algarve, a Salamanca e Valladolid, à Galiza, e uma grande viagem pela Europa, que incluiu países como a Espanha, França, Suíça, Alemanha, Bélgica e Holanda) deixou-nos os textos de *Estâncias de arte e saudade*. Também depois da sua morte se compilaram cartas e textos políticos em *Saibam quantos*.

Na capital portuguesa viajava de noite e escrevia de dia as impressões que a vida noturna dos bairros miseráveis lhe deixava. Se Cesário Verde foi o poeta-pintor da cidade, Fialho de Almeida foi o prosador-pintor dessa mesma Lisboa. Contudo, não foi o único jornalista literário a retratar Lisboa. Júlio César Machado (1835-1890) “o nosso primeiro folhetinista português” (Azevedo, 2016, p. 133), apesar de ter escrito várias crónicas em *A Revolução de Setembro* (1854-1886) e no *Diário de Notícias* (1865-1889), situa-se num período anterior a Fialho de Almeida e foca, essencialmente, a cena teatral lisboeta. Por essas razões, não será objeto do nosso estudo. No entanto, este autor deixou igualmente marcas em Fialho.

Também Gervásio Lobato (1850-1895), jornalista, tradutor, comediógrafo e romancista, colaborou em vários periódicos da época. É o caso de *Diário de Notícias*, o *Diário da Manhã*, o *Jornal da Noite* ou *O Ocidente*, onde sucedeu a Guilherme de Azevedo na rubrica “Crónica ocidental”. Deste autor analisaremos *A comédia de Lisboa*. Por seu lado, Guilherme de Azevedo (1839-1882), jornalista e poeta português, deixou palavras sobre a capital francesa, que ele admirava, “a capital do mundo civilizado” (Azevedo, 2016, p. 27). Esta opinião é reforçada por Carlos Moura Cabral num texto escrito no *Diário da Manhã* de 20 de abril de 1882, por altura da morte de Guilherme de Azevedo: “havia muito que o seu ideal era Paris” (Azevedo, 2016, p. 277). Em 1880, a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro nomeou-o seu correspondente em Paris, função que desempenhou nos dois últimos anos da sua vida. Antes disso, trabalhou no *Diário da Manhã*, em *O Pimpão* e na *Lanterna Mágica*. Colaborou no *Primeiro de Janeiro* com um folhetim semanal e também na imprensa brasileira. Na *Gazeta do Dia*, em parceria com Guerra Junqueiro, assegurou as crónicas humorísticas da rubrica “Ziguezagues”. Foi diretor literário do periódico *O Ocidente*, assinando o espaço “Crónica ocidental”, textos sobre a realidade lisboeta. Como afirma Santos, “em 64 crónicas distribuídas de 1 de Janeiro

de 1878 a 15 de Agosto de 1880, Guilherme de Azevedo prolongava a intenção crítica da geração de 70, farpeando a sociedade, a igreja e a política monárquico-constitucional.” (2009, p. 33). Ou seja, Guilherme de Azevedo teria as mesmas ideias reformistas a aplicar à sociedade portuguesa que outros autores em análise neste trabalho manifestaram e a mesma admiração pela capital francesa. A comparação com os textos fialhianos será realizada com as crónicas retiradas desta secção e coligidas por Ernesto Rodrigues (2016). Como afirma António Dias Miguel na Introdução à coletânea de crónicas enviadas de Paris, Guilherme de Azevedo era um “cronista impiedoso e endiabrado de Lisboa (...) dos joguinhos político-partidários, dos pequenos ridículos das pessoas e dos acontecimentos, numa cidade provinciana e atrasada por uma política retrógrada, bem nutrida de querelas partidárias” (Azevedo, 2000, p. 9). A semelhança entre este autor e Fialho não se fica apenas pelos temas tratados nos seus textos. Também o estilo de vida de ambos era semelhante:

o frequentador dos cafés até desoras, o infalível das estreias teatrais e dos espetáculos de ópera, o cliente certo das cavalcadas políticas do Parlamento em dia de marés vivas, o frequentador das feiras e dos locais de petisco, o apreciador dos piqueniques e das corridas de cavalos, a companhia indefetível nas redações dos jornais (Azevedo, 2000, p. 9).

Fundou o *António Maria* em 1879, juntamente com Rafael Bordalo Pinheiro, e, ainda ao lado deste, dirigiu e colaborou no *Álbum das Glórias*, onde escrevia sob o pseudónimo João Rialto, e onde Ramalho Ortigão era João Ribaixo. Ainda no mesmo ano, novamente com Guerra Junqueiro, escreveu a sátira teatral *Viagem à roda da Parvónia*, que seria proibida. Veremos que semelhanças e diferenças encontramos entre os dois autores que escreveram sobre Lisboa. No entanto, Paris servirá também como termo de comparação.

Eduardo Lobo Correia de Barros (1857-1893), mais conhecido como Eduardo de Barros Lobo ou Beldemónio, seu pseudónimo, foi também cronista dedicado à cidade de Lisboa. Tendo vivido no Porto desde 1871, muda-se para capital para colaborar no *Diário Ilustrado* e aqui inicia o seu projeto jornalístico *O Mandarim*, diário que encerra ao fim de trinta e oito números em 1881 e com apenas mais dois números em 1883. Ainda fundou *A Cega-Rega* (1881), *O Arauto* (1886) e a revista *A Má Língua* (1889). Numa crónica inserida em *A volta do Chiado* (1902), Barros Lobo afirma que não é um cronista igual aos outros:

não cuido de colher novidades, nem sequer de receber e transmitir-te aquelas que naturalmente me chegam aos ouvidos. (...) E tenho o defeito gravíssimo, (...) de ligar uma consideração medíocre aos mil casos quotidianos, que cada manhã e cada noite as gazetas assoalham aos olhos deslumbrados dos seus leitores (p. 174).

A sua sátira mordaz fez com que tivesse alguns ataques e perseguições. Muitas das suas crónicas do quotidiano foram reunidas nos volumes *Viagens no Chiado* (1887), *Do Chiado a S. Bento* (1890) e a título póstumo *A volta do Chiado* (1902). O último título não será objeto do nosso estudo, uma vez que foca apenas questões relacionadas com o parlamento.

Outro jornalista literário português da viragem do século foi Paulo Osório (1882-1965), fundador do periódico *Alvorada* (1896-1897) e colaborador em vários jornais portugueses. A viver em Paris desde 1911, tornou-se colaborador de *O Século* e foi correspondente do *Diário de Notícias*. A sua obra *Lisboa. Crónicas* (1908) será estudada, igualmente, em termos comparativos com Fialho de Almeida. O autor escreveu estas crónicas com o propósito de que, no futuro, se possa “reconstituir, em todos os seus aspetos, a sociedade lisboeta do nosso tempo” (Osório, 1908, p. 9), mostrando os costumes, a literatura, o teatro ou a música. Nas suas palavras, as crónicas são “apontamentos, breves, fugidios de uma criatura que, (...) lançando o olhar em roda de si, umas vezes comentou e outras riu” (Osório, 1908, p. 13).

De Carlos Malheiro Dias (1875-1941), cuja vida se passou entre Portugal e o Brasil, observaremos as *Cartas de Lisboa*, crónicas inicialmente publicadas em *O Comércio do Porto* entre 1904 e 1906. Nelas revela uma nostalgia pelo passado, com os seus bailes e receções régias, assim como os palácios decadentes de uma aristocracia já desaparecida.

Serão, pois, todos estes autores que servirão para melhor compreendermos a imagem que as grandes capitais europeias tinham para os jornalistas literários portugueses na viragem do século XX. É este um lote exemplificativo dessa geração jornalística portuguesa em que se inclui em posição cimeira Fialho de Almeida. Afirmo Ferro:

[É no folhetim que] se delineia o retrato de uma nação, a História de um País e a de um Povo. (...) São, sem dúvida alguma, os horizontes da paisagem urbana, sobretudo lisboeta ou portuense que predominam e se impõem no interesse e na escrita do folhetinista. As vivências urbanas de uma cidade como Lisboa, ainda sem a euforia e os aliciantes de uma capital europeia como Paris, Londres ou

Berlim, permitem o registo de uma rotina que é possível rastrear a cada hora que passa, desde o canto do galo ao alvorecer até ao cair das trevas nos recantos menos favorecidos dos bairros pobres. (2011, p. 155)

Estes textos em análise foram polémicos na época da sua publicação pela irreverência das palavras dos seus autores, principalmente de Fialho de Almeida, como afirma Quintina: “a violência dos seus ataques políticos, troças e irreverências às classes preponderantes, civis, religiosas, aristocráticas e burguesas, não tem semelhança com a de outros panfletários do século XIX” (1958, p. 180). No entanto, continuam a sê-lo mais de cem anos depois pela controvérsia na sua classificação: trata-se de jornalismo, de literatura, ou a união dos dois géneros, jornalismo literário? Independentemente das polémicas que rodeiam estes textos, concordamos com a afirmação de Ochs:

We experience ourselves in the present time world, but with a memory of the past, and an anxiety for the future. Narrative serves the important function of bringing the past into the present time consciousness, providing a sense of continuity to the self and society. But perhaps even more importantly, narrative accounts of past events can help us manage our uncertain future (2011, pp. 69-70).

De acordo com esta autora, é importante conhecer os textos sobre o passado, pois criam a unidade do Eu e da sociedade entre o passado e o presente, ao mesmo tempo que permitem lidar com o futuro incerto.

Relevante para o nosso estudo é também o facto de que os autores supracitados não estarem muito estudados no geral, mas não deixam de retratar vários aspetos da capital daquela que foi outrora a capital do maior império do mundo, espólio este que merece maior aprofundamento. Por exemplo, Fialho de Almeida tem sido objeto de alguns artigos dispersos por várias publicações. Salienta-se a coleção de textos no sexto aniversário da sua morte, *Fialho. In memoriam* (1917), e a coletânea de textos resultantes da comemoração do primeiro centenário da morte do autor, *Fialho de Almeida – Cem anos depois* (2011). Vários estudos académicos têm surgido, nomeadamente doutoramentos, com temas diversificados. O mais antigo, de Álvaro da Costa Pimpão, é de 1945, e intitula-se *Fialho. Introdução ao estudo da sua estética* (1945). Segue-se o de Cecília Zokner, *A influência da França na obra de Fialho de Almeida* (1974). Também Lucília Verdelho da Costa publicou em 2004, *Fialho de Almeida*.

Um decadente em revolta. Isabel Cristina Pinto Mateus dedicou-se à *Kodakização e despolarização do real: Para uma poética do grotesco na obra de Fialho de Almeida* (2006). Ricardo Manuel Casadinho Revez escreveu sobre *A ideia da decadência nacional em Fialho de Almeida* (2009) e José da Costa Ideias sobre *O fantástico em Fialho de Almeida e Jean Lorrain: pessimismo e decadentismo finiseculares* (2010). Maria Manuela Carvalho de Almeida escreveu *A literatura entre o sacerdócio e o mercado. Balzac e Fialho de Almeida* (1996) e Maria Inês Martins Birrento do Nascimento Rodrigues aprofundou a *Arte, crítica e sociedade na obra de Fialho de Almeida* (2010). Ambas estas obras são teses de mestrado. Como pudemos constatar, nenhum dos trabalhos mencionados aprofundou os textos de jornalismo literário neste autor português, pelo que a nossa investigação apresenta uma nova visão sobre uma figura importante nas letras portuguesas finiseculares.

Todos os escritores a que agora nos dedicamos escreveram sobre as suas vivências e a imprensa escrita foi o suporte que escolheram para as comunicar ao seu público. São essas vivências, expressas sob o género do jornalismo literário, a que devotaremos atenção detalhada.

2 – O Outro na comunicação

Os textos de jornalismo literário pretendem revelar aos leitores a visão que os seus autores têm relativamente a determinados assuntos. Um dos aspetos focados é o Outro – aquele que é estrangeiro, no caso dos textos sobre Londres e Paris, ou o Outro que se encontra em Lisboa, vivendo numa ‘outra’ sociedade. Os jornalistas literários em estudo contribuem, desta forma, para veicular a imagem da realidade por eles percebida através de signos transmitidos em meios de comunicação de massa.

2.1 – A alteridade nos textos de jornalismo literário

Ao longo destas páginas, temos referido por várias vezes a expressão ‘outro’: ‘outro’ jornalismo, ‘outra’ literatura, o encontro com o Outro (o que é diferente de nós). Na realidade, o nosso trabalho pretende mostrar a imagem da cidade e, nessa busca, o jornalista literário tem encontros com ‘outros’ lugares, com ‘outras’ pessoas diferentes de si. Como afirma Easthope, o Outro é estranho, bizarro, exótico, assustador (2005, p. 68). Como referimos, este encontro não se dá apenas no estrangeiro, também na capital portuguesa encontramos o Outro, uma vez que este não é apenas o estrangeiro, mas também a mulher e o negro, segundo Onofre (1991, p. 34) ou, de forma mais lata, será o Outro todos os que não fazem parte do Eu, desde o vizinho ao estrangeiro (Castro, 2013, p. 13).

Machado e Pageaux afirmam que *imagologie* é o estudo das imagens do estrangeiro num texto, literatura ou cultura (1981, p. 41). Já Lourenço apresenta outra definição de imagologia, ligada à noção que um povo tem de si próprio, afirmando que aquela é “um discurso crítico sobre as *imagens* que de nós mesmos temos forjado” (1982, p. 14). O autor refere que essas ‘imagens’ são de dois tipos: uma que se poderia chamar ‘esquema corporal’, “imagem condicionante do agir coletivo cuja leitura *à rebours* pode ser feita, pois são os atos decisivos dessa coletividade que permitem induzi-la” (Lourenço, 1982, p. 14); a outra é constituída por múltiplas perspetivas, “*retratos* que consciente ou inconscientemente todos aqueles que por natureza são vocacionados para a autognose coletiva (artistas, historiadores, romancistas, poetas) vão criando e impondo na consciência comum” (Lourenço, 1982, p. 14). Ou seja, uma imagem é transmitida pelos atos de uma comunidade, a outra é criada por alguém, nomeadamente os artistas nas suas variadas valências. Assim, deveremos ter em conta que os

jornalistas literários em estudo poderão ser o veículo para a criação dessa imagem que se vai impondo.

A imagem, de acordo com Machado e Pageaux, é “um conjunto de ideias (...) formadas no decorrer do processo de ‘literarização’, mas também de ‘socialização’” (1981, p. 42). Ao estudarmos a imagem do Outro, temos que ter em atenção condicionamentos, com leituras anteriores ou experiências pessoais. Desta forma, a imagem vai revelar as linhas de força que regem a cultura do escritor, mas também opções e clivagens que existem numa sociedade num dado momento (Pageaux, 1983, p. 82). Estas imagens do Outro veiculam o seu estereótipo, “um ponto de encontro entre uma sociedade determinada e uma das suas expressões culturais simplificada, reduzida a um essencial ao alcance de todos” (Machado & Pageaux, 1981, p. 44), estereótipo esse que pode ser falso, pois valoriza mais o Eu em detrimento do Outro. É a diferença entre os dois (o Eu e o Outro) que permitirá a assimilação ou conversão, sendo para isso necessário que haja um ponto comum entre as duas culturas. A alteridade, pelo contrário, anulará toda a possibilidade de assimilação (Affergan, 1987, p. 87). Ou seja, se encontrarmos no Outro algo semelhante ao que estamos habituados a ver, o ‘alter’, é possível fazermos comparações e um entrosamento das culturas. Se, pelo contrário, encontrarmos um ‘alius’, isso já não acontece. Brunel explica estes dois conceitos: “ ‘alter’ est l’autre dans la comparaison, (...) ‘alius’ est l’autre dissocié du groupe, mis à distance de toute association facile, l’étranger qui est à lui-même sa propre identité et sa propre altérité” (1997, p. 556). Segundo Freitas e Benetti, o princípio do jornalismo é perceber o Outro, fazê-lo visível e compreensível, quer por assimilação, quer por diferenciação de sujeitos em relação à narrativa (2017, p. 19).

Todorov, no entanto, põe de parte a situação de completo afastamento do Outro ao ver no Outro um Eu e no Eu um Outro:

É possível descobrir os outros em si mesmo, verificar que não somos uma substância homogénea, radicalmente estranha a tudo quanto não é o próprio eu: o eu é também um outro. Mas cada um dos outros é igualmente um *eu* [sic]. Apenas separados pelo meu ponto de vista segundo o qual eles estão todos *lá* [sic] e só eu estou *aqui* [sic]. (1990, p.11).

Esta ligação entre o Eu e o Outro foi também veiculada por Pageaux:

Je ‘regarde’ l’Autre, mais l’image de l’Autre vehicule aussi une certaine image de moi-même. Impossible d’éviter que l’image de l’Autre, [...] n’apparaisse

aussi comme la negation de l'Autre, le complément, le prolongement de mon propre corps, de mon propre espace. Je veux dire l'Autre [...] et en disant l'Autre je le nie et me dis moi-même (1988, p. 10).

Este autor afirma, então, que o Outro é o prolongamento do Eu. Porém, a verdade é que há diferenças e o reconhecimento da alteridade deve ser um dos princípios do jornalista (Freitas & Benetti, 2017, p. 11). Mais, o jornalismo é um tipo de discurso que evidencia a alteridade (Freitas & Benetti, 2017, p. 18). O jornalista é um Eu que contacta com o Outro, mas que organiza as suas experiências com base nas suas expectativas, assim como no conhecimento que tem de como lidar com o que é diferente de si. Por outro lado, o jornalismo tenta expandir o conhecimento do seu público, estimulando-o e não reduzindo o mundo ao seu universo de experiências. Deve, portanto, ter-se uma perspetiva do Outro (a minha visão do Outro e a visão do Outro sobre mim) e não apenas uma perspetiva do Todo (a minha visão de mim próprio e a visão do outro de si próprio) (Freitas & Benetti, 2017, p. 13). É ao ter-se em linha de conta o Outro e reconhecendo a diferença que se consegue transformar as noções do Eu e do Outro numa tentativa de comportamento responsável relativamente à alteridade do Outro (Freitas & Benetti, 2017, p. 14). Ou seja, é a tentativa de transformar o 'alius' em 'alter'.

No jornalismo há vários 'outros': as fontes, os leitores, os 'outros' narrados e idealizados no discurso jornalístico, os 'outros' elementos da profissão (Freitas & Benetti, 2017, p. 19). Quando em contacto com o 'outro-fonte', o jornalista vai moldar, interpretar e compreendê-lo através da perceção proporcionada pelo contacto imediato e recorrendo a técnicas jornalísticas, como a entrevista. Desta forma, há um condicionamento ao escrever a narrativa do Outro (Freitas & Benetti, 2017, p. 21). No nosso trabalho veremos como os jornalistas literários em análise se relacionam com os vários 'outros' e de que forma serão influenciados, uma vez que tentamos encontrar nos outros uma imagem nossa, procuramos nos outros a nossa própria identidade, como afirma Pageaux:

Je 'regarde' l'Autre, mais l'image de l'Autre vehicule aussi une certaine image de moi-même. Impossible d'éviter que l'image de l'Autre, [...] n'apparaisse aussi comme la negation de l'Autre, le complément, le prolongement de mon propre corps, de mon propre espace. Je veux dire l'Autre [...] et en disant l'Autre je le nie et me dis moi-même (1988, p. 10).

Esta busca do Eu no Outro é justificada por Santos com o objetivo de “projetarmos a nossa própria imagem e entendermos a sua essência à luz da diferença que mantém connosco” (2007, p. 28). Por esta razão, e para falar do Outro e do Eu, é necessário referir a identidade, que se constrói a partir da diferença (Grossberg, 1996, p. 93). As identidades constroem-se no discurso e, como surgem durante uma modalidade específica do poder, marcam mais a diferença e a exclusão do que a união. As identidades são construídas através da diferença, ou seja, através da relação com o Outro (Hall, 1996, p. 4). Hall refere que as culturas nacionais são compostas por instituições culturais, símbolos e representações (2006, p. 50). O autor afirma que a “identidade nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a conceção que temos de nós mesmos” (p. 50). Acrescenta ainda que, ao produzir sentidos sobre a nação com os quais nos podemos identificar, as culturas nacionais constroem identidades. Esses sentidos fazem a ligação entre o passado e o presente (Hall, 2006, p. 51). Há várias formas de contar a narrativa da cultura nacional. Uma delas, e a mais importante para o nosso trabalho, é a narrativa da nação, contada pelas histórias e literaturas nacionais, pelos meios de comunicação social e pela cultura popular. Vai ser através dos textos de jornalismo literário que observaremos como se constrói a identidade nacional, seja observando a realidade do próprio país, seja contrastando com casos de outras nações. Outra forma de contar a narrativa nacional é a ênfase dada às origens, à continuidade, à tradição e à intemporalidade (os elementos essenciais de uma cultura nacional estão presentes desde o início). Uma terceira maneira é a invenção da tradição, ou seja, alguns aspetos que parecem ancestrais são, na realidade, bastante recentes, tendo como objetivo inculcar certos valores nos cidadãos. Um quarto aspeto é o mito fundacional, com a fundação das nações num tempo mítico (no caso de Lisboa, a sua origem mítica remonta a Ulisses). Por fim, a identidade nacional pode ser encontrada simbolicamente no povo primordial, embora nem sempre seja esse povo a exercer o poder (Hall, 2006, pp. 52-56).

No caso dos autores em estudo, é ainda importante referir a afirmação de Lopes, que explica o porquê da relevância da imagem do Outro no final do século XIX:

É nos períodos de nacionalismo, ou antes, de exaltação do sentimento nacional, que a figura do Outro, o estrangeiro, melhor se desenha como diferente e portanto como garantia de uma imagem própria. Não admira assim que o século XIX seja uma época privilegiada de fixação de imagens, as próprias e as dos outros (1995, p. 267).

Mais uma vez se reforça a ideia de que o Outro é diferente, mas, simultaneamente, é um reflexo do Eu. Nos momentos em que se pretende fazer sobressair o carácter nacional, a identidade de um país, como foi o caso dos elementos da Geração de 70, de Fialho de Almeida e também dos outros jornalistas literários que são objeto do nosso estudo, olha-se para o Outro como dissemelhante do Eu.

Grossberg (1996) apresenta algumas figuras sobre as quais os estudos culturais teorizaram a questão da identidade. A *difference* descreve uma relação de negatividade na qual o elemento subordinado (o Outro marginalizado ou subalterno) é uma força de desestabilização na identidade do elemento dominante, tornando-se, desta forma, o elemento dominante (Grossberg, 1996, p. 90). A figura da fragmentação coloca a ênfase na multiplicidade de identidades e de posições numa identidade. Estas identidades são contraditórias, uma vez que são construídas por fragmentos. Esta fragmentação pode ser de identidades individuais, de categorias sociais onde os indivíduos estão, ou uma combinação das duas situações (Grossberg, 1996, p. 90). A figura da hibridação está relacionada com um espaço ou intermédio ou de fronteira ocupado pelo elemento subalterno (Grossberg, 1996, p. 91). A figura de ‘passagem de fronteiras’ define uma imagem intermédia, caracterizada pela mobilidade, incerteza e multiplicidade própria da passagem de fronteiras (Grossberg, 1996, pp. 91-92). Finalmente, a figura da diáspora, intimamente relacionada com a da passagem de fronteiras, não está apenas ligada à transnacionalidade e ao movimento, mas também a lutas políticas para definir o lugar de uma comunidade distinta. A diáspora une a identidade à localização especial e a histórias de cosmopolitanismos alternativos (Grossberg, 1996, p. 92). Estas figuras serão importantes para o nosso estudo, pois poderemos ver que questões identitárias se colocam aos nossos autores.

A identidade é, então, uma questão complexa que surge do contacto dos jornalistas literários, os ‘outros’ jornalistas, com os ‘outros’ elementos das ‘outras’ sociedades que são retratadas nos seus textos. É a busca da sua identidade que os leva a descrever as realidades que os circundam.

2.2 – A complexidade da comunicação

Qualquer texto tem como função comunicar, e as crónicas em análise não são exceção, pois comunicam a visão que os seus autores têm da realidade que os rodeia. Comunicação é, segundo Monteiro, Caetano, Marques e Lourenço, “um processo em que se partilha um mesmo objeto de consciência [e] exprime a relação entre consciências” (2008, p. 19). O que

veremos neste trabalho é precisamente o mesmo objeto de consciência (as cidades de Lisboa, Londres e Paris) entre um emissor (Fialho de Almeida e outros jornalistas literários seus contemporâneos) e os recetores da sua mensagem (os leitores de vários jornais em que colaboraram). Ainda de acordo com os mesmos autores, a comunicação humana tenta “modificar o comportamento dos indivíduos, influenciando as suas opiniões” (Monteiro *et. al.*, 2008, p. 79). Na verdade, veremos que os autores em estudo apresentam uma informação sobre a cidade e a sociedade que a habita de uma forma que, no caso de Fialho de Almeida, indiretamente pretende levar o leitor a vê-las com outros olhos, revelando o ‘outro’ lado da capital portuguesa.

Estes autores (Monteiro *et al.*, 2008) apresentam vários princípios essenciais à comunicação, que revelam muitas semelhanças com o modelo do processo de comunicação de massas de Maletzke (Freixo, 2006, pp. 359-370), princípios esses a ter em conta nos vários elementos que compõem este processo: a audiência (recetor), a mensagem, o comunicador (emissor) e os meios (canal). Assim:

1. “o público tende a ouvir as comunicações que são favoráveis às suas predisposições, ou seja, às suas crenças. Quanto mais interessado estiver num assunto, mais atenção seletiva dispensará à mensagem e ao comunicador” (Monteiro *et al.*, 2008, p. 106). Veremos que os temas tratados por Fialho de Almeida interessarão aos seus leitores, uma vez que fala da família real, de acontecimentos importantes na vida do país ou da situação de pessoas comuns.
2. “A comunicação que atinja um interesse real da audiência influi mais na opinião do que as comunicações de teor generalista” (Monteiro *et al.*, 2008, p. 107). Mais uma vez, Fialho tratou temas de interesse dos seus leitores.
3. “Pessoas inteligentes são – devido à sua capacidade de fazer ilações válidas – mais influenciáveis do que as pouco inteligentes, quando expostas a comunicações persuasivas, construídas com argumentos lógicos. Por outro lado, são menos influenciáveis do que as menos inteligentes, quando expostas a comunicações persuasivas baseadas em argumentos ilógicos, falsos ou irrelevantes” (Monteiro *et al.*, 2008, p. 107). Veremos que Fialho de Almeida apresenta as suas ideias com vários argumentos.

4. “Os traços da personalidade do indivíduo determinam a sua suscetibilidade à persuasão” (Monteiro *et al.*, 2008, p. 108). Neste trabalho, porém, não pretendemos fazer um estudo das audiências do escritor.
5. “Pessoas fortemente motivadas para continuar como membros de um grupo resistirão com vigor à comunicação contrária aos padrões desse grupo” (Monteiro *et al.*, 2008, p. 108). Na verdade, Fialho não foi bem aceite por colegas escritores, em parte devido à acutilância dos seus comentários, por exemplo, contra Eça de Queirós ou Guilherme de Azevedo, ou quando se tornou defensor da monarquia e do rei D. Carlos.

Para os autores que propuseram estes princípios (Monteiro *et al.*, 2008), o comunicador deve ser digno, credível ou prestigiado, expressando pontos de vista que coincidam com os da audiência. Na verdade, os textos que Fialho de Almeida escreveu encontraram eco em muitos dos seus leitores, e prova disso é a longevidade das crónicas com o título *Os gatos* (1889-1894). No entanto, a grande mágoa deste autor foi o não reconhecimento dos outros escritores seus contemporâneos. A sua escrita aguçada como as unhas dos gatos talvez não tenha chegado a tantos como desejaria.

Sabendo da centralidade da comunicação na existência humana, os teóricos têm vindo a debruçar-se sobre diversos modelos comunicacionais. Um deles é o de Lasswell (1948), cujo princípio é o seguinte: quem (o emissor) diz o quê (mensagem) através de que canal e com que efeito (recetor)? Neste modelo há fatores relacionados com a audiência, como a perceção seletiva ou a memorização seletiva. Na primeira, os elementos do público recebem informações de um meio de comunicação, não “num estado de nudez psicológica” (Wolf, 2009, p. 39), pois já apresentam determinadas predisposições e processos seletivos e a informação recebida vai ser transformada e adaptada às atitudes e valores do recetor, podendo ser até alterada. Quanto à memorização seletiva, o recetor memoriza elementos mais significativos e próximos culturalmente. Mais uma vez, os textos apresentados por Fialho de Almeida e outros jornalistas literários serão apreendidos pelos seus leitores de diferentes formas conforme o seu grau de instrução, mas todos identificarão os factos relatados por deles estarem próximos culturalmente.

Outro modelo comunicacional é o de James Carey (1989), um modelo ritual de comunicação com a partilha coletiva de significado e tradição e, conseqüentemente, é uma condição de comunidade. Neste modelo, os textos são o veículo do significado partilhado (Jensen, 2002, p. 8).

Por fim, o modelo de Roman Jakobson (1960) recorre aos elementos de Lasswell, embora os considere funções que se manifestam nos textos, pelo que o texto é também o objeto central de análise. Para Jakobson, a comunicação depende de um código (signos e símbolos), para além do contacto físico ou do canal de Lasswell (Jensen, 2002, p. 8).

Num trabalho que pretende revelar a forma como uma realidade (as cidades de Lisboa, Londres e Paris) é apercebida por um ou mais autores, não é possível passar ao lado de uma teoria da comunicação que tem por base a sociologia: a construção social da realidade. Peter L. Berger e Thomas Luckmann mostram várias facetas da vida do indivíduo em sociedade. Para estes autores, “a realidade da vida quotidiana é partilhada com outros” (2004, p. 40) e é na situação de frente a frente que a apreensão da realidade do outro, da subjetividade, é mais presente. No entanto, há atitudes do Outro que podem levar-nos ao engano relativamente a uma imagem externa que temos desse mesmo Outro. Por outro lado, existem tipificações (estereótipos) que podem ser atípicas quando o Outro foge ao padrão. A linguagem é então um meio fundamental para a objetivação das experiências vividas em sociedade e torna estas experiências acessíveis a todos dentro da comunidade linguística, permitindo ao mesmo tempo tipificá-las e agrupá-las em categorias amplas:

[O conhecimento objetiva o] mundo por meio da linguagem e do aparelho cognitivo baseado na linguagem, isto é, ordena-o em objetos que serão apreendidos como realidade. É de novo interiorizado como verdade com validade objetiva no decurso da socialização. O conhecimento relativo à socialização é, assim, uma *percepção* no sentido de apreensão da realidade social objetivada e uma *realização*, no sentido da continuada produção desta realidade (Berger & Luckmann, 2004, p. 77).

O ser humano está inserido num ambiente social, nele interagindo. O ponto inicial do processo de integração do indivíduo na sociedade é a interiorização: “a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo” (Berger & Luckmann, 2004, p. 137). Aqui se inicia a apreensão da realidade social, quando o indivíduo e o Outro partilham o mesmo espaço e tempo, ou seja, fazem parte do mesmo mundo e participam no ser um do outro. Numa segunda fase, a socialização, o indivíduo torna-se membro da sociedade. A socialização é, no entender de Berger e Luckman (2004), “a completa e consciente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor da mesma” (p. 138). Há a socialização primária, efetuada na infância, e a socialização secundária, quando um indivíduo já socializado é introduzido em novos setores do mundo objetivo da sua sociedade.

Assim, analisam-se as linguagens verbais e não-verbais que usamos para construir as nossas realidades. É a linguagem que fornece “as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida quotidiana ganha significado” (Berger & Luckmann, 2004, p. 31): os lugares têm uma designação geográfica, os objetos que nos rodeiam são denominados por vocábulos próprios, as próprias relações humanas são ordenadas através de palavras. É a linguagem que permite construir símbolos afastados da experiência diária, mas ao mesmo tempo fazer com que eles sejam elementos que apresentam uma realidade objetiva na vida do dia a dia. Por exemplo, ao fazermos a interpretação de um sonho, estamos a integrá-lo na realidade quotidiana, em termos linguísticos, logo, falamos de um símbolo. Estes autores referem também o lado diurno e o lado noturno da vida humana. O lado diurno é a vida quotidiana, a rotina. Por oposição, “o lado noturno tem a sua própria realidade, muitas vezes de natureza sinistra, é uma ameaça constante à realidade ‘sã’, fiável, espontânea da vida em sociedade” (Berger & Luckmann, 2004, p. 107). O lado noturno é o lado dos sonhos que é integrado na vida quotidiana e está ligado ao universo simbólico (não podemos esquecer que Fialho de Almeida integra o sonho e as visões nos seus textos, como veremos). É também a linguagem que constrói campos semânticos, através do vocabulário, da gramática e da sintaxe, que se articulam para a organização desses mesmos campos semânticos.

Lippman e Kessel afirmaram que as imagens da sociedade moderna são criadas primeiramente pelo contacto com os *media*, mais do que pela experiência direta. “Ao filtrarem as informações que recebem dos meios de comunicação social e ao discutirem com outros sobre esses assuntos, resulta um processo chamado ‘mass-mediated reality’” (Johnson-Cartee, 2005, p. 4). Para Johnson-Cartee, os *mass media* provocam dois efeitos:

1. Microefeitos (a nível do indivíduo). Incluem os efeitos cognitivos (influenciam o que o indivíduo sabe ou conhece), os efeitos afetivos (influenciam a forma como o indivíduo responde emocionalmente) e os efeitos comportamentais (influenciam a forma como o indivíduo age).

2. Macroefeitos (a nível da sociedade). Incluem o *status quo*, as influências que mantêm estruturas e comportamentos já existentes, e o *catalyst* (catalisador), as influências que permitem que a sociedade mude ou evolua. (p. 8)

No interacionismo simbólico, Herbert Mead considera serem indissociáveis a sociedade, o indivíduo e a mente. A socialização age como construtora de uma entidade social (*self*) na e

pela interação com os outros. Numa primeira fase da formação do *self* (a fase preparatória), a criança imita os outros sem que tenha consciência de todos os significados. Depois, na fase do jogo, adquire a linguagem, o que a leva a apreender os diferentes significados e sentidos dos objetos, embora não os consiga relacionar. Na terceira fase da socialização (a fase da representação), organiza dentro da sua experiência individual a perspectiva de muitos Outros em simultâneo (Freixo, 2006, pp. 98-100).

A linguagem permite a comunicação interpessoal e a perceção do ‘Eu’ e do ‘Outro’ através do interacionismo simbólico. O ‘Eu’ tem duas facetas: o ‘eu-mesmo’ e o ‘mim’. “Parte única, impulsiva, espontânea, desorganizada, não dirigível e imprevisível da pessoa” (Freixo, 2006, p. 104) é o ‘eu-mesmo’, enquanto o ‘mim’ são padrões organizados e partilhados pelos outros. Quer isto dizer que o ‘eu-mesmo’ é responsável pelas ações impulsivas que são depois orientadas pelo ‘mim’ para os comportamentos socialmente aceitáveis.

O último elemento, a mente, é o processo de interação da pessoa com o próprio ‘Eu’. É a reflexão que o indivíduo faz nas diversas situações que o leva a fazer as escolhas na sua vida. Assim, a linguagem está no centro da relação entre o Eu e o Outro, onde a sociedade tem um papel preponderante.

Freixo menciona Jean Cloutier, que apresenta quatro estádios da evolução da comunicação: a primeira fase é a da comunicação interpessoal apenas com gestos e sons e «linguagens de exteriorização». É o caso do *homo sapiens* (Freixo, 2006, pp. 25-26). Na segunda fase, encontramos «linguagens de transposição» com uma comunicação de elite: “o homem vai transpor o seu pensamento e os objetos do mundo que o rodeia para esquemas, desenhos, ritmo, música” (Freixo, 2006, p. 28). É o exemplo das pinturas rupestres, da invenção da escrita e do livro. A terceira fase é a fase da comunicação de massas com o aparecimento da imprensa e de «linguagens de simplificação» criadas a partir dos meios de comunicação coletivos (imprensa, fotografia, cinema, televisão e rádio) (Freixo, 2006, p. 30). Finalmente, a quarta fase é a época dos *media* individuais ou *self-media*, baseados na gravação (Freixo, 2006, pp. 44-45).

Para o nosso trabalho interessam os textos produzidos no terceiro estádio da comunicação, a comunicação de massas. Dizia Simmel ¹²: “a massa surge não da

¹² Georg Simmel (01/03/1858 – 28/09/1918). Professor universitário, sociólogo, fundador da sociologia na Alemanha com Max Weber. Autor de vários livros sociológicos e filosóficos, entre os quais *A metrópole e a vida mental* (1903).

individualidade plena de cada um de seus participantes, mas daqueles fragmentos de cada um que coincidem com os dos demais (2006, p. 50). Ou seja, a massa é constituída por elementos indiferenciáveis, separados no espaço e sem uma estrutura organizativa ou regras de comportamento.

A comunicação de massas permite ao emissor transmitir a sua mensagem simultaneamente a um grande número de destinatários e tem como funções informar, educar (para Harold Lasswell) e distrair (acrescentou Charles Wright). Jean Cloutier juntou ainda ‘animar’ (Freixo, 2006, p. 241). Estes *mass media* produzem a realidade social através da realidade discursiva ao darem conhecimento dos acontecimentos. As notícias não são, para Freixo “um reflexo ou representação” (2006, p. 293) da realidade, mas a construção da mesma. Isto porque os meios de comunicação fornecem informações que permitem aos grupos criar uma imagem das coisas de outros grupos através de atos e palavras. Esses fragmentos de grupos levam à criação da imagem da totalidade (Freixo, 2006, p. 297).

Alsina (1993) aponta três tipos de realidades sociais: a realidade social objetiva – o mundo objetivo fora do individualismo do qual não se duvida e que permite realizar as tarefas quotidianas; a realidade social simbólica – as diferentes formas de expressão simbólica da realidade objetiva, onde se incluem os meios de comunicação social; a realidade social subjetiva – a fusão do mundo objetivo e das representações simbólicas; as construções individuais da realidade baseiam-se nas ações sociais individuais, na existência da realidade objetiva e no significado das expressões simbólicas (Alsina, 1993, pp. 22-23).

Para esta construção social da realidade, a linguagem é fundamental, pois é ela que transmite a realidade quotidiana e permite a interação entre os indivíduos. No conhecimento da realidade social tem um papel importante a comunicação de massas, e aos jornalistas cabe essa transmissão.

Na linguagem é necessário compreender o signo linguístico: “o signo linguístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta última não é o som material, puramente físico, mas a marca psíquica desse som, a sua representação fornecida pelo testemunho dos sentidos” (Saussure, 1986, p. 122). Ou seja, o signo é composto por duas ideias – o significante e o significado: “o significante é o aspeto concreto do signo, é a sua realidade material, ou imagem acústica. (...) O significado é o aspeto imaterial, conceitual do signo e que

nos remete para determinada representação mental evocada pelo significante” (Monteiro *et. al.*, 2008, p. 81). Completa ainda Reis esta ideia de signo com as dimensões que o signo comporta:

O signo encerra uma tripla dimensão: uma dimensão semântica, que é a que diz respeito à relação do signo com aquilo que designa (os signos remetem para entidades, conceitos, objetos, etc.); uma dimensão sintática, atinente às relações formais dos signos entre si (os signos respeitam critérios de organização em sintagma); uma dimensão pragmática, que é a que concerne aos efeitos provocados nos utilizadores dos signos (os signos exercem ações e influenciam o comportamento de quem os apreende (2008, p. 147).

Durand relaciona o signo com o símbolo, afirmando que há duas maneiras de representar o mundo: uma direta, em que a ‘coisa’ está presente no espírito; outra indireta, em que não está presente. Neste caso, o objeto que está ausente “é *representado* na consciência por uma *imagem*” (1995, p. 7). O símbolo é um signo em que apenas encontramos o significante. O significante é “a metade visível do símbolo” e o significado é “a outra metade do símbolo, a parte de invisível e de indizível que faz dela um mundo de representações indiretas, de signos alegóricos sempre inadequados” (Durand, 1995, p. 12). Estes signos podem ser arbitrários, tendo sido definidos arbitrariamente (como o sinal de ‘sentido proibido’) ou para simplificar explicações (como o símbolo de ‘veneno’, com um crânio e duas tíbias cruzadas). Os signos podem ser também alegóricos, traduzindo uma ideia difícil de compreender ou exprimir numa forma simples, tendo “sempre um elemento concreto ou exemplificativo do significado” (Durand, 1995, p. 9).

Desta forma, para analisarmos os textos de Fialho de Almeida e de outros jornalistas literários devemos ter em mente a complexidade da linguagem e da comunicação de massas, no nosso caso, da imprensa escrita.

Daremos assim início a uma viagem por Lisboa e outras capitais europeias pelos olhos e pela mão de Fialho de Almeida e de outros jornalistas literários, em textos que denotam estilos diferentes próprios dos seus autores, mas sempre com o objetivo de deixar transparecer a sua imagem das urbes retratadas e de como o jornalismo literário é o veículo de apreensão e divulgação da viagem urbana individual.

3 – A imagem da cidade

O conceito de ‘cidade’ tem evoluído ao longo dos tempos, desde a pré-história até aos nossos dias, passando pelos séculos XVIII e XIX, altura em que as mudanças criadas pela Revolução Industrial alteraram a imagem e a vida das urbes. É precisamente neste período (e devido às transformações que se operaram nos grandes centros urbanos) que sociólogos, cientistas e jornalistas se dedicaram ao estudo das várias problemáticas que surgiram nestes espaços.

No caso dos jornalistas, é através dos seus textos que os leitores tomam conhecimento de uma realidade, muitas vezes não apercebida pela generalidade da população – quer porque se descrevem cidades estrangeiras, como Londres ou Paris, quer por se revelarem aspetos pouco visíveis, como em Lisboa, no caso dos jornalistas literários portugueses em estudo.

A imagem que estes autores transmitem assenta em ideias generalizadas, como a da corrupção ou do vício de Babilónia, cidade bíblica de perdição, e que é veiculada por todos os jornalistas analisados relativamente às três capitais europeias já mencionadas. O que os leitores descobrem nos textos de jornalismo literário é a ‘outra’ cidade, povoada de habitantes ‘outros’.

3.1 - Os momentos da cidade: contextualização e evolução histórica

O homem é um ser social e, ao longo dos séculos, a forma como se agrupa tem vindo a sofrer alterações. Enquanto nos tempos primitivos do nomadismo a sociedade se estabelecia como um agregado de famílias, hoje em dia, e a partir do momento em que se sedentarizou, a sociedade moderna baseia-se no indivíduo. Gradualmente, os pequenos agregados familiares foram crescendo e evoluíram até se transformarem em cidades.

De acordo com o *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, na entrada ‘cidade’ encontramos esta definição: “aglomerado populacional de importância superior à de vila, com determinadas infraestruturas necessárias a essa condição, e no qual a maior parte dos habitantes se dedica ao comércio, à indústria ou trabalha nos serviços” (2001, p. 802). Na realidade, definir o termo ‘cidade’ apresenta-se como uma tarefa bem mais complexa. Se, por um lado, a cidade é uma definição administrativa que delimita uma zona urbana, por outro, o próprio conceito do que é urbano contém inúmeras variáveis: o número da população, a densidade populacional, o espaço, a organização económica e social, a

função económica, a procura e oferta de emprego e a administração (Paddinson, 2001, p. 25). Atualmente, as Nações Unidas apresentam a seguinte definição de ‘urbanização’:

The word ‘urbanization’ refers both to a condition at a point in time and to a process occurring over time. The condition of urbanization, referred to as the level of urbanization, is indicated by the percentage of a population that is living in urban areas, however defined (...). The process of urbanization has been used in several ways. These include migration from rural areas to urban areas, absolute growth in the urban population (urban growth) and urban growth that is faster than rural growth (United Nations, 2015, p. 22).

Podemos constatar que a percentagem de população é necessária para a classificação das zonas urbanas. Assim, no documento de 1969 intitulado *Growth of the world’s urban and rural population, 1920-2000*, documento este que projeta o crescimento urbano mundial, as Nações Unidas apresentaram as seguintes definições relativamente às zonas urbanas: uma superconurbação apresenta uma população de 12.500.000 de habitantes ou mais; uma cidade multimilhões possui 2.500.000 ou mais habitantes; uma grande cidade é um local com 500.000 ou mais habitantes; uma cidade possui 100.000 ou mais habitantes; uma localidade urbana tem 20.000 ou mais habitantes; uma localidade rural tem menos de 20.000 habitantes (p. 20). No entanto, estas definições continuam a não ser adotadas por todos os países, nomeadamente os Estados Unidos da América (Palen, 1997, p. 8). Assim, o espaço urbano tem em conta o número da população e a densidade populacional, que depende do país em questão. Por exemplo, e como se comprova no supracitado documento oficial das Nações Unidas, na Dinamarca um espaço é considerado urbano a partir de duzentos e cinquenta habitantes, enquanto na Índia tal acontece a partir dos cinco mil (1969, p. 82). No documento de 1974, *Methods for projections of urban and rural population*, as Nações Unidas já consideram estas diferenças próprias dos países e não apresentam uma definição tão categórica de espaço urbano, podendo este variar entre os 100.000 e os 2.000 habitantes (pp. 10-11). Atualmente, as denominações são um pouco diferentes, como podemos ver na tabela 1.10 do documento de 2015 das Nações Unidas, *World urbanization prospects: the 2014 revision* - uma megacidade apresenta uma população de 10 milhões ou mais habitantes; uma grande cidade tem entre 5 a 10 milhões de habitantes; uma cidade média possui entre 1 a 5 milhões de habitantes; há cidades que apresentam entre 500.000 a 1 milhão de habitantes e cidades que têm entre 300.00 a 500.00 habitantes; finalmente, encontramos aglomerados urbanos com menos de 300.000 habitantes (2015, p. 17).

Em Portugal, e de acordo com o artigo 13.º da Lei n.º 11/82 de 2 de junho, uma vila só pode passar a cidade se tiver 8.000 eleitores num aglomerado populacional contínuo e metade dos seguintes equipamentos: instalações hospitalares com serviço de permanência, farmácias, corporação de bombeiros, casa de espetáculos e centro cultural, museu e biblioteca, instalações de hotelaria, estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, estabelecimentos de ensino pré-primário e infantários, transportes públicos urbanos e suburbanos, parques ou jardins públicos. No entanto, o artigo 14.º afirma que razões de natureza histórica, cultural e arquitetónica poderão levar a uma ponderação na atribuição da categoria de cidade.

A nível económico, a maioria das atividades centra-se na produção não-agrícola, por oposição às zonas rurais. Também as atividades relacionadas com a educação, a política, a administração e com aspetos sociais predominam no tecido urbano. No plano social, infraestruturas como água canalizada ou eletricidade ou locais de lazer e de entretenimento tendem a estar localizados nas zonas urbanas. Assim, e no entender de Paddinson (2001, p. 11), o que define cidade por oposição ao espaço rural é densidade: populacional, económica, cultural e de atividades de entretenimento.

Mela (1999, pp. 36-37), por seu lado, apresenta quatro dimensões da cidade: uma dimensão económica, uma vez que aquela detém uma rede de atividades económicas que produzem bens e fornecem serviços, não só na urbe, mas também a nível nacional; a dimensão política e a estrutura social da cidade, já que as classes e camadas sociais se organizam por interesses, como os partidos ou sindicatos, com linhas de intervenção política; a dimensão cultural, pois há um confronto contínuo entre culturas e subculturas que pode levar à marginalização de culturas minoritárias. Por outro lado, a cidade é o local onde se desenvolvem as manifestações culturais e artísticas; a dimensão ecológica, porque a distribuição dos grupos e atividades acontece nos espaços urbanos, havendo assim uma íntima relação entre a cidade e o ambiente natural e biológico.

Podemos concluir, então, que o Homem está intimamente ligado à cidade, seja a nível geográfico (é o Homem que organiza o local oferecido pela natureza de acordo com as suas necessidades e desejos), económico (o desenvolvimento do comércio e indústria está grandemente ligado ao desenvolvimento das cidades), político (Aristóteles, no capítulo I do Livro III da obra *Política*, afirma que um Estado é uma associação de cidadãos, membros da cidade que trabalham para o bem do Estado) ou sociológico (nela existem relações sociais). Mumford reforça esta mesma ideia:

The city, as one finds it in history, is the point of maximum concentration for the power and culture of a community. It is the place where the diffused rays of many separate beams of life fall into focus, with gains in social effectiveness and significance. The city is the form and symbol of an integrated social relationship; it is the seat of the temple, the market, the hall of justice, the academy of learning. Here in the city the goods of civilization are multiplied and manifolded; here is where human experience is transformed into viable signs, symbols of conduct, systems of order (1970, p. 3).

Assim, “tudo o que afeta o homem afeta a cidade” (Goitia, 1989, p.7). Ora, a ideia de cidade como a conhecemos hoje surgiu no século XIX com a industrialização europeia, mas foi a Revolução Neolítica, entre os anos 8.000 a 9.000 a.C., que permitiu o aparecimento das urbes. O aumento da produção alimentar levou a um excedente que, por sua vez, permitiu o sistema de trocas. Juntamente com a sedentarização das populações foi criado o ambiente propício ao nascimento das cidades, cujos habitantes se dedicavam a atividades diferenciadas, como o artesanato, o comércio, a política, a administração e atividades militares e religiosas. Nesta linha, Gordon Childe considera que uma revolução urbana apresentava várias características: uma população de vários milhares de habitantes; artesãos, mercadores, padres e funcionários do estado que trabalhavam a tempo inteiro nas suas especialidades; controlo da produção alimentar na *hinterland* (campo à volta da cidade) e armazenamento do excedente; uma classe governante com controlo absoluto sobre a sociedade; sistemas alfabéticos e numéricos para processamento de informação; formas de expressão cultural cada vez mais refinadas; a existência de comércio com outros centros, alguns até a distâncias consideráveis (Gottodiener & Hutchinson, 2000, p. 25).

Pensa-se que as primeiras cidades tenham aparecido na Mesopotâmia e nos vales dos rios Nilo, Tigre, Eufrates e Hoão-ho, por razões comerciais, religiosas e políticas. Destas urbes pouco conhecemos, pois o que delas resta são monumentos religiosos e fúnebres ou alguns palácios de monarcas divinizados, das quais Goitia (1989, pp. 41-59) apresenta características. No entanto, Mumford (1991, p. 10) considera que os primeiros ajuntamentos humanos foram as cidades dos mortos, as Thanatopolis, cavernas ou montes em que os homens do Paleolítico enterravam os seus mortos. Estes locais eram, pois, motivo de peregrinação para honrar os seus antepassados.

Na Grécia antiga, Atenas, por exemplo, foi construída de acordo com um código cosmológico, sendo depois coberta com símbolos religiosos de deuses gregos. Neste caso, toda a cidade foi construída para honrar a deusa Atena. A ágora estava no centro da comunidade, com os edifícios públicos (tribunais, bibliotecas, templos, o ginásio) e todas as habitações deviam estar equidistantes do centro, pois todos os cidadãos eram considerados iguais. No entanto, fora da ordem do Partenon, as ruas eram sujas e estreitas, com habitações esquálidas e cheias de gente. As cidades da civilização grega foram também importantes, uma vez que Hipódamo de Mileto pode ser considerado “o primeiro urbanista com critério científico rigoroso que o mundo conheceu” (Goitia, 1989, p.49), com o desenho de cidades como Pireu, Rodes ou Mileto. Apresentou a sua visão de uma cidade de dez mil habitantes, com a divisão em três partes: uma para os artesãos, outra para os agricultores e outra para os soldados. Também a terra era dividida: uma para os deuses, outra para os soldados e outra para os agricultores (Palen, 1997, p. 39). Embora algumas cidades egípcias e mesopotâmicas já apresentassem uma planta em quadrícula, foi Hipódamo de Mileto o seu grande impulsionador, encontrando-se séculos mais tarde exemplos da planta hipodâmica em Santiago do Chile ou na Lisboa pombalina (Anexo 2).

Roma foi a capital da primeira civilização urbana, com estradas que ligavam a cidade aos centros administrativos da Europa e do Médio Oriente. Por altura do imperador Cláudio (41-54 d.C.), e de acordo com Palen (1997, p. 40), viviam mais de duzentos e cinquenta milhões de pessoas no império romano. Goitia apresenta as várias possibilidades de criação de cidades do império romano:

A maioria das novas cidades [do império romano] surgiu quer através do desenvolvimento de antigas aldeias ou povoações indígenas, quer como consolidação de antigos acampamentos militares e colónias de veteranos, quer ainda através da ampliação de algumas propriedades rústicas, muitas vezes dos próprios imperadores (Goitia, 1989, p. 55).

Sendo o povo romano bastante pragmático, os seus arquitetos procuravam traçados regulares e geométricos, aproveitando os refinamentos das cidades gregas: esgotos, aquedutos, água corrente, balneários, pavimentos, serviços de incêndio, mercados. Porém, e à semelhança de Atenas, também fora do centro das cidades a massa da população vivia em bairros miseráveis, à qual eram oferecidos constantes espetáculos para fazer esquecer as condições em que habitavam (Palen, 1997, p. 41).

As cidades islâmicas são opostas às cidades destas duas grandes civilizações, sendo que o que as caracteriza são as muralhas e as portas, aquilo que marca o espaço interior e exterior da cidade, assim como o amontoado de edifícios, ruas tortuosas e becos sem saída. A cidade islâmica é privada, secreta, e o interior das casas não é conhecido (Goitia, 1989, pp. 61-80).

Seguindo a tabela cronológica, na Idade Média as cidades continuavam não muito grandes e a sua independência política e o seu poder estavam intimamente ligados ao comércio que se praticava “abaixo da cidade” (Fortuna, 2001, p. 6), pois esta situava-se habitualmente no alto de um monte. Assim, a urbe desenvolveu-se das margens para o centro. Até ao século XI, a sociedade era predominantemente agrária, mas com o desenvolvimento da importância dos mercadores e artesãos e, conseqüentemente, do comércio e indústria, a sociedade tornou-se burguesa e a cidade começou a atrair cada vez mais pessoas do meio rural. Com esta evolução, decaiu o feudalismo e desapareceram certos usos deste período:

Os fornos e moinhos em que o senhor obrigava a moer e cozer o pão dos habitantes; monopólios por meio dos quais o senhor tinha o privilégio de vender, em determinados períodos e sem concorrência, os produtos das suas terras (trigo, vinho, etc.); o direito de requisitar casas de habitação da cidade para seu uso e dos seus cavaleiros, nas épocas em que nelas habitavam; o direito a recrutamentos obrigatórios em caso de guerra; a proibição, por razões estratégicas, de construir pontes, com prejuízo importante para o tráfego, etc. (Goitia, 1989, p. 86).

A cidade medieval fica normalmente situada em locais de difícil acesso por razões de defesa e, por ter de se adaptar a uma topografia irregular, apresenta uma fisionomia especial: as ruas são sinuosas, sendo que as mais importantes partiam do centro em direção às portas do recinto fortificado; as ruas secundárias estavam em círculo à volta do centro. A este padrão de cidade chama-se radiocêntrico. Esta denominação surge de Luigi Piccinato que apresenta várias tipificações de cidade: cidades lineares, em cruz, em esquadria, de tipo nuclear, de estrutura binuclear, em espinha de peixe, cidades acrópolis e radiocêntricas (Goitia, 1989, pp. 91-93). Em face de tamanha diversidade na tipologia citadina, podem estas agrupar-se em plantas irregulares, regulares e radiocêntricas.

Diz Mumford (1970, p. 43) que o centro tinha uma praça com a catedral ou templo, o mercado e os edifícios mais importantes, como a Câmara e o Grémio, e dentro e fora das cidades

existiam jardins, hortas e pastagens. Era a muralha que delimitava este espaço exterior de “um espaço ‘culturizado’ que quer ser um lugar de ‘ordenamento’ do espacial e do social” (Rémy & Voyé, 2004, p. 40). Os bairros estavam associados às atividades profissionais, onde muitas vezes os lugares de trabalho eram também as residências dos patrões e empregados, e onde os locais de festividades se encontravam. Com o desenvolvimento do dinamismo interno das cidades, as populações começaram a sair do espaço muralhado para ir invadindo a área que rodeia o núcleo da urbe, criando bairros cada vez mais afastados do centro.

Mais tarde, e já no período do Renascimento, não houve inovações de monta, apenas aconteceu uma continuidade do que se havia feito na época medieval. Afirmo Goitia:

A atividade urbanística durante os séculos XV e XVI consiste, em grande parte, em alterações no interior das velhas cidades que, geralmente, modificam muito pouco a estrutura geral. Enquanto o pensamento utópico elabora cidades geométricas iguais, a vida decorre nos velhos ambientes medievais, nas praças irregulares e pitorescas e nas ruelas de outros tempos. A abertura de algumas ruas novas, com edifícios solenes e uniformes, e sobretudo a criação de novas praças, regulares ou quase regulares, para enquadramento de um monumento destacado, uma estátua para honrar um rei ou um príncipe, ou para representações ou festejos públicos, são os empreendimentos urbanos mais apoiados, que o período barroco irá continuar ainda em maior escala (Goitia, 1989, p. 108).

A grande alteração a nível urbanístico ocorreu no período barroco, quando a corte deixou de ser itinerante e passou a ter um carácter mais permanente devido ao elevado número de funcionários. Como consequência, tudo o que suportava os funcionários, como os arquivos, as chancelarias ou os tribunais, alojara-se em edifícios também permanentemente. É desta forma que surge o conceito de capital política: “a cidade deixava de ser um meio para conseguir a liberdade e a segurança. Era antes um meio de consolidar o poder político num único centro, sob a supervisão direta do rei, e impedir qualquer desacato à autoridade central” (Mumford, 1970, p. 130). O que caracteriza a arquitetura da cidade barroca é a linha reta, a perspetiva e a uniformidade: “regular setting of buildings, with regular façades and even cornices, whose horizontal lines tended toward the same vanishing point as that toward which the carriage itself was rolling” (Mumford, 1970, p. 95). Predomina o sentido estético e harmonioso. A praça central para homenagear a figura do rei tem o seu melhor exemplo em Portugal na Praça do

Comércio de Lisboa, criada por altura da reconstrução da cidade após o terramoto de 1755, de onde partem as ruas em linha reta. Todas as ruas levam ao palácio que tem uma posição privilegiada na cidade, visto de todo o lado. As praças centrais dominadas por monumentos e flanqueadas simetricamente por edifícios públicos e largas avenidas existiam em profusão.

Todo o dinamismo propiciado pelo comércio desde a Idade Média levou à expansão do capitalismo e, consequentemente, à industrialização, que culminou o seu processo com a Revolução Industrial. O capitalismo, preconizado por Adam Smith na política do *laissez-faire*, teve o seu impulso na divisão do trabalho, que permitiu não só um aumento na quantidade de material produzido, como também levou ao desenvolvimento e aperfeiçoamento das máquinas, segundo Goitia (1989, p. 156).

A elevada produção de determinados produtos levou à necessidade de escoamento dos mesmos, logo também o crescimento das cidades europeias, polos comerciais. No Reino Unido, berço desta Revolução, as cidades cresceram grandemente, com a população a sair do meio rural para se dirigir para as zonas urbanas. Podemos encontrar várias razões para o desenvolvimento urbano: a mecanização do trabalho rural levou ao aumento da produção agrícola, proporcionando alimento às populações urbanas; a produção em massa tornou a produção manual obsoleta; a melhoria nos transportes e meios de comunicação proporcionada pela máquina a vapor e linhas de caminhos de ferro fez das cidades centros mercantis; as fábricas já não precisavam de estar perto das fontes de energia, como rios, pois havia a máquina a vapor. Ou seja, a grande capacidade de produção e de diversificação dos produtos permitiu que as cidades contribuíssem para a economia, enquanto os transportes criaram rotas comerciais internacionais, como afirma Paddinson (2001, p. 15). O grande afluxo de pessoas fez, no entanto, com que as condições de habitação fossem miseráveis, com várias pessoas a viver em espaços exíguos, sem condições de higiene e salubridade:

Ao mesmo tempo que as fábricas e todos os seus estabelecimentos anexos, ganham destaque, na cidade industrial, os chamados bairros operários, construídos em virtude da iniludível necessidade de albergar a mão-de-obra. Ao princípio, estes bairros operários, a que os anglo-saxões chamam *slums*, desenvolveram-se com condições de vida verdadeiramente ínfimas. (...) Todas tinham em comum uma regularidade fria e atroz, e uma grande densidade no que se refere ao aproveitamento do terreno. (...) Tirava-se o maior partido do solo

prescindindo-se de espaços livres e pátios. (...) A maior parte dos habitantes não tinha luz nem ventilação (Goitia, 1989, p.160).

Este é o tipo de cidade descrita por Charles Dickens em *Hard Times*, Coketown. Por seu lado, Mumford (1970) descreve bem os bairros operários:

Each country, each region had its own social pattern (...). But they are united by certain common characteristics. Block after block repeats the same formation: there are the same dreary streets, the same bleak alleys, the same absence of open spaces for children's play and gardens; the same lack of coherence and individuality to the local neighbourhood. The windows are usually narrow; the interior light insufficient; no effort is made to orient the street pattern with respect to sunlight and winds (pp. 168-169).

O próprio ambiente das ruas era insuportável, pois o centro da cidade era onde estavam localizadas as fábricas, que lançavam os fumos para o ar e envenenavam a água com produtos tóxicos. Ao lado destes bairros da cidade industrial surgia a cidade burguesa liberal com “grandes avenidas resplandecentes de luz, praças ornamentadas com monumentos aos grandes líderes do progresso, grandiosos edifícios representativos, palacetes e zonas residenciais que respiravam desafogo e distanciamento” (Goitia, 1989, p. 161). Mumford reflete a mesma ideia: “the painful grayish cleanliness of the more respectable quarters, where the better-paid artisans or clerks live, perhaps in a row, perhaps semi-detached, with a soiled pocket-handkerchief of grass before their houses, or a tree in the narrow courtyard in the rear” (Mumford, 1970, p. 169). São estes aspetos duais que encontraremos nas descrições de Lisboa por Fialho de Almeida e de Londres em Jaime Batalha Reis, como veremos na parte III do nosso trabalho.

O desenvolvimento da cidade industrial foi acompanhado pela progressiva destruição de espaços abertos para a pavimentação de ruas, que rapidamente se tornaram locais para a circulação de transportes, para as brincadeiras das crianças e para passeio dos adultos. Os edifícios eram construídos em quarteirões retangulares de tamanho idêntico, com ruas e avenidas de larguras também elas iguais. A metrópole podia expandir-se em qualquer direção, tendo apenas como limites obstáculos físicos intransponíveis e meios de transporte.

As minas e os caminhos de ferro (que proporcionaram a expansão do território mineiro) foram os responsáveis pela destruição de muitos recursos naturais. Nas cidades mineiras a cor

predominante era o preto da fuligem das fábricas e dos comboios, pelo que a iluminação a gás depressa se expandiu. Em Birmingham nota-se a sujidade e o ruído:

in no town in the world are the mechanical arts more noisy: hammerings incessantly on the anvil; there is an unending clang of engines; flame rustles, water hisses, steam roars, and from time to time, hoarse and hollow, rises the thunder of the proofing house [where firearms are tested]. The people live in an atmosphere vibrating with clamor; and it would seem as if their amusement had caught the general tone, and become noisy, like their inventions (testemunha do século XIX citada em Mumford, 1970, p. 194).

Lado a lado com a riqueza e o progresso gerados pelo comércio, existia muita pobreza, doenças e crime. São estes problemas sociais provocados pela alteração da sociedade que serão objeto de análise de observadores da época, nomeadamente escritores ou investigadores urbanos. Um desses estudiosos da cidade foi Ferdinand Tönnies¹³, com a obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (1887). Este autor dedicou-se à análise das relações sociais nas sociedades urbanas, mas apenas às relações de respeito e não às conflituosas. Para este autor, *Gemeinschaft* era a comunidade tradicional que existia durante a organização feudal, em que as pessoas estavam unidas por valores comuns e tradições sagradas, ou seja, a solidariedade emergia da identidade comum dos seus elementos. Este tipo de ligação encontra-se nas relações familiares, de vizinhança, de amizade e de autoridade baseada na coragem, idade ou sabedoria. Também nas aldeias vemos este tipo de relacionamento. No extremo oposto encontramos a *Gesellschaft*, uma sociedade com valores e tradições heterogéneos, em que as diferenças individuais reduzem a solidariedade social e o individualismo é o valor máximo. As relações são artificiais e mecânicas e existe uma hostilidade potencial ou guerra latente. Segundo Karp, Stone e Yoels (n.d., p. 10), este tipo de relações acontece nos centros urbanos após a industrialização e é o instrumento de mercadores e capitalistas que aspiram à obtenção dos seus objetivos, ou seja, o valor está no dinheiro.

Émile Durkheim¹⁴ também apresentou as suas ideias relativamente à solidariedade social que, no seu entender, provinha da divisão social do trabalho. Defendia o autor que este era o método mais relevante pelo qual as pessoas se ligavam umas às outras nas sociedades

¹³ Ferdinand Tönnies (26/07/1855 – 09/04/1936). Sociólogo e filósofo alemão, cuja principal obra foi *Gemeinschaft und Gesellschaft* (Comunidade e sociedade).

¹⁴ Émile Durkheim (15/04/1858 – 15/11/1917). Sociólogo francês, um dos fundadores desta disciplina.

complexas. Afirma também que todas as sociedades, mesmo as mais tradicionais e pequenas, têm divisão do trabalho, divisão essa feita por idade, sexo ou estatuto familiar. As pessoas destas comunidades partilham as mesmas crenças, opiniões e hábitos. Estes sentimentos semelhantes são representações da vida coletiva da sociedade, comportamentos que, de muito serem repetidos, se tornaram habituais. O que existe, então, é uma memória coletiva e nenhum indivíduo pode ser responsabilizado por estes comportamentos coletivos. É devido a esta consciência coletiva que a solidariedade social existe e os elementos destas comunidades agem automaticamente, provocando harmonia: é a ‘solidariedade mecânica’. A ‘solidariedade orgânica’ depende das diferentes relações entre os indivíduos de uma sociedade em circunstâncias também elas diferentes, ou seja, nasce da divisão social do trabalho, situação em que os indivíduos estão ligados uns aos outros na satisfação das necessidades, logo, cooperam. É este o valor moral da divisão do trabalho (Donne, 1990, pp. 135-136). Para Durkheim, conforme as sociedades vão evoluindo, avançam de uma condição de solidariedade mecânica para uma condição de solidariedade orgânica, e é a gradual preponderância da divisão do trabalho o principal trampolim para esse avanço. No entender deste autor, a divisão do trabalho é, em última análise, uma reflexão da resposta da luta biológica pela existência e a competição pelo controlo de recursos escassos. No entanto, poderão existir situações em que a divisão do trabalho não resulte bem, como quando existe anomia (a falta de normas sociais), que resulta de crises económicas ou de outra qualquer crise que não contribua para a adequada formulação de valores morais ou para alcançar fins sociais. Também quando a divisão do trabalho se baseia num sistema de classe ou de casta imposto não há solidariedade, mas dor e ansiedade, pois a distribuição de funções não corresponde aos talentos naturais. Outra situação negativa é quando as funções são distribuídas de forma a que não haja material suficiente para o trabalho individual (Karp, Stone & Yoels, n.d., pp. 12-19).

Walter Benjamin¹⁵, que tomou como modelo Paris do século XIX, “the very epitome of the ‘disturbing newness’ associated with this period of mass modernisation. (...) It was a place characterised by vast massed crowds, chance interaction, dazzling sensory spectacles, novel fashions and mass public culture and entertainment” (Hayward, 2004, p. 19). Este autor via a cidade desta forma:

¹⁵ Walter Benjamin (15/07/1892 – 27/09/1940). Ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo judeu alemão, é associado à Escola de Frankfurt e à Teoria Crítica.

a ‘sensual’ spectacle (or, as he put it, a ‘phantasmagoria’, the dream world of urban capitalism) and set about unearthing the ‘material traces’ of the fabric of the 19th century metropolis, with the intention of uncovering the immediate, emotional and mystical facets of modern city life (Hayward, 2004, p. 25).

As arcadas da cidade parisiense fascinavam Benjamin, pois eram locais onde o público e o privado estavam em confronto. Na sua obra *Das Passagenwerk*, começada em 1928 e inacabada na altura da sua morte em 1940¹⁶, refere-se à inversão do espaço entre o interior e o exterior, proporcionada pela existência de vidros nas montras, e que permite a exposição do interior. Também o facto de as arcadas serem basicamente corredores, sem um exterior específico, leva a uma ambiguidade entre o espaço interior e exterior e a um esbatimento entre os dois espaços. Nestes locais, e nas décadas de 1830 e 1840, movimentava-se o *flâneur*, “a loiterer, an idle ‘stroller’ or *promeneur*, a detached observer concerned with the sights, sounds and contingencies of mid-19th century Parisian street life” (Hayward, 2004, p. 20). No anonimato da multidão, esta figura estava protegida: liberto da família, amigos e outras convenções, podia atravessar as ruas parisienses observando tudo – ladrões, prostitutas, estetas e boémios, ou seja, observava a sociedade capitalista do século XIX. A sua intenção não era moralizar, mas descrever as subtilezas da vida moderna e os seus efeitos na consciência dos homens e mulheres modernos. Com efeito:

Flânerie (...) can be associated with a form of *looking*, observing (of people, social types, social contexts and constellations); a form of *reading the city* and its population (its spatial images, its architecture, its human configurations); and a form of *reading written texts* (in Benjamin’s case both of the city and the nineteenth century - as texts and of texts *on* the city, even texts as urban labyrinths). (...) The *flâneur* can also be a producer, a producer of literary texts (including lyrical and prose poetry as in the case of Baudelaire), a producer of illustrative texts (including drawings and paintings), a producer of narratives and reports, a producer of journalistic texts, a producer of sociological texts (Hayward, 2004, pp. 28-29).

Assim, e enquanto produtor, o *flâneur* ultrapassa o papel de mero espetador e passa a produzir imagens da metrópole, com os seus objetos e população. Descobrimos então uma

¹⁶ A obra foi publicada postumamente em 1982. Tem como título inglês *The arcades project*.

cidade misteriosa com a figura de um detetive que investiga os seus mistérios, o labirinto social e também o arquitetónico. É no labirinto da massa e a sua interação com o labirinto construído da cidade, mais do que nas ruas vazias da metrópole, que os segredos são revelados, como teremos também oportunidade de observar na parte III do nosso trabalho. Autores como Eugène Sue na obra *Mysteries of Paris* (1845) ou Charles Dickens em *Bleak house* (1853) apresentam esta faceta da cidade-mistério que necessita de ser descoberta. Percebemos então que, devido aos seus interesses naquilo que observa, o *flâneur* apenas se sente bem no meio da multidão, incógnito, à margem. Com o aparecimento dos grandes armazéns, a imagem do *flâneur* como tal desapareceu.

Georg Simmel foi outro teorizador da cidade que defendeu que as identidades individuais não se desenvolvem isoladamente, mas através da interseção de círculos sociais. Estudou as formas pelas quais a existência metropolitana é apresentada, nomeadamente através da economia (cujas bases são o dinheiro) e da cultura e afirma que a exposição à grande diversidade de entidades e produções culturais leva a duas atitudes: *blasé* (ao mesmo tempo a causa e a consequência da necessidade de impressões diversas e contraditórias) e indiferença. A atitude *blasé* deriva da rápida alteração e estímulos contrastantes para os nervos: enquanto fonte de estímulos para o prazer, a metrópole agita os nervos ao máximo durante tanto tempo que eles deixam de reagir, gerando uma incapacidade de reação a novas sensações. Por outro lado, a indiferença pode ser levada ao extremo na desconfiança, reserva ou até hostilidade, o homem citadino desvaloriza as pessoas e os objetos. Ainda a este propósito, afirma Fortuna (2001) que os sujeitos se refugiam “na individualização, na criação de distâncias sociais e no anonimato. A agorafobia e a hipersensibilidade são vistas, deste modo, como mecanismos de autodefesa da personalidade metropolitana que alteram radicalmente as relações sociais de interação” (p. 9). As consequências deste individualismo são: o intelectualismo (o sujeito vê-se forçado a conter as emoções e a proceder de modo racional); a reserva mental (criação de distâncias nos contactos quotidianos, como medida de autoproteção da individualidade); espírito calculista e pragmático (tem como fim a sobrevivência numa cultura quantitativista); a atitude *blasé* (banalização das diferenças e autodesvalorização pessoal).

Simmel escreveu também um artigo intitulado “A sociologia do espaço” (1903), no qual defende que cada parte de um espaço é única e exclusiva. Desta forma, determinadas formações sociais podem ser identificadas de maneiras diferentes relativamente a determinados espaços, como estados ou bairros de cidades. Enquanto em estados a interação entre indivíduos e grupos

está intimamente associada a um território demarcado específico, numa cidade a esfera de influência abrange várias secções – económicas, culturais e políticas. O autor defende ainda que uma das particularidades do espaço é que pode ser ‘partido’ e subdividido de acordo com as nossas necessidades, ou seja, o espaço pode ter fronteiras. Essas fronteiras são marcadas de acordo com a intensidade das relações sociais. Assim, “o limite não é um facto espacial com efeitos sociológicos, mas um facto sociológico que assume sua forma espacialmente” (Simmel, 2013. P. 81).

De acordo com Hayward (2004), uma outra característica do espaço nas formações sociais é a capacidade para fixar ou localizar a interação social, que pode ser revelada de quatro maneiras: a existência de um *continuum* desde a união de indivíduos (na época medieval) até uma situação de completa liberdade; o estabelecimento de uma forma social num ponto focal (transações económicas); a união de elementos independentes num espaço particular (uma igreja); a individualização num espaço particular que permite um novo ordenamento do espaço urbano (com os números de portas) e uma nova forma de regular e controlar as populações urbanas.

Por outro lado, Robert E. Park¹⁷ e Ernest W. Burgess¹⁸ da Escola de Chicago fundam a ecologia urbana:

A ecologia é o estudo da economia e do modo de habitar dos organismos animais. Inclui as relações dos animais com o ambiente inorgânico, sobretudo as relações positivas e negativas, diretas ou indiretas com plantas e outros animais: numa palavra, toda a intrincada série de relações às quais Darwin se referiu falando de condições da luta pela existência (Donne, 1990, p. 39).

Assim, a ecologia urbana teve como inspiração o darwinismo social:

there was a stratum of human life in which people tended to behave like other living things, a ‘subsocial’ or ‘biotic’ stratum where competition was the basic

¹⁷ Robert Ezra Park (14/02/1864 – 07/02/1944). Sociólogo norte-americano e um dos fundadores da Escola de Chicago.

¹⁸ Ernest W. Burgess (16/05/1886 – 27/12/1966). Sociólogo urbano da Escola de Chicago.

form of coexistence. (...) Such tendencies (...) had a great impact in shaping the modern city (Hannerz, 1980, p. 27).¹⁹

Por competição, Park entendia competição pelo espaço e afirmava que as cidades são feitas de zonas, bairros, unidades de vizinhança com áreas ‘naturais’ (não são planificadas, são seleccionadas entre os grupos humanos e são zonas em que os mais apropriados se afirmam) e ‘morais’ (cada um exprime as maneiras de ser e viver próprias de uma componente particular da população de uma cidade) (Grafmeyer, 1994, p. 16).

O que os autores da Escola de Chicago fazem é “interpretar a cidade através de ideias assumidas a propósito da biologia evolucionista” (Mela, 1999, p. 24). A ação e movimentação das populações acontecem como resultado da *luta pela vida* ou *conflito*. Dependendo do resultado desses conflitos, poderá haver *domínio* de um grupo social sobre outro, ou uma *assimilação* progressiva. De acordo com Mela (1999), esta visão assenta nos ideais de Marx e Engels, que mostram os conflitos existentes entre as classes: os opressores e os oprimidos.

Com base nestes ideais, Burgess apresenta em 1933 uma teoria que divide a cidade americana em cinco zonas concêntricas: o centro comercial e de negócios, logo seguido de uma zona de transição para a zona dos bairros operários; a quarta é a zona residencial das classes médias e elevadas e, finalmente, a *commuter's zone*, das pessoas que vivem nos arredores e trabalham todos os dias na cidade. A zona de transição é instável, predominando aí o vício e o crime. As suas casas foram abandonadas pelos antigos proprietários que se deslocaram para sítios melhores, sendo agora ocupadas por imigrantes e pessoas pobres (Goitia, 1989, pp. 201-212). O que se observa é que “a competição em que se origina a distribuição da população tende a seleccionar e agrupar conjuntamente os semelhantes” (Donne, 1990, p. 43). No entanto, algumas críticas foram feitas a este modelo de Burgess, nomeadamente o facto de haver uma separação muito vincada entre zonas residenciais e de trabalho e de excluir as características naturais do local da urbe (Hannerz, 1980, p. 28).

Park apresentava uma vasta experiência enquanto repórter de investigação na cidade, o que o levou a adquirir um grande conhecimento das relações raciais e do impacto da imigração na sociedade americana, preocupando-se também com o urbanismo. Reconheceu assim certas particularidades nos bairros da cidade. Alguns eram pequenos mundos isolados, com imigrantes

¹⁹ O nível biótico é a base em que se insere o nível cultural – a partilha de ideias e a manutenção de uma ordem moral que permite ultrapassar a Natureza.

sem ligação à sociedade que os rodeava, outros eram aglomerados de indivíduos que se movimentavam, outros ainda eram caracterizados pelo modo como eram utilizados pelos seus habitantes, como as zonas de vício. Percebeu também que as relações sociais que predominam na cidade são superficiais, tendo como base o dinheiro e não os valores morais (Hannerz, 1980, pp. 22-25). Para Park, e segundo Karp, Stone e Yoels (n.d.), a cidade era o fenómeno central da vida moderna.

Louis Wirth (1897-1952), também seguidor da Escola de Chicago, dedicou-se ao estudo da cidade, defendendo que um espaço urbano deve apresentar como variáveis o tamanho, a densidade e a heterogeneidade social da população, todas elas interligadas. A dimensão potencia tanto a autonomia dos indivíduos como o seu anonimato, podendo levar à anomia e ao vazio social. A densidade potencia o espírito de competição e de tolerância perante os outros. A heterogeneidade instiga por um lado o cosmopolitismo e por outro, leva à insegurança dos indivíduos, como afirma Fortuna (2001, p. 12). Wirth considera que a vida urbana se torna cada vez mais impessoal, racional e calculista. Defende que há oito consequências que ocorrem nas grandes cidades: um aumento da variação individual na população; uma segregação de grupos da população de acordo com características comuns, como a cor ou o estatuto social e económico; a segmentação da vida pessoal (conhecem pouco os outros com que se cruzam); a despersonalização da associação humana (indiferença para com os outros); sofisticação e racionalidade; substituição de controlo social formal por informal (representantes dos habitantes nos processos políticos); a estratificação social não é apenas hierárquica, mas também multidimensional; comportamento coletivo (as multidões surgem do profundo anonimato) (Karp, Stone & Yoels, n.d, pp. 35-40).

Depois da Escola de Chicago surgiram outros teorizadores com ideias mais ou menos arrojadas, mas o facto é que a partir desta fase a cidade começa a ser trabalhada de outra maneira, sendo as relações sociais neste espaço um objeto de estudo mais aprofundado. O movimento designado de *City Beautiful* adquiriu grande destaque no início do século XX e teve como principal mentor o arquiteto Daniel Hudson Burnham (1846-1912), cuja meta era promover o embelezamento e construir uma cidade monumental como forma de criar um ambiente moral e cívico para os habitantes. O marco inicial deste movimento aconteceu na Exposição Colombiana de Chicago, em 1893, quando Burnham tinha como objetivo principal superar os focos geradores de doenças, de depravação moral e de descontentamento da população. Para tal, o *City Beautiful* operou obras de embelezamento e de infraestruturas em

grande escala. Baseou-se em Frederick Law Olmsted (1822-1903), considerado o pai da arquitetura paisagística norte-americana, que defendia a construção de parques públicos e outras áreas verdes no interior dos centros urbanos para assegurar uma ordem moral harmoniosa. Além disso, o papel dos edifícios tornou-se predominante para a promoção do apelo estético que o *City Beautiful* procurava e, não importando onde estivessem, os edifícios deveriam adquirir um aspeto monumental para construir um orgulho cívico. Uma das cidades que revela este estilo é Washington DC. O declínio do *City Beautiful* aconteceu quando surgiram as Cidades-Jardins de Ebenezer Howard (1850-1928). Este idealizou a Cidade-Jardim entre 1880 e 1898, numa tentativa de aliar o campo à cidade e fazendo reviver a ideia de cooperação. Este tipo de cidade não teve sucesso, pois os avanços tecnológicos e o capitalismo levaram as pessoas por outros caminhos.

O movimento antiurbano, baseado nas teorias de Kropotkin, Geddes e Howard, teve grande impacto em Frank Lloyd Wright (1867-1959) com o modelo de cidade Broadacre. Também estes ideais não tiveram sucesso (Hayward, 2004, pp. 41-43).

Le Corbusier (1887-1965) colocou ênfase nos espaços verdes e problemas de transportes:

as grandes torres de um centro comercial e de negócios, com acessos fáceis pelas vias de tráfego, e rodeadas de parques e espaços verdes; os blocos de apartamentos com amplas zonas de jardim e terrenos de jogos e desportos; as zonas industriais cuidadosamente isoladas e as comunidades satélites organicamente articuladas com o centro (Goitia, 1889, pp. 196-197).

No entanto, e como veremos de seguida, a cidade não é apenas a sua construção, é também a sua interpretação.

3.2 - A imagética da cidade

A cidade não é apenas um espaço físico, onde objetos e pessoas interagem. No entanto, é esta experiência urbana que vai criar uma imagem da cidade, o ‘significado’ do significante ‘cidade’, como afirma Ledrut (1973, p. 18). Para Lynch (2000, p. 8), há três componentes na imagem: a identidade (a imagem só existe na medida em que se distingue o seu objeto dos outros, tem individualidade), a estrutura (o objeto tem capacidade de se colocar em relação

espacial com outros objetos e com o sujeito) e o significado (a relação emotiva e prática do objeto com o sujeito ou observador).

Desde sempre houve uma associação simbólica nestes locais. Eliade (1988, p. 30), por exemplo, afirma que a cidade sagrada se situa no centro do cosmos e Coelho refere que a construção vai ser feita em volta desse ponto simbólico. A cidade, “representação do cosmos, ponto entre a terra e o céu, (...) vai tornar-se num recinto sagrado sob a proteção de um deus” (Coelho, 1993, p. 427). A cidade é, então, um espaço que, inicialmente, albergava a divindade protetora. Este espaço protegido permitiu a existência de uma comunidade sedentária que, aos poucos, foi subsistindo com as trocas de bens. E também desde o início a cidade é vista de diferentes formas.

Começamos por ver a imagem da cidade como recinto (sagrado ou defensivo). Assim, “todas as estruturas mais primitivas – a casa, o forno, a cisterna, o celeiro, o pombal, o curral, a aldeia mesma e o fosso no cercado que a rodeia, e até o túmulo – eram (...) maternalmente redondas e aconchegadoras” (Reckert, 1989, pp. 12-13). A função destas primeiras cidades era de proteger as vidas que lá nasciam ou se abrigavam, ou seja, era a função de ‘mãe’ que lhes subjazia. Confirma Lédut:

La ville-mère (...) nous entoure, elle nous enveloppe; parfois même elle nous étouffe et provoque des réactions de rejet, de fuite. L’image de ce qui embrasse, entoure, enveloppe est tout à la fois spatiale et affective; elle porte la marque de l’entendue, du monde physique et sensible, comme celle de l’amour prévenant. La ville où je suis né est l’espace où j’ai vu le jour, d’où je suis sorti et qui ne m’a pas exilé, qui m’a gardé en lui, qui m’a nourri, en qui j’ai demeuré” (Lédut, 1973, p. 64).

No interior destas cidades circulares encontrava-se a cidadela (com o palácio, o templo e o celeiro) retangular ou quadrada, uma possível fusão da cultura matriarcal paleolítica e da cultura masculina neolítica, uma vez que, e segundo Coelho, o redondo é a forma perfeita e a “imagem do refúgio natural do ventre feminino” (1993, p. 428). A cidade é, então, personificada como mulher (Reckert, 1989, p. 15).

É o caso de Babilónia, vista alegoricamente como a grande prostituta, inúmeras vezes metaforizando a cidade de Roma. Pelo contrário, Jerusalém é a mãe, a noiva de Cristo.²⁰ Ou seja, a cidade é associada ao Inferno ou ao Paraíso, segundo Reckert. Existe ainda uma outra imagem feminina da cidade: a amazona, ou virgem guerreira, uma mulher masculinizada, ou a imagem de uma estátua de pedra ou de metal que se ergue na vertical. É a cidade de Babel. Esta imagem de cidade vertical pode ser aplicada à cidade de Nova Iorque. As cidades têm ainda imagens relacionadas com valores morais: Babel representa a presunção, Babilónia a corrupção, Sodoma e Gomorra a perversão, Roma o poder, Troia e Cartago a destruição, a cidade de Dis simboliza a morte e a praga e Jerusalém simboliza a revelação, de acordo com Pike (1981, pp. 6-7).

Cada uma das mulheres acima mencionadas origina uma relação diferente: um romance de amor, com mudanças e cumplicidades, uma viagem iniciática que leva à harmonia; um romance de perversidade, com fascínio e repulsa simultaneamente, atração e rutura, amor e morte; um romance de guerra, que coloca em jogo a vontade de poder, que resume as relações do indivíduo com a coletividade, do grupo com os seus rivais (Dubois, 1989, p. 38). Uma outra oposição que pode ser encontrada na cidade é a selva urbana “que oprime e reprime impondo como única salvação a fuga. (...) Se a fuga não é possível, a cidade torna-se uma prisão” (Reckert, 1989, p. 19). No lado oposto está a cidade como íman.

Não são só cidades estrangeiras que encarnam imagens diferentes. A própria cidade de Lisboa apresentou essas diferenças ao longo dos séculos. Desde a Antiguidade Clássica que os autores mostram que a cidade de Lisboa é superior a todas as outras, ao metaforizar o mundo através do corpo humano. Estrabão²¹, na sua obra *Geografia*, representa a Europa com a figura de um dragão, cuja cabeça seria a Espanha e os olhos Lisboa. Esta ficava assim com uma posição privilegiada, mostrando o desconhecido a toda a Europa. Esta imagem antropomórfica é retomada mais tarde por Luís de Camões em *Os Lusíadas* (1572), no Canto III: “Eis aqui se descobre a nobre Espanha / Como cabeça ali da Europa toda” (n.d., p. 133) e “Eis aqui, quase cume da cabeça / da Europa toda, o reino Lusitano, / Onde a terra se acaba e o mar começa / E onde Febo repousa no Oceano” (n.d., p. 134).

²⁰ Na Idade Média, o centro do labirinto é conhecido como ‘céu’ ou ‘Jerusalém’. Devido à sua configuração, o labirinto representa “simbolicamente os perigos e as dificuldades de percurso que se deparam ao peregrino que tenta atingir a Jerusalém celeste, a cidade de Deus, ou seja, a união com Cristo” (Hatherly, 1883, p. 83). Assim, o labirinto também está associado à procura da salvação, logo, a um percurso iniciático.

²¹ Estrabão (Amaseia do Ponto, 64/63 a.C. – 23/24 d. C.). Filósofo, historiador e geógrafo grego.

A superioridade desta cidade é potenciada, ainda geograficamente, pela sua localização que facilita o tráfego marítimo, superando os antigos portos da Antiguidade, como Cartago, Coríntia ou Constantinopla. Os Descobrimentos permitiram ultrapassar os Antigos em conhecimentos e na extensão do império. Facilmente se chega à conclusão de que a cidade fundada por Ulisses é o Quinto Império, profetizado por Nabucodonosor no *Livro de Daniel* e, mais tarde, por Padre António Vieira.²² Esta imagem da cidade importante encontra-se em autores como João de Barros em *Décadas da Ásia* (1552, 1553, 1563 e 1615), Fernão Mendes Pinto em *Peregrinação* (escrita entre 1569 e 1578) ou Damião de Góis em *Descrição da cidade de Lisboa* (1554).²³

A cidade é o espelho da criação divina, que se revela pela sumptuosidade dos templos. Lisboa não os tem com esse grau de grandiosidade, mas a metrópole é um templo que eterniza a grandiosidade de Deus:

La ville, miroir de la création divine, se révèle par la sumptuosité des temples dressés pour célébrer la grandeur de son créateur. (...) Lisbonne (...) est habilement présentée comme une métonymie de la perfection de la grande “cidade para todos os homens que é este Mundo que habitamos”. Le site de Lisbonne est à lui seul un temple magnifiant la grandeur de Dieu, amphitéâtre majestueux ouvert sur l’océan (Pascal, 1997, p. 53).

É esta grandiosidade aliada à beleza dos locais que rodeiam a urbe que contribui para a ideia do *locus amoenus*, a união perfeita entre o campo e a cidade, um espaço paradisíaco que rodeia a metrópole e que fez com que a corte escolhesse Lisboa para se instalar. A verdade é que as cidades que se localizam em ilhas ou perto de rios, lagos ou oceanos fazem um apelo

²² Nabucodonosor, rei do império babilónico no ano 606 a. C, teve um sonho profético, não só relativamente ao império da Babilónia, mas também à história de toda a humanidade. Nabucodonosor sonhou com uma grande estátua: a cabeça era de ouro, o peito e os braços de prata, o ventre e coxas de bronze, as pernas de ferro e os pés eram parte de ferro e parte de barro. Enquanto admirava a estátua, uma grande pedra veio do alto e acertou nos pés da estátua, que acabou por ser totalmente destruída. Depois disso, a pedra cresceu até cobrir toda a face da terra. Daniel, um prisioneiro da tribo de Judá, conseguiu descrever o sonho ao rei, uma vez que Deus lho havia revelado também em sonho. Este sonho está descrito no capítulo 2 do *Livro de Daniel*, no Antigo Testamento.

Padre António Vieira escreveu a *História do futuro* (livro publicado postumamente em 1718), na qual procurou reavivar o mito do *Quinto Império*, um império cristão e português a dominar o mundo, sucedendo os célebres impérios da antiguidade: assírio, persa, grego e romano. Para ele, havia uma nítida repetição dos ciclos da História e agora caberia a Portugal a liderança do mundo civilizado.

²³ Anteriormente à obra de Damião de Góis, conhece-se o texto *Conquista de Lisboa aos mouros* (1147); posteriormente, Fernão Lopes também descreve Lisboa nas suas *Crónicas* (iniciadas em 1419 e terminadas em 1451). Maria [sic] Tavares Dias (2004), no artigo “Olisipografia: vocação ou vício?”, apresenta um levantamento exaustivo de relatos e obras que versam a cidade de Lisboa até ao século XX.

especial à imaginação. Além disso, e para Pike (1981, p. 129), apresentam fronteiras dramáticas como pontos de orientação e um desenho definido e não difuso.

Depois da Revolução Industrial, e como refere Coelho (1993), a cidade explode para fora das suas muralhas, perdendo o equilíbrio uterino, entra na desordem e passa a ser um signo de transitoriedade e mudança:

Lisbonne a toujours fourmillé de rumeurs du monde, pareilles à une houle intermitente, que durant des siècles, navires, galions, voiliers, bateaux à vapeur ou paquebots nous apportaient accostant sur les rives du Tage. Mais avec le train, le télégraphe, les journaux, les revues des grands centres, ressac d'une Europe décollant du reste du monde et d'elle-même en tant que passé, Lisbonne, qu'a un rythme lent, s'initiait presque en direct à la vie de la civilisation européenne du futur et déjà presque futuriste, celle d'électricité et des expositions universelles (Lourenço, 1995, pp. 151-152).

No entanto, “a vida quotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e, de modo subjetivo, dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente” (Berger & Luckmann, 2004, p. 31). Desta forma, e como vimos mais acima neste texto, a cidade está repleta de símbolos que vão contribuir também para a construção da identidade de quem lá vive e para os comportamentos que lá encontramos:

A cidade, de facto, não é apenas uma forma específica de organização social do território, mas também um conjunto de símbolos, estratificados no curso da história. Esses símbolos exprimem-se tanto nas estruturas físicas (ruas, praças e monumentos) como nos modos de vida, cerimónias, rituais da vida urbana, ou ainda nas imagens e discursos que falam da cidade. (...) Ser oriundo de uma cidade, ou viver nela, ou em algum dos seus bairros, significa relacionar-se com um conjunto de símbolos (dotados de valências, ora positivas, ora negativas) que representam termos iniludíveis para a construção da identidade pessoal (Mela, 1999, pp. 144-145).

Prova do que foi dito é a imagem transmitida por alguém que habita um bairro elegante (a imagem é positiva), por oposição a um habitante de um bairro degradado, que é visto de forma negativa. Assim, dentro da cidade há outros espaços, imaginários, de acordo com quem os habita e com as atividades que lá exercem. Rémy e Voyé denominam-nos de ‘outro lugar’:

“o ‘outro lugar’ penetra a cidade; esta contém os seus próprios espaços imaginários através do estrangeiro que nela introduz o exotismo” (2004, p. 48). Este ‘outro lugar’ é “geralmente organizado em ilhéus, cujo interior funciona como outros tantos mundos afastados que (...) se tornam lugares onde encontramos (...) as atividades coletivas mais distintas e mais suscetíveis de se desenvolver na marginalidade, na ilegalidade” (p. 48). Para estes autores, não há só um ‘outro lugar’ nas cidades, mas um ‘outro tempo’ - a noite, pois apresenta-se com o seu próprio ritmo, atores e locais próprios e privilegiados. Ou seja, a alteridade está presente também nas cidades.

Para Pike (1981) há três formas de ver a cidade: uma visão de cima, em que o observador tem uma atitude de contemplação, mais do que de envolvimento, está numa posição superior, quase divina e autoritária; uma visão de baixo, em que se endemoninha a cidade, indo às suas fundações, aos esgotos, aos cemitérios, trazendo o passado para o presente; uma visão ao nível da rua, que revela uma atitude ativa do observador. Este encontra-se num labirinto e necessita de ter atenção constante aos perigos desta cidade que tem esquinas, multidões, trânsito. É a visão do *flâneur* (Pike, 1981, pp. 33-36). Podemos dizer que, no caso dos autores em estudo, encontraremos a visão de baixo e a visão ao nível da rua, dependendo das situações descritas e do próprio carácter dos autores.

É, pois, toda esta variedade de elementos arquitetónicos e imagéticos que fazem parte das cidades que nos propomos analisar. É esta variedade veiculada através das palavras escritas por Fialho de Almeida e outros jornalistas literários seus contemporâneos em crónicas publicadas em vários jornais da viragem do século XX que vão mostrar as suas visões da cidade de Lisboa, outrora capital de um império.

Parte II – Enquadramento metodológico

Qualquer trabalho de investigação segue uma linha metodológica, pelo que nesta parte do nosso estudo apresentaremos as opções tomadas para melhor atingirmos os nossos objetivos: a análise de conteúdo e a análise do discurso.

4 - Opções metodológicas

Este trabalho de investigação pretende registar a imagem da cidade que os jornalistas literários portugueses apresentavam no final do século XIX e início do século XX, tendo como pergunta de partida *Qual a imagem da cidade de Lisboa no jornalismo literário de Fialho de Almeida?*

Desta pergunta nascem outras que tentam responder aos nossos objetivos de, na elaboração da imagem de Lisboa, também compará-la e contestá-la com outras urbes finisseculares igualmente analisadas por outros jornalistas literários portugueses, assim como verificar se a imagem fialhiana é idêntica ou diferente das imagens produzidas sobre Lisboa e outras cidades por outros jornalistas literários seus contemporâneos. Para poder responder à pergunta de partida, estipulámos alguns objetivos, que recapitulamos:

- a) dar continuidade aos escassos estudos existentes sobre as primeiras gerações de jornalistas literários portugueses e sobre o jornalismo literário português finissecular;
- b) analisar a temática e imagética da cidade tal como veiculada pelos jornalistas literários e a descrição das marcas de alteridade no espaço urbano;
- c) aferir a recorrência (ou não) de temas e imagens nos textos de jornalismo literário;
- d) conferir que imagens urbanas são importadas pelos jornalistas literários portugueses dos seus congéneres estrangeiros;
- e) observar se a imagem de Lisboa se assemelha à de Londres e de Paris.

Partindo dos objetivos por nós definidos, colocámos ainda algumas hipóteses que serão confirmadas, ou não, pela nossa análise. São elas:

- a) Lisboa finissecular é idêntica a Londres;

- b) Lisboa finissecular é idêntica a Paris;
- c) Lisboa finissecular é uma Babilónia.

Assim, e tendo em conta os autores seleccionados e o período temporal em escrutínio, pretendemos proceder à análise de conteúdo das crónicas que nos legaram sobre Lisboa. No entanto, consideramos ser importante elaborar uma tabela que especifique as cidades focadas por cada autor, no sentido de situar o leitor perante uma grande diversidade autoral onde, por sua vez, o mesmo autor se pode debruçar sobre várias urbes.

Tabela 2 – Grelha de autores / cidades focadas

Cidades Autores	Lisboa	Londres	Paris
Fialho de Almeida	*		
Eça de Queirós	*	*	*
Ramalho Ortigão	*	*	*
Jaime Batalha Reis		*	
Oliveira Martins		*	
Gervásio Lobato	*		
Guilherme de Azevedo	*		*
Eduardo de Barros Lobo	*		
Carlos Malheiro Dias	*		
Paulo Osório	*		

Fonte: Elaboração própria

A análise de conteúdo surgiu no início do século XX, altura em que as escolas de jornalismo se dedicaram a fazer investigações empíricas sobre o grande número de jornais americanos da época, que resultaram em análise quantitativa dos jornais, dando-se ênfase ao tamanho dos artigos ou dos títulos ou à sua localização na página; mas também se fazia um inventário das rubricas, seguia-se a evolução de um órgão de imprensa, media-se o seu grau de sensacionalismo e comparavam-se semanários rurais com diários citadinos (Bardin, 1988, p. 15).

Foi nas décadas de 1920 e 1930 que se começou a analisar o conteúdo dos filmes (Macnamara, 2005, p. 1). Começaram a utilizar-se melhores instrumentos estatísticos, surgiram novos conceitos apropriados para a colheita de dados e apareceram as primeiras obras metodológicas inteiramente dedicadas à análise de conteúdo (Gauthier, 2003, p. 348). É o caso de Harold Lasswell que, em 1927, fez aquilo que denominou de análise de conteúdo das

técnicas de propaganda da Primeira Grande Guerra (Neuendorf, 2002, p. 35), com a obra *Propaganda technique in the World War*. Para este autor interessavam valores políticos (como o ordenado, a deferência e a segurança), símbolos políticos (como a liberdade, a democracia, o fascismo ou o comunismo), métodos utilizados para a prossecução dos valores políticos (como a violência, o suborno ou a manipulação) e a medida da aquisição dos valores (a indulgência e a privação) (Berelson, 1952, p. 23).

De acordo com Bardin, durante a Segunda Guerra Mundial, 25% dos estudos que aplicaram a análise do conteúdo estavam relacionados com a investigação política (1988, p. 16). O estudo dos meios de comunicação inimigos foram analisados de forma a perceber e prever acontecimentos dos alemães e seus aliados, assim como estimar os efeitos das ações militares (Jensen, 2002, p. 103). Com o aparecimento da televisão, a análise de conteúdo começa a ser aplicada nos estudos de comunicação e nas ciências sociais, principalmente nos temas de violência, racismo e género nos programas televisivos e nos filmes (Macnamara, 2005, p. 1). Surgem também as obras de Berelson e Lazarsfeld (1948) e de Berelson (1952). Segundo este último, a análise de conteúdo é uma técnica de investigação cuja finalidade é a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação (Berelson, 1952, p. 18). Este método foi alargado a outras disciplinas, como a sociologia, a história, a etnologia, a psicologia, a psiquiatria, a psicanálise, a ciência política, a linguística ou as ciências da educação (Bardin, 1988, p. 20 e Landry, 2003, p. 348), mas os critérios de análise dos principais teóricos da análise de conteúdo eram “trabalhar com amostras reunidas de maneira sistemática, (...) interrogar-se sobre a validade do procedimento e dos resultados, (...) verificar a fidelidade dos codificadores e até (...) medir a produtividade da análise” (Bardin, 1988, p. 19). Para Berelson (1952), há cinco áreas de aplicação da análise de conteúdo: a substância do conteúdo, que inclui tendências, o desenvolvimento de uma área de estudo, comparações internacionais, comparações dos meios de comunicação e de “nível” da comunicação, auditoria, padrões de comunicação e operações de investigação; a forma do conteúdo, que inclui técnicas de propaganda, a facilidade de leitura e o estilo; os produtores, em que se analisam a intenção, os estados psicológicos, a deteção e a inteligência; a audiência, com os padrões culturais; os efeitos produzidos pelo conteúdo, ou seja, a atenção e as atitudes e respostas comportamentais (Berelson, 1952, pp. 27-108).

O final da década de 50 do século XX, e no que concerne a análise de conteúdo, ficou ainda marcado pela diminuição da rigidez na exigência da objetividade, uma vez que alguns

investigadores questionavam a confusão entre objetividade e cientificidade e a minúcia da análise de frequências. Além disso, esta metodologia deixou de ser considerada exclusivamente descritiva para se tomar a consciência de que o seu objetivo é a inferência (Bardin, 1988, pp. 21-22 e Landry, 2003, p. 348). Desta forma, “começa a aceitar-se a ideia de combinar o significado do material analisado com a análise estatística” (Landry, 2003, p. 348).

Com o aparecimento do computador, uma nova fase marca a análise de conteúdo, pois desenvolveram-se programas informáticos, ao mesmo tempo que surgiu a obra *The general inquirer: A computer approach to content analysis in the behavioral sciences* (1966), de P. J. Stone, D. C. Dunphy, M. S. Smith e D. M. Ogilvie.

Diz Laurence Bardin a propósito da análise de conteúdo:

A análise de conteúdo é *um conjunto de técnicas de análise das comunicações* [sic]. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (1988, p. 31).

Justifica-se assim a nossa escolha metodológica, pois a análise a que procederemos é de textos relacionados com comunicação, a social, no caso. Segundo Bardin, este tipo de tratamento de dados (análise de conteúdo) pode ser aplicado a vários domínios das comunicações, nos quais estão inseridos os textos do nosso *corpus*, artigos publicados em jornais. É o caso de diários, cartas, entrevistas, respostas a questionários, jornais, livros, anúncios publicitários, discursos de rádio ou televisão (Bardin, 1988, p. 35). Com estes exemplos, poderíamos pensar que a análise de conteúdo apenas se adequa à linguagem verbal, mas a autora propõe também a sua aplicação a documentos icónicos (sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes), ou até a outros códigos semióticos: tudo o que não é linguístico, mas pode ser portador de significações, como música, objetos, comportamentos, espaço, tempo, monumentos, elementos de cultura (Bardin, 1988, p. 35). Landry apresenta a divisão de documentos passíveis de análise de conteúdo da seguinte forma: documentos de organizações oficiais, como governos, empresas ou partidos; documentos administrativos, processos respeitantes ao consumo de serviços públicos relativos à saúde ou educação, por exemplo; documentos de imprensa; documentos pessoais – correspondência, diários, biografias (Landry, 2003, pp. 345-346). Esta informação corrobora também a nossa escolha metodológica.

Jensen apresenta três graus a aplicar aos meios de comunicação social. Os de primeiro grau são aqueles que permitem aos humanos articular e compreender a realidade e comunicar com os outros sobre essa realidade. Neste grau inclui-se o discurso, mas também as canções e outras expressões musicais, a dança, o teatro, a pintura e as artes criativas em geral. Implicam a presença do ser humano e ocorrem num determinado tempo e espaço. Os meios de comunicação de segundo grau referem-se às formas de representação e interação que permitem a comunicação no espaço e no tempo, independentemente da presença e do número de participantes. Assentam em meios tecnológicos, e são exemplo o caso de textos impressos, programas de rádio ou o cinema e a televisão. Finalmente, os meios de comunicação do terceiro grau são as formas de representação e interação processadas digitalmente que reproduzem e recombina os meios de comunicação anteriores numa única plataforma. É o caso do computador, em constante evolução para se adaptar aos sentidos humanos (Jensen, 2002, pp. 3-4). Nós analisaremos meios de comunicação de segundo grau, textos impressos.

Assim, pode definir-se análise de conteúdo como “um método que utiliza um conjunto de procedimentos sistemáticos para chegar a produzir inferências válidas e reprodutíveis a partir de textos” (Landry, 2003, p. 348). Jorge Vala afirma, pelo contrário, que a análise de conteúdo não é um método, mas uma técnica de tratamento de informação (n. d., p. 104), assim como Neuendorf (2002, p. 4) e Espírito Santo (2010, p. 66). Esta autora também define o ‘método’:

O método procura traduzir uma conceção global de planeamento de uma investigação que compreende, em primeiro lugar um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios, resultados esperados da mesma e contexto de implementação, incluindo a definição e operacionalização de conceitos e a formulação de hipóteses. (...) Em segundo lugar, o planeamento e concretização de uma ou mais técnicas e procedimentos (p. 11).

Wimmer e Dominick afirmam que metodologia é o estudo dos métodos e as assunções filosóficas do próprio processo de pesquisa. Diferentes questões de pesquisa sugerem diferentes metodologias. Trata o ‘porquê’ de fazer investigação de determinada maneira (2011, p. 117). No nosso caso, seguiremos opções metodológicas aplicadas às Ciências Sociais em geral e às Ciências da Comunicação em particular. Por outro lado, o método é uma técnica específica para recolher informação seguindo as assunções da metodologia escolhida (Wimmer & Dominick, 2011, p. 117).

Espírito Santo explica que ‘método’ implica “um caminho de investigação apropriado e validado face a objetivos, meios, resultados esperados (...), incluindo a definição e operacionalização de conceitos e a formulação de hipóteses” (2010, p. 11). Inclui ainda “o planeamento e concretização de uma ou mais técnicas e procedimentos” (Espírito Santo, 2010, p. 11). ‘Técnica’, por seu lado, é uma operação para encontrar os factos (Espírito Santo, 2010, p. 12). Concordamos, pois, com a opinião de que a análise de conteúdo é uma técnica.

Mas nestes textos que são estudados através da análise de conteúdo, o que realmente interessa são as condições da sua produção, não o texto em si, como defendem Henry e Moscovici:

Toute analyse de contenu vise, non l’étude de la langue et du langage, mais la détermination, plus ou moins partielle, de ce que nous appellerons les *conditions de production* [sic] des textes qui en sont l’objet. Ce qu’on cherche à caractériser ce sont ces conditions de production et non les textes eux-mêmes. L’ensemble des conditions de production constitue le champ des déterminations des textes (1968, p. 37).

A importância das condições de produção de textos está relacionada com o objetivo da análise de conteúdo, a inferência, como referimos acima. Assim, “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de receção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (Bardin, 1988, p. 38). O investigador, ao tratar a mensagem em análise, inferirá conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. A inferência é, de acordo com Bardin, a etapa intermédia da análise de conteúdo, entre a descrição, ou seja, a enumeração das características do texto, e a interpretação, a significação das características (Bardin, 1988, p. 39). Vala (n.d.) corrobora esta ideia:

trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise (p. 104).

Hiernaux afirma também que os conteúdos “não são nem textos nem discursos. São ‘o que existe dentro’. Os textos e os discursos são ‘recetáculos’, modos de expressão, manifestações. O objeto da análise de conteúdo não são estes, mas antes o que contêm” (1997,

p. 157). Na verdade, o que este trabalho pretende fazer é inferir a imagem que jornalistas literários tinham da cidade do final do século XIX através das suas palavras, partindo do conhecimento das condições de produção dos textos jornalísticos em evidência.

A análise de significação pode incidir sobre dois tipos de conteúdo: o conteúdo manifesto, que é dito ou escrito explicitamente no texto, e o conteúdo latente, não expresso, o sentido oculto de uma palavra, os elementos simbólicos. No caso do nosso trabalho, analisaremos os dois tipos de conteúdo, uma vez se pode fazer transparecer um sentido oculto através de determinadas palavras. É o caso da palavra “labirinto”, utilizada por autores como Jaime Batalha Reis, Eça de Queirós ou Ramalho Ortigão para se referirem à cidade de Londres, de Fialho de Almeida ou Carlos Malheiro Dias relativamente a Lisboa, ou ainda Guilherme de Azevedo ao falar de Paris. A palavra não representa apenas o dédalo físico das ruas, mas também um espaço corrupto, de caos e ao mesmo tempo iniciático, de busca de identidade (Rosa, 2009, pp. 161-165 e Santos, 2007, pp. 291-295).

Uma outra vertente da análise de conteúdo centra-se no aspeto quantitativo e qualitativo. No caso da análise quantitativa de conteúdo, esta “reduz o material estudado a algumas categorias analíticas a partir das quais se podem produzir distribuições de frequência, estudos de correlações, análises fatoriais, etc.” (Landry, 2003, p. 350). De acordo com Vala, a análise quantitativa pode dividir-se em três tipos: análise de ocorrências, em que se contabiliza o número de vezes que determinado termo surge, análise avaliativa, em que se estudam as atitudes do emissor relativamente a determinados objetos, e análise estrutural, que permite retirar “inferências sobre a organização do sistema de pensamento da fonte implicado no discurso que se pretende estudar” (Vala, n.d., p. 120). A análise quantitativa de conteúdo caracteriza-se por uma maior objetividade da análise das mensagens. Por outro lado, e sendo mais subjetiva, “a análise qualitativa de conteúdo interpreta o material com a ajuda de algumas categorias analíticas fazendo ressaltar e descrevendo as suas particularidades específicas” (Landry, 2003, p. 350).

Para Neuendorf, por exemplo, a análise de conteúdo é a análise quantitativa de mensagens com base num método científico que inclui a atenção dada à relação objetividade / intersubjetividade, um desenho prévio, fiabilidade, validade, generalização, replicação e testagem de hipóteses (2002, p. 10). A autora apresenta, no entanto, várias tipologias de análise qualitativa de conteúdo aplicada à comunicação social, com base em Hijmans (1996). Assim, existe a análise retórica, em que se procede à reconstrução das características manifestas do

texto, da imagem ou de ambos. Neste tipo de análise, o foco está na forma como se diz e não no que se diz. A análise narrativa dedica-se à análise das personagens de uma narrativa, assunto que é igualmente desenvolvido por Jensen (2002, pp. 125-132). A análise estruturalista ou semiótica procura os significados profundos da mensagem, o processo de significação através de signos, códigos e oposições binárias. Jensen desenvolve também a análise semiótica aplicada aos filmes (2002, pp. 120-123). Na análise interpretativa pretende chegar-se à teoria através da observação de mensagens e da codificação dessas mensagens. A análise de conversação, como o nome indica, pretende estudar as conversas que ocorrem naturalmente. A análise crítica está mais ligada a estudos culturais e a análise normativa não está, de acordo com a autora, dentro dos parâmetros da análise de conteúdo (Neuendorf, 2002, p. 8). Neuendorf apresenta ainda a análise do discurso, que se ocupa das características da linguagem manifesta e do uso das palavras, assim como da descrição de tópicos em textos de comunicação social através da consistência e ligação das palavras ao tema da análise e ao estabelecimento de termos centrais (Neuendorf, 2002, pp. 5-8).

Para Shoemaker e Reese, conteúdo é toda a informação verbal e visual, quantitativa e qualitativa, que se encontra na comunicação social (1996, p. 4). Já Macnamara afirma que a análise qualitativa estuda a relação entre o texto e a possível significação na audiência. Tenta também determinar essa possível significação, reconhecendo que os textos de comunicação são polissémicos, ou seja, permitem diferentes leituras por diferentes leitores. Nesta análise é importante a audiência, o meio, o contexto e não apenas o texto (2005, p. 5). O autor resume a importância da análise qualitativa:

quantitative content analysis can conform to the scientific method and produce reliable findings. Qualitative content analysis is difficult and maybe impossible to do with scientific reliability. But qualitative analysis of texts is necessary to understand their deeper meanings and likely interpretations by audiences – surely the ultimate goal of analyzing media content. So a combination of the two seems to be the ideal approach (Macnamara, 2005, p. 5).

Também Espírito Santo reforça a ideia de que os estudos qualitativos fazem a análise em profundidade e procuram “a riqueza da informação através da observação múltipla de aspetos concernentes aos objetos em análise” (2010, p. 34). Macnamara apresenta ainda a ideia de Newbold *et al.* (2002) que, apesar de realçar a eficácia da análise de conteúdo quantitativa, reconhece a utilidade dos estudos qualitativos para a compreensão dos significados latentes dos

textos em análise (Macnamara, 2005, pp. 15-16). Macnamara (2005, p. 17) apresenta alguns elementos linguísticos analisados através da análise de conteúdo qualitativa e nós salientamos apenas os que serão utilizados por nós. Por exemplo, o autor refere a utilização de adjetivos, positivos ou negativos, e que dão indicações fortes do ponto de vista do emissor. Acrescentamos nós os nomes também, pois nos textos em evidência também a eles tomaremos atenção. Outro elemento textual a ter em conta é a metáfora e a comparação, notando os elementos em evidência (por exemplo, se uma pessoa é uma ‘ratazana’, como afirma Fialho de Almeida em “O violoncelista Sérgio num café da Mouraria”, em *Os gatos I*, 1992, p. 85, com o objetivo de fazer com que o leitor melhor visualize o tipo de pessoas de má índole que frequentavam a taberna). Todo este vocabulário ajudará a definir a imagem urbana para os jornalistas literários em estudo. A pessoa em que o texto está escrito (no nosso caso, a primeira pessoa) é importante, assim como o tom utilizado: sarcástico, emocional, desinteressado (Macnamara, 2005, p. 17). Por exemplo, no caso de Fialho de Almeida notaremos o seu tom sarcástico e amargo, já relativamente a Eça de Queirós, Ramalho Ortigão ou Jaime Batalha Reis constataremos a sua ironia. Assim, optámos por elaborar duas tabelas. Na tabela 3, apresentamos, por um lado, as obras analisadas, e por outro, a ocorrência de adjetivos e nomes positivos e adjetivos e nomes negativos apenas nas citações por nós transcritas e que se referem às cidades (seus habitantes e espaços). Juntámos os nomes aos adjetivos, uma vez que eles surgem normalmente associados. Na tabela 4, teremos as obras e recursos expressivos mais utilizados pelos jornalistas literários, igualmente nas citações por nós transcritas: metáfora, comparação, personificação, adjetivação, assim como a ironia e o sarcasmo. No entanto, ocorrem ainda recursos expressivos como a hipérbole, a antítese, a enumeração ou a sinestesia. A ordem das obras nas grelhas (tabelas 3, 4 e 5) é a seguinte: *Os gatos I*, *Os gatos 2*, *Os gatos 3*, *Os gatos 4*, *Os gatos 5*, *Os gatos 6*, *Lisboa galante*, *Barbear*, *pentear*, *Vida irónica*, *Pasquinadas*, *À esquina*, *Figuras de destaque*, *Saibam quantos*, “Lisboa em farrapos”, “Ziguezagues”, *Correspondência de Leira* (todos estes títulos de Fialho de Almeida), *As farpas* (Eça de Queirós e Ramalho Ortigão), *Cartas de Inglaterra e crónicas de Londres* e *Ecos de Paris*, de Eça de Queirós, *John Bull*, *Notas de viagem*, *Pela terra alheia* e *Em Paris*, de Ramalho Ortigão, *Revista Inglesa* de Jaime Batalha Reis, *A Inglaterra de hoje*, de Oliveira Martins, *A comédia de Lisboa*, de Gervásio Lobato, *Crónica Ocidental e Crónicas de Paris*, de Guilherme de Azevedo, *A volta do Chiado* e *Do Chiado a S. Bento*, de Eduardo de Barros Lobo, *Cartas de Lisboa*, de Carlos Malheiro Dias e *Lisboa. Crónicas*, de Paulo Osório.

Tabela 3 – Grelha de ocorrências de nomes e adjetivos (positivos e negativos)

Classes de palavras	Nomes e adjetivos positivos	Nomes e adjetivos negativos
Obras		
<i>Gatos 1</i>		*
<i>Gatos 2</i>		*
<i>Gatos 3</i>		*
<i>Gatos 4</i>		*
<i>Gatos 5</i>		*
<i>Gatos 6</i>		*
<i>Lisboa Galante</i>	*	*
<i>Barbear, Pentear</i>	*	*
<i>Vida Irónica</i>	*	*
<i>Pasquinadas</i>	*	*
<i>A esquina</i>		
<i>Figuras de destaque</i>		*
<i>Saibam quantos</i>		
“Lisboa em Farrapos”		
“Ziguezagues”		*
<i>Correspondência de Leiria</i>	*	*
<i>As farpas</i>		*
Londres – Eça		*
Paris – Eça		*
Londres –Ramalho Ortigão	*	*
Paris – Ramalho Oortigão		*
Londres- Jaime Batalha Reis	*	*
Londres- Oliveira Martins	*	*
Gervásio Lobato		*
Lisboa – Guilherme de Azevedo		*
Paris – Guilherme de Azevedo	*	*
Lisboa – Eduardo Barros Lobo		*
Lisboa – Carlos Malheiro Dias	*	*
Lisboa – Paulo Osório		*

Fonte: Elaboração própria

Tabela 4 – Grelha de ocorrências de recursos expressivos

Recursos expressivos Obras	Metáfora	Comparação	Personificação	Adjetivação	Ironia	Sarcasmo
<i>Gatos 1</i>	*	*	*	*	*	*
<i>Gatos 2</i>	*	*	*	*	*	
<i>Gatos 3</i>	*					
<i>Gatos 4</i>		*			*	
<i>Gatos 5</i>		*				
<i>Gatos 6</i>	*	*			*	*
<i>Lisboa Galante</i>	*	*		*	*	
<i>Barbear, Pentear</i>	*	*		*	*	*
<i>Vida Irónica</i>	*	*	*		*	
<i>Pasquinadas</i>	*	*				
<i>À esquina</i>						
<i>Figuras de destaque</i>	*	*		*		
<i>Saibam quantos</i>						
“Lisboa em Farrapos”						
“Ziguezagues”	*					
<i>Correspondência de Leiria</i>	*		*	*	*	
<i>As farpas</i>	*	*			*	
Londres – Eça		*	*		*	
Paris – Eça		*			*	
Londres - Ramalho Ortigão	*			*		
Paris – Ramalho Ortigão					*	
Londres- Jaime Batalha Reis	*					
Londres- Oliveira Martins	*	*				
Lisboa –Gervásio Lobato	*	*			*	*
Lisboa – Guilherme Azevedo	*					
Paris – Guilherme Azevedo					*	
Lisboa – Eduardo Barros Lobo	*	*		*		*
Lisboa – Carlos Malheiro Dias	*		*		*	
Lisboa – Paulo Osório		*				

Fonte: Elaboração própria

Relembramos que as ocorrências se referem apenas às citações que utilizámos neste trabalho, pelo que se denota o recurso a vocábulos negativos com muito mais frequência. No entanto, as palavras positivas aplicam-se, essencialmente aos alunos e casas inglesas, aos *boulevards* parisienses, às hortas e a algumas mulheres portuguesas, como veremos ao analisarmos os textos. Relativamente aos recursos expressivos, encontramos em grande quantidade comparações e metáforas na generalidade dos autores, assim como a ironia. Porém,

este último recurso pode ser encontrado ao longo dos textos de jornalismo literário dos autores em estudo.

4.1 - As etapas da análise de conteúdo

Para a definição das etapas da análise de conteúdo seguimos o que Réjean Landry propõe (2003, pp. 351-366). O autor apresenta cinco etapas: a determinação dos objetivos da análise de conteúdo, a pré-análise, a análise do material estudado, a avaliação da fiabilidade e da validade dos dados e a análise e a interpretação dos resultados. Vejamos em pormenor os procedimentos de cada uma.

4.1.1 - A determinação dos objetivos da análise de conteúdo

O que se pretende com a análise de conteúdo é a produção de inferências válidas e reproduzíveis a partir dos textos analisados. Para tal, pode utilizar-se uma grelha de análise aberta, em que não há categorias analíticas no início da investigação, mas estas são induzidas dos textos analisados; com uma grelha de análise fechada, o que se pretende é testar uma teoria, logo as categorias analíticas já estão definidas à partida; com uma grelha de análise mista, uma parte das categorias analíticas deriva de uma teoria, enquanto outra surge do material analisado (Landry, 2003, pp. 351-352). Para o nosso trabalho, cujo objetivo principal é perceber qual a imagem da cidade transmitida pelos jornalistas literários portugueses da viragem do século XIX, partiremos de uma grelha de análise mista, exposta no ponto seguinte deste trabalho (Tabela 5), pois apresentamos já algumas ideias que queremos ver confirmadas (a imagem da cidade finissecular é negativa), e outras deverão surgir após análise aprofundada.

A concorrer para este objetivo principal, outros se encontram no nosso trabalho, como já referimos: fazer o levantamento de textos e autores do jornalismo literário português na viragem do século XIX que se focaram nas cidades de Lisboa, Londres e Paris, e analisar a temática e imagética da cidade veiculada pelos jornalistas literários, procurando marcas de alteridade no espaço urbano. Outro objetivo do nosso trabalho é comparar as imagens das cidades selecionadas a fim de observar a recorrência (ou não) de temas e imagens nos autores estudados.

4.1.2 - A pré-análise

Nesta fase operacionalizam-se os objetivos da análise de conteúdo. Procede-se inicialmente à seleção da unidade de análise, ou seja, a mais pequena unidade de significação, também denominada de unidade de registo, que possui um sentido completo nele mesmo. Estas unidades de significação podem ser variadas: unidades físicas, que são o meio em que a mensagem é veiculada, no nosso caso em artigos de jornais e livros em que se compilaram alguns artigos; unidades sintáticas, de relação entre frases ou palavras de acordo com a sua classe (nomes, adjetivos, verbos, advérbios), que não utilizaremos, pois é uma análise mais linguística e o nosso trabalho não se insere nesse campo de estudo; os referentes dizem respeito a objetos, pessoas, acontecimentos, ideias – por exemplo, uma pessoa pode ter denominações diferentes ao longo das mensagens em análise, e queremos precisamente observar que termos são utilizados para designar as cidades na viragem do século; unidades temáticas, que são muito utilizadas na análise de estudos de opinião, de atitudes, e que não é o nosso caso; a proposição implica a existência de quatro elementos constituintes: o emissor da mensagem, o verbo conector, o objeto da mensagem e o recetor da mensagem²⁴.

Nas unidades físicas, seleccionámos as obras de Fialho de Almeida, a maioria compilada em livros - *Pasquinadas (jornal d'um vagabundo)* (1904), *Lisboa galante* (1994), *Os gatos* (1992), *Barbear, pentear: jornal d'um vagabundo* (1960), *Vida irónica, jornal d'um vagabundo* (1957), *À esquina. Jornal d'um vagabundo* (1903), *Figuras de destaque* (1969), *Saibam quantos... (Cartas e Artigos Políticos)* (1912) - alguns artigos nos periódicos da época - “Lisboa em Farrapos”, publicado na *Revista Ilustrada* (1892), as crónicas intituladas “Zigue-Zagues” de *O Século* (1881) e colaboração vária no jornal *Correspondência de Leiria*, entre 22 de novembro de 1874 e 13 de maio de 1877. Eduardo Barros Lobo escreveu *Viagens no Chiado. Apontamentos de jornada de um lisboeta através de Lisboa* (1887) e *Do Chiado a S. Bento. Apontamentos de jornada de um lisboeta através de Lisboa* (1890), Gervásio Lobato publicou *A comédia de Lisboa* (1911), Carlos Malheiro Dias apresentou as suas *Cartas de Lisboa* (1905 e 1907) em três volumes, Paulo Osório deu à estampa *Lisboa. Crónicas* (1908), Guilherme de Azevedo escreveu a sua “Crónica ocidental” (1878-1880) e Ramalho Ortigão deixou-nos *As*

²⁴ O autor em quem nos baseamos para a apresentação das etapas da análise de conteúdo, Réjean Landry, explica a proposição (2003, pp. 354-355). É uma unidade de análise muito complexa que permite comparar atitudes, valores, crenças ou opiniões e intervenções de forma mais detalhada. Optámos por não a indicar, uma vez que as unidades de análise enunciadas no texto serão utilizadas no nosso trabalho, ao contrário da proposição.

*farpa*s numa publicação de vários volumes. Todos estes autores apresentaram as suas imagens da cidade de Lisboa. De Jaime Batalha Reis analisaremos *Revista inglesa* (1988), *A Inglaterra de hoje* (1951) de Oliveira Martins e *Cartas de Inglaterra e crónicas de Londres* (n.d.) de Eça de Queirós. Como os títulos revelam, estes autores debruçaram-se sobre a imagem da cidade de Londres no final do século XIX. Mas alguns jornalistas literários estiveram também em Paris e deixaram-nos as suas impressões da capital francesa. Assim, de Ramalho Ortigão analisaremos *Em Paris* (1868), *Pela terra alheia* (1878-1910) e *Notas de viagem. Paris e a Exposição Universal (1878-1879)*. Guilherme de Azevedo publicou as suas crónicas de Paris (1880-1882). De Eça de Queirós focar-nos-emos em *Ecos de Paris* (1905), *Cartas familiares e bilhetes de Paris* (1907) e *Notas contemporâneas* (1909).

Quanto aos referentes, definimos aqueles que considerámos necessários para a construção da imagem citadina: a nível espacial, os bairros e a vida que lhes é inerente, as ruas e as casas. As pessoas com os seus hábitos e eventos em que participam são também importantes, como procissões, funerais ou o Carnaval. A noite e o crime são elementos essenciais para a compreensão das ideias dos autores.

Assim, recorreremos à grelha que a seguir se apresenta, em que seleccionámos os autores e obras a analisar e as categorias analíticas que procuraremos encontrar. Sendo uma grelha mista, deixámos colunas em aberto para que fôssemos surpreendidos e, na realidade, as três últimas categorias – imitação de Paris, parques / passeios e testemunha ocular (ou seja, referências dos autores à sua presença durante os acontecimentos) – foram algo com que não contávamos. Optámos por fazer uma legenda para as categorias de forma a facilitar a leitura da tabela:

- a) noite; b) prostituição; c) crime; d) mulher; e) educação; f) zonas pobres; g) zonas ricas;
- h) Babilónia; i) monstro; j) labirinto; k) imitação de Paris; l) parques / passeios; m) testemunha ocular.

Tabela 5 – Grelha de análise mista: Assuntos principais focados nos textos da cidade

Categorias Obras	a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	i)	j)	k)	l)	m)
<i>Gatos 1</i>	*	*		*	*	*	*						
<i>Gatos 2</i>	*	*	*	*	*	*	*						
<i>Gatos 3</i>		*	*	*		*							
<i>Gatos 4</i>			*	*		*	*	*					
<i>Gatos 5</i>	*					*							
<i>Gatos 6</i>	*	*		*		*		*					
<i>Lx Galante</i>	*	*		*	*	*	*		*				
<i>Barbear, Pentear</i>	*			*	*	*	*			*			
<i>Vida Irónica</i>	*		*		*	*	*					*	
<i>Pasquinadas</i>			*	*	*	*	*						
<i>À esquina</i>													*
<i>Figuras destaque</i>	*												
<i>Saibam quantos</i>					*								
“Lisboa em Farrapos”						*	*						
“Ziguezagues”			*			*							
<i>Correspondência de Leiria</i>	*		*		*	*	*					*	*
<i>Farpas</i>			*	*	*							*	
Londres – Eça			*	*			*					*	
Paris – Eça											*	*	
Londres – Ramalho Ortigão	*	*	*	*	*	*	*	*			*		*
Paris – Ramalho Ortigão	*		*	*	*		*	*				*	*
Londres- Jaime Batalha Reis		*	*	*	*	*	*		*			*	*
Londres- Oliveira Martins	*	*		*		*	*	*	*	*	*	*	*
Lisboa – Gervásio Lobato	*		*	*		*						*	
Lisboa – Guilherme Azevedo	*		*				*	*		*		*	
Paris – Guilherme Azevedo.	*		*	*		*	*	*				*	
Lisboa – Eduardo Barros Lobo	*		*	*		*	*		*			*	*
Lisboa – Carlos Malheiro Dias	*			*		*	*		*		*		
Lisboa – Paulo Osório			*	*	*	*	*						

Fonte: Elaboração própria

Esta grelha permite, desde já, verificar a multiplicidade dos temas abordados que, no seu conjunto, enformarão a representação da cidade de Lisboa finissecular.

Macnamara apresenta três técnicas para a seleção de amostras que, utilizadas em conjunto, podem revelar resultados ricos, técnicas essas referidas por Miles e Huberman (1994): selecionar exemplos aparentemente típicos e representativos; selecionar exemplos negativos e desconformes; selecionar exemplos excecionais ou discrepantes (Macnamara, 2005, p. 18). Os textos selecionados por nós são de autores representativos do jornalismo literário português finissecular que são, simultaneamente, discrepantes por revelarem os aspetos negativos das cidades referidas por eles. Uma vez que o *corpus* em análise apresenta estas três características, pretende-se que o resultado da nossa investigação seja rico, como os autores que apresentaram estas ideias preconizavam.

Após a seleção das unidades de análise (no nosso caso, as unidades físicas e os referentes), devemos proceder à definição de categorias analíticas, seja de uma forma indutiva, partindo de semelhanças do sentido do material identificado nas unidades de análise, de uma forma dedutiva, partindo-se de uma teoria existente, ou de uma forma mista que alia as duas anteriores. Mais uma vez, o nosso trabalho recorre à forma mista, pois pretendemos encontrar semelhanças na forma como os autores percecionam as cidades sobre as quais se debruçam, não deixando também de salientar aspetos divergentes, caso ocorram.

Deve depois elaborar-se um guia de codificação com vários objetivos. O primeiro será determinar de forma válida e fiável todas as operações que respondem à definição da unidade de análise escolhida. Quanto às unidades físicas, devemos confirmar que os textos em análise correspondem ao jornalismo literário, ou seja, deverão ter sido publicados na imprensa ou em livro e não deverão ser de ficção; quanto aos referentes, devemos confirmar a sua presença nos textos e retirar a informação sobre os mesmos. Outro objetivo é responder de forma válida e fiável às questões colocadas a cada uma das observações:

- a) Quais os bairros das cidades mais mencionados? Quais as suas características?
- b) Quais as ruas / zonas mais referidas? Quais as suas características?
- c) Quais os edifícios a que se dedica mais atenção? Quais as suas características?
- d) Que tipos de pessoas frequentam esses espaços? Como são caracterizadas?
- e) Quais os eventos mais destacados? Como são descritos?
- f) Qual a relação noite / crime?

De seguida, determina-se de forma válida e fiável os valores a atribuir às respostas sobre as escalas de medida, pelo que decidimos dar relevo à informação que apareceu frequentemente

e com detalhe. Finalmente, registam-se as informações que dizem respeito às observações sobre o questionário ou numa folha de colheita de dados (Landry, 2003, p. 359). É, pois, a partir da codificação dos dados que se elaboram as teorias, através de um processo de abstração: “a elaboração da teoria implica a formulação de *redes* de categorias ou de conceitos e das relações entre eles” (Flick, 2005, p. 180).

4.1.3 - A análise do material estudado

No seguimento da codificação, faz-se a análise do material selecionado, aplicando as regras de codificação já definidas. Quando esse trabalho estiver concluído, parte-se para a etapa seguinte da análise de conteúdo.

4.1.4 - A avaliação da fiabilidade e da validade dos dados

Afirma Landry que “os testes de fiabilidade têm por objetivo assegurar que as mesmas regras de codificação produzem os mesmos dados a partir dos mesmos textos” (2003, p. 361). Para Amaro, “a fidelidade representa a possibilidade de se encontrarem resultados semelhantes independentemente do investigador e do momento de estudo” (2006, p. 162), opinião já anteriormente partilhada por Neuendorf (2002, p. 113). A estabilidade implica que os resultados se mantenham iguais ao longo do tempo (os mesmos textos devem ser codificados em momentos diferentes) e a reprodutibilidade implica que os resultados continuem os mesmos quando analisados por pessoas diferentes. Pela semelhança do tema tratado, veremos se chegamos às mesmas conclusões obtidas por Santos (2007) na sua tese de doutoramento, ou se, por outro lado e por nos atermos à cidade de Lisboa e não Londres como no trabalho da autora, chegamos a imagens diferentes e, logo, conclusões diferentes.

Quanto à validade, esta “remete para a capacidade da unidade de medida escolhida e das categorias analíticas tomadas para medir o fenómeno estudado, isto é, a adequação entre as variáveis escolhidas e o conceito a medir” (Landry, 2003, pp. 362-363). Já Amaro afirma que a “validade de um instrumento de medida é a propriedade que permite afirmar que esse instrumento mede o que diz medir” (2003, p. 162) e para Neuendorf, a validade permite confirmar que um procedimento de medição representa apenas o conceito pretendido (2002, p. 112). A validade aplica-se a três aspetos diferentes: aos dados, aos resultados e à relação entre os dados e os resultados. Quanto ao primeiro, a natureza dos dados, temos a validade da amostra (em que medida os textos analisados constituem uma amostra representativa) e a validade semântica (em que medida as regras de codificação são sensíveis às significações simbólicas e

às conotações encontradas no material analisado). A validade relativa aos resultados pretende determinar em que medida há relação entre os dados e as regras de codificação. A validade que diz respeito à relação entre os dados e os resultados pretende ver a adequação entre as previsões que advêm de uma teoria, o resultado da análise de conteúdo, e os resultados efetivamente obtidos.

Já Wimmer e Dominick (2011) apresentam a importância na confiança dos resultados e revelam quatro fatores que ajudam na construção da credibilidade: a utilização de vários métodos de recolha de dados, a manutenção de um trilha investigativo com os dados originais e comentários elaborados ao longo da investigação, a leitura das notas conclusões por outros investigadores e ainda a criação de uma equipa de investigação (p. 123).

Neuendorf apresenta vários tipos de validação: a validação externa é a generalização, ou seja, os resultados podem ser extrapolados para outros cenários, tempos; a validação interna é a concordância entre uma definição conceptual e uma definição operacional; a validação ‘de face’, em que se para para analisar o mais objetivamente possível os resultados, podendo também pedir-se a outros para o fazerem; na validade de critério, a medida aproveita um padrão ou comportamento importante que lhe é externo, e que pode ocorrer simultaneamente (atual) ou após a medida (preditivo); na validação de conteúdo a medida reflete a totalidade do conceito a ser medido; finalmente, a validade de construção, em que a medida está relacionada com outras medidas de forma consistente com as hipóteses derivadas da teoria (Neuendorf, 2002, pp. 114-117). No caso do nosso trabalho, a validação será externa, uma vez que apresentamos três cenários diferentes, três capitais europeias, embora todas no mesmo período temporal.

4.1.5 - A análise e a interpretação dos resultados

Nesta fase, podemos socorrer-nos de modelos quantitativos ou qualitativos. Existem várias técnicas de análise de conteúdo, desenvolvidas por Bardin: análise categorial, em que há a divisão do texto em unidades, categorias; análise de avaliação, que mede as atitudes do locutor relativamente aos objetos de que fala, ou seja, basta-lhe o conteúdo manifesto para este tipo de trabalho; análise da enunciação, normalmente aplicada a entrevistas não diretivas – “assenta numa conceção do discurso como palavra em ato” (Bardin, 1988, p. 170); análise da expressão, em que as características pessoais do locutor podem ter consequências no conteúdo; análise das relações que os elementos do texto têm entre si e análise do discurso, que tem por objetivo a inferência a partir dos processos de produção e procura as ligações entre as condições de

produção e as manifestações semântico-sintáticas da mensagem. De todas estas técnicas, utilizaremos a análise do discurso, que explicitaremos detalhadamente mais à frente.

Tendo em conta tudo o que foi anteriormente referido, Bardin define análise de conteúdo:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / receção (variáveis inferidas) destas mensagens (1988, p. 42).

Desta forma, a análise de conteúdo apresenta vantagens, assim como problemas. A favor tem o facto de se poder exercer sobre material que não foi produzido com o fim de ser investigado empiricamente e sobre material não-estruturado (Vala, n.d., p. 107). O investigador mantém uma grande distância relativamente a interpretações espontâneas e às suas próprias. Além disso, o facto de os documentos serem em geral escritos permite um controlo posterior do trabalho de investigação (Quivy & Campenhoudt, 2008, pp. 230). Prasad (2008) acrescenta outras vantagens à análise de conteúdo. Permite a expressão quantitativa do fenómeno analisado, mas também permite estudar o conteúdo qualitativo e assim processar o significado simbólico dos dados. Além disso, é possível fazer o estudo de tópicos sensíveis (Prasad, 2008, pp. 179-180). A análise de conteúdo ainda permite que se infira algo menos visível sobre fenómenos que são menos perceptíveis, como as pessoas ou organizações que produzem o conteúdo (Shoemaker & Reese, 1996, p. 24). Acrescentam estes autores que, se assumirmos que a comunicação social fornece a maior parte da realidade que as pessoas conhecem fora da sua experiência pessoal, então o estudo do conteúdo dos *media* ajuda-nos a avaliar que realidade consomem (p. 25). Estas últimas ideias são importantes, uma vez que pretendemos, com o nosso trabalho, saber mais sobre o pensamento dos jornalistas literários através dos seus textos jornalísticos e, uma vez que falam de assuntos da atualidade de finais do século XIX, saberemos também o que interessava aos leitores da época em análise.

Os aspetos negativos prendem-se principalmente com a simplicidade de uma análise categorial ou com o trabalho exaustivo de uma análise avaliativa. Deve, portanto, recorrer-se a mais do que uma técnica na análise de conteúdo (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 231). As inferências são limitadas apenas ao conteúdo do texto e a codificação dos símbolos atribuída

pelo investigador pode não corresponder à do leitor. Quando trata de diferenças semânticas ou relacionadas com o significado das palavras, os resultados podem ser menos fiáveis e válidos (Prasad, 2008, pp. 180-181).

4.2 – A análise do discurso

A análise do discurso, a que nós também recorreremos, é outra técnica de análise qualitativa, nas palavras de Bardin (1988, p. 213). No entanto, Nogueira esclarece melhor o seu enquadramento, afirmando que a análise do discurso é uma alternativa às perspetivas nas quais as metodologias convencionais estão imbuídas (2001, p. 4). A autora define análise do discurso como o estudo aprofundado da linguagem que se utiliza, procurando identificar padrões. Considera que é mais facilmente entendida como um campo de pesquisa do que uma prática (Nogueira, 2001, p. 23). Jensen afirma que a análise do discurso está relacionada com características textuais, em primeiro lugar com as situações concretas em que os textos são produzidos e consumidos e, em segundo lugar, com processos sociais mais gerais (2002, p. 60).

Também aquilo que deve ser analisado não é estanque, havendo ideias diferentes. Para alguns investigadores, a análise do discurso concentra-se apenas na análise de frases ou conversas entre duas pessoas; para outros, os discursos constituem o mundo social e político, como é o caso da Psicologia Discursiva / repertórios interpretativos e da Análise Crítica do Discurso (Nogueira, 2001, p. 3 e Jensen, 2002, pp. 108-110). Devemos ter em linha de conta que a análise do discurso teve o seu início com a linguística crítica na década de 70 do século XX, apresentando uma relação estreita entre detalhes linguísticos de textos de comunicação social e a produção de ideologia. Consequentemente, a ideologia dos *media* contribui para a reprodução de uma ordem social fundada na desigualdade e opressão (Jensen, 2002, p. 104). Desta forma, os jornais constroem os estados sociais e os acontecimentos que descrevem (Jensen, 2002, p. 105).

A análise do discurso pode ser aplicada a formas de produção verbais e não verbais, desde que se possam produzir sentidos para interpretação (Caregnato & Mutti, 2006, p. 680). O discurso pode, então, ser visual (a televisão, o cinema ou a banda desenhada, por exemplo) ou espacial (cidades, jardins ou corpos). No entanto, é mais comum encontrarmos a análise do discurso aplicada a textos escritos, como documentos, cartas, entrevistas ou artigos de jornais (Nogueira, 2001, p. 22). É este o nosso caso. Aliás, van Dijk afirma que o jornalismo e os

estudos de discurso têm muito em comum, uma vez que o discurso está no centro da profissão (2015, p. 2). O autor vai mais longe e enuncia as vantagens da análise do discurso em textos jornalísticos. Por exemplo, a semântica do discurso estuda os detalhes subtis dos significados das mensagens; a análise conversacional faz uma microanálise das entrevistas, conversas na rádio ou interação na televisão; a linguística cognitiva estuda o poder comunicativo da metáfora; ou ainda a psicologia cognitiva do processo discursivo que estabelece as ligações entre as estruturas do discurso jornalístico e a forma como os leitores ou espetadores constroem modelos mentais das notícias, o que contribui para a compreensão dos efeitos da comunicação de massas (Dijk, 2015, p. 3). Conclui-se que a análise do discurso é multidisciplinar e é essencialmente de natureza qualitativa.

Há quatro abordagens na análise do discurso: a sociolinguística, que estuda a variação e a imperfeição da linguagem e relaciona essa variação com as situações sociais, contextos ou personagens; a análise conversacional debruça-se sobre o uso da linguagem, mais do que na linguagem em si; os repertórios interpretativos, a análise do discurso na Psicologia Social ou a Psicologia Discursiva (dependendo do teorizador) procuram-se padrões na linguagem associados a um tópico ou atividade; a análise crítica do discurso procura também padrões, mas em contextos mais amplos associados a questões sociais ou da cultura. Nesta última abordagem, as condições de produção do discurso são importantes, pois este tem um efeito importante na forma como se configura o mundo social. É que as práticas discursivas são práticas sociais produzidas através de relações de poder, numa determinada época (Nogueira, 2001, pp. 24-32). É precisamente esta vertente da análise crítica do discurso que teremos em linha de conta, pois a imagem das cidades retratadas assenta nas pessoas que as habitam, sejam os governantes com o poder, sejam os pobres por eles governados.

A análise crítica do discurso apresenta critérios associados a fases de investigação. Jensen distingue dois momentos na análise de dados quando se faz análise do discurso. Numa primeira fase, deverá fazer-se a codificação heurística, um levantamento de códigos verbais ou não verbais, que podem ir de uma metáfora até narrativas complexas. Noutro momento deverá proceder-se à análise do discurso, uma categorização mais detalhada e definitiva dos dados, que poderá incluir aspetos formais e temáticos (Jensen, 2002, p. 248).

Por seu lado, Parker (1992) pormenoriza as fases de análise do discurso. O autor refere que os objetos de estudo deverão ser tratados como sendo textos (colocados em palavras) e dever-se-ão explorar conotações através de uma associação livre. Devem procurar-se e

identificar-se objetos nos textos e tratar a *fala* desses objetos como discurso. Os sujeitos do texto (pessoas, assuntos, temas, etc.) devem ser especificados e deve-se especular sobre o que eles podem “*falar*”. Deve traçar-se uma imagem do mundo que o discurso apresenta e indicar as estratégias defensivas desses sistemas contra possíveis ataques. A identificação de contrastes e de sobreposições entre formas de “*falar*” é também importante. Deve fazer-se referência a outros textos para elaborar o discurso destinado a diferentes audiências e escolher rótulos ou designações das formas de *falar*. Deve ver-se com atenção como e quando os discursos emergem e descrever como mudam e como contam uma história. Podem identificar-se instituições reforçadas pelos discursos e instituições que são atacadas quando os discursos surgem, analisar-se que categorias de pessoas ganham e perdem com o uso do discurso e questionar quem o promoverá e quem se lhe oporá. Finalmente, poder-se-á analisar a forma como os discursos se ligam a outros discursos que sancionam a opressão e descrever como eles permitem que grupos dominantes contem as suas narrativas do passado para justificar o presente (Parker, 1992, pp. 3-22).

Na verdade, a análise do discurso pretende fazer inferências a partir dos ‘efeitos de superfície’ de uma ‘estrutura profunda’, ou seja, os processos de produção (Bardin, 1988, p. 213). Procura-se estabelecer ligações entre as condições de produção do texto e “as manifestações semântico-sintáticas da superfície discursiva” (Bardin, 1988, p. 213), pois assim pode-se chegar ao processo de produção. Desta forma, o emissor e o recetor são importantes neste processo, uma vez que a relação entre os mesmos irá influenciar o discurso produzido. Como afirmam Fairclough, Mulderrig e Wodak (2011), a análise crítica do discurso implica uma relação entre um evento discursivo particular e os diversos elementos da situação, instituição e estrutura social em que o evento se enquadra: o evento discursivo é moldado pelas situações, instituições e estruturas sociais, mas também os molda (p. 357). O discurso é feito num determinado contexto e só pode ser compreendido se esse contexto for tido em conta. Os textos anteriores e contemporâneos, e até subsequentes, são igualmente importantes (Fairclough, Mulderrig & Wodak, 2011, p. 372). Assim, a análise de vários textos escritos em épocas diferentes por Fialho de Almeida e de autores da sua época coadunam-se com esta ideia e a análise de discurso é adequada para percebermos qual a imagem da cidade que mostram os seus textos jornalísticos.

Desta forma, podemos considerar que o discurso é socialmente constitutivo, uma vez que constitui situações, objetos de conhecimento e identidades sociais e relações entre pessoas

e grupos de pessoas. Também ajuda a sustentar e a reproduzir o *statu quo*, contribuindo ainda para o transformar. Assim, o discurso é socialmente influente, e levanta, conseqüentemente, questões de poder: transmite uma determinada concepção do mundo e pode produzir ou reproduzir relações de poder desiguais, por exemplo, relativamente ao sexo ou à raça (Fairclough *et al.*, 2011, p. 358).

A análise do discurso segue regras. A primeira, que corresponde à emissão, afirma que “o processo de produção de um discurso (num determinado estado) resulta da composição das condições de produção deste discurso com um determinado sistema linguístico” (Bardin, 1988, p. 215). Quer isto dizer que as condições de produção de um discurso e o sistema linguístico utilizado são importantes neste processo de descoberta. Acresce ainda que o emissor deverá ter em conta a representação conceptual do assunto em discussão. Esta representação conceptual é o sentido fundamental que o emissor trabalha na construção de um discurso. Poderão ser proposições, ou seja, o texto, mas também representações visuais, como já afirmámos. As representações conceptuais podem ainda ser criadas ao recorrermos à memória ou às percepções de antigas experiências. As representações conceptuais são dinâmicas, pois envolvem o movimento próprio da observação: há o movimento dos olhos, as pausas, o ‘saltar’ de um espaço para outro. No entanto, a representação conceptual não é, por si só, o significado do discurso, uma vez que o emissor necessita de seleccionar a informação e com ela construir um texto. Essa seleção de informação terá em conta aquilo que o emissor crê ser relevante para o recetor e de forma que lhe faça sentido (Tomlin, Forrest, Pu & Kim, 2011, p. 41). É o que pretendemos observar com o nosso trabalho, pois os textos escritos por Fialho de Almeida e pelos jornalistas literários em estudo contêm informação que terá sido alvo de seleção para melhor chegar aos seus leitores.

A segunda regra da análise do discurso diz respeito à receção: “qualquer processo de produção composto com um determinado estado de condições de produção de um discurso, induz uma transformação deste estado” (Bardin, 1988, p. 216). A transformação pode ocorrer no locutor, devido ao discurso, ou no recetor.

Podemos concluir que a análise do discurso trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, tendo como variáveis o emissor e a sua posição perante uma ideologia, o contexto histórico-social e a linguagem que traduz a ideologia do emissor (Caregnato & Mutti, 2006, pp. 680-681). Esta preocupação com o contexto pode ser explicada pelas origens desta disciplina. A análise crítica do discurso surgiu com o Marxismo ocidental, que coloca a ênfase

no papel das dimensões culturais na reprodução de relações sociais capitalistas, logo foca o significado e a ideologia (Fairclough *et al.*, 2011, p. 360). Esta análise divide-se em seis correntes: a linguística crítica (em que se dá destaque à gramática na análise ideológica) e a semiótica social (procede ao estudo da intersecção da linguagem, de imagens, do *design*, da cor ou do arranjo espacial); a corrente de Fairclough (explora o aspeto discursivo dos processos contemporâneos da transformação social); os estudos socio-cognitivos (abordam a forma como o discurso opera no racismo, na ideologia e no conhecimento (Fairclough *et al.*, 2011, p. 363); a abordagem do discurso histórico (tenta integrar a informação existente na análise e interpretação das camadas de um texto na investigação interdisciplinar sobre sexismo, antissemitismo e racismo (Fairclough *et al.*, 2011, p. 364); a argumentação e a retórica (muito centrada no discurso político); abordagens baseadas no *corpus* (recentemente passou a integrar métodos de análise informáticos) (Fairclough *et al.*, 2011, pp. 361-366).

Apesar de semelhantes, há diferenças entre a análise de conteúdo (AC) e a análise do discurso (AD): a primeira trabalha com o conteúdo, estabelece categorias para a sua interpretação e não faz relações para além do mesmo conteúdo, enquanto a segunda se ocupa do sentido e dos efeitos relacionados com o discurso; a AD tenta compreender os sentidos que o emissor manifesta através do seu discurso, fruto do contexto histórico e da sua ideologia, a AC procura entender o pensamento do emissor através do conteúdo expresso (Caregnato & Mutti, 2006, pp. 683-684).

A opção por estas duas técnicas de análise de textos não é nova no tipo de trabalho que nos propomos realizar. Porém, são as que oferecem o travejamento metodológico à nossa análise.

Em face do que foi exposto, as nossas opções metodológicas são a análise de conteúdo qualitativa e a análise do discurso, para que possamos compreender as palavras de vários jornalistas literários a propósito das cidades por eles visitadas ou habitadas. Na tese de doutoramento de Santos (2007), também a autora recorreu à análise de conteúdo, observando aspetos focados pelos autores em investigação e vendo que relação havia entre o que foi dito e a imagem que os autores tinham de Portugal e de Inglaterra. Apresenta elementos como o clima e o nevoeiro, as características da raça inglesa, a família, a educação, o desporto, a política, a imagem de Londres como um labirinto, um mostro, o abismo. Semelhante trabalho havia já sido feito por nós a propósito de Jaime Batalha Reis em tese de mestrado (2001), embora sem o conhecimento de que o objeto de análise era jornalismo literário. Isabel Soares, pioneira em

Portugal no estudo sobre jornalismo literário português, publicou um artigo no número inaugural da revista *Literary Journalism Studies* (2009), em que procede ao mesmo tipo de análise, observando as ideias que mais frequentemente transparecem na obra de Miguel Sousa Tavares, como sejam as oposições campo / cidade ou passado / futuro ou ainda a decadência observada em certas regiões do Alentejo. A investigadora recorre também à análise categorial para o vocábulo ‘saudade’ aí presente.

Em conclusão, a análise de conteúdo e a análise do discurso são, na realidade, os desenhos de investigação que mais se prestam ao tipo de análise que se pretende fazer: descobrir a mensagem que estes jornalistas-escritores querem transmitir aos seus leitores, seja na altura da grande explosão de jornais (século XIX) ou na atualidade.

Parte III – A Lisboa de Fialho de Almeida e do jornalismo literário português do século XIX

O século XIX foi um período de grandes transformações urbanas e sociais. A Revolução Industrial alterou a fisionomia das cidades, como é o caso de Londres. Mesmo Portugal viu um desenvolvimento industrial, ainda que modesto, se comparado com outros países europeus. Em Lisboa e no Porto, por exemplo, havia modernas fábricas de fiação e de tecelagem de algodão. Mas Lisboa também viu as suas fronteiras serem alargadas com o abrir de novas avenidas em direção aos campos que rodeavam o centro urbano (entre a Rotunda e o Rato e as Avenidas Novas em direção ao Campo Grande, ou ainda os eixos da Avenida das Cortes – atual D. Carlos I – e da Avenida dos Anjos – atual Almirante Reis) ou com a renovação de espaços como o Passeio Público, que se transformou na atual Avenida da Liberdade, encimada pelo atual Parque Eduardo VII, com possível inspiração na Avenida Foch de Paris (Le Cunff, 2003, p. 183).

Alguns autores escreveram textos sobre esta nova Lisboa e Fialho de Almeida foi um deles. As crónicas impressas em vários periódicos do final do século XIX e inícios do século XX transmitem a sua visão desta capital em evolução. É na apresentação das crónicas intituladas “Os gatos: publicação mensal de inquérito à vida portuguesa” que Fialho revela como é a sua escrita e o porquê do título que escolheu para as nomear:

Deus (...) fez o crítico à semelhança do gato [e deu-lhe] a graça ondulosa e o assopro, o rorom e a garra, a língua espinhosa e a *câlinerie*. Fê-lo nervoso e ágil, refletido e preguiçoso; artista até ao requinte, sarcasta até à tortura, e para os amigos bom rapaz, desconfiado para os indiferentes, e terrível com agressores e adversários (Almeida, 1992a, p. 31).

Assim, nas suas crónicas, Fialho vai “miando pouco, arranhando sempre, e não temendo nunca” (Almeida, 1992a, p. 31). De facto, as características que sobressaem na escrita deste autor são o sarcasmo, a ironia e a denúncia de várias situações por ele consideradas negativas, quer relativamente a pessoas, quer a espaços da cidade. Como refere Buescu, a cidade já simbolizava, na tradição literária, ambição, corrupção e impureza. Passou a ser espaço em que as doenças dos homens e do mundo podem ser equacionadas e onde se podem conceber hipóteses de cura (Buescu, 2001, p. 208). Fialho de Almeida tentará, através do seu jornalismo literário, apresentar algumas soluções para esta capital decadente.

5 - A Outra cidade de Lisboa

O jornalismo literário surge no século XIX, na sequência da Revolução Industrial e das alterações sociológicas que a mesma provocou. A enorme afluência de pessoas às grandes cidades, que não estavam preparadas para as receber, causou situações de grande degradação, que ao nível das habitações, quer ao nível das condições de vida dessas mesmas pessoas. É essencialmente sobre essa vivência que se opõe à de riqueza proporcionada pelo desenvolvimento económico que os jornalistas literários se debruçam para que os seus leitores conheçam as facetas de toda uma outra realidade.

Todos os subtítulos que iniciam as secções seguintes são retirados de títulos da obra fialhiana e devidamente identificados.

5.1 – De noite²⁵

Segundo Fialho de Almeida (1992c, p. 43), Lisboa cresceu, desde a década de 1880, devido a um aumento de imigrantes que vieram de outros pontos do país por causa da miséria provocada pela crise na agricultura, desde os ricos proprietários aos pobres agricultores. É uma ideia que o autor repete na sua crónica publicada em *Pontos nos ii* a 29 de maio de 1890 e inserida na obra *Vida irónica* (Almeida, 1957, p. 9). Na verdade, houve problemas graves na agricultura devido a um surto de filoxera desde 1870 que havia destruído grande parte da vinha duriense e que terá alastrado ao resto do país. A mão-de-obra em excesso aliada a alguma industrialização e a um aumento da população terá levado muitos a emigrar para o Brasil ou a deslocarem-se para a capital (Martins, 1997, pp. 495-496). A contribuir para o aumento da população em Lisboa, que em 1900 se situa nos 356 mil habitantes (Vieira, 1999, p. 138), estão também pessoas que haviam estado no Brasil e que regressaram à capital, segundo Fialho de Almeida (1992c, p. 44). De acordo com o autor em apreço, todos foram enganados e acabaram por perder o pouco de bom que tinham, os valores que a vida no campo transmite:

[Lisboa] é ainda hoje a mais desleixada, a mais porca, e a mais artificial de todas as capitais do universo. Mas vai que a passagem dessa gente, dos seus lugarejos natais, para um acampamento promíscuo, como este, d' à beira Tejo (...) depois fere-os no peito, entra a contaminá-los de todos os vícios e de todos os fastios da vida alfacinha, desencaminha-os da sobriedade primeva para os esgotos do gozo

²⁵ “De noite”: crónica inserida na obra *Lisboa galante* [1890].

dia a dia, (...) acaba de lhes tirar o pouco que eles traziam de bom das suas terras (Almeida, 1992c, pp. 44-45).

As figuras que chegam à cidade vão ser influenciadas nas suas ações e ideias, nomeadamente no que toca ao comportamento moral que, no entender de Décio, “opta pelo mal” (1969, p. 37). Ora, sendo Fialho de Almeida natural do Alentejo, não é de estranhar que a valorização do campo aconteça nos seus textos, de forma mais visível nos contos. Ainda de acordo com Décio, Fialho conhecia melhor a paisagem e as figuras do campo, tendo apenas contacto com a cidade através da sua vida boémia (1969, p. 15). Encontramos reminiscências das paisagens campestres numa crónica publicada a 4 de julho de 1891 em *Os gatos*, que retrata um passeio de barco até Valada. Porém, as reflexões sobre o êxodo rural não são exclusivas dos textos fialhescos, uma vez que também Oliveira Martins o faz, a propósito da Grã-Bretanha, na sua *Inglaterra de hoje*: “só nos deixam as crianças e os velhos! É o grito universal dos lavradores. A gente válida foge toda” (Martins, 1951, p. 18). Quer isto dizer que dois jornalistas literários portugueses observam a mesma questão em dois países diferentes.

Apesar de os contos fialhescos não serem objeto do nosso estudo, uma vez que não pertencem ao jornalismo literário, cremos ser importante referir algumas características das personagens campesinas, até porque, nas crónicas, há alguns elementos em comum entre figuras do campo e da cidade. É o caso da espontaneidade, dos instintos primitivos que são moldados ou influenciados pela natureza, a sensualidade das personagens (Décio, 1969, p. 16). Estas características vão influenciar os comportamentos, pois à criatura rústica não é permitido optar por uma direção de vida, e é por isso que quase sempre se perde no caos, na miséria moral e física, inconsciente” (Décio, 1969, p. 19). É o caso, por exemplo, da rapariga do episódio do violoncelista Sérgio, que conheceremos adiante.

São os espaços e as pessoas miseráveis e com vícios que Fialho descreverá, tanto nos textos jornalísticos como nos contos. Para tal, a noite é o seu momento preferido e o bairro lisboeta de eleição a Mouraria. Na crónica do periódico *Correspondência de Leiria* de 13 de dezembro de 1874, intitulada “As noites de Lisboa”, este autor, no início de carreira literária e um jovem de apenas dezassete anos, desabafa já sobre o seu fascínio pela noite da capital:

eu amo as noites de Lisboa em que as luzes das montras das lojas chispam reflexos cintilantes nos objetos que expõem, e iluminam de relance grupos de senhoras que passam, ou bandos de rapazes que riem.

É então que a vida parece crescer e brilhar. Passam ruidosamente as equipagens esplêndidas, iluminam-se num momento as salas dos cafés por lustres de cristal, os teatros coroam-se de lampiões, gritam os vendedores de senhas, ri-se, gesticula-se, fala-se, e tudo é vivo, forte, brilhante e despreocupado. Se há nuvens e a noite é escura, o gás forma sobre a cidade uma como auréola de reflexos.

Mas na primavera, no verão, a lua ergue-se entre cerros calvos, cai sobre as águas imóveis, prateia-as, e indo ao longo das ruas, ao centro das praças tudo alegre e tudo vivifica. Ai, como eu te amo, ó noite! (Almeida, 1874, dezembro 13, p. 2).

Através da análise das várias crónicas fialhianas, verificamos um contraste acentuado entre as crónicas mais tardias e esta, quando era ainda um jovem adulto. Naquele momento tudo era maravilhoso. Vislumbram-se já características do jornalismo literário, como a emotividade (“Ai, como eu te amo, ó noite!”) e os recursos expressivos – a adjetivação (“tudo é vivo, forte, brilhante e despreocupado”), a antítese e a metáfora (“as noites de Lisboa em que as luzes das montras das lojas chispam reflexos cintilantes”) e a personificação (“lua ergue-se entre cerros calvos, cai sobre as águas imóveis, prateia-as, e indo ao longo das ruas, ao centro das praças tudo alegre e tudo vivifica”). Mais adiante, encontramos os traços de *flâneur*, o viajante na cidade, algo que manterá durante toda a sua vida: “às vezes caminho por Alfama ou Bairro Alto, altas horas” (Almeida, 1874, dezembro 13, p. 2).

No entanto, Fialho de Almeida reconhece já a dualidade da capital, pois nela encontra o lado pobre dos albergues, com ânsias, lágrimas e desvarios. Para termo de comparação menciona outras capitais europeias: “Londres com os seus milhares de famintos e perdidos, Paris com as suas *lorettes* lívidas, Madrid e a nossa Lisboa mesmo que, sem cantos nem mistérios, nos apresenta por vezes quadros que nos magoam” (Almeida, 1874, dezembro 13, p. 2). De facto, Fialho de Almeida não conhecia pessoalmente estes locais, mas interessado que era pela literatura, terá tido contacto com essas realidades através de obras de autores que as viveram, como Charles Dickens (1812-1870) ou Honoré de Balzac (1799-1850) (as obras destes dois autores encontram-se no catálogo da sua biblioteca, contudo são de edições posteriores à da escrita da crónica). No momento da escrita destas palavras, ainda os jornalistas literários portugueses em estudo não haviam estado ou escrito sobre as capitais mencionadas, pelo que não poderia ter sido influenciado por eles.

E se Fialho de Almeida se fascina com a noite estival da capital, Gervásio Lobato, outro jornalista literário, considera que Lisboa no verão vive à noite. Afirma que durante o dia há poucas pessoas na rua, apenas polícias, “um noticiarista à procura de notícias, um lojista à procura dos fregueses, ou um pretendente à procura dum emprego” (Lobato, 1911, p. 93), à noite saem os homens e raparigas solteiras com suas tias e avós. A mesma ideia da cidade deserta foi transmitida a 18 de setembro de 1876 por Fialho, na *Correspondência de Leiria*, pois os passeios e os teatros não têm pessoas e apenas um terço dos habitantes dormem na cidade. Carlos Malheiro Dias, jornalista literário que escreveu as *Cartas de Lisboa* (1905 e 1907), por sua vez, transmite já no início do século XX uma imagem negativa de Lisboa no verão, uma vez que, porque a cidade está vazia, procedem-se aos arranjos dos pavimentos, da iluminação, das canalizações, dos esgotos, dos cabos telefónicos, “tudo exalando um cheiro nauseabundo, que corrompe o ar já viciado, espalha miasmas deletérios na atmosfera, empalidece a face das crianças, oprime os pulmões da gente sã” (Dias, 1907, p. 11). Assim, “a cidade surge como um pavoroso monstro” (Dias, 1907, p. 11) que revela um subsolo “contaminado pela química de todos os detritos de vinte séculos” (Dias, 1907, p. 11). Esta ideia de negatividade é veiculada por este jornalista literário, à semelhança do que faz Fialho de Almeida nos textos posteriores à *Correspondência de Leiria*, resumindo que a cidade é “uma terra de exílio passageiro, enclausurante e feia, viciosa e maligna” (Dias, 1907, p. 14). Os dois últimos adjetivos vão ao encontro das ideias de Fialho de Almeida sobre a cidade de Lisboa, que afirma que “há quem ache Lisboa detestável, insalubre como clima e insalubre como foco social” (Almeida, 1904, p. 317). Como veremos ao longo deste capítulo, Lisboa e Londres partilham dos mesmos problemas físicos e sociais, aspetos que os jornalistas literários não se vão esquecer de divulgar aos seus leitores.

Pela pena de Gervásio Lobato ficamos a conhecer os locais onde as pessoas se podiam divertir em Lisboa nos meses mais quentes do ano. Os Recreios, local central e iluminado, é o espaço “dos namoros legais que tem o seu ideal embrulhado religiosamente na estola do coadjutor da freguesia, dos amores *civis* e francos que não se importam com a igreja, nem com o mundo, e das *cocottes* espanholas, cheias de pó de arroz e vazias de espírito” (Lobato, 1911, p. 96). O Passeio Público, para o qual é necessário pagar meio tostão para entrar, encontra-se vazio de pessoas. S. Pedro de Alcântara é um lugar de onde se pode apreciar o panorama da capital e um espaço muito frequentado por jovens casais. “S. Pedro de Alcântara é o Campo Grande dos pobres, ou antes o Campo Grande é o S. Pedro de Alcântara dos ricos” (Lobato, 1911, p. 99). Este local é frequentado também por costureiras e operários: “de hora para hora,

o público daquele passeio vai baixando como as heroínas de Goncourt e de Zola, até que, à uma ou duas horas da noite, aqueles bancos se transformam em leitos, e a alameda num vasto dormitório de vadios” (Lobato, 1911, p. 99). A noite, como tempo ‘outro’ que é, tem personagens como as *cocottes* e as costureiras, muitas delas prostitutas também, como vimos. É na noite lisboeta que Gervásio se assemelha a Fialho de Almeida, mostrando um pouco da miséria da cidade de Lisboa, embora ainda distante da crueza descritiva do médico-escritor, como veremos.

Quando conheceu bem a cidade pela imersão que nela fazia, Fialho passou a descrever a miséria que assolava as pessoas da capital, “gente imprevidente e regalona, sem pé-de-meia, afoita ao viver imoral do dia a dia” (Almeida, 1992f, p. 201), que pede esmola nas ruas, está doente ou se suicida. Eduardo de Barros Lobo, jornalista literário, afirma também na obra *Do Chiado a S. Bento* que, ao cair da noite, saem “os miseráveis, do seu vão de porta, ao encontro de quem passa, pedindo, insistindo” (1890, p. 63). Estes pedintes têm, por vezes, “na face escalavrada uma comprida barba branca, que dá calafrios” (Lobo, 1890, p. 67). Fialho de Almeida salienta o caso das velhitas que andam nas ruas a pedir esmola, envergonhadas. Mas “desce a noite como um capuz colossal sobre a cidade, amplificam-se os bairros, os prédios crescem, e as ruas se anastomosam em inextrincáveis arborências, desconformes da sonolência trágica da sombra” (Almeida, 1992f, p. 201). À noite tudo é hiperbolizado e, mais uma vez, o autor recorre à comparação. É a hora do gás, do jantar dos ricos e da ceia dos pobres, das refeições nas tascas, do movimento dos americanos e das tipoias. E é “nesse egoísmo monstro da digestão duma cidade [que] as pobres velhas, encostadas aos muros, resfolegando o esfacelo dos pulmões asmáticos do frio, as pobres velhas lá descem, coitadinhas, dos bairros lúgubres, para vir esmolar nos bairros da concorrência” (Almeida, 1992f, p. 202). Fialho mostra que está na rua a ver estas criaturas e reconhece uma delas como sendo uma viúva que havia tido uma boa vida e que caíra em desgraça por leviandade do filho, outra, uma espanhola com uma história de vida ainda pior, novamente por culpa dos seus dois filhos. Outra ainda, na zona do Montepio Geral, é “um espantalho de trapos (...) de ossitos débeis, punho esburgado, branca da exangüidez das velhas peles que foram bem tratadas, e onde braceletes tilintaram, quem sabe, noutro tempo...” (Almeida, 1992f, p. 203). A descrição que Fialho nos apresenta destas velhas choca o leitor pela crueza e violência das palavras. Na verdade, relembramos apenas que os primeiros textos de *New Journalism* eram pautados por notas sensacionalistas, cujo objetivo era causar repugnância. Esta descrição aponta também para o Naturalismo, pois o autor revela a decadência social destas mulheres, explicando ao mesmo tempo a causa dessa mesma

decadência, uma vez que “o Naturalismo implica uma posição combativa, de análise dos problemas que a decadência social evidenciava” (Coelho, 1994, p. 701). Estes excertos de Fialho e outros que analisaremos inserem-se, ainda, naquilo que Kerrane e Yagoda denominaram de ‘contos da cidade’ (1998, p. 17) que, como referido, são textos que focam as histórias humanas de cariz social.

Porém, a miséria não se encontra apenas nas ruas da capital portuguesa. Jaime Batalha Reis afirma que “milhares de miseráveis se expatriam todos os anos, famintos, e todos os dias se morre de fome em Londres, em Liverpool, em Manchester, em Birmingham, em Sheffield, em Newcastle, em Glasgow” (1988, p. 56). Enquanto Fialho de Almeida menciona idosas, Batalha Reis ilustra a miséria londrina com as crianças que vagueiam na metrópole a fumar e a beber (1988, p. 195). São os dois polos da sociedade que despertam mais compaixão pela sua fragilidade. Ramalho Ortigão, no seu *John Bull*, opta por citar o seu guia a respeito dos pobres londrinos. Estes circulam por várias zonas das cidades, “famélicos” (1943, p. 241). Oliveira Martins, por seu lado, apresenta os números dos miseráveis de Londres: um terço da população, “um milhão e trezentos mil desgraçados” (1951, p. 41). Estes números, retirados do *Metropolitan Year Book*, são uma forma de o autor comprovar os factos enunciados, a veracidade do seu relato, como é apanágio do jornalismo literário, uma vez que “assenta na primazia da verdade” (Santos, 2007, p. 168). Já Guilherme de Azevedo ilustra a miséria parisiense com o caso de sessenta e três famílias, cerca de duzentas pessoas, que moravam num pátio de casas operárias e que, de repente, ficaram sem essas habitações para morar. Ficaram na rua, “entre raros e velhos móveis, sobre magras enxergas (...) no momento em que a temperatura em Paris descia repentinamente quatro abaixo de zero! Entre esses seres desgraçados, detalhe doloroso, havia uma criança de quinze dias apenas!” (2000, p. 84). Neste retrato da miséria, também Guilherme de Azevedo recorre à emoção de forma a tocar os seus leitores com maior eficácia.

Constatamos que, nas várias capitais em estudo, a miséria é um elemento comum, assim como as palavras duras dos jornalistas literários para a descreverem. Contudo, Fialho de Almeida terá um efeito mais contundente devido à sua escolha de vocabulário.

De volta às palavras fialhescas, a compaixão apodera-se do autor, que lamenta ainda mais as velhinhas que são deficientes, pois por elas há maior repulsa, e critica os que recusam a ajuda a estes seres. À sua amargura, que tantas vezes deixa transparecer nos seus textos, contrapõe-se a ternura, pois como afirmou Raul Brandão, “se o virassem do avesso, escorria

ternura” (Brandão, 1969, p. 44). Pelo contrário, Barros Lobo, ao mencionar os pedintes miseráveis da capital, revela a sua raiva através do sarcasmo: “ainda bem que vos encontrais na dor, e tendes fome; é para vós que esta estação de luxo se fez, para vós que a chuva pinga do firmamento concentrado, para vós que o frio roça pela côdea pulvulenta das lamas” (1890, pp. 67-68). Na verdade, as ruas de Lisboa estavam repletas de pedintes. Muitos pediam as moedas e orações pela sua alma em lugares fixos, outros entravam nas estalagens e casas de pasto. Apresentavam doenças, feridas, deformidades físicas, eram cegos ou faziam-se passar por tal (Veiga, n.d., p. 176).

Na crónica “De noite”, inserida na obra *Lisboa Galante* [1890], Fialho de Almeida vai novamente circulando na cidade e mostra as suas impressões, bem menos efusivas e positivas do que as demonstradas na crónica da *Correspondência de Leiria*. Por volta das cinco ou seis horas desce a noite e os candeeiros a gás “acendem as suas luzinhas vermelhentas, em fúnebres fieiras, que parece fazerem nas ruas grandes perspectivas de enterros” (Almeida, 1994, p. 121). As pessoas nas ruas são “escuras formigueiros de gente” (Almeida, 1994, p. 121). As lojas iluminam as suas montras e mostram os transeuntes: “mulheres apressadas, cujos tacões mordem a lama, num tique de bonecas e de adúlteras, carvoeiros e janotas, barretes e chapéus altos” (Almeida, 1994, pp. 121-122). Ou seja, na rua circulam mulheres menos honestas, assim como gente do povo e pessoas de uma classe social mais elevada. Mas na descrição deste início de noite reitera-se a imagem de morte que já havia sido revelada com os candeeiros: “nas janelas das casas há moribundos brilhos discretos de candeeiros, sombras que se desfazem (...); e a gentana cresce, acotovela-se, confunde-se, apagando os cambiantes de estofos na mesma uniformidade de vultos pardacentos” (Almeida, 1994, p. 122). A mesma ideia repete-se mais abaixo:

O céu ganhou uma cor de nanquim lúgubre e morta, sem estrelas, zebreada com farrapos de névoa, de onde goteja o tédio em pérolas letais: (...) os olhos veem os cocurutos dos prédios apagarem-se num vago, e os fios do telégrafo em pautas de música, de esquina a esquina, reduzirem vagamente, como outras tantas cordas de uma harpa, onde em surdina vibrasse o *De profundis* de uma raça de escravos e truões.

Vista do cimo dos montes, a essa hora, a cidade perdeu completamente a configuração burguesa que havia à luz do sol, para tornar-se numa indefinida necrópole de assustadoras perspectivas” (Almeida, 1994, p. 122).

A Lisboa diurna, burguesa, transforma-se numa necrópole onde tudo é vago e assustador, não faltando até a banda sonora deste velório. E para a vivacidade desta descrição contribuem os recursos expressivos, característica do jornalismo literário, como a adjetivação “nanquim lúgubre e morta” e as metáforas “zebrada com farrapos de névoa”, “de onde goteja o tédio em pérolas letais”, “os fios do telégrafo em pautas de música”.

Eduardo de Barros Lobo, outro jornalista literário a escrever sobre Lisboa nas suas *Viagens no Chiado*, também descreve a noite lisboeta e as semelhanças com Fialho são evidentes:

vista de alto, por volta da meia-noite, Lisboa tem alguma coisa de necrópole em que a espaços luzissem lampadários. Em certos pontos mais iluminados, destacam-se vagos perfis de casarias adormecidas, achatadas sob a noite. De longe a longe, traçam-se quadriláteros de luz dormente, janelas adentro das quais se vive ainda a essa hora – ou se morre – na vigília tormentosa da agonia. Paredes caiadas tomam alvuras surdas de sudários estendidos” (Lobo, 1887, p. 46).

Vários vocábulos desta descrição nos remetem novamente para o campo da morte, salientando desde logo “necrópole”, mas “adormecidas”, “dormente”, “agonia” ou “sudários” também para isso concorrem. Mais à frente, Barros Lobo apresenta-nos “um amontoamento disforme de arquiteturas vagas” (Lobo, 1887, p. 46) e uma “grade estendida sobre o abismo” (Lobo, 1887, p. 47) em S. Pedro de Alcântara. De novo surge o vocabulário do mesmo campo lexical, até porque neste local o autor reflete sobre a facilidade de queda para a morte:

Fica então, mais trágica na reminiscência daquele terror, a cidade afogada na noite e perdida na distância. As luzes, ao longe, têm um bruxulear fúnebre de lampadários ardendo em ruas de cemitério. As paredes, banhadas de luar, dão perfeitamente uma decoração teatral de necrópole. E quantas agonias, com efeito, irão por toda aquela paisagem, disputando o último alento à noite? Quantos mortos terá a treva feito a esta hora? (Lobo, 1887, p. 48).

Guilherme de Azevedo considera igualmente Lisboa “uma cidade de mortos” (2016, p. 82) e Eça de Queirós, por seu lado, constata que “Lisboa de noite é tão silenciosa que quase se sente o crescer da erva que a há de cobrir no dia das ruínas” (1980, p. 130), antecipando o fim da capital e o abandono a que será votada, também numa alusão ao tema da morte.

Verificamos, então, que outros autores (além de Fialho) se dedicam ao tema da noite lisboeta, transmitindo a ideia de miséria que culmina na morte dos mais desfavorecidos e na imagem da cidade noturna como um cemitério ou um espaço abandonado.

Na mesma crónica, “De noite”, Fialho sugere que se veja a cidade a partir do adro da igreja da Graça, numa noite sem lua, para ouvir os sons que sobem da Baixa. Estando aí, “percebe-se à esquerda o monte do Castelo, que parece emergir de um charco de tinta, e ele mesmo esbatido em negro, (...) recortando-se num fundo de céu cinzento, de água do Tejo, e casarias esburacadas de luzeiros” (Almeida, 1994, p. 123). À esquerda vê-se Nossa Senhora do Monte, com casas novas, quintais e mirantes. Entre estas duas colinas, “a casaria atropela-se de corrida (...). É assim um grande leque de casarões, de que a noite não deixa aperceber senão bocados, e de cuja sobranceira soturna a fantasia só evoca monstruosidades e tragédias (Almeida, 1994, p. 123).

Tanto Fialho de Almeida como Barros Lobo nos transmitem aquilo que Lynch denomina de “visual scope” (2000, p. 106): são qualidades que aumentam o campo de visão, de forma simbólica ou real. Esta categoria de desenho de uma cidade inclui transparências (a referência às janelas em Barros Lobo); panoramas que aumentam a profundidade de visão (ambos os autores nos mostram a cidade vista de um plano superior, relembrando o que Pike afirmava sobre as diversas visões da cidade); elementos articuladores, como a colina do Castelo e Nossa Senhora do Monte, o alto dos prédios ou os fios do telégrafo; a concavidade, sugerida pelas “casarias esburacadas de luzeiros”; pistas que nos remetem para um elemento invisível, como a suposição da vida ou morte por detrás das janelas iluminadas em Barros Lobo, ou as monstruosidades ou tragédias em Fialho (Lynch, 2000, pp. 106-107).

Fialho de Almeida acrescenta ainda que a imagem descrita é “semelhante a um pesadelo hugoesco que Goya e Rembrandt houvessem reproduzido” (Almeida, 1994, p. 123). O primeiro pintor, Francisco de Goya (1746-1828), retratou cenas de guerra ou morte e Fialho refere-se precisamente a quadros como *Los desastres de la guerra* ou *Saturno devorando a un hijo*. No caso de Rembrandt (1606-1669), a sua utilização da luz e da sombra fê-lo reconhecer que a imagem da Lisboa noturna seria bem retratada. Este conhecimento de pintura manifestou-se em muitos dos textos fialhianos em que o autor se pronunciou sobre exposições de arte e artistas e sobre a situação da arte em Portugal, essencialmente nas crónicas de *Os gatos*. Criticou até a pouca atenção dada pelos lisboetas às manifestações artísticas: “o que sobretudo me irrita é a sua indiferença pela maior parte dos espetáculos de arte, a sua falta de individualidade perante

uma ou outra revelação de belo, que os jornais tenham deixado passar sem comentários” (Almeida, 1904, p. 183).

Continuando a sua *flanagem* e descrevendo um mapa da capital, descendo e passando pelos hospitais do Desterro, de S. Lázaro e de S. José, Fialho escolhe palavras relacionadas com o sofrimento, próprio dos espaços que o circundam, e exagera na comparação dos edifícios: “a mole dos hospitais (...), hirta e soturna, sem luzes, com um sino rouco batendo os quartos de hora de agonia – mole viva e sinistra, feita de grandes edifícios quadrilongos, que antes parecem troncos de animais, canzarrões dantescos” (Almeida, 1994, p. 124). Seguindo o seu périplo, chega à Mouraria, “uma massa de sombra caliginosa (...); ali os prédios são velhos, as ruas estreitas, nenhuma reverberação de gás lambe as paredes” (Almeida, 1994, p. 124). Aqui o jornalista deixa de observar a urbe de cima para ter uma visão ao nível da rua, revelando já uma atitude ativa, embrenhando-se nas ruas da capital.

Ainda no mesmo texto, “De noite”, Lisboa à noite é personificada num monstro:

Neste corpo de monstro escamoso e fosforescente, que é Lisboa de noite, feito de placas, corcovas, pernas, anciloses, há um sistema arterial desenhado a luzes de gás, por cujos grandes vasos carroçam movimento e vida; e um sistema nervoso para a repercussão das suas grandes misérias e das suas grandes dores.

O coração do primeiro é o quadrilátero chamejante do Rossio. O encéfalo do segundo parece ser a grande massa dos edifícios hospitalares. Daquele Rossio claro e saltante brota de facto um ruído incessante em catadupas, que parece crescer, ter raivas, sobressaltos; e é feito do rodar dos trens, dos silvos dos *tramways*, dos pregões dos jornais e das convulsivas vozes de centenas de bocas que peroram, palestram, dizem mal – ruído gerado ali mesmo e propulsando ao longe, através a rosácea das ruas, todos quantos frémitos a população àquela hora da noite ainda pode conter de atividade. Como um coração que expede para os diferentes pontos do corpo as hematias da vida, assim daquela praça o gás se ramifica, num escorpião de artérias luminosas, que descem e sobem, mergulham e afloram os tecidos profundos dos bairros, coleando e luzindo... a Avenida, S. Pedro de Alcântara, a Rua Áurea – e para todos os lados luzinhas bruxuleiam, pelas artérias somenos da cidade, até se perderem nas ilhotas de sombra, onde

os vícios dormem, e a pobreza espatina entre a miséria e a taberna, como um rato de esgoto entre duas ratoeiras (Almeida, 1994, pp. 124-125).

Esta longa citação é pertinente, uma vez que este ser monstruoso que é a capital de Portugal emite ruídos que saem dos meios de transporte, dos pregões, dos maldizentes. Aliás, é precisamente o ruído que transmite imagem do monstro assustador, devorador. A iluminação das ruas é semelhante a um escorpião, animal mortífero que vive nas trevas e cuja cauda sempre esticada tem o veneno num agulhão pronto a picar até à morte quem lhe tocar. Quem andar nas ruas arrisca-se a ser tocado pelo vício e morrer com o seu veneno. As ramificações de luz chegam a todo o lado, até aos bairros mais pobres da cidade, onde impera o vício. Também esta imagem de um monstro é referida por Barros Lobo, embora não relativamente aos contornos da cidade, mas aos miseráveis da capital: “vós sois as vítimas predestinadas ao Moloch formidável de miséria que tem de vos devorar no seu ventre de bronze” (1890, p. 70). Sendo Moloch um deus com corpo humano e cabeça de boi ou leão, tinha no ventre uma cavidade onde se acendia uma fogueira para que as crianças fossem sacrificadas. Desta forma, Lisboa é a sociedade que imola os seus inocentes, os miseráveis. Porém, a imagem de cidade monstruosa surge também em Jaime Batalha Reis, na sua crónica de 3 de outubro de 1888, quando se refere a Whitechapel, um bairro dos mais pobres da cidade de Londres:

quem lançar os olhos para o mapa da *City* de Londres notará a figura de um peixe ou cetáceo colossal (...). Duas linhas de mar delimitam o corpo enorme do animal: ao longo do dorso corre Cornhill e Leadenhall; ao longo do ventre Lombard Street e Fenchurch: Gracechurch Street separa a cabeça do tronco, como se ali estivessem localizadas as guelras do monstro (Reis, 1988, p. 104).

Fialho de Almeida, como homem de letras que é, apresenta uma descrição mais vívida e pormenorizada. No entanto, a imagem de monstro apresenta ligeiras diferenças entre os dois textos. Em Batalha Reis, este ser estava ao lado da Bolsa de Londres e do Banco de Inglaterra. O monstro é aqui o guardião do tesouro e implica uma mudança interior no homem ao devorá-lo, neste caso para pior, pois o homem perde os seus valores morais. No caso do texto fialhiano, o monstro está nas profundezas da cidade, nos seus bairros vitais, e o homem está condenado, dificilmente será regenerado. Oliveira Martins refere-se à capital do império britânico também como “grande monstro do mundo” (1951, p. 27), recorrendo igualmente a expressões como “um formigueiro infinito” (p. 27) ou uma “grande colmeia de gente voraz” (p. 32). E se as palavras ‘formigueiro’ e ‘colmeia’ têm normalmente um simbolismo positivo (Chevalier &

Gheerbrant, 1982, pp. 211 e 336), aqui apresentam o negativismo associado ao caos populacional e habitacional desta grande metrópole.

Continuando o seu percurso pela capital, Fialho chega às oito, nove horas. Encontra menos gente na rua, pois um terço das pessoas que por lá andava tinha ido para os teatros. Se uns foram para os teatros, os estudantes foram estudar, os operários foram para os seus casebres e as costureiras “enfezaditas, com *toilettes* fanadas, joias de *strass* e chapéus murchos” (Almeida, 1994, p.125) passavam em grupos de três ou quatro. Tinham o aspeto dúbio entre mendigas e cocotes, lábios pintados e olhavam pelo canto do olho homens que paravam na rua, procurando dinheiro nos bolsos. Ficam na rua os noctívagos “para dar largas aos seus caprichos, monomanias, análises e doenças” (Almeida, 1994, p. 126), criaturas que se assemelhavam a animais:

Veem-se aqueles tresnoitados bichos surgir dos portais das casas e entrarem e saírem dos cafés, dos bilhares, das casas de batota, prostíbulos e baiucas de aguardente, as pálpebras pisadas que um tique epileptiza, olhos de morcegos e de gatos, o passinho mole, as mãos errantes, procurando apagar-se, não dar nas vistas (Almeida, 1994, p. 126).

O autor faz a descrição física destes seres: “alguns são pálidos, bisonhos, longos, dessimétricos de face, com uma vacuidade de espectros e de lesmas. Outros gorduchos, com apoplexia no afogamento da papada” (Almeida, 1994, p. 126). Alguns começaram a beber ainda adolescentes, pelo que apresentam ventres dilatados. A voz é roufenha e com guinchos.

A hereditariedade, tema muito em voga na ciência do século XIX pelos avanços do darwinismo, e assunto que será desenvolvido no ponto seguinte, é um aspeto fundamental para que estes seres apresentem estas características. Afirma Fialho que “na ascendência de quase todos há fatalidades lúgubres de herança, o alcoolismo, a loucura, a paralisia geral, a pederastia e todas as vesânicas estranhas do luxo, misticismo e dissipação. (...) [São] espectros” (Almeida, 1994, pp. 127-128). Salientamos a constante utilização do vocábulo ‘espectro’, que acentua a vida decadente destas pessoas, cuja hereditariedade tem um papel importante.

Por volta das onze horas, meia-noite, terminam os teatros e as ruas voltam a encher-se temporariamente. O teatro era a paixão nacional por esta altura. Quem tivesse dinheiro e tempo livre esgotava os teatros para ver os seus atores favoritos (Eduardo Brásão, Augusto e João Rosa, Rosa Damasceno ou Virgínia), que eram os ídolos desta época (Vieira, 1999, p. 129). Os

teatros eram espaços para divertimento ou convívio social: “a grande maioria ia ao teatro para ver e ser visto ou até mesmo para tratar de negócios” (Magalhães, 2014, p. 309). A população distribuía-se de acordo com o seu estrato social e preferências de género teatral: a elite preferia, para além do São Carlos, a principal sala da capital onde se representavam óperas, as récitas do Teatro D. Maria II (drama e alta comédia) e do Teatro D. Amélia (atual São Luiz, por onde passavam as principais companhias estrangeiras); as classes médias repartiam-se pelos teatros do Ginásio (comédia), Avenida e Rua dos Condes (revista e opereta), Príncipe Real (Apolo, depois de 1910, apresentava melodramas) e Trindade (teatro musicado e drama); o povo distribuía-se pelos palcos de muitas sociedades recreativas e pelos teatros ambulantes que se erguiam nas feiras de Belém, Alcântara, Santos ou Parque Eduardo VII (Magalhães, 2014, pp. 310 e 314).

Ainda às onze horas da noite há polícias nas ruas e os noctívagos caem “de bebedeira, de fome, de fadiga, de doença e de deboche, até que a polícia os distribui pelas cadeias, os estatela nos albergues de noite, ou os manda de presente à Misericórdia e aos hospitais” (Almeida, 1994, p. 127). Fialho acrescenta que todos os dias há miseráveis que vão “para a vala” (Almeida, 1994, p. 127). Além disso,

uma multidão de miseráveis novos acorre de todos os pontos da província, a povoar os nossos asfaltos com os mesmos monstros, que por causas idênticas chegam a contaminar-se das mesmas perversões, a constituir-se autómatos dos mesmos vícios, e a acabar por fim no mesmo lodaçal de infâmia e perversidade (Almeida, 1994, p. 127).

Nota-se um crescente de negativismo na descrição de Lisboa à noite e a cidade, que é um monstro, tem também monstros nas suas ruas com os vícios idênticos e constantes que não permitem a sua regeneração. O ambiente da cidade leva ao comportamento degenerado, como se comprova por estas palavras fialhescas.

Uma outra citação longa de Fialho permite-nos conhecer também a vida na cidade burguesa que, ao contrário de outros excertos, apresenta o movimento e a agitação do progresso – cartazes publicitários, que surgem na sequência do desenvolvimento de técnicas de impressão tipográfica e que permitem aliar imagens coloridas ao texto (Vieira, 1999, p. 50), automóveis com cheiro a gasolina (que aparecem em Portugal em 1893), comboios (o caminho de ferro foi inaugurado em 1856), luz elétrica (a primeira iluminação pública surge em Cascais e no Chiado

em 1878 e em Lisboa em 1889, no eixo Avenida da Liberdade – Baixa – Chiado; Guilherme de Azevedo refere-se a este facto nas suas “crónicas ocidentais” de 15 de novembro de 1878 e de 15 de fevereiro de 1879), pessoas numa azáfama:

Os cartazes de esquina, com mulheres nuas, pintalgadas num fracasso de tintas, sob a duce lunar dos focos elétricos. A barafunda dos trens, a barafunda dos autos, uivando, sob um fedor abortivo de gasolina, o rapto das Vénus mercantis joiadas de carbúnculos; logo, nos rodilhões da turba pedestre, entre risadas e gritos, pregões de jornais, silvos agudos de comboios, esses formigueiros de vidas impulsivas, que vão e vêm, uivam e suspiram, numa ânsia de acasalar-se, que é, com o crime, a grande sugestão noturna das urbes cansadas de fingir civilização contrária aos instintos da besta (...). As fachadas obscuras, as fachadas negras de seis pisos, ouriçadas de trapeiras, pochadas de varandas, cuspidas de tabuletas e gárgulas, (...) perspetivando na rua os imensos funis catacumbais... (Almeida, 1960, p. 30).

Mais uma vez lemos uma descrição negativa da cidade que é transmitida pelo vocabulário. Palavras como “barafunda”, “fedor”, “carbúnculos”, “besta”, “obscuras”, “negras”, “catacumbais” remetem-nos para o lado escuro da capital que é tantas vezes descrito nas suas crónicas. Entre os avanços tecnológicos na capital há a referir também a inauguração do animatógrafo em 1904. Relativamente à iluminação elétrica, note-se que em 1908 ainda só existiam 293 candeeiros elétricos nas ruas da capital portuguesa, sempre apoiados por candeeiros a gás, “como recurso para as falhas de corrente e como única iluminação após a 1h00 da madrugada” (Vieira, 1999, p. 50).

Os recursos expressivos também surgem de novo com a metáfora das pessoas semelhantes a formigas que circulam, ansiando acasalar-se, num impulso primitivo e animalesco que não para na rua:

cotovelos frenéticos que se roçam, olhos delinquentes que se buscam, bocas áfonas que se apelam... e na luz crepuscular das salas de animatógrafo, agilidades de mãos que fazem patas de aranha em cozas túbias: afrodisias de corpos, ressumantes de essências, tocados de relentos secretos de remédios, cheirando à vida dos prostíbulos e dos cárceres: logo o rito macabro de certas aparições de mulheres sós, brancas de pós, com bocas de úlcera, e que ao

voltarem-se na sombra, súbito, aparecem de caveiras, com um fogacho azul nas órbitas vazias (Almeida, 1960, p. 31).

Esta gradação crescente da imagem da mulher noturna culmina com a alusão à morte para enfatizar a miséria das mulheres da noite.

Na obra *Vida Irónica* [1892], de Fialho, também se fala de Lisboa à noite. Nas negridões dos bairros há sobressaltos, abismos das ruas, lagos de sombras das praças e crateras extintas dos outeiros. É uma Lisboa diferente, “latente de tragédias, convulsa apesar da paresia exterior que a cadaveriza, aflita” (Almeida, 1957, p. 3), cada vez mais spectral à medida que a noite avança. Novamente o vocabulário menciona a morte. Nesta noite em que o autor circula há frio, solidão, desconforto. Os recursos expressivos, próprios da escrita do jornalismo literário, regressam à escrita de Fialho de Almeida: “claridades lambem com brusca língua o chão molhado” (Almeida, 1957, p. 3); “do rio que ao largo muge, das beiras dos telhados que ciciam, e da água dos chafarizes que pede que a deixem voltar de novo aos tanques e às nascentes” (Almeida, 1957, p. 4). São os elementos da cidade que ganham vida através da personificação. Mas também existem hipérboles quando o autor exagera a impressão que a escuridão transmite quando não há ninguém nas ruas:

a cidade como que fica à mercê dos sonhos trágicos, as ruas são maiores, as casas mais lúgubres, as árvores colossais de desespero, e os próprios sinos se esquecem de dar horas, uma angústia mortal baba das coisas, há rondas de loucura nas tremulinas do gás, soluços vagos, até que os gongs da Sé dão de repente quatro e meia” (Almeida, 1957, p. 4).

Se a noite é assustadora e trágica, à hora em que a cidade recomeça a viver com a chegada das carroças para o mercado a morte continua presente. As carroças são “lúgubres como sarcófagos” (Almeida, 1957, p. 4), os hortaliçeiros têm gestos de autómatos, a carne dos animais mortos é sangrenta. O mercado é sinistro, o céu é fúnebre, há fuligens trágicas no ar. Às seis horas da manhã “é quando entra do prostíbulo e da batota a gente que apodrece, e quando sai para a labuta a gente que trabalha” (Almeida, 1957, p. 6). Barros Lobo também menciona os varredores de rua que limpam “o lixo da civilização da véspera (...), os trabalhadores da noite, os tresnoitados, os noitibós” (1890, p. 25) que andam na rua ao início da manhã.

Se, por um lado, Fialho nos apresenta uma cidade assustadora e miserável, por outro este era o seu espaço de eleição, “com os escaninhos, as ruas escusas, as casas de vício, os lausperenes, os frades de pedra e os galegos” (Almeida, 1969, p. 45). Mas não era só da cidade que ele gostava, a noite era o tempo da sua boémia. Como o autor afirma no seu texto “Boémios” (n.d.), inserido na coletânea póstuma *Figuras de Destaque* [1924], depois de estarem no café Mónaco ou no Martinho a falar sobre o dia, literatura, política ou boas mulheres, seguia o grupo de amigos em que Fialho se inseria pelo Rossio e pelo Passeio Público até ao café Vigia ou tascas da Rua do Salitre, ou até ao Tejo pela Baixa. A noite atraía-o pelo mistério, pela imprecisão das linhas a adivinhar o Impressionismo, pelas tragédias, pelos poemas fantasmáticos:

a noite, com seu mistério turbante, suas vozes erráticas, suas moles de linhas imprecisas, suas lagoas de tinta sulfurosa, suas tragédias de nervos e de estrelas, seus *sabbats* aberrantes de ideias e deboches, é a grande caverna da alquimia poética onde os Faustos escarvam, sob o satanismo do génio, os fantasmáticos poemas de *mors amor*” (Almeida, 1969, p. 53).

A referência às lagoas sulfurosas e a Fausto remetem-nos para um lado mais terrível da noite, para o lado infernal e espectral da urbe noturna, já por nós referido. Para Fialho de Almeida, à noite a realidade muda: o barulho das ruas muda de sentido e de ritmo, prenunciando catástrofe; os rostos transformam-se e vê-se “uma espécie de loucura perseguida, de frenesi macabro, de ânsia prevaricante, de insofrida luxúria, asinina, felina” (Almeida, 1969, p. 54). A noite torna-se, assim, reveladora de uma realidade plena de loucura, de pecado e de instintos animais. É à noite que o autor se alheia de tudo o que o rodeia e, “nessas incoerentes jornadas, dia ou noite, quando o delírio da imaginação solitária me põe à estrada, Lisboa vai-me abrindo gradualmente o seu mistério e os seus recantos” (Almeida, 1982, p. 202). Como afirma Costa, o amor de Fialho pela Lisboa noturna fez com que o escritor lhe dedicasse “páginas impressionistas de uma beleza convulsiva” (2004, p. 73).

Vista de cima, à noite, a cidade de Lisboa assemelha-se a uma necrópole. Percorrendo as suas ruas, os jornalistas literários embrenham-se nas entranhas do monstro que todos devora. O progresso do final do século não chega a todos os bairros e a decadência dos seus habitantes é chocante. Contudo, Lisboa não é a única capital a padecer desta doença social. Também Londres e Paris contêm os seus bairros miseráveis que, com maior ou menor pormenor, são descritos pelos jornalistas literários viajantes. O uso de vocabulário negativo e a recorrência de

determinadas palavras por parte destes homens, como referimos genericamente na Tabela 3, surge detalhadamente na tabela abaixo, na qual se percebe melhor a prevalência da negatividade que percorre a descrição da noite urbana.

Tabela 6 – Vocábulo utilizados pelos autores e citados nesta secção

Autores	Nomes		Adjetivos		Verbos
Fialho de Almeida	Lugarejos	Monstro(s) (2×)	Desleixada	Dormente	Cadaveriza
	Vícios (3×)	Miséria(s) (2×)	Porca	Cinzento	
	Esgotos	Dores	Artificial	Soturna (2×)	
	Sonolência	Pobreza	Promíscuo	Sinistra	
	Sombra (3×)	Vacuidade	Detestável	Escamoso	
	Egoísmo	Espectros (2×)	Insalubre	Enfezaditas	
	Ossitos	Lesmas	Trágica(os) (3×)	Murchos	
	Exanguidez	Deboche	Lúgubre(s) (6×)	Pálidos	
	Enterros	Miseráveis	Monstro	Bisonhos	
	Formigueiros (2×)	Perversões	Débeis	Dessimétricos	
	Sombras	Lodaçal	Fúnebres	Catacumbais	
	Gentana	Barafunda (2×)	Escuros	Obscuras	
	Tédio	Fedor	Moribundos	Negras	
	Necrópole	Carbúnculos	Pardacentos	Colossais	
	Farrapos	Turbas	Morta	Mortal	
	Agonia (2×)	Besta	Letais	Sinistro	
	Sudários	Úlceras	Indefinida	Fúnebre	
	Charco	Caveiras	Assustadoras	Sulfurosa	
	Monstruosidade	Desespero	Vagos (2×)	Fantasmagóricos	
	Tragédias (3×)	Angústia	Adormecidas	Macabro	
	Pesadelo	Loucura (2×)			
	Canzarrões	Sarcófagos			
		Deboches			
Carlos Malheiro Dias	Miasmas		Vazia	Empalidece Oprime	
	Monstro		Nauseabundo		
	Detritos		Viciado		
			Pavoroso		
			Enclausurante		
Ramalho Ortigão			Feia		
			Viciosa		
			Maligna		
			Famélicos		
Oliveira Martins	Desgraçados		Voraz		
	Monstro				
	Formigueiro				
Guilherme de Azevedo	Enxergas		Magras Desgraçadas		
Eduardo de Barros Lobo	Amontoamento		Disforme	Devorar	
	Abismo		Vagas		
	Terror		Trágica		
	Bruxulear		Afogada		
	Cemitério		Perdida		
	Necrópole		Fúnebre		
	Treva		Escalavrada		
	Miseráveis		Pulvurelenta		
	Calafrios				
	Lamas				
	Vítima				
	Miséria				
	Tresnoitados				
Jaime Batalha Reis	Monstro		Colossal Enorme		

Fonte: Elaboração própria

O uso destes vocábulos negativos comprova a imagem da cidade maldita e dos habitantes miseráveis que vivem uma existência trágica nas entranhas de um ser colossal e monstruoso.

5.2 - A cidade do vício²⁶

Fialho de Almeida circula por Lisboa, pelos seus bairros, dedicando maior atenção à Mouraria e a Alfama. Nas suas palavras, no bairro de Alfama nada há a nível arquitetónico que valha a pena manter, salvo algumas alfurjas e becos e partes da muralha fernandina e joanina. Sai-se “enojado da porcaria das ruas e das lojas, da insulez arquitetónica dos prédios, da irremissibilidade anti-higiénica, enfim daquele imundo *ghetto* onde pulula uma ralé de gente verde, ossosa, e que parece exumada depois de alguns meses de podridão subterrânea” (Almeida, 1960, p. 107). Novamente se faz referência à morte e aqui, de forma muito explícita, a ideia do submundo que é este bairro (e outros, como o Castelo, Santa Apolónia ou Mouraria), por toda a miséria que os percorre. É, como vimos, a visão de baixo da cidade, segundo a teoria de Pike, em que o observador se imiscui nas suas fundações. Quer isto dizer que o jornalista literário passa de mero observador de cima a transeunte ativo no coração da cidade. Também Barros Lobo se refere à miséria da capital portuguesa, ao afirmar que há “em Lisboa muitas famílias que agonizam na sua existência miserável” (1890, p. 63), vivendo com fome: “acordam com o apetite insatisfeito da véspera” (1890, p. 63) e à noite têm pesadelos apocalípticos” (1890, p. 63). Além da fome, padecem de doenças: “a febre, a depravação lenta de todas as funções orgânicas, o resvalar a todos os abismos, - a nevrose da miséria (Lobo, 1890, p. 63). Mais uma vez, este jornalista literário transmite o seu descontentamento perante a miséria através do sarcasmo, ao afirmar “como é bom ter fome” (Lobo, 1890, p. 68).

Por seu turno, Fialho afirma mesmo que, na sua opinião e de outros médicos que têm “escoldrinhado” (Almeida, 1960, p. 107) aqueles bairros, estes devem ser demolidos para conseguir destruir os seus “focos de patogenia complexa” (Almeida, 1960, p. 108) e para construir uma adequada rede de canalização e de esgotos “para a imundícia não fazer depósitos permanentes no subsolo, já de si secularmente infiltrado e pestilento” (Almeida, 1960, p. 108). Fialho, apesar de praticamente não ter exercido a profissão para a qual estudou, não deixa de aplicar os conhecimentos obtidos no trabalho literário. Com o advento do Realismo-

²⁶ *A cidade do vício*: livro de contos publicado em 1882.

Naturalismo, o repórter passou a ser um cientista social, que investigava a sociedade que o rodeava para escrever os seus textos. Aliás, Soares considera que os primeiros jornalistas literários foram os primeiros sociólogos, que se preocupavam em investigar a pobreza, a falta de higiene, as doenças, a mortalidade infantil, a poluição e outros problemas sociais, como o crime, a prostituição e os vícios que levam à degradação humana (2017, p. 65). São precisamente estes os temas mencionados nas crónicas escritas pelos jornalistas literários em estudo. Fialho de Almeida cumpre, assim, uma das características do jornalismo literário. Na verdade, ele encara a sociedade como um organismo doente e não se consegue dissociar da sua formação médica. É o que afirma Costa:

Como médico, o escritor vê sobretudo doentes, casos clínicos: do psiquismo, do carácter, do meio ambiente que frequentam. O mundo é um grande hospital: cada indivíduo com a sua história de vida (e de doença). (...) Já não se situa numa lógica naturalista: se o destino das personagens se encontra relativamente traçado, e anunciado, em função das leis do determinismo social, é o sintoma e o caso da doença, como degenerescência, que interessam Fialho, e não a sociedade em si. Sob este aspeto, Fialho é não só um pessimista, como um individualista. Como escritor, não consegue separar-se do médico. A sua medicina foi a escrita (Costa, 2004, p. 27).

Para Fialho de Almeida, a decadência dos bairros depende dos seus habitantes: “Não é bem a miséria, muitas vezes, o impulsor principal da porcaria lisboeta (...) mas o desmazelo horrível que as famílias do povo põem na casa, e a nenhuma noção de aconchego que a população operária se faz sobre a vida de família” (Almeida, 1904, pp. 354-355). O autor refere que o interior das casas dos operários parece uma toca para dormir, com poucas peças de mobiliário que ninguém limpa ou repara; os quartos estão nas zonas escuras da casa e olhar lá para dentro faz náuseas; a cozinha tem tudo sujo e os cheiros da pia e do esfregão são fétidos. Por seu lado, Eduardo de Barros Lobo descreve a Rua do Capelão “uma lóbrega viela” (1890, p. 113) na Mouraria, onde ainda “paira fétido arcaico de exclusivismos de Idade Média” (Lobo, 1890, p. 113), há gatos mortos e “rameiras de quinta classe pelas portas” (Lobo, 1890, p. 113). A sua população é “envilecida pela miséria, amarrotada pelo sujo meio – de trabalhadores ignorantes, de fadistas gingados, de mulheres que trazem nos arredores do nariz uma borbulhagem comprometedora” (Lobo, 1890, p. 114). Nesta rua de miséria, até “um pálido sol anémico baba pelas paredes abaixo uma luz pelintra” (Lobo, 1890, p. 114). Não entrando nas

casas como Fialho, a Barros Lobo não escapa, porém, a degradação social desta zona do bairro da Mouraria, e não deixando de lado a metáfora relativa ao sol para mais vividamente deixar transparecer a sua visão de jornalista literário.

À semelhança de Fialho em Lisboa, também Oliveira Martins visitou um bairro infecto durante a sua estada em Londres, Whitechapel, e, acompanhado de um detetive que lhe serviu de guia, entrou num casebre onde Jack, o Estripador assassinou a sua primeira vítima. Como todos os jornalistas literários, também Oliveira Martins investigou, viu com os seus próprios olhos para relatar com a veracidade dos factos o que pretende transmitir aos seus leitores. Este casebre londrino é também um “covil” (Martins, 1951, p. 224) onde estava, sobre uma enxerga, “dessorando líquidos imundos, coberto com uns farrapos sem nome (...) um homem calvo, cozendo uma bebedeira de aguardente. O seu hálito, misturando-se com o cheiro do petróleo e com o fermento da podridão, formava um ar irrespirável” (Martins, 1951, p. 224). A degradação encontra-se também na mulher que estava no local: tinha um ar envelhecido, cabelos empastados, o xaile e a saia imundos, “chinelas asquerosas. Tinha um ar de idiota” (Martins, 1951, p. 224). Uma criança que se encontrava no espaço mordeu o autor “como um bicho” (Martins, 1951, p. 224).

Ramalho Ortigão, igualmente de passagem por Londres, mencionou as casas dos operários londrinos, que habitam “um covil denegrido, infecto e pútrido, no interior de um bairro lamacento” (Ortigão, 1943, p. 237), onde não há livros, jornais, flores, comida, em suma, não existe nada. O mesmo autor, numa crónica (fevereiro-maio de 1878) a propósito do lançamento do romance de Eça de Queirós, *O primo Basílio* (1878), também se insurge contra a falta de gosto das casas em Lisboa, semelhantes ao que veria mais tarde na capital inglesa:

As casas do centro de Lisboa, de uma uniformidade celular, monótona, parada como um olhar idiota, sem pátio, sem uma árvore, sem uma folha de verdura fresca e palpitante, tendo por âmagos o saguão sombrio e infecto, com a ultrajante pia no interior da cozinha, ao lado do fogão, por baixo das caçarolas, com alcovas sem luz, enodoadas pelas manchas dos canos rotos, infeccionadas pelo cheiro nauseabundo do petróleo e da alfazema queimada, são os sepulcros da saúde e da alegria (Ortigão, 1951, p. 247).

Na realidade, as novas construções não tinham qualidade e a única limitação era ter no máximo cinco andares numa regulamentação de 1903 (Vieira, 1999, p. 139). Em comum, estes

três autores referem os locais como sendo tocas ou covis, espaços destinados a animais, reforçando ao mesmo tempo a ideia de primitivismo e animalidade dos seus habitantes. A imundície e a falta de mobiliário é também notada nos excertos transcritos. Londres e Lisboa partilham as mesmas características decadentes, assim como os escritores partilham as mesmas ideias e vocabulário.

Fialho de Almeida não se limita a observar e a relatar o que vê. Quer ser interventivo e sugere que a Câmara Municipal proporcione banhos gratuitos a estas pessoas e que o governo forneça água barata e que ensine “o amor da casa e da limpeza” (Almeida, 1904, p. 355) em vez de se lembrar delas apenas para pedir impostos e levar os filhos para o exército. Sugere ainda que lhes seja dada a possibilidade de morarem em bairros mais claros e a disponibilização de cursos de labor doméstico para estas mulheres, e não que se ensine apenas “bordados a ouro” (Almeida, 1904, p. 357). Além disso, o polícia deve inspecionar regularmente estas casas e impor a higiene.

Na crónica “Lisboa Monumental” (1906), inserida na coletânea *Barbear, Pentear* [1911], Fialho de Almeida fala dos bairros operários e reforça a impressão obtida com o interior das casas. Neles, tudo é mau:

são poçanheiras asfíxicas, sem beleza nem graça, em pátios lúgubres, terrenos de refúgio e mau acesso, mal expostos, mal calafetados, mal enxutos (...). Casas estreitas, mal repartidas, decrepitas, ruas tortuosas onde escasseia a luz e o ar, canos insuficientes que estagnam debaixo dos prédios, por tempo indefinido as imundícias e resíduos da vida – lixo, dejetos, que agora saem pelos barris e canos de esgoto, e logo tornam pela janela, em poeiras e exalações do solo e do ar contaminados, ou sob a forma de lamas, pela porta, agarrados aos pés dos moradores... Ruas varridas em seco, às horas vitais em que a população ainda moureja, e não varridas nunca, numa terra em que a nortada imbecil, todas as tardes faz engolir aos transeuntes o esterco avulso das calçadas mal feitas e dos macadames nem petrolados, nem alcatroados, segundo a norma das terras higiénicas... Carroças de lixo a céu aberto, cheias de buracos e fendas, que por um lado apanham o esterco, e por outro o vão peneirando aos solavancos das rodas, por calçadas cheias de escaninhos... Esgotos horríveis, pestosos urinóis sem desinfecção nem limpeza regular, latrinas no sítio mais escuro e húmido das casas, onde os únicos líquidos são urinas ou águas corruptas de cozinha –

madeiras podres e soalhos fendidos, por cujas frinchas os detritos infecciosos se anicham, lustres, constituindo nos entressolhos outros tantos focos de cultura – doenças contagiosas que passam, matam e vão renovando os inquilinos, sem que nenhuma desinfecção, pintura ou lavagem regular dos muros e soalho (Almeida, 1960, pp. 108-109).

Esta longa citação revela o ambiente que se vivia nestes bairros decadentes, em que as condições das ruas e do interior das casas são inaceitáveis e nojentos, propiciando o aparecimento de focos de infeção graves que levam à morte de muitos dos seus habitantes. A solução apresentada pelo autor, noutra situação interventiva, é deitar abaixo as casas, drenar os solos, fazer uma canalização hermética e esgotos para o rio ou, com uma visão muito contemporânea, “revertendo os dejetos para montureiras que a química trate e inofensiva, o que daria por si uma riqueza subsidiar da agricultura suburbana, evitando a infeção da margem do rio” (Almeida, 1960, p. 110). As novas casas seriam pequenas, com um ou dois pisos, em tijolo refratário, de inspiração típica portuguesa, jardins e muros. E a descrição que é feita destas futuras habitações é alegre, colorida, por oposição à triste realidade: “os muritos brancos da cerca, orlados de rede de adobos, vermelha ou amarela, (...) cancelas verdes, (...) o *cottage* risonho, airoso, de cortininhas brancas e gaiolas” (Almeida, 1960, p. 111). As ruas seriam direitas, largas, com passeios e árvores, bancos à porta. Uma rotunda central seria ajardinada e iluminada para concertos e atividades ao ar livre. Teria também a biblioteca pública, o lactário, a creche, o balneário gratuito, ginásio, uma igreja, um espaço para conferências e comícios e a escola. Daqui saíam todas as ruas, que dariam para praças com jardins infantis e campos de jogos para adultos. Seria um espaço saudável, arejado e agradável, o contrário da realidade existente.

No entanto, já a 26 de novembro de 1876, na secção do folhetim e na primeira página do jornal *Correspondência de Leiria*, num conjunto de cinco crónicas intituladas “Calamitas, calamitatis”, Fialho de Almeida apresentava a razão para a calamidade de doenças e epidemias que acontecia nas cidades (não só Lisboa, mas também Londres ou Paris): a aglomeração. E apresenta exemplos que comprovam a sua afirmação, descrevendo os habitantes destes bairros decadentes:

Os que responderem que romantizo, visitem Alfama, as vielas da Esperança que se empinam até Castelo Picão, os labirintos imundos que começam à roda do Hospital de S. José e acabam próximo de S. Domingos e Betesga ou Rua Nova

da Palma. Ao escurecer todas essas vielas lamacentas, já mais beijadas pelo sol, todas essas casas negras, sem vidros, sem asseio, sem conforto, são inundadas pela turba operária, pela população ociosa e criminosa; acotovelam-se fadistas e meretrizes, operários e costureiras. O investigador tomará, atravessando as turbas, conhecimento duma série infinita de amores venais, projetos estultos, intrigas criminosas; se tiver o ouvido delicado, sairá com ele fechado por um *calão* assustador e áspero, por gargalhadas de gente sem pudor e sem brio, por apóstrofes de canalhas para canalhas; e se detiver um momento, parando, a sua curiosidade, corre o perigo de um insulto ou duma violência corporal (p. 1).

À degradação das habitações junta-se a degradação das pessoas que lá moram, os ‘outros’ lisboetas, pobres, operários, ociosos, criminosos. Salientamos a utilização da palavra ‘investigador’ para o autor se referir a quem imergir nas ruas para se inteirar da verdadeira situação social. Poderá ser um cientista (médico, como o próprio Fialho) ou o jornalista literário (como Fialho de Almeida ou Jaime Batalha Reis). Carlos Malheiro Dias, outro jornalista literário, não descarta os bairros mais decadentes da capital e, a propósito do dia 20, dia de pagamento das rendas das casas em Lisboa, fala dos pobres, reforçando o que já havia sido dito e apresentando a mesma ideia quanto ao isolamento das camadas mais desprotegidas da sociedade, escuraçadas “de todos os locais saudáveis e arejados, tangid[as] para Xabregas, para Alcântara, para a Mouraria, para Alfama” (Dias, 1905, p. 275), enquanto “a Lisboa dos ricos desenvolve-se, próspera, aformoseia-se” (Dias, 1905, p. 275):

A casa do pobre fica numa viela ou betesga, nas alfurjas da velha judiaria, em recantos de sombra e de humidade, entre saguões imundos. A janela é quase uma fresta. O ar é quase uma hipótese. Já em vida, o pobre se vai habituando à vala comum, na promiscuidade dos casarões de Alfama (Dias, 1905, p. 275).

Foi precisamente em Xabregas, Alcântara e entre S. Bento e Campolide que se instalaram os ‘pátios’, 233 em 1905, albergando no total mais de 10.500 pessoas (Mattoso, 1994, p. 242). Estes bairros são descritos pelos jornalistas literários como “labirintos”. Além de Fialho, que lemos algumas linhas acima, é o caso de Oliveira Martins, que viajou pelos “labirintos tenebrosos” (Martins, 1951, p. 226) de Whitechapel, ou Guilherme de Azevedo, quando se refere à Mouraria como um “labirinto” (Azevedo, 2016, p. 40). Um labirinto é um entrecruzamento de caminhos. Alguns não têm saída e formam becos (Chevalier & Gheerbrant, 1982, p. 395). É o símbolo de um sistema de defesa e que só permite o acesso ao centro a quem

conhece os planos de defesa. A chegada ao centro permite aceder à revelação misteriosa. O percurso num labirinto é, portanto, uma viagem iniciática (Chevalier & Gheerbrant, 1982, p. 395). O labirinto também conduz ao interior de si mesmo e a chegada ao centro marcará a transformação interior do Eu (Chevalier & Gheerbrant, 1982, p. 396). Quer isto dizer que as viagens dos jornalistas literários nos dédalos que são as cidades, nomeadamente Lisboa, Londres e Paris, operarão uma transformação interior, pois conhecerão os ‘outros’, o que fará com que se conheçam melhor a si mesmos. Até porque, como afirma Lynch, a orientação nunca se deve perder e o labirinto deverá ter uma forma de ser explorado e apreendido (2000, pp. 3-4).

E destes bairros labirínticos, Whitechapel foi, de facto, escrutinado pelos nossos jornalistas literários. Jaime Batalha Reis, presente em Londres aquando dos crimes de Jack, o Estripador, viaja nos meandros deste bairro “terrível” (Reis, 1988, p. 101). As ruas são estreitas e mal iluminadas, as casas têm pátios interiores, há vultos a vaguear, e depois da meia-noite as prostitutas predominam (Reis, 1988, p. 105). Para Oliveira Martins, o bairro é “um dos antros medonhamente miseráveis de Londres: labirinto imundo de vielas e pátios, recessos onde nunca entra luz, ruínas abjetamente esfrangalhadas, covis de gente quase selvagem” (Martins, 1951, p. 221). À semelhança de Fialho, o viajante em Londres também encontrou “montes de lixo podre” e “uma carroça com o eixo partido” (Martins, 1951, p. 221). É o *East End*, um mundo diferente e desconhecido, onde a pobreza e a mortalidade eram elevadas e visíveis, contrastando com a região do *West End* (Briggs, 1990, pp. 314-315), a zona mais rica de Londres. Os bairros operários de Lisboa são em tudo semelhantes a Whitechapel, donde se nota que as capitais portuguesa e britânica são convergentes para estes jornalistas literários lusos novecentistas.

Em Lisboa, o próprio rio Tejo comunga desta decadência que se encontra nos bairros degradados, é o esgoto de uma cidade em crescimento: “a água assim sulfídrica, oceanos e rios cessaram de ser o laboratório da perpétua atividade universal, (...) para ficarem sendo um desagradável extrato de cadáver, purgativo quando se bebe, fastidioso quando se olha, e febril aquando respirado” (Almeida, 1992d, p. 185). Acrescenta o que mais se pode encontrar no rio:

[a] drenagem duma capital de quatrocentas mil almas, lançando as ondas, quotidianamente por canos de chumbo, os sobejos da sua porcaria; (...) dejetos das fábricas, dos mercados, às lamas dos chuveiros, às folhas putrefactas das

florestas, e aos solutos maláricos das rochas, (...) imersão direta das podridões (Almeida, 1992d, p. 186).

Jaime Batalha Reis havia escrito algo semelhante a propósito da água do fundo do mar, sensação que a névoa intensa londrina lhe provocava, na sua *Revista Inglesa*:

Essa água (...), formava vesicularmente um fluido grosso, viscoso, amarelo, negro (...). Nas vesículas cristalinas dessa água, quase plástica, havia todos os corpos suspensos e todos os corpos dissolvidos, dos excretos de quase 5 milhões de seres humanos e de muitos mais milhões de outros animais quase tão fétidos como o homem. Todo o carvão, todo o enxofre das combustões e dos apodrecimentos, todos os sulfídricos, todos os hidrocarbonetos, todas as carbilaminas, todas as naftalinas, todos os micróbios, todos os miasmas, todas as pestes (Reis, 1988, p. 47)

A semelhança é evidente: os termos científicos (são ambos homens de Ciência), a referência aos químicos na água, a água não como elemento que dá a vida, mas repositório de morte, consequência do progresso industrial e do aumento populacional. Ou seja, Londres, que era na altura a capital do maior império do mundo, apresentava os mesmos problemas de Lisboa, francamente mais retrógrada, mas também a sofrer as consequências de um progresso à sua medida. Os dois autores partilham, além do conhecimento científico, as mesmas visões sobre as grandes cidades: a degeneração, tópico comum a todos os jornalistas literários estudados.

Se a água do rio não era apetecível, na crónica de 14 de junho de 1876, na *Correspondência de Leiria*, Fialho de Almeida menciona o problema da falta de água na cidade de Lisboa, uma vez que “com a falta de chuva a canalização da cidade entulha-se de defecações que exalam pelos respiradouros dos passeios os mais pestilentos miasmas” (14 de junho de 1876, p. 2), podendo até causar uma epidemia. Além disso,

os únicos despejadouros bem e largamente construídos pertencem ainda ao século 17, e são obra do grande marquês; os mais nem têm regularidade nem inclinação; compõem um labirinto tortuoso, estreitamente aberto, consertado aqui, estragado além, que não faz mais do que aglomerar nuns pontos a imundície arrastada doutros. Sucede que só quando as chuvas abundam é que

estes enormes intestinos se desobstruem e que a cidade pode ficar livre dum foco terrível (14 de junho de 1876, p. 2).

O labirinto não se encontra apenas nas ruas da cidade, também o sistema de escoamento o era. Sabemos que em 1880 se introduziram as águas do rio Alviela na cidade de Lisboa e se encerraram muitos poços, essencialmente nas zonas marginais e baixas da cidade, o que levou à redução da mortalidade por febre tifoide (Pato, 2011, p. 26). Quanto aos esgotos, foi Ressano Garcia em 1884 quem projetou um sistema de drenagem da cidade de Lisboa, que descarregava no rio Tejo. No entanto, “as más condições de estagnidade e autolimpeza dos coletores levaram a proibições frequentes da descarga de águas residuais domésticas nos coletores pluviais, com a consequente necessidade de recolha d[as] águas residuais doméstic[as] depositad[as] em recipientes de barro deixados à porta das habitações durante a madrugada (Botica, 2012, p. 8). Entretanto, era a água das chuvas que levava os dejetos amontoados nas ruas diretamente para o rio (Botica, 2012, p. 8). Barros Lobo fala num “mundo inteiro de horrores, de assombros sórdidos, de coisas pouco asseadas” (Lobo, 1890, p. 151) no solo de Lisboa. Refere “criptas mal cheirosas” (Lobo, 1890, p. 151), “estalactites de amoníaco” (Lobo, 1890, p. 151), “estalagmites de ureia” (Lobo, 1890, p. 151), “bichos apocalípticos” (Lobo, 1890, p. 151), “plantas medonhas, verdes como chagas ulceradas” (Lobo, 1890, p. 151), marés periódicas “de talos de couve, de gorduras despejadas, de espinhas de peixe” (Lobo, 1890, p. 151). Lisboa subterrânea tem “catacumbas sulfídricas” (Lobo, 1890, pp. 151-152), numa imagem semelhante à de outros jornalistas literários seus contemporâneos.

A ideia de ares perigosos e irrespiráveis da cidade também havia já sido transmitida na crónica fialhiana “Sintra” de 20 de agosto de 1876 na *Correspondência de Leiria*:

Na cidade respira-se um ar impregnado de miasmas terríveis, onde o sulfídrico tem um predomínio atroz. No Aterro é impossível transitar, no Chiado há uma exalação perigosa de gases provenientes de matérias orgânicas decompostas; nas ruas morde-se continuamente (...) uma poeira, (...) composta de pedacinhos de papel e de trapo, de esterco, de talosinhos de couve secos (p.2).

A única forma de fugir da ameaça da morte em Lisboa é ir para Sintra. Contudo, Paris também não escapa ao odor que, no entender de Guilherme de Azevedo, “está em Lisboa e em Paris ao mesmo tempo” (Azevedo, 2000, p. 42). *As farpas* de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, que serviram de modelo para *Os gatos* de Fialho de Almeida, falam igualmente deste

problema da cidade portuguesa. Na crónica de maio-junho de 1872, quatro anos antes de Fialho escrever sobre o tema, refere-se que as infeções dos canos “transudam a podridão e a morte por todos os poros abertos no solo (...). [H]á a exalação pestilencial das sarjetas; (...) há o respiro mefítico dos tubos de ventilação que se levantam acima dos telhados dos prédios” (Ortigão, 1961, p. 37). Ramalho Ortigão, já sem a colaboração de Eça de Queirós, refere em fevereiro de 1874 que as canalizações e as condições de higiene e de saúde pública são péssimas devido às válvulas hidráulicas e chaminés que acumulam gases que não saem pelas sarjetas, mas para o interior das habitações, e também devido às chaminés de ventilação que foram proibidas e ajudariam a ventilar os gases (Ortigão, 1948, pp. 9-12). A conclusão é cruel:

As sarjetas das ruas, em virtude do sistema das válvulas hidráulicas adotado pelo município de Lisboa, são focos de miasmas letais.

As paredes das casas em que habita a população de Lisboa são os filtros das exalações dos canos, por onde se coam e embebem no ar que respiramos os gases deletérios resultantes da fermentação das matérias orgânicas.

Quer isto dizer que nós, a população de Lisboa, vivemos fatalmente, desde cada manhã até à manhã seguinte, comendo, trabalhando, dormindo, encarcerados na podridão, na enfermidade e na morte (Ortigão, 1948, p. 12).

Durante o século XIX, era usual a colocação de latrinas e urinóis no exterior dos prédios ou grupos de prédios para utilização pública. Apenas no final do século se instalaram latrinas em edifícios, quando a tecnologia do edifício pombalino começava a deixar de ser aplicada integralmente. Só a partir da década de 1940 começou a ser regular a construção de instalações sanitárias no interior das habitações (Botica, 2012, p. 11).

As condições de salubridade eram, como se vê, escassas e os habitantes da cidade viviam num perigo constante. Aliás, Barros Lobo afirma que “Lisboa começa a ter o dom de afugentar os seus habitantes, como uma cidade maldita; (...) rainha do Oceano, que dorme eternamente sobre o seu leito de esgotos estúpidos” (Lobo, 1890, p. 150). As questões de saúde eram apenas um problema entre tantos outros. A situação de degradação que alguns bairros da capital lusa enfrentavam era comum a Londres. O ar envenenado com gases próprios de zonas fabris ou com os micróbios da decomposição de seres vivos, os labirintos imundos e os habitantes que pertenciam à franja da sociedade foram escrutinados por jornalistas literários em Portugal e Inglaterra. A recorrência de

vocabulário relacionado com o labirinto, as vielas, os termos químicos dos elementos poluentes das cidades e dos rios e causadores de doenças, como podemos observar na tabela abaixo, comprova a preocupação dos jornalistas literários por este tema no final do século XIX.

Tabela 7 – Vocábulo utilizados pelos autores e citados nesta secção

Autores	Nomes		Adjetivos		Verbos
<i>Fialho de Almeida</i>	Alfurjas	Esgoto (2×)	Ossosa	Pestosos	Estagnam
	Becos	Lamas (2×)	Pestilento	Podres	
	Porcaria (2×)	Esterco (2×)	Fétidos	Infecciosas	
	Ralé	Detritos	Subterrânea	Contagiosas	
	Podridão	Doenças	Imundos (2×)	Lamacentas	
	Patogenia	Infeção	Asfíxicas	Ociosa	
	Imundícia(s) (2×)	Labirintos	Lúgubres	Criminosa	
	Miséria	Turba (2×)	Decrépitas	Sulfídrica	
	Desmazelo	Canalhas	Contaminadas	Putrefactas	
	Toca	Cadáver	Horríveis	Pestilentos	
	Náuseas	Porcaria			
	Bebedeira	Podridões			
	Peçonheiras	Defecações			
	Resíduos	Miasmas (2×)			
	Lixo	Labirinto			
	Dejetos (3×)	Sulfídrico			
<i>Carlos Malheiro Dias</i>	Viela	Sombra	Imundos		
	Betesga	Humidade			
	Alfurjas	Promiscuidade			
<i>Ramalho Ortigão</i>	Covil	Morte	Denegrido	Infeccionados	
	Sepulcro	Sarjetas (2×)	Infecto (2×)	Nauseabundo	
	Labirintos	Miasmas	Lamacento	Letais	
	Antros	Fermentação	Fétido	Pestilencial	
	Podridão		Sombrio		
<i>Oliveira Martins</i>	Covil (2×)	Antros	Infecto		
	Farrapos	Vielas	Imundos		
	Podridão	Ruínas	Tenebrosos		
	Labirintos	Lixo	Miseráveis		
			Selvagem		
<i>Guilherme de Azevedo</i>	Labirinto				
<i>Jaime Batalha Reis</i>	Carvão	Micróbios	Viscoso		
	Enxofre	Miasmas	Fétidos		
	Apodrecimentos	Pestes			
	Sulfídricos				
<i>Eduardo de Barros Lobo</i>	Depravação	Horrores	Miserável	Sórdidas	Agonizam Afugentam
	Abismo	Assombros	Apocalípticos (2×)	Malcheirosas	
	Nevrose	Amoníaco	Envilecida	Medonhas	
	Miséria (2×)	Ureia	Sujo	Ulceradas	
	Rameiras	Chagas	Amarrotada	Sulfídricas	
	Baba	Catacumbas	Anémico	Maldita	
			Pálido	Estúpidos	
			Pelintra		

Fonte: Elaboração própria

A miséria que assola as grandes capitais europeias é investigada pelo jornalista literário que, para escrever as suas histórias, se dirige aos locais para verificar com os seus próprios olhos a matéria que descreverá nos seus textos com o vocabulário que se elenca.

5.3 - Os decadentes²⁷

Depois de apresentados os bairros pobres de Lisboa, repletos de defeitos, na opinião de Fialho de Almeida, este revela as doenças de que padecem os seus habitantes, ainda na crónica “Calamita, calamitatis” de 26 de novembro de 1876:

é nesta fermentação – deixe-me chamar-lhe assim – de vícios e prostituições que germinam as doenças modernas; a anemia, as nevroses, a melancolia (para mim uma doença) e as doenças cerebrais (...). Para mim estes sintomas de enfraquecimento das gerações modernas representam simplesmente a aniquilação lenta, mas progressiva, das grandes coletividades (p. 1).

Estes padecimentos modernos só se podem estudar, no entender de Fialho, “nos covis da miséria” (Almeida, 1876, 26 novembro, p. 1), uma vez que há “uma atmosfera saturada de emanações pútridas, húmida e sepulcral” (Almeida, 1876, 26 novembro, p. 1), onde se desenvolvem “as afeções linfáticas e cutâneas, a *tinha* e a *plica*; não são raros os *tumores brancos*, as variedades tão numerosas da família *dartrosa*, a *lepra* rara já” (Almeida, 1876, 26 novembro, p. 1). Acrescenta o autor que as famílias “têm em si os gérmes de enfermidades terríveis, especialmente as sífilíticas com o seu cortejo de horrores, gérmes transmitidos de pais a filhos” (Almeida, 1876, 26 novembro, p. 1). Outra vez, Fialho é testemunha ocular das suas afirmações ao referir: “eu percorro muitas noites, muitas manhãs estes lugares onde acampa a miséria, a pobreza desmoralizada pelo infortúnio e confrange-se-me o coração de piedade diante de bandos de crianças que seminuas recolhem para os albergues da família” (Almeida, 1876, 26 novembro, p. 1). Barros Lobo, por seu turno, alude à “putrefação de Lisboa (...) [que] exala constantemente um hálito de morte” (Lobo, 1890, pp. 152-153) causada pelas “secreções dos seus duzentos mil habitantes” (Lobo, 1890, pp. 152). Como Fialho de Almeida, Barros Lobo considera que este estado de decomposição é o causador de doenças em Lisboa, como o tifo.

É fundamental chamar a atenção para vários aspetos do pensamento fialhista nestes excertos. Por um lado, a referência às doenças, fruto da sua formação como médico. Contudo, muitas destas doenças são sociais, próprias das sociedades que vivenciaram progresso e

²⁷ “Os decadentes – romance da vida contemporânea”: romance naturalista inacabado que Fialho começou a publicar no periódico *Novidades* em 1879.

chamadas à literatura com a geração realista e naturalista, na qual Fialho se insere. Além disso, o jornalismo literário teve a sua génese precisamente na época do Realismo-Naturalismo e Fialho, como jornalista literário que é, não foge à regra.

Lisboa vive uma época de decadência e degeneração, tanto nas habitações como nas pessoas. Num momento em que se padece de várias doenças do foro psiquiátrico e patologias sociais, como o crime, o suicídio, o alcoolismo e a prostituição, Fialho contribui para as mostrar aos seus leitores. O país continuava atrasado em muitos aspetos, como na alfabetização ou na saúde, porém não podemos esquecer que o período da Regeneração foi de grande impulso na indústria e nos transportes. A migração para as grandes cidades, e principalmente para a capital, teve os seus efeitos nefastos em Portugal como havia tido em Inglaterra. No nosso país, a manifestação pública mais evidente aconteceu pela pena de Antero de Quental, com a conferência intitulada “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos”, proferida no Casino Lisbonense a 27 de maio de 1871.

A ideia de decadência não pode ser dissociada das correntes estéticas do final do século XIX: o Realismo, o Naturalismo e o Decadentismo. O Naturalismo (iniciado em 1867 por Émile Zola, com *Thérèse Raquin*) continha aspetos programáticos e doutrinários que o diferenciam do Realismo, que o antecedeu (Gustave Flaubert publicou *Madame Bovary* em 1857 e em Portugal, Eça de Queirós lançou a primeira versão de *O Crime do Padre Amaro* em 1875). A principal diferença entre estas duas correntes é o facto de, no Naturalismo, o autor levar a ciência para a obra de arte, demonstrando teses científicas, principalmente de psicopatologia. Tal deve-se ao facto de esta corrente estética se basear no Positivismo de Auguste Comte²⁸ (que defendia uma atitude voltada para o conhecimento ‘positivo’ da realidade, ou seja, do que é concreto, objetivo, que possa ser analisado e experimentado para que se saiba o ‘como’ e não o ‘porquê’) e, conseqüentemente, de ter o culto da indução e de métodos experimentais. Fialho afirma mesmo: “o romancista carece de ser um homem de ciência, pensador profundo, escarpelista sagaz, espírito cheio de critério e bom senso, e, sobre tudo isto, artista” (Almeida, 1969, p. 115). Estas características não são exclusivas do romancista, mas deverão estar presentes também num jornalista literário, como o próprio autor destas palavras.

O Determinismo de Taine²⁹ está também na base do Naturalismo, corrente estética que implica uma posição combativa, com a análise dos problemas postos em evidência pela

²⁸ Auguste Comte (1798-1857). Filósofo francês, fundador da Sociologia e do Positivismo.

²⁹ Hippolyte Taine (1828-1893). Crítico e historiador francês, um dos expoentes do Positivismo.

decadência social: o alcoolismo, a histeria, o roubo, a homossexualidade ou a alienação mental. Analisa-se o passado para se explicarem os comportamentos presentes. Pelo contrário, o Realismo apenas mostra a realidade com certa isenção sem ir buscar a ciência. Centra-se na observação e análise de costumes sociais, criticando a sociedade do seu tempo e versa temas da vida familiar, económica, cultural e social. A teoria da raça, do meio e do momento, de Taine, ou teoria determinista, surgiu na obra *Histoire de la littérature anglaise* (1866). Aqui, o autor defende que o meio em que o indivíduo vive (a natureza e as outras pessoas) influencia o desenvolvimento do seu carácter. As três forças primordiais para a formação do homem são a raça, o meio e o momento. Taine afirma que “*la race, ce sont ces dispositions inées et héréditaires que l’homme apporte avec lui à la lumière, et qui ordinairement sont jointes à des différences marquées dans le tempérament et dans la structure du corps. Elles varient selon les peuples*” (Taine, 1866, p. xxiii). Estas disposições são instintos e aptidões que estão no sangue. A mudança ocorre com uma mistura de sangue como, por exemplo, através de uma invasão ou conquista permanente. No entanto, estas características hereditárias podem ser alteradas pela ação de elementos do meio: o ar, os alimentos, a temperatura, o clima, a Natureza e os homens que rodeiam o indivíduo. Diz a este propósito Taine:

Un climat et une situation différente amènent chez lui des besoins différents, par suite un système d’actions différentes, par suite encore un système d’habitudes différents, par suite enfin un système d’aptitudes et d’instincts différents. L’homme, forcé de se mettre en équilibre avec les circonstances, contracte un tempérament et un caractère qui leur correspond, et son caractère comme son tempérament sont des acquisitions d’autant plus stables (Taine, 1866, (p. xxv).

O momento é também importante, seja aquele em que se vive como os passados, que deixam marcas que sobrevivem até ao presente. Cada momento produz resultados diferentes. Pela interseção destas três forças, o homem revela-se através das suas roupas, gestos e ações. Veremos a influência, em várias ocasiões, destas ideias nos escritos fialhianos.

A descrição é outro elemento característico do Naturalismo, e a esse propósito afirma Pimpão:

Tendo o Naturalismo dado à descrição pela descrição um lugar tão proeminente, compreende-se que Fialho tenha encontrado na descrição ou, se se preferir, no

amor do exato, que ele para si reivindica, o ponto de concordância, ou de convergência, com a escola (Almeida, 1992b, p. 17).

Outros elementos naturalistas podem ser encontrados nos textos fialhescos, como “a presença do narrador onisciente e ideologicamente interventivo, uma abundância de extensas descrições de ambientes socialmente disfóricos (a taberna e o bordel, sobretudo) e uma diversidade temática que vai do adultério à mendicidade ou à adolescência” (Bernardes, 1995, p. 161). Na verdade, se é possível descobrir estas características nos contos de *Lisboa Galante* (1890) ou *Cidade do Vício* (1882), sendo “A ruiva” (1878) o mais claramente naturalista, nas crônicas fialhianas elas também estão presentes.

Dos jornalistas literários em estudo, não é Fialho o único a manifestar traços desta corrente estética. É Pinheiro Chagas³⁰ quem declara que Gervásio Lobato, jornalista literário contemporâneo de Fialho e alvo da nossa análise, é naturalista. Escreveu, para o *Diário da Manhã*, jornal que Chagas dirigia, crônicas quinzenais intituladas “Vida em Lisboa” e são essas crônicas que constituem o livro *A Comédia de Lisboa* (1878): “na série de folhetins, em que ele estuda a vida duma família burguesa de Lisboa, adota incontestavelmente o método Zola, e procura os seus melhores efeitos na reprodução fiel das cenas verdadeiras” (Lobato, 1911, p. ix). Porque Gervásio Lobato retirou de Zola a observação, Pinheiro Chagas considera que os seus folhetins são cheios de verdade. Depois de Pinheiro Chagas criticar fortemente o Naturalismo num artigo publicado a 13 de abril de 1880 no jornal *O Atlântico* e intitulado “Os escritores de Panúrgio”, tendo depois como resposta de Fialho de Almeida no seu jornal *A Crónica* aquele que é considerado o manifesto naturalista português (Lopes, 1987, p. 173, Pimpão, 1945, p. 185), só podemos ficar surpreendidos com tal alteração no seu pensamento.

Também o Decadentismo se manifesta em Fialho. O estilo iniciado por Charles Baudelaire, mas também por Paul Verlaine, Arthur Rimbaud ou Stéphane Mallarmé tornou, por volta de 1880, o uso de vocábulos como ‘decadência’ e ‘decadente’ mais frequente e intencional. Em Portugal, o fracasso das ideias preconizadas pela Geração de 70, o *Ultimatum* de 1890, a crise financeira que se lhe seguiu e as tensões políticas e sociais levaram a esta sensação de decadência nos intelectuais nacionais. Em face deste panorama, as ideias anarquistas encontraram terreno fértil. Raul Brandão, na *Revista de Hoje* (1894), expõe os

³⁰ Pinheiro Chagas (1842-1895). Escritor, jornalista e político português, escreveu *Poema da Mocidade* (1865) com prefácio de António Feliciano de Castilho, que deu origem à *Questão Coimbrã* (1865), cujo culminar foram as Conferências do Casino.

fundamentos históricos e filosóficos deste ideal que a comunicação social de então veiculava através de revistas, jornais e folhetos. O Decadentismo é a expressão literária do anarquismo. A Geração de 90 está associada ao folheto de 1893 da autoria de Raúl Brandão, *Nefelibatas*, que pretendia espantar o público “com a descrição de um misto terrificante de conspiração anarquista (...), *sabat* de bruxas e possessos do demónio” (Lopes, 1987, p. 63). Tinha como figuras maiores D. João de Castro (1871-1955), Júlio Brandão (1869-1947), Raul Brandão (1867-1930), Alberto de Oliveira (1873-1940), António Nobre (1867-1900) e, na opinião de Óscar Lopes, também Fialho de Almeida (1987, p. 187).

Esta orientação estética tem uma génese própria:

liga-se ao cansaço duma civilização que se julga estar no ocaso, ao tédio, à busca de sensações novas, mais intensas, fruídas no extravagante, no mórbido, nos requintes da forma. (...) O artista decadente sucumbia à sedução do antivital por sentir exausta a força criadora; evadia-se para o mundo da imaginação sensual, entretinha a nevrose com fantasias deliquescentes e preciosismos fúteis (Coelho, 1994, p. 249).

Aliás, Coelho afirma que as palavras ‘nevrose’ e ‘alma’ são “as palavras-ídolo desta geração” (1994, p. 343). Até no amor havia um impulso de afastamento da mulher e, ao mesmo tempo, uma atração que leva o homem ao deleite imaginativo, o “hedonismo contemplativo” (Pereira, 1975, p. 40). Como afirma Pereira, o que caracteriza o Decadentismo é “um estado de sensibilidade” (1975, p. 22). A revolta dos escritores contra as causas desta decadência - “o tecnocratismo e o convencionalismo moral da sociedade burguesa; o Positivismo e o Cientismo; o Naturalismo e o Parnasianismo” - (Pereira, 1975, p. 23) levam-nos à melancolia, ao pessimismo e à nevropatia. Revelam o gosto pela obscuridade e por sons dolentes, assim como do metamorfoseante, do vago, da visão fantasmática ou onírica, da contemplação da doença e da morte. A nível da linguagem, e como pretendiam contar coisas novas, surgem os neologismos, palavras raras e combinações fónicas, pelo que Fialho recorre a arcaísmos, galicismos, regionalismos e a vocabulário médico. Existe o culto do Belo enquanto valor absoluto e amoral, a representação alegórica de sentimentos e impulsos e a problematização ontológica do Tempo. Também o fantástico se pode encontrar tanto em contos fialhianos como

“O sineiro de Santa Ágata” (1888) ou “A Madona do Campo Santo” (1882), ou em crónicas, como veremos no ponto seguinte. A atmosfera de pesadelo é típica do Decadentismo e Fialho transpõe as suas obsessões relativamente à degradação psicofisiológica e social para os seus textos. Desta forma acumulam-se “as cenas repulsivas de taberna, cemitério, prisão, hospital, necrotério, enterro miserável, necrofilia, sedução abjeta, lenocínio, prostituição, degenerescência sífilítica ou alcoólica, infância faminta, tísica, ao desamparo ou tragédia de bairro infecto” (Saraiva & Lopes, n.d., p. 903). Do que foi dito, podemos constatar que o jornalismo literário de Fialho de Almeida é muito influenciado pelos movimentos literários da época, de tal forma que se torna difícil, por vezes, destringir o facto da ficção. Prova, também, que o vocábulo ‘literário’, que compõe a expressão ‘jornalismo literário’ tem razão de ser e é um jornalismo necessariamente diferente do convencional. Existe, assim, uma transposição de fronteiras entre o literário e o jornalístico que enriquece este último.

Fialho de Almeida continua a falar da calamidade da capital portuguesa no número seguinte do periódico *Correspondência de Leiria*, com a data de 2 de dezembro de 1876, continuando o artigo “Calamita, calamitatis”. Neste número lembra com saudade a situação oposta que se vive na sua terra, no campo, criticando os governantes por tentarem embelezar a cidade e afastarem dos olhares esta miséria ao colocar os pobres nos bairros velhos. Por falta de estímulo para melhorar, a situação é degradante. E acrescenta: “hábitos há que por muito tempo cultivados se tornam inseparáveis de certas classes” (p. 1). A influência de Taine está novamente presente nestas palavras: o meio vai condicionar as atitudes e, quando muito prolongado, vai refletir-se nos traços genéticos. Por outro lado, encontramos a apologia da vida do campo, por oposição à degradação que a cidade proporciona.

Eduardo de Barros Lobo, outro jornalista literário em estudo, inscreve-se na ideia de decadência do fim de século ao afirmar que foi “o viajante da sua [Chiado] ladeira já desertada pela velha roda, e o cronista da sua decadência” (Lobo, 1887, p. xii). E o autor justifica o porquê dessa mesma decadência:

o exame deste final de século determinou a descoberta de uma nevrose especial, feita de vícios que parecem virtudes, o que é mau, e de virtudes que parecem vícios, o que é muito pior; e essa nevrose, de uma terrível segurança nos seus efeitos, em parte nenhuma se radicou ainda tão fundo como aqui (Lobo, 1887, p. 2).

Além disso, o que o Chiado “tinha de riqueza foi para a Avenida; o que ele tinha de aristocracia foi para o cemitério; o que ele tinha de arte e de espírito foi para certas mesas de cafés” (Lobo, 1887, p. xii). A única nota de novidade neste Chiado é a Casa Havanesa, um sítio onde ninguém se reúne, mas onde se passa antes dos espetáculos para ver as espanholas que vão para as plateias à procura de homem. Depois de almoço, os hóspedes dos hotéis Alliance e Borges vão para lá fumar e palitar os dentes (Lobo, 1887, p. xiv). Ou seja, até o que é novo já traz elementos decadentes e Barros Lobo é depreciativo nas suas palavras. Em dois extremos da cidade lisboeta, uma vez que o Chiado não era uma zona pobre que os operários ou o ‘outro’ lisboeta frequentasse, encontramos a ideia de decadência, embora não ao nível de uma Mouraria ou uma Alfama. O mesmo autor corrobora a ideia de decadência do Chiado na obra *Do Chiado a S. Bento* quando afirma que esta zona lisboeta “tende a democratizar-se perdendo a antiga feição estroina (...), e deixando-se enfim percorrer pelos veículos baratos” (Lobo, 1890, p. 46).

A inclusão de Barros Lobo na estética realista, de que já falámos, é justificada pelo próprio quando, na introdução da sua obra, afirma:

a fisiologia de Lisboa é um trabalho que ainda está por fazer. Estudar a capital nos seus dias e nas suas noites, em todas as manifestações da sua vida, nas suas ruas e no interior das suas casas; investigar os fenómenos do seu funcionamento e os segredos do seu organismo; saber que género e grau de influência ela exerce como fator mesológico sobre o indivíduo; surpreende-la ao acordar e espreita-la quando se recolhe ao sono (Lobo, 1887, p. 1).

É isso que Eduardo de Barros Lobo, como um jornalista literário que quer aprofundar os males contemporâneos, investigá-los, dissecá-los e depois apresentá-los nos seus textos, se propõe fazer nas crónicas sobre esta área lisboeta. No entanto, e como já nos apercebemos, há pelo menos dez anos que Fialho de Almeida andava estudando a cidade de dia e de noite, no interior e no exterior das casas, tentando justificar os seus males e apresentando possíveis soluções para a cura. O realismo está presente ainda quando Barros Lobo afirma que os seus textos serão um retrato fiel daquilo que observar (Lobo, 1887, p. 2), outra característica do jornalismo literário e comum aos autores em análise.

A imagem de decadência é um elemento comum nas cidades retratadas, essencialmente em Lisboa e Londres. A influência das ideias de intelectuais europeus como Taine vai refletir-se nos escritos dos nossos jornalistas literários. O Determinismo vai justificar certos

comportamentos dos habitantes e vai servir de base para as teorias estético-literárias que suportam o jornalismo literário. E Fialho de Almeida, provavelmente mais do que outro autor em apreço, deixa transparecer nos seus textos jornalístico-literários as características dessas teorias, dando um valor elevado aos vocábulos, muito relacionados com a doença, como podemos observar na tabela abaixo, e à forma como os compõe. Será ele um bom exemplo para confirmar que o jornalismo literário é, de facto ‘literário’.

Tabela 8 – Vocábulos utilizados pelos autores e citados nesta secção

Autores	Nomes	Adjetivos
<i>Fialho de Almeida</i>	Fermentação Vícios Prostituições Doenças Anemia Nevroses Melancolia Enfraquecimento Aniquilação Covis Miséria (2×) Afeções Tumores Enfermidades Pobreza Infortúnio	Pútridas Húmidas Sepulcral
<i>Eduardo de Barros Lobo</i>	Decadência Nevrose Vícios Putrefação Morte Secreções	Maldita Estúpidos

Fonte: Elaboração própria

A cidade de Lisboa apresenta vários perigos, como as doenças. Porém, outras ameaças espreitam na capital, as quais não deixam de estar sob o olhar atento dos jornalistas literários em análise e que se comprovam na escolha de palavras tão negativas como “morte”, “tumores” ou “decadência”, como transpostas na tabela acima.

5.4 – Vida errante³¹

Os perigos a que estavam sujeitos os habitantes da cidade de Lisboa são inúmeros e Fialho de Almeida relata várias situações de crime ao longo das suas crónicas. Um exemplo é a referência à história de Guilherme Pupim, um enjeitado acolhido por uma mulher do povo que recebia algum dinheiro da Santa Casa para o criar. Aos treze anos decidiu fugir de casa devido a maus tratos do pai. Ninguém se preocupou com isso, até porque era menos uma despesa na família. Entretanto começaram a surgir rumores de que o pai o havia assassinado

³¹ *Vida errante*: livro póstumo de crónicas (1925).

com a ajuda do genro devido a uma herança misteriosa e que o havia enterrado no quintal. Um irmão afirmou que havia visto o irmão morto e o pai a limpar uma faca à sua camisa. Sem investigações, o pai foi preso. Doze meses depois, descobriram Guilherme em Almada numa tenda de circo, fazendo trapézio e prestidigitação: “à primeira noite de espetáculo, quando um rapazinho descalço, trigueiro, com feições de macaco, se prepara a fazer equilíbrios num bambu suspenso do teto, duas ou três mulheres soltam subitamente, dos lugares, um grande brado” (Almeida, 1992d, p. 84). Esta história sensacionalista foi explorada pelo jornal *O Século* durante uma semana,

em estilo de romance às cadernetas. São colunas e colunas de uma *sensiblerie* baratinha, calculada de propósito para emover a criada e o artista carpinteiro (...). Em quatro dias, transformou o *Século* um garoto meio vadio, que foge à família, e deixa o pai na cadeia quase um ano, num magnífico menino virtuoso” (Almeida, 1992d, p. 85).

Fialho nota o sensacionalismo da história, mas vai explicá-la com sentido crítico, pois como já observámos no capítulo 1 do nosso trabalho, o autor não concorda com o recurso a esta forma de escrita exagerada. Para concluir o seu relato, afirma que o rapaz foi entregue a um empresário de raridades que o mostrou no Coliseu a troco de um tostão. Subjacente a este episódio está a crítica fialhiana tanto à polícia, que prendeu um inocente sem haver averiguado corretamente o que se havia passado, como ao jornal, que heroicizou uma criança que agira mal. No entanto, as feições de macaco que o rapaz apresenta remetem-nos para Cesare Lombroso³², que afirmava que a criminalidade era um sinal da forma primitiva da natureza numa sociedade avançada (Pick, 1996, p. 126). Lombroso acrescenta até as características físicas e psicológicas que um criminoso apresentava:

an atavistic being who reproduces in his person the ferocious instincts of primitive humanity and the inferior animals. Thus were explained anatomically the enormous jaws, high cheek bones, prominent superciliary arches, solitary lines in the palms, extreme size of the orbits, handle-shaped ears found in criminals, savages and apes, insensibility to pain, extremely acute sight,

³² Cesare Lombroso (1835-1909). Psiquiatra, higienista, cirurgião, criminologista e antropólogo italiano. É considerado o criador da antropologia criminal.

tattooing, excessive idleness, love of orgies, and the irresponsible craving of evil for its own sake (Lombroso, 1911, p. xv).

Havíamos observado que os bairros pobres de Lisboa, assim como os de Londres, eram o “covil” de criminosos. Na opinião de Santos, “a atribuição de traços símios aos habitantes dos bairros pobres implica não só a constatação da sua alteridade e estranheza mas, sobretudo, a afirmação da sua inferioridade” (2007, p. 553). Não podemos esquecer que Fialho, como médico, estudou vários teorizadores, entre os quais Lombroso, como se pode confirmar pela observação do catálogo da sua biblioteca, por nós consultado em abril de 2014, pelo que terá sido influenciado pelas suas ideias. Ele próprio faz referência ao autor na sua “Lisboa em Farrapos” (1892, p. 202): “Um vagabundo pois, dos verdadeiros, dos estatelados no livro de Lombroso”. Salientamos ainda que o crime era considerado um sintoma de degeneração (Pick, 1996, p. 60). Também as mulheres eram um agente de degeneração, uma vez que faziam nascer novos casos patológicos e não providenciavam crianças saudáveis em número suficiente (Pick, 1996, p. 89). A teoria de Taine transparece novamente, ao dar ênfase ao papel da mulher como transmissora de genes doentes. A bebida, o casamento precoce, a imprevidência, a irreligião e a ociosidade eram vistas como sintomas, mais do que causas no processo de degeneração física e moral encorajada e reproduzida pela própria cidade (Pick, 1996, pp. 201-202). São, no essencial, os elementos focados por Fialho de Almeida nas suas crónicas.

Aliás, o próprio Fialho menciona a ideia de decadência ao afirmar que esta “é o enfraquecimento ou a perversão vital do conjunto de forças que resistem à morte” (Almeida, 1992e, p. 200). Para reforçar a sua opinião, Fialho socorre-se das palavras de Guyau (1854-1888), filósofo e poeta francês que conciliava a filosofia racionalista com as descobertas científicas e que revelou também solidariedade social. Afirma este último que, à medida que a civilização avança, desenvolve-se mais a individualidade, possível causa de decadência, caso esta individualidade não se subordine à sociedade:

O equilíbrio, a conciliação da individualidade com a solidariedade crescentes, eis o difícil problema das sociedades modernas. Desde que esse equilíbrio se rompe a proveito do que na individualidade houver de exclusivo e de egoísta, teremos o bem-estar social e o espírito públicos enfraquecidos, e virá a doença, a velhice, a decadência física e a decadência moral (Almeida, 1992e, p. 201).

Os pecados capitais da moral (orgulho, inveja, luxúria, avareza, luxo, cólera, preguiça) são também doenças da sociedade. Fialho de Almeida confirma que não há respeito, disciplina e o homem sente-se sempre no centro do mundo, tudo gira à sua volta, invejando os outros. Quando surgem derrotas, vem o descontentamento, uma fadiga que “liquida em escaramuças e *partidas*; um crescendo de irritabilidade, que é o primeiro passo para a neurastenia, e como estado moral, o pessimismo, mas d’origem mesquinha, e arcabouçado sobre pequeninas misérias pessoais” (Almeida, 1992e, p. 202). Para o autor, o fim do século XIX era um fim de encanto: “de ano para ano eis os suicídios que aumentam, e o alcoolismo, a esterilidade, a loucura, a pederastia” (Almeida, 1957, p. 106). Prova disso mesmo são os vários relatos de crimes nas suas muitas crónicas.

Fialho de Almeida recorre mais uma vez à imagem do símio para se referir à fisionomia de outro jovem criminoso quando alude a um assalto a uma loja, referindo ter sido testemunha do que se passou a seguir, podendo comprovar os factos reais que irá relatar. Após o crime, e como em Lisboa não se tolera que se roube (na opinião de Fialho), gerou-se grande confusão. Os polícias apanharam-no e o rapaz foi apupado na rua até chegarem à loja que tinha sido assaltada. O rapaz, maltrapilho, é então descrito:

É um rapaz talvez de dezoito anos, trigueiro, com mãos e pés de grande simiano, o barrete esfarrapado, (...) e a camisola de chita, imunda, rota, por cuja abertura se lhe descobre um tronco de animal, dentado em estriduras de carne, até ao ventre (Almeida, 1957, p. 102).

Mais uma vez, a alusão animalesca tem a sua génese em Lombroso, o Outro com características simiescas e miserável. Fialho aproveita para fazer suposições sobre a razão para a atitude do rapaz e, novamente, o determinismo de Taine está presente. Talvez tenha sido abandonado na roda, talvez tenha sido amamentado por uma mulher de maus costumes (a hereditariedade das teorias do autor francês) e tenha vivido uma má adolescência (o meio que influencia as atitudes e a maneira de ser). Na verdade, nas classes mais pobres, uma criança era uma boca a mais para alimentar, pelo que ou era abandonada, ou tinha que render o mais rapidamente possível. Em Lisboa, no final do século, havia milhares de crianças a vadiar: andavam ao papel, dedicavam-se à pequena criminalidade ou entravam na prostituição, andavam descalços ou remendados. Os que tinham mais sorte podiam ser ardinhas ou trabalhavam na indústria e no comércio de rua (Vieira, 1999, p. 160). Esta situação não era apanágio da capital portuguesa. Também Londres sofria do mesmo problema, como referiu

Jaime Batalha Reis. Igualmente têm os pobres “fisionomias estultas, violentas, densas, bestiais” (Reis, 1988, p. 195) e de forma semelhante vagueiam nas ruas, fumam, bebem álcool e cometem crimes, como Robert Allen Coombe que, com treze anos de idade, apunhalou a mãe.

Um outro exemplo de roubo em Lisboa foi presenciado por Barros Lobo. Ao contrário do que Fialho observou, este caso envolveu um velho que entrou numa padaria e tirou algum dinheiro da gaveta. O dono do estabelecimento gerou grande alarido e o homem, diferente dos rapazes mencionados anteriormente, tinha “feições regularmente finas” (Lobo, 1890, p. 114) e verteu “uma lágrima de vergonha” (Lobo, 1890, p. 114). Estas feições que não são de símio poderão justificar a vergonha pelo ato criminoso que foi perpetrado. Aliás, Barros Lobo fala mesmo em tentação por parte deste idoso e de eventual fome, situação já por ele referida em crónicas anteriores, o que demonstra que este homem não era delinquente.

Num episódio relacionado com o crime em que podemos, mais uma vez, constatar a tentativa de explicação dos factos por parte do jornalista literário é a descrição do suicídio de um clarim da artilharia 1, numa crónica de Fialho de 14 de agosto de 1890. O nascimento do rapaz e a sua educação eram superiores ao que fazia. Supõe o autor que lhe terão acontecido vários episódios trágicos para terminar a vida em corneteiro: talvez a mãe tenha morrido, talvez tenha perdido anos de liceu, talvez a miséria, talvez falta de coragem em algum ato tresloucado e irreparável. A caserna “arrebanha o campónio em promiscuidades férteis, e apaga o indivíduo por detrás dum número, rasoirando o carácter de todos sob os rigores da mesma obediência passiva e maquinal” (Almeida, 1957, p. 201). A vida no exército terá destruído este rapaz dócil, colocado fora do “convívio intelectual para que nascera; (...) resignado à pior das missões do homem inteligente – à obediência incondicional, de cara imóvel, e bico calado” (Almeida, 1957, p. 202). O meio terá influenciado as atitudes do rapaz. O autor critica o Estado que não protege os mais desfavorecidos e as senhoras filantropas que não ajudam quem verdadeiramente precisa, elas que deviam “pagar a educação dos rapazes nas circunstâncias do meu suicida, (...) abrir praça às muitas vocações que em nós se asfixiam” (Almeida, 1957, p. 204). A obra *Jinx's Baby, O Engeitado. Seu nascimento e mais desastres* (1874) de Ramalho Ortigão, outro jornalista literário do final do século XIX e fortemente influenciado pelo *New Journalism* britânico, traduzida de Edward Jenkins, *Ginx's baby* (1870), apresenta ideia semelhante: o décimo terceiro filho de uma família pobre londrina tinha como destino o afogamento. Foi salvo por caridosas cristãs, passou por sucessivas instituições que o acolheram. Era bêbedo, vadio e gatuno e, aos vinte e quatro anos, atirou-se ao rio Tamisa. Em ambos os casos, nem o Estado

nem as senhoras filantropas fizeram grande coisa por estes dois rapazes. A degenerescência apresenta casos semelhantes em países muito distantes e os temas tratados por estes dois jornalistas literários também, denotando-se a influência de Ortigão em Fialho.

Outro exemplo de crime é relatado por Fialho de Almeida a propósito do que se passou no Convento das Trinas do Mocambo. Uma rapariga de catorze anos, Sara de Matos, órfã educada neste convento, foi passar uma semana fora, a uma casa de hóspedes. No seu regresso encontrava-se triste, chorando frequentemente e desmaiando. A madre superiora administrou-lhe um purgante sem sal, mas Sara morreu. O seu tutor chamou a polícia, que por sua vez chamou um médico, vindo acompanhado de um repórter. Os três concluíram que a rapariga havia sido violada por um padre e estava grávida, pelo que a madre lhe dera um abortivo. Mais uma vez, o autor dá destaque ao jornal *O Século*, que encontrou “meio de haver copiosa informação sobre *o estupro das Trinas, seguido duma tentativa de aborto*, por via tóxica – que como tal classificou e comentou a tragédia, em grandes letras, na primeira página dos seus números” (Almeida, 1992d, p. 155). Fialho considera “essa prosa balofa, de romance folhetim, essa prosa de charlatão apregoando elixires ao embaimento das lavadeiras” (Almeida, 1992d, p. 155), recorrendo ao sensacionalismo para atrair leitores. Mais uma vez, o jornalista literário critica o jornalismo sensacionalista de *O Século*, buscando uma informação credível e objetiva (a crítica ao sensacionalismo acontece também numa ‘farpa’ de abril 1872, em Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, num longo artigo sobre o papel dos jornais e dos jornalistas na transmissão de informação do foro criminal, afirmam que essa informação é sensacionalista e errada (1948, pp. 219-227). É este tipo de jornalismo que os pioneiros do jornalismo literário em Portugal querem desmascarar. Fialho acrescenta que o jornal tem, ao longo de vinte dias (o espaço de tempo que medeia entre o crime e a escrita da crónica), dado informações acreditadas “pela autoridade científica e pessoal dos magistrados e clínicos” (Almeida, 1992d, p. 155). Várias situações têm vindo a lume no periódico, nomeadamente o facto de outras raparigas terem sido violadas no dito convento, de a alimentação e a higiene serem más, de haver castigos violentos e doenças graves, como a tuberculose e o raquitismo. Estas revelações trouxeram benesses ao jornal: não sofreu perseguições por questões políticas, a tiragem duplicou, as edições esgotaram rapidamente e ganhou muito dinheiro na venda avulso (Almeida, 1992d, p. 156). A crítica a este jornal e ao tipo de jornalismo praticado continua, pois afirma Fialho:

sentenciava sem provas, inventa vítimas que nunca estiveram nas Trinas, conclui de violações sobre que ainda não há veredito cirúrgico incontestável, e

finalmente defende à *outrance* seculares, e indigita sacerdotes, para autores do atentado, quando a devassa judicial inda a bem dizer nada apurou (Almeida, 1992d, p. 156).

Tal só é possível, no entender do nosso autor, porque a sociedade não tem carácter nem juízo crítico. Este tipo de jornalismo é o oposto do que se preconiza no jornalismo literário, uma vez que não revelou uma investigação correta por parte do repórter, figura criticada pelo autor, como anteriormente observámos. Porém, Fialho de Almeida não se coíbe de deixar transparecer o seu ponto de vista relativamente ao tema tratado pelo periódico *O Século*, fundado no final de 1880 por Sebastião Magalhães Lima, cujas páginas faziam propaganda republicana. A subjetividade inerente ao jornalismo literário revela-se na obra fialhesca. Mas não é *O Século* o único jornal a recorrer a estes artifícios, também o *Novidades* faz o mesmo (Fialho havia colaborado com ambos, em 1881 no primeiro, e em 1879 no segundo), guerreando-se os dois periódicos sobre o assunto do convento (Almeida, 1992d, pp. 157-160). O autor continua a falar do tratamento deste assunto no periódico *Novidades* na crónica de 4 de agosto de 1891, agora a propósito de anatomia (pp. 169-172).

Na secção “Correio de Lisboa” do jornal *Correspondência de Leiria*, Fialho relata brevemente e com alguma regularidade vários episódios de crimes ocorridos na capital³³. Numa secção do periódico de Leiria que pretendia dar traços do que se passava em Lisboa, Fialho de Almeida considerava que o crime era um aspeto importante para caracterizar a vida na capital. Com uma exceção, todos os outros casos estão relacionados com pessoas desprotegidas, todas elas o Outro: uma velhinha, uma prostituta, uma criança abandonada, um soldado estrangeiro. Na crónica de 23 de abril de 1876, que refere o crime que envolve uma prostituta que apareceu estrangulada numa mansarda da Mouraria, um fadista, o “Calcinhas”, e outra prostituta foram presos por suspeita do crime. Consideramos relevante mencionar esta situação, uma vez que a Mouraria é um dos bairros degradados por onde Fialho circula e envolve um fadista, já mencionado pelo autor como uma das figuras sociais que habitam estes espaços ‘outros’. Ramalho Ortigão refere-se igualmente à figura do fadista na sua crónica de *As farpas* de maio de 1878, afirmando que este não trabalha, vive da exploração do seu próximo, faz-se sustentar por uma prostituta, “que ele espanca sistematicamente. Não tem domicílio certo. Habita sucessivamente na taberna, na batota, no chinquilha, no bordel ou na esquadra da polícia. Está inteiramente atrofiado pela ociosidade, pelas noitadas, pelo abuso do tabaco e do álcool.”

³³ 13 de fevereiro, 2 de julho, 24 de setembro, 1 de outubro, 6 de outubro, 15 de outubro, todas de 1876.

(Ortigão, 1948, p. 175). A nível físico é doente, apresenta unhas crescidas, dedos queimados e negros devido aos cigarros e os seus cabelos são imundos, com caspa e gordura. Faz-se acompanhar de uma guitarra e de um *Santo Cristo*, que assim chamam tecnicamente a grande navalha de ponta e tríplice calço na mola (Ortigão, 1948, pp. 175-176), o que pode justificar o facto de os jornalistas apelidarem o bairro da Mouraria de “bairro das facadas” (Almeida, 1992d, p. 164). Aliás, Pinto de Carvalho na sua *História do fado* [1903] corrobora esta ideia quando afirma que “o *fado* [*sic*], a navalha e a guitarra constituem uma trindade adorada pelo lisboeta” (Carvalho, 1994, p. 38), que volta a salientar mais tarde na sua obra (Carvalho, 1994, pp. 49-50). Numa crónica anterior, de maio de 1872, Ortigão, ainda com a parceria de Eça de Queirós, menciona os casos de facadas em Lisboa, que acontecem frequentemente. E justifica tal facto, trazendo para os textos a ciência, marca do Realismo:

é uma influência do meio em que vive e da educação que recebe. A habitação em bairros imundos, estreitos e escuros, a debilidade física, as discussões e as bravatas de taberna, as polémicas de viela, os ciúmes de bordel e o medo da polícia, aconselham naturalmente a faca, que é a arma surda da vingança dos fracos (pp. 237-240).

E a faca é a arma dos fracos porque é usada à noite, de surpresa, e dificilmente haverá uma luta aguerrida envolvendo agressor e agredido. A influência de Taine é novamente visível neste trecho e estas descrições de Ramalho Ortigão ajudam-nos a contextualizar o ambiente que se vivia no bairro da Mouraria.

A colaboração de Fialho de Almeida no jornal *O Século* resultou também em crónicas semelhantes às da *Correspondência de Leiria*, ali com o nome de “Zigue-Zagues” e assinadas como Valentim Demónio. No dia 20 de janeiro de 1881, e nesta mesma secção, Fialho conta um crime ocorrido numa casa de prostituição do Bairro Alto, outro bairro ‘outro’, “nesses prostíbulos que infamam e empestam aquela parte da cidade” (p. 2), onde “aos ardis comuns da ladroagem vêm mesclar-se os laivos de sangue do assassinio, rematando a morte aleivosa pela faca, a obra do roubo em que são cúmplices mulheres perdidas, gatunos e fadistas” (p. 2). Novamente se associam as prostitutas e os fadistas ao crime num bairro que é, nas palavras de Fialho de Almeida, “verdadeiro labirinto de facas de ponta e mola” (p. 2).

Também Gervásio Lobato, outro jornalista literário contemporâneo de Fialho, escreve sobre o Bairro Alto, mostrando a decadência de quem o habita e frequenta, em tudo semelhante

à Alfama de Fialho, e de novo com a figura do fadista colocada em destaque. E tal era a situação que se vivia, que o jornal *O Século*, em 1908, propôs que uma avenida passasse pelo bairro e assim se terminasse com a devassidão (Vieira, p. 141). Afirma Lobato que o fadista é “o antídoto do realismo, o último reduto da poesia cavaleiresca e das paixões trágicas. – Em vez de escudo tem a cinta, em vez de gládio a navalha” (Lobato, 1911, p. 126). As casas do bairro apresentam portas escuras e sujas, cortinas com nódoas, “cheiros nauseabundos” (Lobato, 1911, p. 127). Neste cenário, que o autor compara a um teatro, afirma que “as heroínas são múmias curtidas em aguardente ordinária” (Lobato, 1911, p. 127). Acrescenta ainda que “é um mundo perfeitamente à parte, um mundo que tem goma nas saias sujas, incenso nas enxergas duras, navalhas nas cintas, vinho do Termo, nos lábios, podridão nos beijos, assassinos nos abraços” (Lobato, 1911, p. 127). De facto, pouco mais encontramos nas palavras de Gervásio Lobato relativamente aos bairros decadentes ou ao crime, fazendo apenas menção a um crime na sua crónica intitulada “A Quaresma” (Lobato, 1911, pp. 48-49). O autor não dedicou muito do seu espaço escrito a esta temática.

Na verdade, dos autores que se debruçaram sobre a cidade de Lisboa em análise no nosso estudo, foi Fialho de Almeida quem dedicou mais espaço nas suas crónicas a estes temas. Por exemplo, Paulo Osório reporta um crime em que um marido atraído matou pelas costas o amante da mulher com tiros de revólver, na Baixa. (1908, p. 161). Este autor afirma que Lisboa é uma cidade de adúlteros devido ao meio, noutra alusão à teoria determinista de Taine: “a influência dum meio lantejoulante em falso prepondera, abafa no espírito os impulsos nobres, acorda nos ânimos rebeldes a consciência dos próprios erros cometidos, desarma a mão erguida no intuito cruel duma vingança” (1908, p. 161).

Barros Lobo, por seu lado, faz alusão a um suicídio ocorrido em Lisboa, junto ao Largo de S. Roque e à sede do *Diário Ilustrado*, descrevendo o prédio no Bairro Alto, semelhante ao que Fialho de Almeida havia feito para a Mouraria ou Alfama:

o segundo andar citado (...) tem, como quase todas as casas desta parte da cidade – ainda marcada com o cunho das construções antigas, em ruas estreitas, que tresandam a Idade Média (...) – o tipo tradicional das casas de hóspedes, que enxameiam por Lisboa, desagasalhadas e pobres, inclementes como uma noite de inverno, e caliginosas como o fumo (Lobo, 1887, pp. 168-169).

Aí morava uma mulher de trinta e um anos, viúva, com a sua filha. Quando o marido morreu, deixou-as na penúria, pelo que foi necessário alugar os quartos da casa para sobreviverem, como faziam tantas outras mulheres na cidade: “Lisboa contém muitos mil exemplares destas famílias que se arrastam, lúgubres e pouco tranquilizadoras” (Lobo, 1887, p. 169). Costurava, conversava com o gato, mexia nos objetos do interior de um baú. Saía para entregar os seus trabalhos e regressava mais nervosa. Começou a ver e a ouvir coisas que não se passavam, passando a frequentar as igrejas e as missas. Entendeu que queria morrer e envenenou-se com beladona no cemitério dos Prazeres, arrependendo-se no último instante. Esta atenção ao pormenor e à construção da cena e do ambiente é igualmente uma característica do jornalismo literário que não é descurada pelos nossos autores. Eduardo de Barros Lobo afirma que não houve razões para tal ato, exceto “a nevrose de Lisboa, esta doença endémica de velha capital encurralada e derrancada nos seus tristes bairros” (Lobo, 1887, p. 175). A decadência revela-se, mais uma vez, nos atos dos lisboetas, que sofrem de nevrose, a doença do fim do século.

Mas se a generalidade dos autores não dedica grande atenção ao crime em Lisboa, o mesmo se pode dizer dos jornalistas literários viajantes em Inglaterra. Jaime Batalha Reis foi o autor que mais escreveu sobre o tema. Entre outras referências à criminalidade, descreveu exaustivamente os assassinatos executados por Jack, o Estripador. Precisamente por se encontrar presente em Londres em 1888, altura em que aconteceram os crimes cometidos por este misterioso assassino e quando colaborava com o periódico lisboeta *O Repórter*, contou as histórias das vítimas, apresentou detalhes dos locais e da execução dos crimes, relatou os desenvolvimentos da investigação policial, apresentou as suspeições relativamente à identidade do assassino. A factualidade relativa ao tema é característica jornalística e também o é nos textos jornalístico-literários. A presença do autor na cidade de Londres aquando dos crimes e as viagens de reconhecimento que fez no bairro onde aconteceram os crimes, recorrendo ao diálogo com os seus habitantes / frequentadores, fornecem credibilidade às suas palavras; os detalhes permitem aos seus leitores visualizarem a realidade descrita; a afirmação “de todas as mulheres assassinadas em Whitechapel se provou que frequentes vezes se embriagavam” (Reis, 1988, p. 105) traz a ciência para o texto.

Ramalho Ortigão (1943, pp. 25-26), à semelhança de Oliveira Martins (1951, pp. 220, 222), apenas apresenta estatísticas dos crimes. Eça de Queirós (n.d., pp. 38, 248) alude à existência de crime em Londres e relata um episódio que se passou na Escócia (pp. 237-238).

Quanto à capital francesa, apenas Ramalho Ortigão e Guilherme de Azevedo apresentam alguns casos de criminalidade. Em *Notas de Viagem*, Ramalho Ortigão descreve pormenorizadamente o assassinato de uma lavadeira por dois homens. Um, o que lhe bateu com um martelo, “era uma natureza bestial, um grosseiro, um estúpido” (1945, p. 34), o outro, que imaginou o crime, era estudante de medicina e inteligente. Como defendiam as teorias científicas da época dos autores em análise, o primitivismo está associado à delinquência e Ramalho não fugiu às influências que o envolviam. O autor elucidou os seus leitores relativamente à existência de um terceiro elemento, “a fêmea Lepin, uma prostituta” (Ortigão, 1945, p. 35), que exigia do estudante de medicina um esforço financeiro enorme. Ramalho Ortigão conclui, revelando a influência da teoria determinista de Taine, que o meio influenciou as atitudes deste jovem, estudante aplicado, filho de pessoas honestas, trabalhador, cidadão respeitável. “Foi o amor de Lepin que dissolveu no seu caráter a regra moral, o princípio do dever” (Ortigão, 1945, p. 36). Embora sem o aprofundamento de Jaime Batalha Reis relativamente ao caso de Jack, o Estripador, encontramos semelhanças no jornalismo literário dos dois autores. Ramalho Ortigão refere ainda roubos efetuados na escola de Medicina (1945, p. 48) e suicídios (1959, pp. 31-32) que ocorrem em Paris. Guilherme de Azevedo, por seu lado, menciona apenas uma ameaça de morte a Madame Adam (2000, p. 194).

As capitais europeias não deixam de revelar o lado negro do progresso, com a criminalidade a ser um desses aspetos. Apresentando um vocabulário relacionado com a doença e as más condições de vida, os jornalistas literários apresentam seres animalescos e miseráveis, como podemos conferir na tabela que se segue.

Tabela 9 – Vocábulo utilizados pelos autores e citados nesta secção

Autores	Nomes	Adjetivos	Verbos
<i>Fialho de Almeida</i>	Macaco Vadio Vagabundo Decadência (2×) Neurastenia Pessimismo Suicídios Alcoolismo Esterilidade Loucura Pederastia Simiano Promiscuidades Taberna Ociosidade Prostíbulos Ladragem Labirinto	Esfarrapado Imunda(os) (2×) Rota	
<i>Ramalho Ortigão</i>	Debilidade Taberna Viela Bordel Prostituta	Imundos Estreitos Escuros Bestial	
<i>Eduardo de Barros Lobo</i>	Nevrose Doença	Desgasalhadas Pobres Lúgubres Velha	Tresandam Enxameiam Arrastam
<i>Jaime Batalha Reis</i>		Violentas Bestiais	

Fonte: Elaboração própria

Praticamente todos os autores em estudo dedicam algumas páginas à delinquência que se pratica nas urbes, mas será Fialho de Almeida o viajante que transmite mais exemplos aos seus leitores relativamente a Lisboa e Jaime Batalha Reis no que concerne a cidade de Londres. A formação científica de ambos poderá explicar esta apetência pela flanagem e pelo descortino da ‘outra’ cidade, fornecendo detalhes aos seus leitores com o intuito de lhes revelar a verdade do que observam, assentando em teorias científicas vigentes na sua época, como o determinismo tainiano ou as ideias de Lombroso, e cumprindo as exigências realistas em que assenta o jornalismo literário.

5.5 - Vida irónica³⁴

Fialho de Almeida era um boémio noctívago, como vimos: “percorria de noite a altas horas quando deixava os companheiros das ceias, os antigos bairros de Alfama, Mouraria, Escolas Gerais, Castelo e Bairro Alto (...), até manhã clara em que exausto recolhia a casa” (Carvalho, 1917, pp. 199-200). De tal maneira frequentava estes espaços que “as *pécoras* baratas lhe davam ‘as boas noites, sr. *doitor*’, e os fadistas se desbarretavam, amigavelmente” (Carvalho, 1917, p. 128). Como afirma Pais, nestes bairros não havia desigualdades sociais, pois conviviam aristocratas, ministros, gatunos, poetas, barbeiros, costureiras, virgens e prostitutas (1983, p. 943). E é da noite da Mouraria “dos botequins literários em que os cafés se bebem de borla, e se escarra no soalho e nas reputações” (Almeida, 1904, pp. 234-235) que nos surge uma figura que comprova a decadência e a miséria que assola a cidade: o violoncelista Sérgio, primeiro violoncelista do Teatro de S. Carlos. A descrição que dele é feita revela já a decadência a que é propenso: “tipo do povo, alto, seco, avermelhado de álcool, (...) Sérgio é o tipo desses decilitreiros que monologam de noite pelas ruas, às esquinas ladeirentas, às portas das escadas, diante dos monumentos e dos cartazes” (Almeida, 1992a, pp. 83-84). Toca agora num café no Socorro, Mouraria, onde “admiradores em mangas de camisa e tamancos” (Almeida, 1992a, p. 84) aparecem todas as noites para o ouvir tocar. Mas a sua mestria sobressai ainda: “e a mão de Sérgio, trémula de *grog*s, dando saltos macabros, (...) lança uma arcada profunda, decisiva, nítida e de mestre, uma dessas arcadas *frissonantes*, onde vão 40 anos de música e de ouvido, de aspirações, de sonhos, de trabalhos” (Almeida, 1992a, p. 86). Fialho de Almeida acrescenta ainda em *Vida Irónica*: “brusco e inconstante, sem linha de «gentleman» nem critério moral para conduzir-se, ignorando o valor do trabalho metódico, (...) deixava-se ir vivendo tumultuariamente, dia a dia” (Almeida, 1957, p. 15).

Este café onde ele toca tem uma sala que é um “corredor estreito e comprido” (Almeida, 1992a, p. 84), com duas filas de mesas e mochos de pau. Tudo nele exala decadência e repugnância: “o cafezeiro, em camisola, um gordanchudo, barbaceno e alvar, que trata a freguesia por *gajos*, e coça as peúgas nos entreatos da confeção dos capilés” (Almeida, 1992a, p. 85); de vez em quando ouve-se o guinchar de “enormes ratazanas” (Almeida, 1992a, p. 85); nas paredes estão quadros de mulheres que oferecem “os seios à sucção de quem nas observa” (Almeida, 1992a, p. 85); existe a presença de “uma espécie de *rôdeuse* da Rua Suja, chuchada, vestida de branco, com tamancos nos pés e lesmas de cabelo ruivo sobre a testa” (Almeida,

³⁴ *Vida irónica: Jornal de um vagabundo*: livro de crónicas publicado em 1892.

1992a, p. 85); o pianista é um “homem balofo e de óculos, os queixos presos num açaimo de barba cor de coiro, e em toda a figura a desilusão de um professor primário demitido” (Almeida, 1992a, p. 85). Os frequentadores deste café são “fumadores e bebedores que estão confusamente emborcados sobre as bancas da alfurja, bovinos, brancos e trescalando o raposinho dos seus corpos tismados pela murraça do suor e das vestes de trabalho” (Almeida, 1992a, p. 86). O ambiente é de um calor que asfixia. Todo o espaço remete para elementos animalescos, sejam figurados, como o cabelo ruivo a lembrar lesmas, a barba do pianista semelhante a um açaimo ou os clientes que parecem bovinos, sem esquecer os sons do pianista que Sérgio caracteriza como “grasnidos de patos, numa poça” (Almeida, 1992a, p. 87), sejam verdadeiros, como as ratazanas. O recurso à metáfora, característica do jornalismo literário, concorre aqui para que Fialho de Almeida transmita aos seus leitores com uma crueza muito vívida uma realidade animalesca, de degenerescência, própria do primitivismo que conduz ao crime.

Também Oliveira Martins, no seu périplo pela cidade de Londres, nos descreve um *gin palace*, em que “luz do gás embaciava com o ar pesado e sufocante” (1951, p. 226). Cheirava a álcool, a fumo de tabaco e a gente suja, como uma casa de ópio por ele visitada, em que “o calor era sufocante, o fumo asfixiava, o fedor dava náuseas, a porcaria era repelente” (p. 229). Num canto da taberna estava uma velha de cabelos grisalhos a fumar um cachimbo de gesso e um “homenzinho magro” (p. 226) apresentava “ares simiescos” (p. 226). A degradação física e moral é semelhante nos dois autores e há até a alusão animalesca, primitiva.

A presença do jornalista literário nos locais é também necessária para a construção dos seus textos, só assim é possível dar maior credibilidade às suas palavras, uma vez que o testemunho presencial atesta a veracidade dos factos. Ou seja, o jornalista literário é um repórter. Prova dessa visualização encontra-se num episódio passado neste mesmo café, como relata Fialho: “na primeira noite em que eu fui, vestido de saloio, ao botequim de fadistas da Carreirinha, aconteceu-me ouvir-lhe a serenata do Fausto, por uma forma que jamais na minha vida esquecerei” (Almeida, 1992a, p. 87). Em *Vida irónica* repete: “quantas vezes fui eu ouvi-lo à Mouraria, a um botequim de faias e cigarreiras aonde ele estava contratado” (Almeida, 1957, p. 16). Voltando à crónica de *Os gatos* de setembro / outubro de 1889, encontramos a construção da cena como se de um filme se tratasse, oscilando os planos descritivo e narrativo entre duas personagens presentes no botequim e a música de Sérgio. Uma destas personagens é um homem “escanhado como um cônego, reboluto de músculos, sanguíneo, e debordando apetites sensuais” (Almeida, 1992a, p. 92) “que lhe vibravam todas no tipo, com uma espécie

de animalidade louca e irresistível” (Almeida, 1992a, p. 93). A outra figura é “uma saloiazita receosa, toda confusa das gentes avinhadas, da incidência das luzes, e da audácia de se aventurar assim num sítio proibido. (...) Enfezada, trémula, num delírio de corça surpreendida” (Almeida, 1992a, p. 93). Outra vez o autor recorre à imagem animal, agora na figura de uma corça, presa fácil neste antro. Salientamos a referência à origem campestre da rapariga, prestes a ser ‘engolida’ pelo ambiente citadino e a resvalar para os maus costumes. A continuação da sua descrição vai acentuar esta ideia:

tinha um saio azul de chita pelos ombros, a estamena amarela, escorrida às ancas, debruada de preto e muito curta, o lenço atado pelas duas pontas tendidas, sobre a testa: e em toda a sua adolescência de lavadeira, a exasperada virgindade de uma cadela ciosa que fugiu da estalagem, atraída pelo bulício orgiaco do bairro” (Almeida, 1992a, p. 93).

A “corça” ingénua foi atraída pelo ambiente que se vive à sua volta e, qual “cadela”, não lhe resiste. O homem ofereceu-lhe bebida, um café no qual deitou aguardente; ia-lhe tocando com o joelho, fazia-lhe perguntas às quais ela ia respondendo, com tremores nas pálpebras, nos dedos e na boca; “os seios eréteis, crispados como ventres, subiam e desciam, com um soffrear torácico de soluços” (Almeida, 1992a, p. 93). E neste momento a atenção vira-se para a música de Sérgio, com Fialho de Almeida a tecer considerações sobre as emoções que aquela lhe provoca para, novamente com maestria, regressar à ação entre o homem e a rapariga: “resvalado assim dos páramos da música, para o real, o drama de sedução plasticizou-se desde esse instante, nas três figuras da saloíta, de Sérgio e do carreiro” (Almeida, 1992a, p. 96). Sai o par para a rua, com ela presa por um braço ao homem. Diz Fialho de Almeida, recorrendo à primeira pessoa do singular, provando a presença do jornalista e a observação do facto: “eu vi-a de repente fazer um safanão para fugir” (Almeida, 1992a, p. 97). E o que se segue é a luta interior e exterior da rapariga entre ir com o homem ou não:

Estiveram assim por muito tempo: ela a fugir, ele agarrando-a; e pela cadeia de mãos a luxúria do homem transfiltrava-se toda, por desfalências históricas, ao aparelho de gozo inato, ao útero servido por órgãos, que ela era. E eu vi-a estortegar-se assim mais de uma hora, como uma ciosa gata que se esfrega, em delíquios, por um saco de raiz de valeriana. Vi-a voltar-lhe as costas dez vezes, já livre, e outras tantas a convergir como sonâmbula, à perdição de lhe sentir a carne, espedaçá-la – e agora louca, já sem receio dos apupos, mostrando o rosto,

e convidando-o, tentando-o, na esfuriada obsessão erótica que a roía! (Almeida, 1992a, p. 97).

O lado animal venceu. Da realidade, Fialho parte para o plano das analogias, ao interligar o plano da ‘caça’ com o da música de Sérgio e a história de Fausto que o músico interpretava, ao imaginar a figura de Mefistófeles na cena real, novamente testemunha ocular da realidade:

Mesmo houve um momento em que eu vi positivamente em pé, por trás da rapariga, o tentador terrível alongar as unhas, como de quem fosse desencravar-lhe do seio as radículas últimas do remorso; e forçoso me foi chamar alguém, tanto a alucinação visual entrara em mim! (Almeida, 1992a, p. 98).

Rapidamente justifica as suas alucinações: os olhos irritados pelo calor do café, pelas luzes, pelo fumo do tabaco e pelo dinamismo que a música lhe havia colocado no cérebro, segundo o próprio autor, “hereditariamente propenso, já de si, às meias visões macabras da alta nevrose” (Almeida, 1992a, p. 98).

A cena termina não com visões, mas com a realidade nua e crua, a cedência da rapariga à sedução do homem (o clímax da narrativa), os instintos a vencerem qualquer réstia de razão:

o movimento de sucção e de palpar desses dedos de carrejão lascivo (que dir-se-ia ejacularem espermatozoides de gozo por cada contacto de papila nervosa da mulher) é uma coisa que jamais esquecerei. E ela circunvagava o olhar de corça ao derredor, debatendo-se já sem energia, numa nubilidade febril de bécora ciosa, e exasperada, quebrada, com o apetite de uma arma que brutalmente a rasgasse, até aos mais fundos poceirões da maternidade e do prazer.

Dois minutos aquela mão tateou assim o braço da mulher, que se deixou tragar finalmente pela porta, e desapareceu a reboque do pulso, enquanto o mortíco gás dava à rubescência da lanterna as contrações de um útero titilado, e o violoncelo de Sérgio começava a gemer lá de longe a maldição de Mefistófeles (Almeida, 1992a, pp. 99, 100).

Ora, o que Fialho de Almeida faz neste episódio é a revelação da decadência que o próprio constatava aquando dos seus passeios pela capital. A possível música tocada por Sérgio, a *Danação de Fausto* de Hector Berlioz (1803-1869) – e cuja temática havia sido abordada por

Eça de Queirós nas suas *Prosas bárbaras* com a crónica “Mefistófeles” (1867), revelando a confluência de assuntos tratados por diferentes jornalistas literários contemporâneos entre si -, remete para as tentações diabólicas de uma cidade com antros como esta taberna. O homem é Mefistófeles e a saloia Margarida. Até o riso do Diabo pode ser antevisto nas unhas de Sérgio (Mateus & Sabarís, 2013, p. 40). Aliás, também Barros Lobo se refere à figura de Mefistófeles ao descrever o que testemunhou “numa rua de bairro aristocrático” (Lobo, 1890, p. 107), por oposição ao café da Mouraria descrito por Fialho. Numa casa ricamente decorada, surge à janela uma jovem *Miss*, “de uma pureza extraordinária de linhas, em toda a sua indecisão dos dezoito anos” (Lobo, 1890, p. 110). Um homem aparece e conversa com ela e, a determinado momento,

tomou delicadamente a mão de *Miss*, olhou-a desde a ponta dos dedos até ao cotovelo, (...) e curvou lentamente, a cabeça, muito lentamente, até roçar o bigode loiro por aquela finíssima epiderme do braço nu, enquanto que *Miss* cerrava um pouquinho o seu olhar azul, sorrindo sempre (Lobo, 1890, p. 110).

E neste jogo de sedução (em tudo diferente do que Fialho presenciou na Mouraria, uma vez que as classes sociais dos intervenientes são também elas opostas), que o jornalista literário faz questão de reforçar que testemunhou, uma aragem súbita seria “o cacarejar sarcástico da gargalhada de Mefistófeles” (Lobo, 1890, p. 110), o homem que se preparava para tomar a jovem inocente.

De volta ao café da Mouraria, e devido a fatores hereditários que tornam Fialho propenso à nevrose (tinha um irmão, Joaquim, com problemas psíquicos), afirmado ele próprio afirma que é um “perpétuo enfermo de neurastenia” (Pimpão 1945, p. 44), o fantástico surge através da deformação do real, própria do Decadentismo, mas também do Expressionismo, num relato jornalístico não conforme aos cânones convencionais e permitido por se tratar de jornalismo literário. Aliás, confirma Barradas na obra *In memoriam* o facto de as visões que surgem neste episódio e no enterro de D. Luís (que analisaremos no próximo ponto) serem feitas “de febre e de delírio, transporte e alucinação” (1917, p. 251). Uma vez que a nevrose está associada à “insatisfação, narcisismo, excitação cerebral, obsessões e pesadelos” (Costa, 2004, p. 348), que por sua vez estão relacionadas com uma filosofia pessimista, a nevrose está ligada ao mito romântico do génio, um ser de exceção perdido numa sociedade que o rejeita (Costa, 2004, p. 348). Será génio Fialho, assim como Sérgio, que se refugia na bebida para escapar à realidade.

O Expressionismo foi um movimento que se manifestou na pintura e, mais tarde, na literatura durante a primeira década do século XX, em França, Inglaterra e, sobretudo, na Alemanha, mantendo-se em vigor até à subida de Hitler ao poder. O termo ‘expressionismo’ terá tido origem numa série de oito quadros do pintor francês Julien-Auguste Hervé, expostos sob o título de “Expressionismes” no *Salon des Indépendants*, em 1901. O movimento foi influenciado por Van Gogh e Munch, entre outros, e era uma reação antinaturalista e anti-impressionista. O Impressionismo, ou o Naturalismo, pretendia refletir a verdade do ser, enquanto o Expressionismo pretendia captar a verdade da alma. A característica fundamental é expressar pela forma o mundo interior, valorizando a intensidade da expressão dramática. Esse mundo interior revelava o sentimento de mal-estar e de angústia existencial que invadiu o homem na viragem do século devido à consciência da decadência económica e social e da impotência perante tal situação e ao desejo de denunciar a situação vivida. Tudo isto leva às “visões apocalípticas e niilistas, à fuga ‘em direção ao desconhecido’ ou para a interioridade do eu, ao cinismo frio e à deformação grotesca desse mundo” (Barrento, 1989, p. 17). A alucinação visual manifesta-se

como um complexo fenómeno ótico-psíquico de que resulta a desfocagem ou desrealização do real, um aspeto fundamental para a emergência do grotesco. Neste sentido, o delírio alucinatório vem não apenas tornar estranho o que antes era familiar, como também revelar uma realidade *outra* só acessível através do sonho, da febre, da alucinação ou da loucura (Mateus, 2006, p. 239).

Ainda de acordo com Mateus, a escrita de Fialho é como “uma descida aos mundos ‘subterrâneos’ do inconsciente, uma forma de sondar os mistérios da interioridade, de auscultar tudo aquilo que se situa nas margens da razão” (Mateus, 2006, p. 239). Não é por acaso que Lisboa ou as outras capitais em estudo são labirintos, pois permitem a viagem interior. A autora justifica assim a utilização frequente dos neologismos ‘rembrandtesco’ ou ‘goyesco’ a denunciar o fascínio do escritor por esses dois intérpretes dos aspetos mais obscuros e sombrios da alma humana (já por nós citados). O sonho, a alucinação ou a loucura propiciam a imaginação grotesca que revela os monstros que habitam as profundidades do ‘eu’, criando um mundo fantástico ‘estranho’ (Mateus, 2006, p. 55). O grotesco é a forma de o homem exorcizar os seus fantasmas interiores, os seus medos e angústias (Mateus, 2006, p. 278). O que vemos neste episódio do violoncelista é a despolarização do real, “o curto-circuito com a perceção

realista, cedendo lugar à anamorfose, à alucinação, à visão interior ou à distorção grotesca” (Mateus & Sabarís, 2013, p. 41), neste episódio através da visão de Mefistófeles.

A despolarização substitui o mundo exterior por uma visão interior, intuitiva e quase sempre delirante; mas também é potenciada por um estado de alucinação ou delírio do qual surge a visão grotesca (Mateus, 2006, p. 280). Estando a realidade objetiva despolarizada, a visão alucinada do sujeito revela-lhe outros mundos, subjetivos: o do trágico e do grotesco. Esta ideia de despolarização surge em Fialho de Almeida em *Vida irónica*, quando relata a saída de uma procissão do senhor dos Passos dos Jerónimos, e que o autor aproveita para entrar no edifício. Do vitral da rosácea:

descia em plena penumbra do templo uma pirâmide cónica de arco-íris, vaga, em poeiras de luz, que, apanhando as caras dos fiéis lhes dava assim uma expressão factícia e torturada, alguma coisa da alucinação cromática que devia ter tido a pupila de Quincey e de Edgar Poe, já nos seus últimos e irremediáveis períodos de alcoolismo (Almeida, 1957, pp. 139-140).

É através do vitral e da decomposição da luz que se fragmenta o real - “ela despolariza a vida da sua noção de realidade, faz-lhe perder a coerência, e desorienta-lhe a fisionomia própria e individual até tê-la tornado numa sarabanda de caricaturas, ou numa avenida de estátuas” (Almeida, 1957, p. 140) -, que se deformam os rostos dos fiéis, caricaturizando-os: o feixe azul transforma os risos em “carantonhas”, o feixe amarelo dá “um ar de caçoadas” às cabeças e uma cor lívida às caras de sopeiras, transforma as “curiosidades alvares” em “êxtases”. Apenas encontramos fragmentos, risos, esgares, êxtases, raivas, não há corpos ou fisionomias individualizadas. (Mateus, 2006, p. 281).

Fialho de Almeida apresenta alguns textos em que existe dificuldade em fazer uma categorização exata – crónica ou conto e, por isso, é tão importante a bateria teórica do jornalismo literário de que nos temos socorrido na nossa análise fialhiana.

O episódio do violoncelista Sérgio é um deles, o outro é o caso de “Manuel”, folhetim publicado no jornal *O Atlântico* a 23 de março de 1884. No segundo volume de *Os gatos* (1992b) está a sua ampliação no texto “Tragédia de um génio obscuro”. Revez (2009, p. 115) afirma que Manuel é um retrato de Fialho. Na verdade, Manuel era um boémio como o foi Fialho e sofriam ambos de nevrose:

o fantástico Manuel das noitadas com ceias de bacalhau por quatro e meio, o boémio de grenha convulsiva, casação cor de alambre, barba de efebo, e a mais vermelha boca de *baby* (...). Aquela figura toda nervos, (...) e ativa como se viesse de berço real, com luvas claras todos os dias e não dando nunca pelas cambaduras dos tacões, almoçando uma esperança de jantar, jantando uma fantasmagoria de ceia, ceando uma incerteza de almoço (Almeida, 1992b, p. 34).

Seria, portanto, um desgraçado com ares de rico. Isso mesmo se confirma numa noite em que pretendia assistir a uma peça no teatro D. Maria II que, como já mencionámos, era frequentado pelas classes mais elevadas da sociedade lisboeta: levava uma gravata magnífica que já havia sido um lenço de abafar; um colarinho de pano verdadeiro; botas que não podiam estar ao sol para não derreter a resina que “disfarça as roeduras” (Almeida, 1992b, p. 43). No seu périplo por Lisboa, Manuel foi ao Grémio Literário: “ia atravessando salas sobre salas, folheava os jornais, examinou as horas no relógio do salão verde, admirando, em amator, o magnífico Mefistófeles de bronze que o encima” (Almeida, 1992b, p. 35). Lá deu uma palestra a um grupo de brasileiros sobre Roma a propósito do quadro *Rapto das Sabinas*. Encontrando o seu amigo Julião, jornalista, foram a uma taberna, onde se percebe que Manuel não pretendia trabalhar: “já agora só adquirei hábitos de trabalho quando o meu velho morrer. Com o que ele me deixe, comprarei um moinho e... - Em conclusão, serás sempre um vagabundo” (Almeida, 1992b, p. 39). Ao invés de trabalhar, foi tentando arranjar forma de saciar os seus apetites através de amigos – o Julião que lhe oferecia uma refeição, o Pratas que era pelintra como ele e também esperava uma entrada no teatro. No relato fialhiano, são personagens reais que compõem a narrativa. Ora, o jornalismo literário também usa a composição de personagens, a descrição dos intervenientes na ação como sucede na literatura, com a devida salvaguarda de que no jornalismo literário se trata de intervenientes reais.

Fialho de Almeida apresenta novamente a miséria que se vive na Mouraria, seja miséria humana, com as mulheres esfomeadas e degradadas, “atravessadas (...) como cadelas” (Almeida, 1992b, p. 41), que se oferecem, seja miséria física, com prédios velhos e estragados, como as pessoas que os habitam:

Davam 11 horas. Ali os prédios eram esguios, as escadas fuliginosas, a luz soturna. Lamas pardas abafavam o ruído dos passos, e saíam vozes roucas das mansardas, rumores de guitarra das tascas, e altercações dos cantos, onde explodia amiúde alguma obscena interjeição. Às meias portas, esmagadas de

vício, as raparigas dormiam sob revérberos de petróleo, atravessadas na soleira como cadelas, a cabeça caída de lado, sobre os dois braços em ninho – e algumas estremunhadas, com vermelhão nas olheiras, erguiam maquinalmente a cabeça à passagem deles. Chamavam-nos sem desejo, por fome, e resignadas, tornavam a adormecer na mesma postura de escravas em leilão.

Uma pegajosa tristeza saía de todo esse imundo bairro de povo, com frontarias rachadas, janelas vesgas, choros de crianças, e gatos inverosímeis (Almeida, 1992b, p. 41).

Aqui, e ao contrário do episódio do violoncelista Sérgio, há uma descrição não do interior, mas do exterior noturno de uma viela da Mouraria. Este bairro, como Alfama, fazia parte da cidade islâmica, com ruas tortuosas e um amontoado de edifícios, como se pode observar no Anexo 2, mas cuja vida era interior – as mulheres viviam dentro de casa. Agora, as casas mantêm-se, mas os hábitos e os habitantes são outros: a mulher pública, ou prostituta, os fadistas e os boémios. A partir de determinada altura, começa a decadência de Manuel, que anda em “vagabundagens soturnas, cuja fantasmagoria interior o álcool rubescia” (Almeida, 1992b, p. 49). E como todos os outros à sua volta subissem na vida, por oposição a ele próprio, surgiu a inveja. Decidiu começar a trabalhar, mas duas semanas depois, tudo voltou ao que era. A juntar a esta situação complicada, surgiram problemas de saúde. A falta de dinheiro que o pai lhe cortou levou-o a que o pedisse aos amigos sem que lhes pagasse, acabando por os perder também.

Numa noite em que o autor em apreço estava presente, testemunha ocular para relatar a realidade, Manuel teve um ataque de histeria que depressa alastrou para paralisia no corpo. Mentalmente apresentava fúrias alternadas com alucinações que lhe causavam pavores. Mais tarde perdeu a fala. O autor recorre então ao determinismo tainiano para explicar a história “de mais um degenerado” (Almeida, 1992b, p. 61). Questões hereditárias transformaram-no neste decadente: o seu avô bebia genebra, a sua mãe tinha êxtases místicos encerrada num convento, uma irmã teve meningite, um tio apunhalou a sua mulher depois de uma noite de amor. Ora, o vinho que seu avô consumiu terá degenerado a raça que se lhe seguiu ao nível emocional. Logo, Manuel “brotava como um destes escanzelos morais que são, no alambique das raças, os últimos destilos da vida coerente” (Almeida, 1992b, p. 61). Além de, em criança, ser frágil fisicamente, também emocionalmente apresentava já alguns desequilíbrios, causados pelo meio em que

cresceu – a educação romântica proporcionada pela mãe (a lembrar a de Pedro em *Os Maias*) e do colégio contribuíram para a sua degenerescência:

amando a solidão e as músicas plangentes, colecionando estampas de castelos, terrível no amor como no ódio, e duma volubilidade tal na fantasia que era impossível prendê-lo a uma lição por meia hora sem ele cortar o assunto com extravagâncias de mimo e *enfant gatê*. A educação da mãe havia-o feito excessivamente religioso; tinha a feminilidade da igreja, o nervosismo do incenso, paixões quase físicas por imagens (...). Nesta reclusão do colégio, o tédio da vida, a emulação de contínuo posta a tratos, a *surmenage*, a enclausura, a obediência passiva, os desenxabimentos da comida, etc., não fizeram senão esfuriar nesse corpinho espúrio, como serpes, os fatores que a hereditariedade pusera de alicerce à fixação do seu tipo adolescente (Almeida, 1992b, p. 61).

Ramalho Ortigão, em *As farpas* de abril de 1874, também refere a degeneração das gentes da capital, principalmente por questões hereditárias e do meio: “a pobreza e a corrupção do sangue, as anemias, as nevroses, as atonias, as prostrações cerebrais, todos os males do corpo, da inteligência, do sentimento e do carácter” (Ortigão, 1948, p. 17). Mostra a prova desta situação num concurso que a Santa Casa da Misericórdia lançou para atribuir um dote a uma rapariga pobre. As suas compleições eram extremamente frágeis e estavam doentes, resultado “da má alimentação e do mau ar” (Ortigão, 1948, p. 19).

Fialho considera que os anos vividos por Manuel na Escola Politécnica foram fundamentais para o seu fim, pois tinha pouco dinheiro, muita sensibilidade e curiosidade por tudo, assim como instintos de luxo que com dificuldade eram saciados. Aí começaram a notar-se traços de nevrose: falava alto sozinho, esbracejava em frente aos espelhos, tinha momentos de marasmo intercalados com grande agitação.

O álcool era um vício, e o jornalista literário seguiu Manuel, já bêbedo, numa noite. A descrição de Lisboa à noite volta a ser assustadora pelos seres que a povoam, recorrendo o autor a recursos expressivos como metáforas e personificações:

a treva comia a cidade, num silêncio de maxilas desdentadas, onde as perspetivas ruíam, sepulcrais (...). As ruas tinham na fuligem noturna calafrios de vida criminal, e de redor das tabernas claudicavam sombras de *rôdeurs*, que bebiam ou viam beber, aguardando com olhos de mocho o acaso duma desordem, para

roubar. (...) Por vezes, num regueirão de sombra, eu via formarem-se *complots* de tipos sórdidos, sociedades de crime eventual (...); e todas essas anatomias raquíticas de seres falhos, prometidos na morgue, com pedaços de carne vil entre rasgões de brigas traiçoeiras, enchiam a minha alma de medo (Almeida, 1992b, pp. 72,73).

A degradação de Manuel avançava e os médicos afirmaram que “é um dipsomaníaco, com impulsões homicidas, hereditário, incurável, a caminhar para o término com uma rapidez vertiginosa e delirante” (Almeida, 1992b, p. 74). Terminou os seus dias numa casa de saúde, com vinte e três anos. O espaço calmo, com flores e um crucifixo, contrasta com o ódio nos olhos dos pais de Manuel quando encaram os dois amigos, Fialho de Almeida e Pratas.

A descrição da vida de Manuel confirma que os traços familiares fracos vão manifestar-se mais tarde nos descendentes, assim como o meio influencia fortemente as atitudes das pessoas. O próprio momento, neste caso o período ainda marcadamente romântico, favorece o aparecimento da nevrose e de vícios, como o álcool. Este episódio contribui para que Fialho de Almeida revele a degradação moral existente na cidade de Lisboa no final do século XIX, mais uma vez confirmada por ele próprio, num texto escrito na primeira pessoa do singular.

Mas esta teoria de Taine não é evidente apenas no episódio de Manuel. Na crónica de 15 de junho de 1890 de *Os gatos*, Fialho de Almeida justifica a decadência das raparigas com a raça e o meio: “desgraçadamente não faltam às nossas raparigas fatores de hereditariedade mórbida, de imitação, de meio, que, impossíveis de varrer às vezes da educação, na infância, tão perigosas crises vêm a produzir, na adolescência” (Almeida, 1992b, p. 88). Ao nível do meio, o autor refere a forma promíscua como se vive nos prédios de Lisboa,

onde dezenas de famílias apodrecem sob o mesmo teto, em casas sem jardim, servidas pelo mesmo galego e pela mesma porta, despejando os restos no mesmo barril, vigiando-se umas às outras, sujeitas à alcovitagem das criadas (...): e não podendo chegar a uma janela, sair à rua, entrar num teatro, ler um cartaz, que logo trinta mil conspurcações lhes não façam pst! à atenção, solicitando-as, captando-as (Almeida, 1992b, p. 88).

Em casa as condições não são boas, mas na rua as raparigas não conseguem escapar à maldade sensual dos homens. Fialho afirma de forma clara que “mercê do clima e regímen íntimo da vida, a raça portuguesa é precocíssima” (Almeida, 1992b, p. 88). Refere, com ironia,

que os rapazes de quinze anos em Lisboa já têm um filho de dezoito. Quanto às raparigas, as criadas que as acompanham têm vícios, leem o jornal *Biblioteca de Damas* e vão passear à Avenida. Tudo isto, no seu entender, faz com que o sexo desperte cedo nas raparigas.

A prostituição foi uma atividade muito referida por Fialho, tal como fora por outros jornalistas literários, como Jaime Batalha Reis e Ramalho Ortigão, e como fora também um dos tópicos de maior interesse para os jornalistas literários britânicos seus contemporâneos. O conjunto de crónicas intituladas “The Maiden Tribute of Modern Babylon” que W. T. Stead, editor da *Pall Mall Gazette*, publicou em 1885 é disso exemplo. Ora, como se viu, W. T. Stead e a *Pall Mall Gazette* são as grandes referências e os impulsionadores do jornalismo literário do séc. XIX. Daqui se conclui que Fialho foi muito contagiado por um jornalismo literário finissecular de compatriotas portugueses que o beberam na Grã-Bretanha, como os autores acima referidos, e, conseqüentemente, foi influenciado por modelos estrangeiros. Quer isto também dizer que Fialho foi fiel ao jornalismo literário da época, tanto em termos de conteúdo como de modo, a narração. Através dos seus textos tomamos conhecimento da existência de bordéis na Rua do Arsenal, na Rua Augusta e na Rua da Prata, pois na crónica de 3 de agosto de 1890 o autor informa os seus leitores do encerramento destes espaços, interrogando-se sobre o lugar para onde irão estas mulheres, visto não haver uma zona própria para esta atividade. Como curiosidade, Fialho apresenta a estatística revelada em 1888: 6.014 “mulheres perdidas” (Almeida, 1992c, p. 42), sendo dois terços mulheres do povo, criadas de servir, costureiras, cigareiras e filhas de pequenos empregados; 854 eram ovariinas, mulheres oriundas de Ovar, vendedoras de peixe, a “mais honesta e laboriosa da gente pobre de Lisboa” (Almeida, 1992c, p. 42). O recurso a estatísticas era comum no jornalismo literário, pois era uma forma de comprovar os factos transmitidos. Já o havíamos mencionado a propósito de Jaime Batalha Reis e Oliveira Martins. Como afirma Santos, “as estatísticas, habitualmente conotadas com a formalidade oficial, são tendentes à veiculação de mensagens de demarcada objetividade e frontalidade e, por isso, revelam-se como armas de arremesso do verídico” (2007, p. 168) no relato jornalístico-literário.

Pais, com base em dados da época, confirma que a grande maioria das prostitutas eram costureiras e criadas (1983, p. 949), as primeiras numa tentativa de ascensão social, as segundas porque facilmente se deixavam seduzir. Desde meados do século XIX existia também uma certa estratificação entre as prostitutas, considerando-as em três categorias ou ordens, consoante as zonas que habitavam. Contudo, afirma o teórico:

essa estratificação não era ainda muito rígida e em várias zonas de Lisboa, como no Bairro Alto, misturavam-se prostitutas de ordens diferentes. Nestes casos havia, mesmo assim, critérios de diferenciação que haveriam de perdurar: enquanto as de 1ª e 2ª ordens habitavam os 1ºs andares das casas, preferindo as que tivessem janelas sacadas, as de 3ª quedavam-se pelas lojas imundas dos bairros típicos. Com o virar do século acentua-se a tendência para as prostitutas residirem, segundo a sua categoria, em áreas ainda mais delimitadas (Pais, 1983, p. 952).

Quanto às casas de passe, estas eram escolhidas pelas costureiras e as hospedarias, menos confortáveis, eram preferidas pelas criadas. Outras diferenças separavam estes locais: as hospedarias tinham lanternas penduradas às janelas para serem identificados como locais em que “se amava a ‘seis vinténs’ por par” (Pais, 1983, p. 952), os degraus das escadas eram negros e carunchosos e as portas, geralmente, estavam encostadas. Quando se abriam, “soava uma campainha barulhenta, aparecendo, então, uma velha desgrenhada empunhando numa das mãos uma palmatória de folha com uma vela e na outra um pano dobrado em quatro” (Pais, 1983, p. 952). Nas casas de passe, o mobiliário era melhor e quem aparecia era uma criada ou a dona da casa. “Por sua vez, os bordéis tinham um aspeto ainda mais miserável que as hospedarias e eram frequentados, geralmente, por raparigas vindas do campo que haviam migrado para a cidade na esperança de melhores dias” (Pais, 1983, p. 952).

Relativamente à forma de vestir, as prostitutas de 1ª e 2ª vestiam-se como mulheres honestas, e as de 3ª eram o lado visível da degradação, também perceptível nos seus comportamentos, como o abuso de bebidas alcoólicas, o hábito de mentir ou as rixas. A forma como se vestiam chamou igualmente a atenção de Ramalho Ortigão, que afirma que estas mulheres usam muito *rouge* e pó de arroz, chapéu de plumas, vestido de seda com lustro ou de má qualidade ou *mousseline* baça (1943, p. 108). Além do fácil reconhecimento pela roupa, as prostitutas utilizam nomes de guerra para se distinguirem de outras mulheres com o mesmo nome ou para fugirem a investigações da família ou do poder judicial (Pais, 1983, p. 952).

A educação muito contribui para os comportamentos, como afirma Ramalho Ortigão: “o progresso moral de uma sociedade não é mais que um desdobramento do seu progresso intelectual” (Ortigão, 1946, p. 37). Fialho, à semelhança dos outros autores em estudo que integraram a Geração de 70, e como justo descendente dos primeiros jornalistas literários portugueses, critica o ensino do final do século em Portugal. Segundo ele, na crónica de 4 de

julho de 1890, no ministério está “pessoal abtruso e ignaro, descultivado e indiferente” (Almeida, 1992b, p. 106). Considera que a situação decadente que o ensino vive é causada por estas pessoas, bacharéis jovens, incompetentes e com vontade de mandar. O conselho de instrução pública legisla sobre o que não conhece, reforma o que lhe interessa, impõe às escolas castigos e prémios. No entanto, acredita que há ainda bons professores. Os planos de estudo não haviam mudado desde que o autor estudou, e faziam então com que os alunos entrassem no ensino superior “cabisbaixos e desinteressados das questões, olhando as rutilâncias da ciência através do prisma da estopada e o belo espetáculo da vida através duma nostalgia divergente, alucinatória por vezes, dentro da qual turbilhonavam já bactérias de muitas futuras doenças incuráveis” (Almeida, 1992b, p. 113). Razão disso é o facto de se ensinar como uma enciclopédia e não como um método, como um fim e não como uma preparação, sem ginasticar o espírito de acordo com as aptidões de cada estudante. Era um “estudo embrutecedor, deprimente de todas as forças físicas e de todas as faculdades mentais, com exceção do exercício exclusivo da memória” (Ortigão, 1946, p. 26). Grave também é a situação dos estudantes lisboetas:

a evidente fraqueza física, o esgotamento apático, a *courbature*, a tristeza, o ar spectral, quase idiota, que eu vi transparecer em mais de metade dos estudantes que erravam ontem pelos corredores do liceu de Lisboa, a pequenos grupos, cabisbaixos e lívidos, o ar escorraçado de quem espera uma sentença de morte – ou mais compostos e míopes – de colarinhos altos, ombros caídos, mãos húmidas, inermes pulsos (...), andando nas pontas dos pés para não fazerem bulha, falando baixo (Almeida, 1992b, pp. 113-114).

São alunos fracos fisicamente, mas tudo na descrição nos remete para uma falta de alegria e de vontade, uma resignação quase, que surge novamente logo a seguir:

e eles hirtos, inermes, sem uma palavra alta, nem um riso libérrimo, nem um gesto independente, nada mais do que a tristeza dos seus lares estrelejados em melancolia nos olhos, e o dorso curvo, como o dum escravo, às reprimendas dos guias e diretores das suas prisões (Almeida, 1992b, p. 114).

Paulo Osório, por seu lado, vai descrever o lisboeta adulto, fruto deste tipo de educação, confirmando a ideia de fragilidade física, ao afirmar que “fisicamente, o homem de Lisboa é o atrofiado produto duma espécie de raça que, mal nutrida, mal arejada e mal lavada em

sucedidas gerações, por força havia de passar da saúde à debilidade e da debilidade escorregar por fim no aleijão” (Osório, 1908, pp. 46-47). A nível físico, a hereditariedade é condicionante da sua forma. Intelectualmente, nada vale, pois sabe pouco, não lê e “no bulício da sua vida agitada, esquece depressa a instrução primária: aos vinte e cinco anos a custo escreve sem erros; aos cinquenta, assina de cruz. Não tem espírito: não sabe falar com uma senhora sem ser grosseiro, desastrosamente grosseiro” (Osório, 1908, p. 48).

Estes alunos são em tudo diferentes dos alunos ingleses apresentados por Ramalho Ortigão em *John Bull*, que apresentam “a serenidade pura e ativa do *self-command*” (1943, p. 182), que frequentam escolas cujo principal objetivo é formar o “perfeito animal” (1943, p. 183), capaz de se dominar a si e aos outros (Rosa, 2009, p. 95). Pelo contrário, “o aluno típico do liceu de Lisboa, de cabeça casposa e mãos suadas, magricela, cuspinhento, apedantado mas pusilânime, vestindo como um fadista e cheirando a roupa suja” (Ortigão, 1943, p. 183) não terá capacidade de liderança e será um elemento decadente na sociedade, uma vez que as escolas não ensinam o que é preciso para “vingar no conflito da vida prática, na luta pela existência” (Ortigão, 1953, p. 157). Esta ideia da fragilidade física e psicológica é reforçada na descrição do aluno português na crónica de julho-agosto de 1876 de *As farpas*, quando Ramalho Ortigão apresenta o resultado dos métodos pedagógicos portugueses:

Intensas cabeleiras cheias de caspa, espinhaços sem consistência, dobradiços e fatigados, fisionomias entristecidas, olhos mortos, mucosas descoradas, mãos suadas (...), *toilettes* pretensiosas de um dandismo pelintra, as unhas crescidas dos tocadores de guitarra, o passo arrastado e incerto sem determinação e sem firmeza, a voz velada, a elocução tardia, a tendência para bulir, a incapacidade para estar sereno e correto, o gesto esbandalhado, as maneiras torpes (...). A esse aspeto externo corresponde moralmente a inação mental, a apatia da curiosidade, o entorpecimento do critério, a atrofia do senso moral, finalmente a medonha preguiça do cérebro (Ortigão, 1946, p. 37).

Serão estes os futuros cidadãos de Portugal, incompetentes, ociosos, criminosos que “chegam ao homicídio, ao suicídio, à crápula, à cadeia ou ao degredo” (Ortigão, 1946, p. 37).

Fialho de Almeida refere ainda os colégios internos, “uma permanente agência de assassinos (...), de degenerações físicas, de perversões morais, de definhamentos de toda a

ordem (...). E se os mais robustos resistem, quase sempre os *hereditários* afocinham” (Almeida, 1992b, pp. 115-116). O autor considera que as crianças precisam de luz e ar para se desenvolverem, de boa alimentação e de exercício físico para que sejam saudáveis, e não levar uma “vida promíscua de caserna” (Almeida, 1992b, p. 119). Em *Pasquinadas* [1890] vai mais longe e afirma que a educação Física está igual ou pior do que há vinte anos, no tempo de *As farpas* de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão e da *Correspondência de Leiria*: “Portugal continua, meus senhores, a ter o peito estreito, os músculos moles, o fim das costas adiposo, o suor azedo, e murraça nas canelas e nas orelhas” (Almeida, 1904, p. 347-348). De tal forma as constatações sobre a educação apresentadas pela generalidade dos autores são negativas que, na crónica intitulada “Lisboa nova e Lisboa velha” [1890], Fialho, ao mencionar a educação dos rapazes burgueses, deverá estar a ser irónico, pois apresenta uma ideia totalmente oposta à veiculada anteriormente e na mesma época em que escreveu a crónica inserida na coletânea *Pasquinadas*:

a educação dos ginásios, a apoteose da beleza feita aos acrobatas sob o ponto de vista da força, e uma forte propaganda dos exercícios de destreza – a carreira, a caça, a equitação, o tiro ao alvo, a remagem, etc. – vão transformando para melhor o tipo dos nossos rapazes, criando corpos vigorosos, musculaturas elásticas, linhas finas e firmes, outra correção de carácter e outra viveza de temperamento (Almeida, 1994, p. 22).

São as características do ensino inglês aqui presentes nesta citação que Fialho gostaria de ver aplicadas ao sistema português: uma educação que não descure o exercício físico em grupo e ao ar livre com o intuito de fortalecer o carácter (Rosa, 2009, p. 94). O autor defende uma luta que deve ser feita, no fim de contas, para melhorar a raça: “fazer pais e mães sadios e feros, para formar batalhões depois” (Almeida, 1904, p. 347-349), uma vez que, para se ser um homem como deve ser, não se deve vir “diretamente de uma hortaliça” (Almeida, 1994, p. 23). E mais uma vez, a propósito dos colégios internos, encontramos referência direta a Taine, juntado o meio e a raça: “somem-se agora as depressões causadas pelo internato com as que já possam vir derivadas da hereditariedade” (Almeida, 1992b, p. 119).

Relembramos que Fialho estudou durante cinco anos num colégio privado, logo sabe do que fala, e no texto autobiográfico “Eu”, de 1892, queixa-se da dureza da vida que lá passou, com “anos de privações e de maus tratos” (Almeida, 1903, p. x). Ramalho Ortigão também refere que as crianças não brincam no exterior, não leem senão bisbilhotices do jornal e

romances de traduções baratas, a menina vai para o colégio aos sete anos onde aprende francês e inglês e em casa aprende a tocar piano (Ortigão, 1951, p. 240). Acrescenta ainda que a vida sedentária sem exercício, a falta de aprendizagem de um ofício, a tristeza e a alimentação do colégio, “baseada quase exclusiva e invariavelmente na carne cozida, enfraquecem o estômago, debilitam os músculos e derreiam a espinha” (Ortigão, 1953, p.158). Depois segue-se o liceu, onde o aluno perde a curiosidade do espírito e os interesses próprios da idade, pois “além da gramática as nossas escolas obrigam o aluno a decorar várias coisas igualmente abstratas, como são a lógica, a retórica, a psicologia e o desenho linear” (Ortigão, 1953, p. 158). E o que acontece ao fim dos cinco anos de ensino liceal é que, “em troca do forte adolescente cuja educação a família lhe confiou, entrega à família um imbecil reconhecido e aprovado com louvor em todas as provas de incapacidade que os programas oficiais lhe exigiram” (Ortigão, 1953, pp. 157-158).

O ensino particular não é melhor, pois os alunos não trabalham o suficiente nas horas em que lá estão devido à desorganização e têm que trabalhar em casa. Logo, “desde os oito anos até aos dezassete, (...) quando o sistema muscular se desenvolve, quando se fixa a constituição física, quando se forma o caráter, o aluno vive inteiramente amarrado (...) a uma série de compêndios absurdos” (Ortigão, 1946, p. 35), criando desta forma “um pedante ou um imbecil” (Ortigão, 1946, p. 35).

A mesma ideia havia sido transmitida por Fialho numa série de quatro crónicas com o título “Sistemas de Educação”, publicadas na *Correspondência de Leiria*, entre 19 de dezembro de 1875 e 20 de fevereiro do ano seguinte. Critica o ensino em Portugal, desde a má alimentação nos colégios, passando pelo uso de palavras grosseiras, a falta de amor, diretores sem qualificações e terminando nos vícios que se adquirem. Acusa o facto de não se estimular o espírito crítico, antes se impõem opiniões já formadas:

criar o espírito e o corpo livremente, não sujeitando a criança a certo número de opiniões, não lhe esmagando a coragem sob uma clausura maldita, nem lhe roubando a determinação própria por um despotismo absurdo: eis aí a grande base da educação (20 de fevereiro 1876).

Estas atitudes revelam-se depois nas características físicas e psicológicas dos alunos, os “doentes” da sociedade decadente: “algumas espinhas curvam-se, o cérebro padece, enfraquecendo-se as faculdades; a vista encurta-se, dificulta-se (...). Faltam as forças, cansam-

se as faculdades, o espírito saturado combale-se, adormece, mergulha-se numa contemplação estática que desvia a aplicação e conduz a ruínas” (23 janeiro 1876). Além disso, “muitos apresentam um crescimento prematuro, como que enganoso, mas o abatimento, a palidez doentia revela a ação do meio que habitam (19 de dezembro 1875).

A educação feminina não é esquecida por Fialho de Almeida que, numa crónica de 31 de agosto de 1890, inserida na obra *Vida irónica*, a isso alude, a propósito de um projeto de lei que pretende reorganizar a instrução secundária feminina. Este projeto propõe quatro anos de estudos simultâneos de moral, religião, direito, literatura, história, geografia, ciências físicas e naturais, matemática, desenho, labores, canto e ginástica. O autor critica a ausência do estudo das línguas e o facto de ser um plano de estudos semelhante ao dos rapazes, que não tem obtido bons resultados. A falta do ensino de línguas vivas já havia sido criticado por Ramalho Ortigão, assim como a insistência no ensino do Latim, que serve “apenas para traduzir às senhoras com quem viajamos as legendas lapidares, e para aproveitar nos usos retóricos alguns chavões consagrados” (Ortigão, 1946, pp. 27-28). Ademais, o ensino da língua portuguesa deixa muito a desejar, pois serve para um pregador de aldeia “fazer dormir o povo” (Ortigão, 1946, p. 28) e não tem a capacidade de não criar um “estilo de um malcriado” (Ortigão, 1946, p. 29). Para Fialho, o plano de estudos do ensino feminino também parece desviar “a mulher de todas as missões de confiança e de ternura, para que ela parecia nascida e propensa desde a origem” (Almeida, 1957, p. 206). A nota de machismo prossegue, questionando se serão os homens a terem os filhos e a fazerem as refeições, uma vez que elas serão preparadas para invadir os cargos masculinos. Não devemos esquecer que a mulher é também um ‘outro’ na sociedade e Fialho não deixa de seguir a ideologia do seu tempo³⁵. Aliás, na crónica “Um juízo do ano” (n.d.), inserida na obra *Barbear, pentear*, Fialho de Almeida refere que esta figura nunca está bem na classe social a que pertence:

se é costureira ou cigarreira, querendo-se passar por senhora ou filha de empregado, se da burocracia ou do comércio, querendo passar por dama da alta; se da alta, fingindo-se princesa; se princesa, aspirando a divindade – nunca a lisboetazinha está quieta na categoria social que Deus lhe deu (Almeida, 1960, p. 23).

³⁵ Ricardo Revez analisa a visão que Fialho de Almeida tem sobre a mulher no seu artigo de 2012 “A reflexão sobre a mulher em Fialho de Almeida”.

O recurso ao diminutivo em “lisboetazinha” apresenta um sentido depreciativo que vem na sequência do que foi afirmado, revelando uma característica do jornalismo literário, a possibilidade de deixar transparecer a opinião do jornalista. Fialho propõe, ainda em *Vida irónica*, que, em lugar de dois anos de matemática e de direito, devia haver cursos de cozinha, economia doméstica, alfaiataria e enfermagem, para que a mulher seja uma verdadeira dona de casa. Este último curso é de grande importância, pois seria útil no campo, onde os médicos estão longe, e nos cuidados às crianças. O jornalista literário não se coíbe de dar sugestões de forma a que se possa inverter a situação de degeneração vivida na capital. O autor exemplifica a sua teoria relativa às mulheres e sua educação com *Mademoiselle Hortense*, que havia estudado no colégio de Madama Ostra, ironizando sempre:

o colégio é num terceiro andar da Horta Seca: por baixo uma cocheira, onde por causa das pulgas do gado, um carneiro lanoso dá às pequenas uma ilusão de parques e escampados; por trás uma nesga de rio, para a sugestão das atmosferas de mar, revigorantes (Almeida, 1960, p. 24).

As atividades no recreio e nos tempos livres não são saudáveis e honestas, já que dão alcinhas aos homens da vizinhança, dizem adeus para as casas circundantes, saltam à corda nos corredores, correm e gritam na sala de jantar, umas apaixonam-se pelos professores, outras copiam versos ou desenhavam paisagens com figuras masculinas, as mais velhas fazem olhares às mais novas. No entanto, aos domingos “dão uma ilusão de virgens em salmoura” (Almeida, 1960, p. 25). Nas atividades escolares, aprendiam francês, alemão e inglês (não o português), piano, harpa e dança, comédia de salão e bordados. Em suma, aprendiam o supérfluo. Mais uma vez o autor refere-se à influência do meio no mau comportamento das mulheres: “as sugestões envolventes do meio, romances, reportagem de jornais, teatros, certas exposições de pintura e certas conversas indiscretas de gente grande” (Almeida, 1960, p. 29). No seu entender, também as montras das lojas, que expõem artigos de luxo, fazem com que as mulheres aspirem a outras vivências. Concluindo, Fialho de Almeida considera que o ensino feminino está também ele desajustado das necessidades sociais das futuras mulheres e o ambiente em que estudam não é propício a uma boa educação.

Fialho de Almeida também escreve sobre o ensino industrial a propósito de uma exposição no Museu Industrial e Comercial de Lisboa que apresenta trabalhos efetuados pelos alunos destas escolas. Elogiou Fradesso da Silveira, que lutou pela “sistematização científica do ensino industrial” (Almeida, 1957, p. 329) e que afirmou que “os povos que vestem do alheio

arriscam-se a aparecer qualquer manhã na praça, nus” (Almeida, 1957, p. 329). Um século depois, o problema das importações persiste no nosso país. António Augusto, por seu lado, fundou escolas de desenho e cursos teóricos aplicados às diferentes profissões industriais, com laboratórios e oficinas para os alunos colocarem em prática o que haviam aprendido. Os planos dos cursos são expostos:

nas simples escolas de desenho industrial, professam-se os diferentes ramos de desenho, como sejam, desenho elementar, geométrico rigoroso, ornato, arquitetura, de máquinas, topográfico e de figura, e assim a pintura e a modelação (...). Nas chamadas escolas industriais, às disciplinas que mencionei, junta-se um pequeno curso de aritmética, geometria, física, mecânica e química industrial, línguas francesa e portuguesa, variando o ensino manual também ao sabor das aptidões fabris locais (Almeida, 1957, pp. 330-331).

Apesar deste desenho curricular, Fialho constata que os resultados não são positivos, pois os operários não sabem fazer corretamente o que se lhes pede. Assim é difícil não importar produtos estrangeiros. A conclusão é simples: os professores não ensinam bem porque nem são professores, mas “amanuenses que acordaram professores de mecânica, e janotas arruinados que liquidaram em professores de francês e de física industrial” (Almeida, 1957, p. 335); o ensino ainda é muito teórico, no entanto, o autor reconhece que lentamente se progrediu neste ensino: “progredimos neste ramo, lentamente, mas viva Deus! Progredimos...” (Almeida, 1957, p. 336). Na coletânea *Saibam quantos...* (1912), dedica também um longo artigo a este tema, intitulado “Instrução e educação popular”.

Em suma, todos os autores mencionados criticam a falta de exercício físico dos alunos portugueses, por oposição aos ingleses - “as novas gerações passam o melhor dos dias jogando ao *cricket* e ao *football*, correndo, lutando, respirando ao ar livre e formando músculo” (Reis, 1988, p. 93); acusam o facto de o aluno português ter um aspeto imundo, frágil e decrépito, curvado como um “escravo” (Almeida, 1992b, p. 114), enquanto um aluno inglês transpira confiança, saúde e autonomia; salientam ainda a falta de estímulo para desenvolver o espírito crítico através da leitura de “Filinto Elísio, Garção, ou outro qualquer desses mazorros sensaborões, quando os infelizes mostram inclinação pela leitura” (Queirós, n.d., p. 53), do estudo do Latim, da Retórica e da Lógica (Queirós, n.d., p. 54). Para o homem que trouxe o Realismo para Portugal na conferência do Casino Lisbonense intitulada “A nova literatura – o Realismo como nova expressão de arte” (12 de junho de 1871), Lisboa está ainda romântica e,

como tal, educar os “filhos inteligentemente, está decerto abaixo da sua dignidade” (Queirós, n.d., p. 54). A comparação entre os alunos portugueses e ingleses vem manifestar o apreço que os autores tinham por uma civilização por eles considerada superior, que formava dirigentes do maior império do mundo à altura, ao contrário dos alunos portugueses, ainda agarrados a um ensino retrógrado que não desenvolvia as suas plenas capacidades. Na realidade, é do equilíbrio das faculdades físicas, intelectuais e morais “que procedem os homens verdadeiramente superiores, os grandes homens úteis, os cidadãos prestáveis” (Ortigão, 1946, p. 50). O que se constata é que “ninguém se educa com o intuito de se completar como homem, de se formar como cidadão” (Ortigão, 1946, p. 40).

Além da educação, o meio físico onde os jovens se inserem vai condicionar os seus comportamentos. Fialho de Almeida apelida os bairros das velhas cidades de “bairros-gaiolas” (Almeida, 1992c, p. 93): são casas sem sol, com pouca água, um ar podre, sem asseio e alimento também escasso onde nascem muitas crianças. Os rapazes da rua correm, “flanando em bandos” (Almeida, 1992c, p. 94), troçando e insultando vendedoras e lojistas. A degeneração existe já neles: “as suas cóleras, inconsistentes, por acessos, que têm da impulsão monomaniaca dos degenerados, e dos contrassensos brutais das bestas carniceras!” (Almeida, 1992c, p. 94). Relativamente às raparigas, recorre ao diminutivo para salientar a fragilidade de quem cresce cedo de mais: “são quase todas umas velhinhas de mama, sem infância, sem ingenuidade, compostazinhas, tolazinhas, já cétricas e maldizentes (...) Tudo nelas, exceto a estatura, condiz ao modelo da mulher mal-educada, namoradeira, vaidosa, fútil, embirrenta, tão vulgar entre as mulheres de Lisboa” (Almeida, 1992c, pp. 94-95). Mas não são só as filhas dos operários com estes caprichos e sabedoria para fazer a corte aos homens, também as filhas de banqueiros o fazem, com “felina arte (...), desconhecidas larvas, rastejando-lhes no sangue mórbido que herdaram” (Almeida, 1992c, p. 95). Felinas porque traiçoeiras, larvas porque circulam no ambiente degenerescente que vem já da família. Novamente o meio contribui para esta decadência, seja nos colégios, seja nas modistas onde as mais velhas dão às mais novas “um curso de galantaria” (Almeida, 1992c, p. 95), mas também os aspetos genéticos: “a degeneração orgânica da casta, e a viciação do meio social, tornam-na já uma mulher vorazmente amorosa, constantemente solicitada pelo mau exemplo e pela tentação, com paixonetas e agasturas histéricas” (Almeida, 1992c, p. 96).

Não são apenas as pessoas degeneradas que são descritas nos textos fialhescos. Na crónica “Lisboa velha e Lisboa nova” [1890], Fialho afirma que já não são só as pessoas ricas

que têm acesso a peças de arte, pois a educação, “apesar de morosa e desleixada, deu aos nossos homens refinamentos intelectuais progressivos” (Almeida, 1994, p. 18). O autor alude igualmente à beleza das pessoas (que evoluiu para melhor), já que “Lisboa, terra clássica de mulheres feias, no dizer de viajantes, repele hoje aquela reputação” (Almeida, 1994, p. 21). Se elas pertenciam a “uma raça de brancas mulheres flexíveis e altas, cabelos castanhos e bocas em flecha, beleza mais intelectual do que física” (Almeida, 1994, p. 21), o autor refere que essa beleza era “fundada na cintila histórica dos olhos, na esquisitice das mãos, nas fragilidades da cinta” (Almeida, 1994, p. 21). A mulher da Lisboa nova é diferente da retratada anteriormente, uma vez que passeia, assiste a concertos e a peças de teatro, frequenta as praias e faz os *five o'clock teas*. Contudo, os apontamentos nevróticos mantêm-se e o que à primeira vista parecia perfeito, apresenta algumas imperfeições. Na adolescência, comportam-se como as meninas do colégio de *Mademoiselle* Hortense, provocantes já na sua inocência. No entanto, são mulheres que envelhecem precocemente. Esta mulher lisboeta mais refinada, que contribui igualmente para a criação da imagem da cidade, também não passou despercebida a Carlos Malheiro Dias, que corrobora as palavras de Fialho. Afirmo o jornalista literário que ela sai de casa com o seu missal para ir à modista, às lojas, às casas de amigas, à Avenida ou ao Campo Grande. Malheiro Dias, numa crónica de 1904 e inserida no primeiro volume das *Cartas de Lisboa*, descreve as suas capacidades quando anda na rua às compras, ela que “possui a ciência nativa e subtil de pisar a rua” (Dias, 1905a, p. 69) – sabe os preços de tudo e discute-os com os vendedores, mostrando-se poupada; por outro lado, gasta o dinheiro do marido nas coisas mais fúteis e supérfluas: “mas desforra-se no meticuloso cuidado – quase escrúpulo – com que defende o seu *porte monnaie* da excessiva gula do lojista. Esbanja o dinheiro do marido em mil coisas” (Dias, 1905a, p. 69).

Ironia à parte, Carlos Malheiro Dias reconhece que, ao andar pelas ruas da Baixa, esta mulher anima o comércio. O autor vai mais longe ao elogiar esta mulher lisboeta, afirmando que os melhoramentos na cidade se fizeram por ela: “para a lisboeta se calçaram melhor as ruas, se alargaram os passeios, se plantaram as árvores” (Dias, 1905a, pp. 70-71). Além disso, “ao caminhar retilíneo do homem confunde-se o passo ondulante da lisboeta” (Dias, 1905a, p. 72). A lisboeta tem ideias inovadoras e progressistas, assim como a capacidade de adaptação. Assimila facilmente os costumes e hábitos da moda, demonstra sedução pela novidade, sujeição ao formalismo, tem o feitio exibicionista e amor pela evidência, feitio buliçoso. Malheiro Dias concorda que, depois do meio-dia, a fisionomia da Baixa começa a alterar-se com a presença

destas figuras, pois as mulheres mais impacientes vêm da periferia para o centro em americanos (carruagens puxadas por cavalos que circulavam em carris) ou pelos elevadores.

Ramalho Ortigão também vai elaborar o retrato da vida da mulher lisboeta a propósito do lançamento do romance de Eça de Queirós, *O primo Basílio* (1878), numa *farpa* datada de fevereiro-maio de 1878. Afirma este autor que o livro em questão acusa a dissolução dos costumes burgueses, cujo sintoma é a falsa educação (Ortigão, 1951, p. 245), mais uma vez aflorando um tópico muito caro às figuras da Geração de 70, da qual ambos os autores fazem parte. Informa Ramalho que nas casas lisboetas “não há interesses de espírito, nem há instrutivas ocupações práticas” (Ortigão, 1951, p. 249) que as meninas possam desenvolver, não há jardins para brincar nem bibliotecas. Quando vão para o colégio, com sete anos, aprendem francês e inglês e piano em casa. Todavia, o autor considera que nada disto lhes proporciona conhecimentos da vida e da natureza e como consequência, as meninas não se interessam por nada nem por questões domésticas, porque nada sobre isso aprenderam. Quando atingem os dezassete ou dezoito anos começam a frequentar o teatro, a ler romances e a conversar com os homens. Considera Ramalho que estas raparigas são puras bonecas “com uma cabeça oca” (Ortigão, 1951, p. 252). Quando casam, sonham com a vida lida nos romances e o seu ideal de homem é o dândi, com o qual não evitarão ter uma relação se tal se proporcionar (Ortigão, 1951, pp. 255-256). Estas mesmas ideias haviam sido transmitidas noutra crónica de fevereiro de 1875, indo mais longe e comparando as meninas inglesas às portuguesas, partindo para tal de palavras de Taine (Ortigão, 1947, p. 253), um dos grandes teorizadores que serviram de base à Geração de 70 e que, através da sua obra *Histoire de la littérature anglaise* (1864), ajudou a que estes autores pudessem percecioner a imagem de Inglaterra antes de a visitarem. Em suma, os vários jornalistas literários, em diferentes períodos da cidade lisboeta, retratam o mesmo tipo de mulher, não esquecendo que a educação teve um papel fulcral para a formação da mesma.

Com sensibilidade de médico, Fialho sugere, para acabar com a degeneração hereditária, que se evitem casamentos doentios, confirmando-se antes da união o estado de saúde do homem e da mulher (Almeida, 1992c, p. 99). Ora este é precisamente um dos conceitos eugénicos, de acordo com Almerindo Lessa³⁶: “a desgraçada procriação que fazem os pais velhos, debochados

³⁶ Almerindo Lessa (1909-1995). Hematologista, antropólogo e professor universitário português. Organizou o Serviço de Transfusão de Sangue nos Hospitais Cívicos portugueses em 1940 e mais tarde nas então colónias portuguesas de Cabo Verde, Angola, Moçambique e Índia. Escreveu muitas obras, repartidas entre as suas especialidades médicas - hematologia, ecologia humana e gerontologia -, a higiene social, a antropologia cultural

ou enfraquecidos” (1938, p. 9); o outro é “a fatalidade dos casamentos consanguíneos” (p. 9). A eugenia teve no seu principal teorizador Francis Galton (1822-1911), que preconizava a distinção dos elementos geneticamente mais aptos nas populações humanas dos mais débeis. O objetivo era favorecer a reprodução dos primeiros e evitar a dos segundos. Quando os focos de degenerescência são extintos, mantém-se os elementos saudáveis, que levam ao aperfeiçoamento da raça pelas qualidades hereditárias dos indivíduos. Em Portugal, a eugenia revelou-se na prevenção de doenças e de deficiências hereditárias (Revez, 2009, pp. 410-411). Almerindo Lessa, um ‘outro’ cientista português foi rejeitado pelos seus colegas universitários, encarando a oposição da Igreja e a perseguição da Censura quando escreveu *Exortações eugénicas* em 1933. Nas diferentes tendências eugénicas apresentadas neste texto, elas são combinadas com a hereditariedade e com o ambiente (Cleminson, 2016), numa reminiscência no século XX da importância da teoria determinista de Taine. Almerindo Lessa confirma que os conceitos eugénicos faziam parte da doutrina médica do século XIX, logo Fialho conhecia-a. E moldava os seus pensamentos de acordo com estas ideias. Os seus textos que mais evidenciam esta teoria são “Um juízo do ano” (n.d.), em *Barbear, pentear*, “Atentados ao Pudor” de 5 de maio de 1889, em *Pasquinadas*, e “Enjeitados em Portugal” (12 de julho de 1903), de *Vida errante*. No entanto, Costa Pimpão afirma que Fialho não era eugenista, mas queria o apuramento da população por ser um amante da beleza física (1945, nota pp. 25-26 e p. 56).

Numa cidade com bairros de ruelas escusas e escuras, a noite revela os seus habitantes mais pobres e miseráveis e o vício que os corrompe. Uma educação desadequada, que não estimula nem o físico nem o intelecto e que, pelo contrário, excita os sentidos para o sexo desde muito cedo, vai contribuir para uma vida degenerada em que os crimes mais díspares acontecem frequentemente. É esta a imagem que transparece nos textos jornalístico-literários de Fialho de Almeida, mas também de Ramalho Ortigão, principalmente (não esqueçamos que este autor foi diretor do Colégio da Lapa, no Porto, propriedade de seu pai), como se pode verificar pela consulta da tabela que se segue: o vocabulário utilizado pelos jornalistas literários para se referirem às raparigas / mulheres ou aos rapazes / homens degenerados e com uma educação desajustada, na sua opinião, transmite a negatividade própria de autores que pretendem revelar um dos pontos fracos da população portuguesa, em geral, e lisboeta, em particular.

e o aprofundamento das relações luso-brasileiras. A rua em que está implantado o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas tem o seu nome.

Tabela 10 – Vocábulos utilizados pelos autores e citados nesta secção

Autores	Nomes		Adjetivos		Verbos
<i>Fialho de Almeida</i>	Decilitreiro	Fuligem	Balofo	Sepulcrais	Escarra
	Lesmas	Calafrios	Emborcados	Noturna	Rasgasse
	Açaimo	Tabernas	Bovinos	Criminal	Ruíam
	Alfurja	Sombras	Broncos	Sórdidos	Apodrecem
	Murraça (2×)	Crime	Orgíaco	Raquíticas	Curvam-se
	Suor (2×)	Conspurações	Histéricas	Cabisbaixos	Padece
	Animalidade	Bactérias	(2×)	(2×)	Enfraquecendo-se
	Cadela(s) (2×)	Doenças	Erótica	Desinteressados	
	Corça (2×)	Tristeza (2×)	Sensuais	Apático	Encurtar-se
	Gata	Melancolia	Enfezada	Espectral	Dificulta-se
	Perdição	Degeneração(ões)	Trémula	Idiota	
	Bácora	(2×)	Soturna(s)	Lívidos	
	Sucção	Perversões	(2×)	Hirtos	
	Palpar	Definhamentos	Fuliginosas	Promiscua	
	Boémio	Privações	Pegajosa	Doentia	
	Vagabundo	Ruínas	Imundo	Brutais	
	Escravas	Palidez	Rachadas	Mórbido(a)	
	Vagabundagem	Degenerados	Vesgas	(2×)	
	Vício	Bestas	Passiva		
	Treva	Larva	Desdentadas		
	Silêncio				
<i>Ramalho Ortigão</i>	Caspa	Atrofia	Casposa	Entristecidas	
	Apatia	Preguiça	Suadas (2×)	Mortos	
	Inação		Magricelas	Descoradas	
	Entorpecimento		Cuspinhento	Pelindra	
			Apedantado	Esbandalho	
			Suja	Medonha	
			Dobradiços	Oca	
			Fatigados		
<i>Oliveira Martins</i>	Fedor		Pesado	Simiescos	Asfixiava
	Náuseas		Sufocante	Sanguíneo	
	Porcaria		(2×)		
			Repelente		
<i>Paulo Osório</i>	Debilidade (2×)		Atrofiado		
			Grosseiro		

Fonte: Elaboração própria

Estes dois homens de letras (Fialho e Ramalho) dedicam muitas das suas palavras à questão da educação nacional. Contudo, Ramalho, por virtude do contacto dos elementos da Geração de 70 com a cultura inglesa, estabelece uma comparação com o tipo de educação britânica, que forma os dirigentes do império comandado pela rainha Victoria. A ideia de Lisboa decadente nos valores veiculada por Fialho é a mesma de Eça de Queirós em *O primo Basílio* (1878) ou *Os Maias* (1888), o que revela que, tanto na ficção como no jornalismo literário, a educação era um tema recorrente e uma preocupação para os intelectuais da viragem do século.

6 - Tecido urbano e paisagístico

A capital de Portugal não é constituída apenas por bairros miseráveis, como poderá parecer pelas palavras de Fialho de Almeida. A cidade na viragem do século XIX, que se encontra em transformação, apresenta outros locais que servirão de análise ao autor, como a Avenida da Liberdade, o bairro da Lapa, ou feiras ou touradas onde a população se divertia. Porém, nem só da cidade dos vivos se ocupa este autor; também a cidade dos mortos lhe merece atenção. O cemitério dos Prazeres (1834), cuja construção é inspirada no modelo do Père-Lachaise parisiense (1804), é objeto de reflexão por parte de Fialho de Almeida, numa manhã em que até lá se desloca, na sua crónica de 2 de julho de 1892 de *Os gatos*. O autor constata que há analogia entre as ruas do cemitério com certas ruas da Baixa, pois cada mausoléu tenta chamar a atenção sobre si próprio com as inscrições que exhibe. Por exemplo: “Virtuoso pai de família – os afetos domésticos foram para a sua alma pura uma aspiração do céu” ou “Modelo de amizade – os duros sacrifícios que ela às vezes exige, lhe pareceram sempre suaves”. Também, como nas cidades, há casas novas ao lado de casas velhas: “Ao pé dos bairros velhos, onde sepulcros tisnados pela idade, esquecidos de coroas, e com as inscrições delindo à lima do desleixo, poisam (...) outros bairros recentes, de pedras brancas, legendas novas, flores e passeios marginais acabados de bater” (Almeida, 1992f, p. 52). Fialho afirma até que há jazigos com campainha e penico, porque “os cemitérios de Lisboa não passam afinal de grandes feiras

de chacota, onde a galhofa dos vivos parece que se compraz a fazer surriada aos que estão mortos” (Almeida, 1992f, p. 50).

Mais uma vez compara o cemitério dos Prazeres à cidade de Lisboa: “o cemitério possui a sua baixa, o seu Buenos Aires, o seu Campo de Ourique, o seu Bairro Alto, e a sua Alfama” (Almeida, 1992f, p. 52). Há casebres, palácios-mansardas, *chalets*, palacetes e os jazigos municipais são os grandes prédios de seis andares. A par desta urbe silenciosa estão as campas rasas:

as ruas quadriculam para dentro dos seus marmóreos quarteirões pequeninos quintais de campas rasas, números brancos com placas negras, ciprestes, cedros, moitas de arbustos, erva e jaziguinhos de pobres com parapeito de sacada. É a cidade obscura dos de caixões à terra, dos prometidos das larvas, tragados por não poderem pagar-se uma salgadeira de pedra com perpetuidade, longe dos roedores subterrâneos (Almeida, 1992f, p. 53).

Também aqui se encontram diferenças entre os mais abonados, pois “têm grades de pau, e leitos de ferro entrelaçados de sardineira e rosas de tocar” (Almeida, 1992f, p. 54). E após diferenciar os epitáfios de pobres e ricos, valorizando a singeleza das palavras dos primeiros e criticando a soberba e falta de humildade dos últimos, deixando transparecer a sua opinião de jornalista, como lhe permite o jornalismo literário, conclui:

O culto aos mortos, com doloroso soluço da saudade perpetuando a fé nas lápides das tumbas, eis em que o tornaram as desmoralizadas raças lisboetas, sem poesia doméstica, sem laços de família, sem religiões, sem crenças, sem delicadeza de alma e sem carácter, gentes que atiram aos mortos o escárnio da mais jogralesca literatice, pondo na cidade de espertos o mesmo cunho deles que a capital do país há muito tem (Almeida, 1992f, p. 57).

A cidade dos mortos é, desta forma, um reflexo da urbe dos vivos até nas palavras que perpetuam a memória dos que haviam partido. A ideia de que um cemitério é equivalente a uma cidade é confirmada por André quando afirma:

os Cemitérios Municipais da Lisboa Oitocentista, os mais periféricos dos equipamentos urbanos liberais, foram pensados e delineados por razões higienistas, como um espaço funcional, regular e simétrico, no qual as

construções tinham apenas de ser ‘decentes’ com centralidades (praças e ruas principais) e periferias (ruas secundárias e de limite) em tudo semelhantes à morfologia urbana da cidade (André, n.d, p. 66).

O facto de haver distinção nos túmulos e nas referências à vida terrena de quem lá está sepultado prende-se com o facto de ter havido uma alteração na forma de pensar e sentir a morte: os cemitérios passam a representar a memória da vida (André, n.d, p. 66). O espaço do cemitério começou a revelar marcas de uma burguesia em ascensão, e essas marcas traduzem-se na construção de jazigos, que progressivamente foram tendo maiores dimensões.

Já em 1881, na rubrica “Zigue-Zagues” do *Novidades* de 13 de janeiro, Fialho havia dedicado um longo texto aos ritos funerários da época. A sua preocupação era higiénica e apresenta aos leitores uma imagem dos cemitérios nada salubre:

as sepulturas, tão pouco fundamento talhadas e tão prematuramente removidas, fazem dos cemitérios enormes focos de podridão, donde se levantam, em nuvens os miasmas, que as brisas regulares, já das montanhas, já trazidos sobre as correntes do Tejo, todos os dias arrojam em corrente para a atmosfera paludosa da cidade (Almeida, 13 de janeiro de 1881, p. 2).

Ramalho Ortigão, em março de 1882, em *As farpas*, partilha a mesma opinião:

Lisboa é um seminário de micróbios.

Em nenhuma outra cidade do mundo se cultiva hoje o miasma com mais esmero, com mais arte, com mais amor.

O caneiro de Alcântara é o grande gasómetro do vírus infeccioso. Os cemitérios dos Prazeres e do Alto de S. João são os dois Alvielas canalizados dos gases deletérios. (...)

Cada bairro, cada rua, cada casa tem o seu miasma especial (Ortigão, 1948, pp. 291-292).

A semelhança de opiniões que transparece nos dois trechos é evidente, revelando uma preocupação destes jornalistas literários com a saúde pública da capital. Acaba por ser esta a situação que levou as autoridades a estabelecerem planos para novos cemitérios, uma vez que já desde o século XVIII havia queixas de corpos não enterrados quando não havia campos

abertas suficientes e de exalações de podridão (André, n.d., pp. 77-78). Fialho, na mesma crónica, critica o facto de os cemitérios da cidade estarem mal situados e de serem pequenos e poucos para a quantidade de mortos que as várias doenças provocam: “os aneurismas estoirados, as hipertrofias, os tubérculos, as meningites, os tifos e a sífilis com toda a variante enorme das discrasias do sangue” (p. 2). Critica ainda o facto de os dois cemitérios municipais (Prazeres e Alto de S. João) estarem pouco altos e pouco afastados das habitações e de as condições geológicas dos terrenos não serem as melhores para a instalação dos mesmos. Vai mais longe e afirma que a epidemia de tifo ocorrida em 1880 em Alcântara se deveu às escorrências dos Prazeres. Fialho une, através da doença e da morte, as duas cidades que compõem a capital portuguesa. Como jornalista literário que é, não descure nenhum pormenor por si observado, não deixando ao mesmo tempo de deixar transparecer a sua interpretação dos factos que transmite ao leitor como sendo verídicos, objetivos e fiáveis.

No caso das valas comuns, o autor em estudo afirma que a situação é muito grave, uma vez que não são muito profundas e comportam muitos corpos que são levantados antes do tempo adequado (cinco ou seis anos). Juntando às condições geológicas do terreno, algo de muito grave acontece:

o terrível invasor miasma, que se nutre da morte e da podridão, ganha força e multiplica-se, (...) [vem] espalhar-se às ondas, faminto e devastador, sobre a população asfixiada já pelos animálculos da sargeta, pelos fétidos de *ménage* e pelas fermentações do saguão (Almeida, 13 de janeiro de 1881, p. 2).

Em face desta situação trágica para a higiene pública, Fialho apresenta a sua ideia para solucionar o problema: deve abolir-se o cemitério e substituir o enterramento pela cremação. Já em 1856 o Marquês de Sousa Holstein havia escrito o artigo “Inconvenientes dos cemitérios sua substituição pela ustão dos cadáveres”, propondo a cremação como estratégia para evitar os problemas de saúde pública (André, n.d., p. 95). Mas o desejo fialhiano de renovação dos ritos fúnebres é tal que dá sugestões até sobre a arquitetura do crematório e os compartimentos que devia ter o edifício e as suas funções. Mais uma vez, o lado médico e científico de Fialho transparece nos seus textos. Por outro lado, o jornalismo literário é o jornalismo comprometido que pretende a mudança, situação que, aliás, aconteceu em Inglaterra na sequência da investigação de W. T. Stead e exposta em “The Maiden Tribute of Modern Babylon” (o comércio da prostituição infanto-juvenil), que teve como consequência o parlamento britânico

aprovar legislação que passava o consentimento sexual legal para os dezasseis anos (Santos, 2007, p. 215).

Não é Fialho de Almeida o único autor que alude aos cemitérios. Ramalho Ortigão, na obra *Pela terra alheia*, desloca-se ao cemitério Père-Lachaise, em Paris, no dia de Finados de 1867, onde “as árvores têm uma sombra mais triste do que entre nós, os arruamentos, os túmulos, as inscrições, as flores mesmas, um aspeto mais recolhido e mais funerário” (1949, p. 38). Guilherme de Azevedo refere igualmente o dia de Finados e a “peregrinação” (2000, p. 88) que se faz aos cemitérios para depositar flores nos túmulos das “vastas necrópoles parisienses” (2000, p. 250). Denota-se uma vasta diferença entre as palavras de Fialho e as dos jornalistas literários que andaram por Paris, uma vez que aquele apresenta propostas de resolução de um problema de saúde pública e estes apenas observam em poucas palavras um ritual no dia de Finados.

De volta à cidade dos vivos, depois de observarmos que uma não é indissociável da outra, na crónica “Lisboa velha e Lisboa nova” da obra *Lisboa galante* [1890], o autor faz a comparação entre a capital antiga, como teria sido nos tempos de el-rei D. João VI, e a da atualidade em que escreve. Era uma “cidade de frades, beatas e desembargadores, soturna de noite, (...) com lendas de fadistas que enchiam a província de pânico e de epilepsia a prosa dos jornais; e tabernas onde noite e dia o gás flambava, nimbando a fumarada dos cachimbos” (Almeida, 1994, p. 11). A nível físico, o autor afirma que os prédios eram altos, estreitos e irregulares, encostados uns aos outros, com “varandas decrépitas” (Almeida, 1994, p. 11). As lojas tinham muitos produtos e delas “vinha um tal cheiro de ratos, queijo assado e roupa velha” (Almeida, 1994, p. 12). De vez em quando surge nestes bairros

um velho palácio brasonado, desconforme como os mausoléus de Tebas, quadrado, derruído, singular de velhice e majestade! Os portais desenham-se em pedra esculpida, mas instalou-se uma carvoaria no pátio; por cima, a sobreloja serve de pouso a pobres cantores da rua, cegos simples e compostos, tamborileiros galegos, rapagoilas de pandeireta, realejos com e sem macaco (Almeida, 1994, p. 12).

Os palácios que outrora eram a manifestação da opulência tornaram-se decadentes no exterior e no interior, albergando habitantes ‘outros’ da cidade. Também Carlos Malheiro Dias, jornalista literário, enumera os palácios decadentes em Lisboa nas suas *Cartas de Lisboa*: o

palácio do Calhariz, pertença dos duques de Palmela; o antigo palácio do Manteigueiro, na Rua da Horta Seca, mais tarde residência dos condes da Torre e dos viscondes de Condeixa, agora pertença da família Gonçalves; na Calçada do Combro, o palácio dos marqueses de Olhão, que é agora um albergue “onde se amontoam famílias, se acotovelam pequenas indústrias e casas de comércio, se alojou a repartição de fazenda e se instalou a tipografia de um jornal” (Dias, 1905, p. 101) (como na referência elaborada por Fialho); no Largo de S. Roque, o antigo palácio dos marqueses de Niza que tem uma Companhia de carruagens; o palácio dos Castromarim; o palácio dos Sobrais, então Caixa Geral de Depósitos; o palácio dos viscondes da Lançada tem a redação d’*O Século*; o palácio dos Mellos é um colégio masculino. Ou seja, o que antigamente fora luxo era à época de Fialho de Almeida e Carlos Malheiro Dias decadência, física e social.

A Lisboa atual havia mudado: os palácios de famílias extintas ou arruinadas tinham-se desmoronado e cortaram-se novas ruas para criar novos bairros, “partindo a cintura de muralhas num *charivari* de construções podres de chique; fazendo dos arrabaldes, centros; trepando aos outeiros, ou alastrando-se como um acampamento nómada, à beira do rio” (Almeida, 1994, p. 16). As novas casas ricas aligeiraram o seu estilo e foram construídas com o de Paris, tópico também aludido por Malheiro Dias, considerando o autor que nos últimos anos houve uma evolução para pior da capital:

Esta Lisboa irrequieta e boémia, que assalta as bilheteiras dos teatros, que veste à francesa, que come à francesa, que delira pelas atrizes francesas; esta Lisboa incaracterística e quase cosmopolita, que substitui as criadas pelas *bonnes*, as professoras pelas *institutrices*, as costureiras pelas *coupeuses*, o amor pelo *flirt*, tendo perdido os hábitos caseiros, desassociou-se por tal forma, que perdeu quase totalmente esse caráter mundano, que foi o orgulho das sociedades elegantes nos reinados de D. Maria II, D. Pedro V e D. Luís I. Os teatros mataram os salões. Lisboa esqueceu os talentos de se divertir a si própria. Paga para que a divirtam (Dias, 1905, p. 263).

A crítica à forma de construção parisiense surge igualmente em Eça de Queirós na crónica “O francesismo” (1887), onde declara que “Portugal é um país traduzido do francês em vernáculo” (Queirós, 1981b, p. 147), apontando várias situações de imitação e culminando com o caso da literatura. Este apreço e deslumbre pela capital francesa deve-se à vida luxuosa, elegante e boémia e à genialidade artística de Paris (Magalhães, 2014, p. 23). E a crítica à cópia do que é francês encontra-se igualmente no romance queirosiano *Os Maias* (1888), romance

este que originou um artigo de Fialho de Almeida (“Os Maias”, 20 de julho de 1888) inserido na obra *Pasquinadas (jornal d’um vagabundo)* contra o seu autor por denegrir a imagem de Lisboa e recorrer a francesismos – quando Fialho os utilizou inúmeras vezes. Este texto teve resposta de Eça numa carta de 8 de agosto de 1888 e está inserida na obra *Notas contemporâneas* (1981b, pp. 213-216). Esta revolta contra Eça de Queirós inicia-se com este artigo, ao contrário do havia acontecido até então (“Crónica Lisbonense” na revista *Museu Ilustrado* de 1878, a secção “Can-can” do jornal *Novidades* de 16 de novembro de 1879 e “Eça de Queirós” de 1881, em *Figuras de Destaque*, apresentam ideias muito positivas sobre o escritor). A mudança deve-se a vários fatores, de acordo com Revez. Uma das razões poderá ser a inveja dos sucessos pessoais e literários de Eça; outra será o facto de Fialho não ser reconhecido pelo autor de *Os Maias*, revelando até algum desprezo pelo seu trabalho e pessoa; finalmente, Revez aponta a divergência estética entre os dois escritores como outra razão para o afastamento (Revez, n. d., pp. 136-137).

Através de Carlos Malheiro Dias ficamos a conhecer as novas avenidas com construções que se edificam rapidamente. É o caso da Fontes Pereira de Melo, da António Augusto de Aguiar, da Praça do Marechal Saldanha e de todas as transversais, assim como a Ressano Garcia (atual 5 de Outubro), que estava em desenvolvimento aquando da escrita da crónica inserida na coletânea *Cartas de Lisboa*. No entanto, critica-se o gosto pela mudança constante do lisboeta e a má construção destas casas novas a preços exorbitantes, assim como o abandono de casas mais antigas nos arredores na troca por casas novas no centro da cidade (Dias, 1905a, pp. 278-281). Também este autor, à semelhança de Fialho, se permite dar a sua opinião sobre os assuntos abordados nos textos, característica possível nas obras de jornalismo literário.

Este autor fala ainda dos planos urbanísticos para a capital e o que já está feito, permitindo aos leitores (seus contemporâneos e atuais) visualizar a transformação que a cidade de Lisboa vivia no momento:

além do parque Eduardo VII, projetado ao fim da Avenida da Liberdade, com entrada pela rotunda do Marquês de Pombal, e limitado pelas novas avenidas de Fontes Pereira de Melo, António Augusto de Aguiar, rua do Marquês da Fronteira e prolongamento da rua Castilho (...) se delineara um vago projeto de um outro parque, este vastíssimo, no Campo Grande, o qual, pela sua área imensa, pelo seu traçado e cultura especiais, estava destinado a ser em Lisboa o que o Bosque de Bolonha é em Paris e o Hyde Park em Londres: - um passeio

para desfile de equipagens e cavaleiros; um verdadeiro campo de parada para o luxo dos ricos e um logradouro de sombra, de frescura e de quietação para os pobres, nos seus repousos do domingo (Dias, 1905 b, p. 212).

Relativamente ao Parque Eduardo VII estavam projetados cafés concertos, restaurantes, coretos, um teatro infantil, tudo para divertimento da população. Por desentendimento com uma empresa francesa que se dispunha a construir e a explorar o espaço, construiu-o a Câmara Municipal, pelo que se tornou um projeto mais modesto. Quanto ao Campo Grande, o autor tece considerações sobre a dificuldade em executar o projeto. Por um lado, já existe um passeio para carruagens e a expropriação de terrenos seria extremamente cara; por outro, a sua localização é muito distante do centro; a fisionomia do terreno também não permitiria a existência de um jardim exuberante. O Campo Grande era um espaço onde acorriam cavaleiros e amazonas às segundas e quintas-feiras, mas aos domingos enchia para passeios a pé (Magalhães, 2014, pp. 131-132). No entanto, Ramalho Ortigão, olhando para a Inglaterra, afirma que é em Hyde Park que existem as amazonas. Na sua opinião, e contrariamente, “em Lisboa o que há é cavalos que *andam a menina*” [sic] (1943, p. 98).

Na imersão na cidade, Fialho de Almeida passeou igualmente num bairro rico, na zona da Lapa, Buenos Aires, um bairro “da alta finança, sem lojas, nem pregões” (Almeida, 1994, p. 17), habitado principalmente por ingleses e que apresenta, consequentemente, características da vida urbana britânica. A modernidade surge no vidro inteiro nas janelas, “de um cristal puro” (Almeida, 1994, p. 17), proporcionado pelo avanço tecnológico na indústria vidreira, e nos estores de seda e alcatifas, ao lado dos tradicionais “corrimões de bronze, *lambrisées* de mogno, sob uma cúpula em *vitrail*” (Almeida, 1994, p. 17), concorrendo para a ideia de que estas habitações são pequenos museus. O autor continua a descrição da riqueza e do luxo, mencionando estatuetas com globos de alabastro, jarrões com plantas raras, espelhos com molduras de ferro forjado, estufas nos jardins com plantas exóticas. O que se constata é que Fialho de Almeida não faz os seus percursos citadinos apenas pela Lisboa noturna e negativa. À semelhança dos outros jornalistas literários em estudo que se deslocaram a Londres, não é só o *East End* da miséria a ser retratado. Oliveira Martins, por exemplo, reconhece a dualidade da capital britânica: “nos dois polos, de oeste e de leste, tem Londres o zenite e o nadir da vida” (Martins, 1951, p. 225) - o *West End* próspero por oposição ao *East End*. Esta divisão (*West End / East End*) foi salientada também por Santos, que afirma “esta não é uma demarcação exata e objetiva, uma vez que cada hemisfério não existe sem o seu contraponto e porque os

seus marcos divisórios não permanecem isolados” (2007, p. 307). No entanto, este lado diurno, das “janelas com esplêndidas vidraças, como espelhos, através das quais se adivinham as poltronas incomparáveis e os tapetes mais macios” (Martins, 1951, p. 35), surgem simultaneamente “com palácios negros, arcadas que parecem antros, colunas que parecem postes de carvão” (Martins, 1951, p. 35). É como se a visão negativa da cidade condicionasse a Londres diurna, de “amplas avenidas modernas (...) arborizadas como os *boulevards* de Paris” onde “rodavam os *tramways*” e cujas “vidraças das lojas profusamente iluminadas, projetavam clarões sobre a gente que circulava” (Martins, 1951, p. 222), causando no autor “uma impressão singular de grotesco-trágico” (Martins, 1951, p. 33). Oliveira Martins não deixa, no entanto, de fazer a descrição do *home* inglês, luxuoso:

A porta reluz com os fechos amarelos brunidos todos os dias; os vidros das janelas não têm um grão de poeira, nem uma mancha de água. Por fora há flores quase sempre nos parapeitos; por dentro há sempre cortinas, mais ou menos ricas, mais ou menos conchegadas. Tem tudo um ar de limpeza e conforto abastado. Às vezes, em frente da casa, rasga-se um fosso defendido por uma grade que limita a rua; outras vezes é um pequeno jardim; (...) Ao rés-do-chão ficam as salas de visita e do jantar; nos dois pavimentos altos, os quartos (Martins, 1951, pp. 36-37).

O *home* inglês visto por Oliveira Martins foi transposto para a Lisboa de Fialho de Almeida. Era também num *home* que Jaime Batalha Reis habitava, em Torrington Square, perto do Museu Britânico, um largo arborizado com uma “rua estreita e asfaltada, sempre varrida e escrupulosamente lavada” (Reis, 1988, p. 114), que contrasta com as ruas imundas de Whitechapel, as ruas onde Jack, o Estripador cometeu os seus crimes e que Reis tão pormenorizadamente descreveu como jornalista literário, contrastando, de igual forma, com os antros miseráveis que Fialho descreve.

Ramalho Ortigão, em *John Bull*, por seu lado, transmite a impressão do ambiente interior nos momentos de refeições destas casas abastadas (Ortigão, 1943, pp. 66-67). Aliás, as refeições no *West End* londrino são novamente referidas por este autor com uma alusão clara ao lado diurno e iluminado da cidade de Londres ao fazer referência aos jantares “ao clarão dos lustres e algumas vezes mesmo (...) ao som duma orquestra” (Ortigão, 1943, p. 104). No entanto, o que se denota em Ramalho é uma grande discrepância entre o interior respeitador e o exterior promíscuo, uma vez que em St. James e entrando em Hyde Park à noite, “no centro

do mais rico e do mais aristocrático bairro da cidade” (Ortigão, 1943, p. 110), o autor se depara com situações de prostituição. Como Oliveira Martins, Ramalho também transmite a imagem dual da capital do império britânico: por um lado o brilho do luxo interior, por outro a decadência que se observa no exterior.

E quando poderíamos pensar que apenas as cidades de Lisboa e Londres demonstram a dualidade dia / noite, claridade / escuridão, eis que surge Paris com “*boulevards* resplendentes de luz” (Azevedo, 2000, p. 69). A capital francesa não deixa de ter a sua dicotomia, pois “a cidade pode estar à beira do abismo; entretanto, o que é certo é que nos *boulevards* não se dá por isso” (Azevedo, 2000, p. 82). Será apenas Guilherme de Azevedo, de entre os autores que se debruçam sobre Paris, a apresentar não apenas os locais elegantes, como o Bosque de Bolonha ou o Trocadero, mas não se esquecendo de fazer referência ao lado mais negativo da urbe. No entanto, são apenas estas poucas palavras que diretamente revelam a duplicidade da capital francesa. Não devemos esquecer que, como revelámos na Tabela 2, poucos autores se dedicaram a Paris. Assim, e apesar da escassa referência a esta última cidade, mostrar as capitais com uma imagem dual era um tema recorrente nos jornalistas literários da viragem do século XIX.

Circulando de novo em Lisboa (na crónica “Lisboa velha e Lisboa nova”), Fialho passeia pelos bairros novos da cidade, constatando que cada vez há menos locais de diversão para o povo, “e dentro de pouco só lhe restará a taberna lóbrega, nas baixas dos prédios velhos, em ruas de sombra, para aprazimento das suas horas ociosas” (Almeida, 1957, p. 124). Ficamos a saber que as hortas foram acabando, as feiras e arraiais iam sendo proibidos, as praças de toiros iam sendo desmanteladas. Tirando o chinquillo e os circos tauromáquicos, sobra o Jardim Zoológico, “as tabernas sem sol nos becos e ruas lamacentas” (Almeida, 1957, p. 125), as missas, o sol nas ruas, os teatros e espetáculos “que obrigam o pobre diabo a estar manietado a uma cadeira, onde só pode – quando pode – apoiar uma das nalgas” (Almeida, 1957, p. 125).

No entender de Fialho de Almeida, a horta era um sítio alegre, “com as suas reminiscências de vida bucólica, e o seu peixe frito numa banca de pinho, por baixo das latadas” (Almeida, 1957, p. 126). Era um local onde as pessoas se divertiam, iam e vinham a pé, havia guitarradas e chinquillo. Em suma, eram os locais que traziam à lembrança o Alentejo do autor e a autenticidade dos valores.

As feiras foram proibidas por serem “um lugar de deboche e vilanagem” (Almeida, 1957, p. 127). Estes espaços de diversão existiam no largo das Amoreiras e em frente a Santa Maria de Belém - estas feiras estavam presentes em vários locais da cidade: no Campo Grande, a mais antiga, em Belém, que começou também como mercado abastecedor e era a mais concorrida, e nas Amoreiras e, mais tarde, em Alcântara, Santos e na Rotunda. Nesses espaços encontravam-se teatros, fantoches, restaurantes, barracas de ‘comes e bebes’, tiro ao alvo, tómbolas, figuras de cera e outras animações (Magalhães, 2014, p. 278-280). Diz Fialho que havia tendas de lonas com objetos e alimentos para vender, carrosséis, “fachadas policromas de teatros de mágica, ginástica, mímica e dança” (Almeida, 1957, p. 127). Já na *Correspondência de Leiria*, na crónica de 3 de setembro 1876, Fialho de Almeida havia falado da feira de Belém, muito concorrida às quintas-feiras e domingos. Na altura era novidade uma barraca de antiguidades, mas o autor não perde a veia irónica quando fala do rosto da mulher que lá estava: “talvez o objeto mais raro da barraca depois do navio e do dono da barraca” (p. 2) e não perde a oportunidade de fazer crítica: “a barraca do bazar das *creches*, com teto de zinco, pintada de azul e branco, com frisos de ouro – diga-se aparatosa demais para um bazar de caridade” (p. 2). A feira é o local onde a classe elegante gasta dinheiro nas “sortes a vinte réis” (p. 2). Para o autor, o encerramento destas feiras deveu-se ao facto de serem uma exposição de coisas pobres, para pobres. Por oposição, considera que nos bairros centrais da capital as comédias e revistas são abjetas, e as atitudes dos ricos e políticos para com os mais necessitados não acompanham os deveres de uma cidade civilizada: não tratam da higiene nem de desportos físicos, não apoiam as crianças desde que nascem até que começam a trabalhar nem trazem ideais novos para as necessidades do espírito e do corpo (p. 2).

As touradas foram outro tópico afluído nos textos fialhianos, e na crónica de 4 de junho de 1876, na *Correspondência de Leiria*, o autor fala da tourada dos “fidalgos” (p. 2), onde compareceu a mocidade aristocrata, e onde se viu a opulência, muitas carruagens, criados, roupa esplêndida, mulheres (umas lindas, outras horríveis) e rapazes doidos. Nas palavras do autor, era “a ‘elite’ da sociedade chamada o ‘high-life’” (p. 2). Mais tarde, numa crónica publicada em 15 de janeiro de 1891, Fialho informa que o senhor Carlos Testa, por humanidade, pediu o fim das corridas de toiros. Porém, elas continuaram, apenas com a Praça do Campo Pequeno, uma vez que somos informados de que a do Campo de Santana fora demolida. Sendo a maior praça de touros do país à época, a crítica fialhista ao recinto do Campo Pequeno não deixa de surgir. Por fora o edifício impõe grandeza, mas “ao estilo macaco-árabe dos nossos amigos espanhóis” (Almeida, 1992f, p. 110). O interior é ainda mais negativo, pois “é a miséria exígua

e pelintra dos janotas de fato rico e de tripa vazia” (Almeida, 1992f, p. 110). O público, como se vê, não é o melhor, e a decoração revela falta de gosto: as muralhas são altíssimas, de tal forma que parece que se estão a ver correr os touros dentro de um poço; os camarotes estão “à sombra duma reles colunata de *gare* pobre, delgadinha, anémica, em ferro fundido, sem capitéis nem bases historiadas, separando-os por baías de cavalaria, e pondo-lhes um balcão de quarto andar na dianteira” (Almeida, 1992f, p. 111); a tribuna real é “uma espécie de gaiola” (Almeida, 1992f, p. 111) pequena, com “colunatas e rendinhas de ferro fundido no estilo municipal dos quiosques de verter águas” (Almeida, 1992f, p. 111); o corrimão da trincheira falsa

é um pobre fio enfiado em suportes de ferro mal batido; nas escadarias e patamares dos setores não há lugar para um vaso ou uma estátua; os *fauteuils*, que são dos lugares mais caros, além de incómodos e duros, quase não deixam fazer ao espetador um movimento (Almeida, 1992f, p. 112).

Assim, como jornalista literário, Fialho não se coíbe de expressar a sua opinião e critica a Câmara Municipal por não ter um departamento que afira a segurança e o gosto artístico das construções que autoriza. Volta a manifestar a mesma opinião na crónica “Lisboa Monumental” [1906]: “deviam ter um conselho artístico por cujo voto os respetivos projetos passassem” (Almeida, 1960, pp. 79-80).

Outro espaço da capital portuguesa que merece destaque pela negativa é o edifício do Hospital de S. José, que se encontra em mau estado de conservação e não oferece condições de segurança e higiene para os seus frequentadores, pelo menos desde os tempos de estudante do autor. É um “dédalo inextricável de escadinholas e corredores sinistros, (...) [uma] incomensurável arca de Noé” (Almeida, 1992a, p. 139). Segundo Fialho de Almeida, faltam várias salas e serviços, como uma receção para doentes, salas onde se possam colocar pacientes quando se desinfetam enfermarias ou salas de isolamento para doenças contagiosas. Não existe serviço de maternidade, anfiteatro para a realização de operações, um quarto decente para doentes que possam pagar e os instrumentos para cirurgia ou medicina são escassos. As enfermarias estão ocupadas com o triplo ou quádruplo da sua lotação adequada. O autor critica a distribuição da luz, os sistemas de ventilação e de aquecimento, a qualidade dos materiais e das mobílias, “o estado carunchento dos solos” (Almeida, 1992a, p. 139), a humidade nos muros. A degradação é tal que Fialho afirma que, em vez de Real Hospital, se deve chamar “estrumeira ou matadouro” (Almeida, 1992a, p. 139). Com o intuito de recorrer ao jornalismo como um instrumento impulsionador de mudança, apela aos outros jornalistas / repórteres /

investigadores sociais para que façam uma visita aos “fundões medonhos do Hospital, onde a viva solicitude do enfermeiro-mor, e os desvelos dos clínicos assistentes, pouco logram fazer, atenta a vergonhosa pobreza, e a inqualificável promiscuidade em que tudo jaz ali” (Almeida, 1992a, p. 139). Em suma, os epítetos utilizados (“dédalo”, “arca de Noé”, “estrumeira”, “matadoiro”) remetem-nos para a grande degradação deste edifício, que mais parece servir para abrigar animais ou para os deixar morrer. Já em julho de 1872 Ramalho Ortigão referira o mau estado de conservação do hospital de S. José, com focos de insalubridade dentro e fora (Ortigão, 1961, pp. 191-194).

O edifício da Escola Médica não se apresenta de forma muito melhor. Os bancos não tinham costas e os assentos eram uma tábua de madeira tosca e estreita, não havia mesas; as coleções, laboratórios de análises e museus que serviam de apoio às disciplinas “eram corredores sem luz nem pé-direito, mobilados ignobilmente com armários toscos, onde faltava tudo, exemplares e instrumentos” (Almeida, 1992a, p. 140); a biblioteca tinha exemplares antigos e as mesas eram “de botequim de província” (Almeida, 1992a, p. 140). Fialho considera que havia três faltas: de conforto, de asseio e de segurança, uma vez que o edifício estava “a esbeçar por todas as bandas” (Almeida, 1992a, p. 141). Começaram a dar-se as aulas noutros espaços da Escola, que não estivessem ameaçados, havendo até professores a considerar fazê-lo nas suas próprias casas, tal o grau de perigo. Existe ainda a agravante de haver pouco pessoal subalterno, sem formação e mal pago, assim como o excesso de trabalho por parte dos médicos (Almeida, 1992a, p. 142). Ou seja, as condições físicas para o exercício da medicina em Lisboa estão degradadas, na visão deste jornalista literário.

Outro edifício mencionado por Fialho de Almeida é o *Trunfo-Club*, uma associação de cem gentis-homens “onde a vida gentilemânica (...) cuida vestir-se pelo figurino das mais inflamatórias instituições similares do West End e Regent Street” (Almeida, 1992d, p. 176). As suas primeiras instalações foram num primeiro andar da Rua do Ouro, onde colocaram panos verdes com o monograma da casa e tachas de metal que faziam lembrar bancas de liceu. A decoração interior apresentava também, na opinião do autor, mau gosto: “sofás de pelúcia verde-salsa, reposteiros e bambinelas de veludo cor de açafraão, alcatifas com hortaliças estampadas, móveis falsos do Barreira, e candeeiros suspensos da pacotilha alemã mais cavalona” (Almeida, 1992d, p. 177). Tudo na descrição do espaço é feito com ironia, desde os criados de casaco e calção ao que os gentis-homens comiam, por exemplo: “os *foie-gras* mais finos, preparados com figados de antigos condes e marqueses alcoólicos; os champanhes mais

psíquicos, destilados de antigas garrafas de gasosa; finalmente, os vinhos de mesa mais puros, recolhidos da sublimagem de antigas vinagreiras” (Almeida, 1992d, pp. 177-178). Fialho continua no mesmo tom ao referir-se às atividades promovidas por esta associação: corridas de cavalos em que só corria um destes animais e uma “batotinha pataqueira, de sistema contínuo” (Almeida, 1992d, p. 178), segundo o autor, a atividade mais apreciada no clube. Depois de um incêndio, passou durante alguns meses para uma “casinhola” (Almeida, 1992d, p. 178) no Bairro Alto, um local com tabernas e prostíbulos, esteiras sujas e pessoas que se limpam a reposteiros quando não têm guardanapos. No novo espaço da Rua do Ouro, regressaram as mesmas atividades, embora melhoradas: as corridas no hipódromo apresentavam o mesmo cavalo em três séries, mas este era pintado e disfarçado. Além disso,

havia alguns sem casa, hospedados como o cavalheiro Des Grieux, verdadeiros *meurts-de-faim* da Lisboa sumptuosa, a quem o jogo em compensação provia de carruagem, *grooms*, *jockeys*, cavalos de corridas, e que entrando *enxutos* dos restaurantes, todas as noites, saíam de lá com os bolsos a abarrotar de libras e de notas (Almeida, 1992d, p. 179).

O *Trunfo-Club* é, em síntese, o “bolsim da batota rica, única instituição prosperante dum país onde o trabalho não interessa, e a maioria da riqueza individual se primogera da falcatrúia e do deboche” (Almeida, 1992d, p. 183). Fialho escreveu novamente sobre este clube, aqui o *Turf-Club*, numa crónica de 15 de setembro de 1890 inserida na obra *Pasquinadas*. Dedicou-se principalmente à descrição das instalações definitivas, desenhadas por um arquiteto de Paris. Afirmou que “nunca a vida elegante atingiu em Lisboa, como nesses primeiros meses de instalação do *Turf-Club*, mais imprevistos voos, e um ideal de mundanismo mais superiormente concebido” (Almeida, 1904, p. 343). Depois aplica novamente a ironia para se referir aos alimentos servidos, sendo em tudo semelhante à crónica de *Os gatos*. Acrescenta que, no luxo dos linhos e dos cristais, os gentis-homens “faziam brotar dos primeiros arrotos dessa digestão superior de estômagos eleitos, as grandes leis bases do dandismo” (Almeida, 1904, p. 344). Mas o autor acrescenta a decadência presente neste clube, ao passar pela Rua Garrett e ver restos da tabuleta numa “casa sarnenta” (Almeida, 1904, p. 345). O tempo da opulência havia acabado: tiraram-se tapetes, as alcatifas e móveis estragaram-se, substituíram-se os tacos de ébano da sala de bilhar, os criados tinham camisas sujas e o restaurante decaiu na qualidade.

Vemos, assim, como Fialho ironiza para mostrar os vícios de uma sociedade que vivia de aparências. Também os jornalistas literários que escreveram sobre Londres aludiram a esta

dualidade na sociedade. Eça de Queirós referiu que nas noites de inverno, por exemplo, milhares de cidadãos britânicos cometerão um dos sete pecados mortais (n.d., pp. 38-29) ou, nas noites de Natal, as casas abastadas estão acolhedoras enquanto na rua estão crianças pobres à mercê da caridade temporária dos mais ricos (n.d., pp. 46-47). Oliveira Martins, por seu lado, considera que “a miséria é o resíduo da grande manufatura de milhões que ostenta insolentemente os caudais da opulência nas exibições do *West End*” (Martins, 1951, pp. 41-42). A aparência é retratada por Jaime Batalha Reis relativamente ao domingo: “os ingleses aplicam sempre o mesmo princípio, que consiste em louvar como virtudes, e em como virtudes apresentar teatralmente ao mundo, o que na verdade são defeitos, faltas, impotências fundamentais da raça” (Reis, 1988, p. 161). Já Ramalho Ortigão transmite, ainda a propósito do caso “The Maiden Tribute of Modern Babylon”, que o próprio autor desse texto “publicará a lista dos culpados compreendendo metade dos membros das duas câmaras e numerosos personagens da corte” (Ortigão, 1943, p. 48). Daqui se conclui que, novamente, Fialho de Almeida aplica à cidade de Lisboa um tema tratado pelos autores da Geração de 70, o da duplicidade da cidade, que transmitiram as suas impressões e vivências sobre Londres. Ou seja, a imagem da cidade de Lisboa revelada por Fialho de Almeida enquanto jornalista literário é semelhante à que os jornalistas literários portugueses deixaram aos seus leitores sobre Londres.

Aludindo a outro tópico, na crónica de 25 de maio de 1893 de *Os gatos*, Fialho de Almeida indigna-se com a proibição das visitas à Tapada da Ajuda, exceto às quintas-feiras, uma vez que é um espaço público e não tem, no seu entender, nada que possa ser destruído por um visitante. Existe o palácio da 3ª Exposição Agrícola de Lisboa inaugurada a 4 de maio de 1884, construído em ferro e vidro, composto por três pavilhões que se encontram ligados por uma galeria em forma de meia-lua. Foi projetado por Pedro de Ávila, que se inspirou na arquitetura do ferro e do vidro do Crystal Palace (1851) de Londres, do Palácio de Cristal (1865) do Porto ou do Trocadéro (1878) de Paris. Encontra-se atualmente no perímetro do Instituto Superior de Agronomia. Oliveira Martins havia mencionado a grandiosidade da arquitetura do ferro em Inglaterra de forma negativa: “são os palácios de cristal das exposições populares; são as pontes maciças e utilitárias; são as gares medonhas” (Martins, 1951, p. 38). Mas se na capital inglesa estes equipamentos tinham utilidade, em Lisboa tal não acontece: Fialho refere que o edifício da Exposição Agrícola esteve ao abandono desde a exposição, degradando-se, sendo à época um museu agrícola. Barracões e hangares que eram anexos da exposição também foram abandonados e os jardins adjacentes foram totalmente destruídos. As árvores foram secando ou definhando. O autor lamenta o dinheiro gasto por altura do evento que podia ter originado um

bom parque e descreve assim o espaço: “enorme, deserto quase, cheio de escaninhos de sombra e pelúcias de seara, oliveiras, muitas de ulmeiro e pitósporo, madressilvas, favais, selvas de aroeira e arbustos” (Almeida, 1992f, p. 234). A imagem de degradação contrasta com o som dos rouxinóis na primavera e com a vista bucólica: “o rio espraçando a sua aguada imaterial até ao Bugio, e a massa da Ajuda, com a torre de galo dando quartos, os casais de Montes Claros, os moinhos e os outeiros riscados de courelas” (Almeida, 1992f, p. 234). Contudo, o rouxinol, apesar da beleza do seu canto, está ligado à morte (Chevalier & Gheerbrant, 1982, p. 577), pelo que podemos fazer a relação simbólica entre o estado de degradação do espaço com a sua morte latente.

A proibição das visitas acontece porque o rei pretende caçar coelhos naquele espaço, e o autor sugere outros sítios onde caçar, não sem fugir à ironia: tem “a cabeleira do nobre conde de Valenças, tem o recinto Magalhães Lima, tem Moçambique, tem os artigos políticos do Melício, tem os livros do Luciano e tem o *grémio artístico*” (Almeida, 1992f, p. 235). Enumera por fim os outros espaços públicos encerrados para usufruto da família real, como o parque da Pena, a tapada das Necessidades ou os jardins de Belém. Da citação acima, podemos dizer que Fialho apresenta pessoas e aspetos da vida portuguesa com os quais não simpatizava: o conde de Valenças seria Luís Leite Pereira Jardim (1841-1910), 1º conde de Valenças, doutor em Direito e lente desta faculdade na Universidade de Coimbra, funcionário público (enquanto vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa e deputado pelo círculo de Estremoz, pugnou pela melhoria da instrução pública), lavrador, escritor e jornalista (colaborou em diversos jornais, como *Crisálida* e *A Folha* e foi proprietário do *Diário Popular* e do *Correio da Noite*); Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928) fez parte do Diretório do Partido Republicano Português, foi advogado e colaborou em vários jornais e fundou os jornais *Comércio de Portugal* e *O Século*; João Crisóstomo Melício (1837-1899), 1º Visconde de Melício, tirou o curso de Direito, mas dedicou-se essencialmente ao jornalismo, como colaborador, redator e proprietário de alguns periódicos, e foi também deputado e político, filiando-se no Partido Histórico; Luciano Cordeiro (1844-1900), escritor, historiador, político e geógrafo fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa, era filiado no Partido Regenerador e defensor da posição portuguesa em África. Esta animosidade para com Luciano Cordeiro era recorrente da parte de Fialho de Almeida, como se constata na crónica de 10 de agosto de 1893 de *Os gatos*, em que o acusa de espartilhar “a vacuidade do seu caco e a merceeirice do seu gosto” (Almeida, 1992f, p. 253). As palavras fialhistas não se coíbem, portanto, de deixar passar a sua impressão sobre

os assuntos que aborda nos seus textos de jornalismo literário, mesmo que seja bastante negativa.

Em *Vida irónica*, Fialho relata um passeio a esta mesma Tapada da Ajuda numa manhã de maio. A descrição que é feita é literária, cheia de recursos expressivos a provar o jornalismo literário: a sinestesia em “manhã suprema, larga de azul e de oiro-sol nos fundos da paisagem, alegre e pura, com gorjeios de pássaros e ondulações de vento à flor dos ceareados” (Almeida, 1957, p. 255); a personificação em “gritos de flores violentado o verde esmeralda dos maciços” (Almeida, 1957, p. 255) ou “palmitos cor de rosa, erguendo (...) caretas de malícia” (Almeida, 1957, p. 255); a metáfora em “malmequeres (...) com uma ondulação de cabecitas louras que chilreiam” (Almeida, 1957, p. 255); a comparação em “como goelas quiméricas de hipogrifos” (Almeida, 1957, p. 255). Vemos também a despolarização, a transfiguração do real, como em Cesário Verde no seu poema “Num Bairro Moderno” (1877):

e assim há malmequeres que são olhos de camaradas nossos, corações de rosas onde podemos reconhecer ainda o *tic-tac* dalguma doce amiga morta, perfumes que são rostos de versos de poetas, resinas e gomas que são ódios, e colorações de pétalas onde não seria difícil achar a mancha dos beijos dados, longos anos antes, na carne juvenil dalguma tísica noiva, calefriada de *mors-amor* (Almeida, 1957, p. 256).

Ou seja, até o espaço natural citadino é descrito sob uma perspetiva negativa em Fialho.

A Avenida (atualmente Avenida da Liberdade) é outro espaço descrito por Fialho. Foi construída onde antes estava o Passeio Público, um recinto limitado primeiro por altos muros e depois por um gradeamento de ferro com três entradas. Com a iluminação a gás, a animação diurna pôde ser feita também à noite. O Passeio era um espaço de passeio, de descanso, de conversa, de namoro de uma sociedade que se queria elegante. O projeto de Ressano Garcia³⁷ foi avante e demoliu-se o símbolo da Lisboa romântica para se construir um *boulevard* de inspiração francesa, inaugurado em 1886, em conjunto com o Parque da Liberdade, atual Parque Eduardo VII. Fialho afirma que a Avenida é “um corredor de cantaria, com altos muros cheios de buracos, palmeiras de cabelos nas pernas, e um obelisco-termómetro marcando no primeiro de dezembro o zero da temperatura patriótica” (Almeida, 1992f, p. 194). Explica que se ouviram

³⁷ Frederico Ressano Garcia (1847-1911) foi engenheiro, ministro, deputado e responsável pela expansão e renovação urbana da cidade de Lisboa nos finais do século XIX.

críticas aquando da notícia do desaparecimento do Passeio Público, fosse porque as pessoas gostavam do descanso, de ver as criadas ou de ouvir música, fosse pelo interesse económico de proprietários de prédios e hortas nas expropriações, ou ainda por questões políticas. Fialho critica mais uma vez as construções que surgiram a ladear este novo espaço da capital pela falta de gosto:

é realmente mágoa olhar da praça dos Restauradores, até à Penitenciária, o bisonho canal de casarões saloios que arrotam sobre a via, chatos e altíssimos, com seus telhados opacos, lucarnas de celeiro, magras varandas, e divisórias de aluguer cheirando à sovinice dos senhorios. (...) Como essa ambígua Lisboa nova é bem a Babilónia³⁸ catita do Fontes, e como se sente na sua reta banalidade o vazio da sociedade soez que o deificou (Almeida, 1992f, p. 195).

Mas nem tudo é mau em Lisboa. A venda de flores cresce na cidade, o que denota uma mudança para melhor nos hábitos dos lisboetas. E a alegria floral é descrita pelo autor:

além dos pequenos alegretes suspensos que cada obscuro quarto andar pendura nas grades da sua varanda corrida, em pequenos vasos e caixas de figos, com uma nespereira, cedros, um pé de ervilha de cheiro, gerânios, e uma roseirita pálida de todo o ano (...) há a notar pelas tabacarias e lojas de bugigangas, uma animação de floristas, que todas as manhãs trazem dos arrabaldes, nos seus grandes cabazes da ilha, carregações de camélias, lilases, amores perfeitos e rosas, num leito de fetos e urze branca do matos (Almeida, 1957, pp.145-146).

Havia várias tabacarias na capital que tinham um espaço para venda das flores e até uma florista no Loreto foi aberta por uma francesa. Porém, por oposição a esta loja fresca e alegre, Fialho contrapõe outra nas Portas de Santo Antão, escura, com móveis velhos, com uma vendedora velha e com as violetas já com aspeto velho também: “todos passam, ninguém compra; tolos lamentam as flores e ninguém se lembra da pobre velha, que é talvez o cadáver de uma violeta” (Almeida, 1957, pp.151). A violeta, que de acordo com o *Dicionário da linguagem das flores* (1869, p. 209) simboliza candura, inocência, humildade e bondade, possivelmente características da mulher que as vendia, estavam velhas como ela, decadentes ambas. Um aspeto positivo da cidade, transmitido pelas cores das flores, não deixa de

³⁸ A temática da Babilónia será desenvolvida no subcapítulo seguinte.

transparecer o lado negativo da sociedade miserável que habitava e trabalhava na capital portuguesa.

Fialho de Almeida percorreu a cidade de Lisboa durante anos e relatou as suas impressões e opiniões relativamente aos factos que testemunhava. O jornalismo literário isso permite. Os seus périclos não se circunscreviam apenas aos bairros mais degradados da capital, porém raramente conseguia descortinar apenas aspetos positivos, como podemos constatar pela observação da Tabela 11, em que continuamos a encontrar bastantes vocábulos de sentido negativo nos textos fialhianos: encontrava edifícios degradados, como palacetes outrora sumptuosos ou o Hospital de S. José em quase ruína; a falta de gosto arquitetónica e o ‘afrancesamento’ das construções levavam à crítica das autoridades que tal autorizavam; os cemitérios, nomeadamente o dos Prazeres, eram construídos à semelhança das cidades dos vivos, com zonas para os defuntos ricos e zonas para os pobres, e faziam a ligação entre os dois polos da cidade – a falta de higiene levava a que as escorrências dos cadáveres provocassem epidemias mortais. O jornalista / repórter / investigador social permanecia atento às situações que colocavam em perigo a saúde pública e denunciava-as, convocando os seus pares para uma atitude semelhante. E a verdade é que há temas recorrentes nos vários jornalistas literários em estudo, não apenas nos textos relativos a cada capital separadamente, mas há uma ligação entre as várias cidades analisadas, ao longo dos mais de trinta anos que balizam o nosso trabalho, o que demonstra a influência que os jornalistas-escritores escrutinados exercem entre si. É o caso das cidades duais - o lado rico e o lado pobre, a cidade diurna e a noturna, a vida de aparentes valores e a realidade dos pecados e do crime – que todas as capitais deixam transparecer através das palavras dos jornalistas literários portugueses da viragem do século XIX. Em suma, é novamente a negatividade vocabular que converge para a imagem do tecido urbano e paisagístico das cidades observadas e analisadas pelos jornalistas literários em estudo.

Tabela 11 – Vocábulos utilizados pelos autores e citados nesta secção

Autores	Nomes		Adjetivos		Verbos
<i>Fialho de Almeida</i>	Sepulcros	Morte	Esquecidos	Derruído	Jaz
	Desleixo	Podridão	Negras	Podres	Arrotam
	Chacota	Sargeta	Obscura	Lôbrega	
	Galhofa	Animálculos	Subterrâneos	Velha	
	Surriada	Fermentações	Doloroso	Lamacentas	
	Casebres	Noite	Desmoralizados	Pelintra	
	Caixões	Pânico	Reles (2×)	Sinistros	
	Larvas	Epilepsia	Periféricos	Carunchento	
	Lápides	Mausoléus	Infeccioso	Medonhos	
	Tumbas	Deboche	Deletérios	Sarnenta	

	Escárnio Espetros Micróbios Miasma (3×) Vírus Aneurismas Hipertrofias Tubérculos Meningites Tifos Sífilis Discrasias Invasor	Vilanagem Miséria Dédalo Estrumeira Matadouro Promiscuidade Mágoa Sovínice Babilónia Banalidade Vazio Cadáver	Terrível Faminto Devastador Asfixiada Fétidos Soturna Decrépitos Desconforme	Obscuro	
<i>Ramalho Ortigão</i>	Sombra	Túmulos	Triste	Funerário	
<i>Oliveira Martins</i>	Antros Carvão	Miséria	Negros Medonhos		
<i>Guilherme de Azevedo</i>	Necrópoles	Abismo			

Fonte: Elaboração própria

Os espaços de permanência e circulação dos vivos estão repletos de vocábulos dos campos semânticos de ‘morte’ e ‘doença’, revelando a degradação dos locais e, simultaneamente, dos seus habitantes.

7 – Eventos e celebrações:

Num trabalho que pretende mostrar a imagem da cidade de Lisboa nas palavras de jornalistas literários da viragem do século XIX para o século XX, é necessário ter em conta outras manifestações da vida dos seus habitantes, religiosas ou profanas, ou até hábitos da vida em sociedade. Foi já referido por nós que, por vezes, se torna difícil distinguir, nos textos de Fialho de Almeida, aqueles que são ficção, nomeadamente contos, e os que são de jornalismo literário. Foi o caso do episódio do violoncelista Sérgio na Mouraria, e é agora o caso da reportagem que o autor fez do cortejo do funeral do rei D. Luís. Este rei, pai do futuro rei D. Carlos, faleceu a 19 de outubro de 1889, às 11h05m em Cascais. Fialho começa por exercer o seu papel de repórter ao afirmar que não se soube de que doença o monarca padecia, apenas que a paralisia das pernas se alastrara ao resto do corpo. Como repórter e jornalista literário, fez a descrição da vida deste homem, desde a sua juventude à sua atuação como rei, não sem deixar de proceder a duras críticas. A investigação e contextualização factual é um dos pressupostos do jornalismo literário, como vimos, pelo que o trabalho de investigação e a análise parcial de uma realidade comum ao jornalista e ao leitor estão, assim, presentes num texto longo e descritivo sobre as cerimónias fúnebres de um dos últimos reis de Portugal.

Fialho inicia a reportagem do acontecimento propriamente dito ao situá-lo no tempo e no espaço: “segunda-feira 21 de outubro, pelas 10 horas da noite, foi o cadáver do rei trazido da alcova mortuária de Cascais para o grande coche que devia arrastá-lo até aos Jerónimos” (Almeida, 1992a, p. 120). A nota negativa aparece-nos nesta frase com a palavra “arrastá-lo”, vocábulo este que pode apresentar dois significados: por um lado, exprime o percurso longo e tormentoso que irá ser percorrido pelo féretro, por outro poderá denotar a opinião antimonárquica do jornalista, confirmando as críticas feitas anteriormente ao rei. Fialho procede depois ao enquadramento climatérico do acontecimento, “uma noite escura e tormentosa, com ventania e chuviscos” (Almeida, 1992a, p. 120). Por outro lado, a descrição espacial em tudo concorre para enfatizar o momento de tragédia: “à luz dos brandões e dos archotes, foi uma destas grandes pinturas a dois tons, negro e vermelho, magníficas para gravar no espírito a nota fúnebre, e para trazer a emotividade pública à suasão ótica de uma espécie de catástrofe irreparável” (Almeida, 1992a, p. 120). A noite é de tempestade, negra também por ser fúnebre, e vermelha da luz do fogo que ilumina, mas também simbolizando a morte (Chevalier & Gheerbrant, 1982, p. 686).

Assim começa a reportagem com a descrição do cortejo fúnebre do rei, a preparar o leitor para a solenidade do acontecimento, e com o próprio tempo atmosférico a colaborar na ocasião. Fialho de Almeida encontra-se mais uma vez presente num facto que relata, ou seja, testemunha a realidade para a poder transmitir ao leitor, descrevendo os intervenientes no cortejo, desde os criados nos seus vários papéis, os ministros, os padres e nobres, passando pelo fêretro e terminando na família real. A rainha surge de luto, “grande e de negro, com uma cauda de lástima e um grande véu de musa de tragédia, essa mulher tinha no porte a formidável rigidez com que a dor cadaveriza o orgulho humano, e esse prestígio hierárquico, amplíssimo, grandioso” (Almeida, 1992a, p. 120). Esta mulher mantém a sua postura, mas adivinha-se um pouco de teatralidade quando o autor afirma que ela ostenta o “véu de musa de tragédia”. À admiração da rainha, já demonstrada aquando do balanço do reinado de D. Luís, opõe-se a antecipação da imagem fraca do futuro rei D. Carlos:

o infante, o filho amado, o querido Saboia, o mais que tudo real e galhardo gentil-homem da família – esse de roda a cuja impetuosa mocidade, fraqueza rude e limpidez serena de carácter, todas as simpatias acordam, como em presença de uma figura deserdada por engano cronológico, da fortuna política de ser rei (Almeida, 1992a, p. 120).

Apelar às previsões por parte do leitor era algo comum em textos da chamada *penny press* do final do século XIX (Hartsock, 2000, pp. 126-127), logo Fialho de Almeida recorre a artifícios de estilo comuns na época em que escreve as suas crónicas. Fialho continua a revelar os pormenores do percurso: a estrada com lama e pedras e a dificuldade em prosseguir o caminho, casas de onde saem pessoas para ver o acontecimento, os cães a latir, os mochos a piar, o som dos canhões longínquos, da noite e da tempestade, as imagens das árvores que pareciam monstros. Todos os elementos remetem para uma viagem difícil e a natureza contribui para o ambiente pesado e de morte. Na descrição do percurso o vocabulário empregue é todo do campo lexical da morte, como comprovamos na tabela abaixo:

Tabela 12 – Vocabulário utilizado por Fialho de Almeida para descrever o cortejo fúnebre de D. Luís (Almeida, 1992a, pp. 120-128)

Nomes	Adjetivos	Verbos	Advérbios
Catástrofe	Mortuária	Cadaveriza	Funebrenmente
Tumba	Fúnebre	Esfarrapar-se	
Caixão	Fantasmáticas	Choram	
Tragédia	Medonhos		
Ataúde	Efémera		
Agonias	Tumulares		
Morte	Crucificadas		
Mochos ³⁹	Plúmbeo		
Ulular	Lôbregas		
Pavor	Viscosas		
Miasmas	Turvos		
Sepulcro			
Luto (2×)			
Bestiário			
Animais-demónios			
Deformidade			
Larvas			
Esfinges			
Morcegos			
Panteras			
Pavores			
Demoninharias			
Dor			
Expição			
Tragédia			

Fonte: Elaboração própria

E neste trajeto deparamo-nos com a primeira descrição espacial:

À beira da estrada, iluminados com lâmpadas elétricas, *chalets* afusam no céu plúmbeo os cocurutos de ardósia: há estores de cores, salinhas de jantar com arbustos de luxo, pianos abertos, cristais, gaiolas e tons claros; depois cantos de parque, donde sai um bulício de cascatas e de folhas, portões senhoriais, alterosos cancelos, grandes palácios mudos como fortalezas: e de todos os recantos da noite chegam tochas, homens e senhoras, criados ainda em avental, bebês que trazem na boca uns restos de brioche e de torrada, toda uma população volúvel de praia que tomou chá mais cedo, essa noite, e vestiu à pressa o dominó do luto público (Almeida, 1992a, p. 123).

³⁹ O mocho simboliza a tristeza, a escuridão, a morte (Chevalier & Gheerbrant, 1982, p. 453).

É evidente o contraste entre a escuridão da noite e o ambiente de riqueza e requinte, assim como de claridade à passagem por este local de praia. A praia (Cascais) era o destino da família real e dos aristocratas que a seguiam, pelo que as praias entre Algés e aquela cidade eram concorridas por vários banhistas. A *Ilustração Portuguesa* de 22 de outubro de 1906 descreve os dias passados pela aristocracia lisboeta em Cascais – a praia de manhã, os passeios à tarde e as festas à noite. A época de praia, que não se limitava apenas à Linha de Cascais, mas incluía lugares como a Figueira da Foz, as Caldas da Rainha, a Nazaré, a Póvoa do Varzim ou Vila do Conde, começava com os primeiros dias de verão e terminava com a chegada do frio em novembro (Magalhães, 2014, p. 286). Portanto, a presença das famílias endinheiradas nas habitações situadas ao longo do trajeto do cortejo fúnebre é normal ainda em outubro, data do falecimento do rei.

De volta à reportagem de Fialho, continuamos a acompanhar o trajeto do féretro – Carcavelos, Oeiras, Caxias, Gibalta, Boa-Viagem. Fialho volta a recorrer a um artifício próprio do jornalismo literário, a descrição pormenorizada, neste caso de espaços ricos e claros em contraste com a escuridão da noite, com poucas árvores e muitos jardins “fechados em muros alvos, os *chalets* abrem os olhos pelas persianas das janelas, tornam-se a ver salinhas confortáveis; interiores de família, *nurseries* claras onde as crianças de bibe tomam chá, ou adormecem nos braços das poltronas” (Almeida, 1992a, p. 125).

E mais uma vez, o jornalista literário é acometido por uma visão no alto da Boa-Viagem, quando se vislumbra as luzes dos faróis de Cacilhas, de S. Julião e a Torre de Belém, numa manifestação do Expressionismo e com a despolarização do real. Desta vez, as imagens e os sons estão relacionados com a morte e com a decomposição que lhe é inerente:

por cima, outro bestiário maior rolava já, de nuvens lóbregas, de animais-demónios, de seres talhados na turgência da deformidade, larvas e esfinges, morcegos e panteras, misturando espécies incoerentes, as viscosas às córneas, e o todo a esfarrapar-se em chuva sobre a cabeça das coisas em que tocava (Almeida, 1992a, p. 126).

Fialho, ainda no rescaldo da despolarização, vislumbra fogos-fátuos e negrumes indistintos que se misturam com as luzes reais. À entrada em Lisboa encontram-se pessoas na estrada, candeeiros de petróleo nas janelas e carroças e burros. Segue-se a Cruz Quebrada, o Dafundo, Algés e o Bom Sucesso.

O cortejo chega finalmente ao seu destino, o Mosteiro dos Jerónimos. As situações climáticas continuam a contribuir para a situação trágica, uma vez que persiste a chuva e há agora nevoeiro. Mas também o exterior deste monumento se alia à tristeza através da personificação, a lembrar um corpo despolarizado, uma vez que a fachada do edifício parece ser feita de ossos, o pórtico parece uma boca e os vitrais são olhos que choram: “da fachada gótica da igreja, amarelo-ferrugem, que dir-se-ia feita de ossos cariados, apenas se lobrigam na luz dúbia, aos lábios do pórtico, grandes janelas esguias, cujos *vitreaux* choram vermelho e azul, em grandes gotas,” (Almeida, 1992a, p. 127) (salientamos que as cores vermelho e azul são as das armas da casa de Bragança). Desta transfiguração do real não fica de fora o interior do templo, que nos remete para tempos passados e onde se salienta a elevada altura das colunas: “há pavores seculares, restos de lendas trazidas das viagens, demoninharias medievais, nos escaninhos das capelas e dos nichos; (...) rosáceas, cruzes e xadrezes, turvos vapores oscilam como incensos, apagando os relevos, prolongando mais a desmesurada altura das colunas” (Almeida, 1992a, p. 127).

Apesar da solenidade da descrição e de uma opinião positiva relativamente à figura da rainha, que tinha “no porte a formidável rigidez com que a dor cadaveriza o orgulho humano, e esse prestígio hierárquico, amplíssimo, grandioso” (Almeida, 1992a, p. 120), a crónica termina com uma imagem pouco abonatória para a sua pessoa, pois se quando sai do seu *landau* aparenta a “alegoria de dor e expiação” (Almeida, 1992a, p. 128), logo imediatamente é necessário soltar a cauda do vestido do chão para não “estragar a sua grande entrada de atriz na cenografia gótica da igreja” (Almeida, 1992a, p. 128), uma cenografia que já havia sido preparada no início do cortejo, quando a viúva entrou com um “véu de musa de tragédia”. De acordo com Mateus, a entrada da rainha nos Jerónimos é associada à entrada de uma atriz no palco que sabe que o fingimento tem de continuar, embora a chorar por dentro; é uma personagem trágica que representa o seu papel na tragicomédia da vida (Mateus, 2006, p. 287).

Neste texto importa salientar a utilização do binómio claro / escuro na representação das casas aristocráticas iluminadas, um contraste que revela a teatralidade da aristocracia que vivia à sombra da família real, mas não mostrou luto pela passagem do rei morto. Aliás, este sentimento de luto encenado foi também referido por Eça de Queirós na crónica de 10 de agosto de 1894 intitulada “A morte e os funerais de Carnot”⁴⁰, inserida na coletânea *Ecos de Paris*. Afirma este autor que “a morte de Carnot só afetou realmente a imaginação de Paris. Era como

⁴⁰ Marie François Sadi Carnot (1837-1894), presidente da República francês desde dezembro de 1887 e assassinado em Lyon a 25 de junho de 1894 por um anarquista italiano.

uma tragédia improvisada por um forte génio trágico” (Queirós, 1981a, p. 165). Eça, à semelhança do que Fialho faz para outros temas já por nós mencionados, critica o sensacionalismo com que os jornais estimulam esta curiosidade: “pela maneira terrífica com que as anunciaram, em tipo disforme, letras de três polegadas, de um negrume sinistro, enchendo toda uma folha, e na sua nudez mais estridentes que gritos!” (Queirós, 1981a, p. 167). Eça de Queirós continua a criticar os repórteres sensacionalistas que, “sôfregos de se envolverem num acontecimento histórico, se apoderam do corpo do presidente e o arrancam do landau, um agarrando uma perna, outro um braço” (Queirós, 1981a, p. 169). Num texto descritivo, o jornalista literário fornece com pormenor a decoração das ruas que recebiam em festa o presidente, a figura já vestida do defunto preparado para as exéquias, a sua chegada de comboio a Paris sem pompa nem circunstância, o cortejo fúnebre solene, pois cessam “os lances inesperados e melodramáticos” (Queirós, 1981a, p. 171). No entanto, este texto é menos aprofundado do que o de Fialho, havendo lugar essencialmente a enumerações descritivas e considerações políticas.

O cenário teatral em cerimónias fúnebres é igualmente relatado por Guilherme de Azevedo aquando das exéquias de Jacques Offenbach, violoncelista e compositor de origem alemã falecido em Paris a 5 de outubro de 1880. Numa crónica de Paris publicada no *Diário da Manhã* a 7 de dezembro de 1880, o jornalista descreve os acontecimentos não sem um toque de ironia quando, por exemplo, alude ao elevado número de pessoas que acorreram à igreja para se despedirem do compositor: “quando chegou o ingresso dos primeiros convidados, já não havia lugar para o próprio defunto!” (Azevedo, 200, p. 63), ou no final da crónica em que imagina a chegada de Offenbach ao outro mundo (p. 68). No entanto, Guilherme de Azevedo descreve a entrada do féretro na igreja, enumerando algumas figuras que não conseguiram entrar, como atrizes que haviam participado em obras do compositor, assim como a saída para o cemitério, com uma referência ao tempo atmosférico em tudo literária, a fazer jus ao jornalismo literário em que os seus textos se enquadram: “o sol glorioso iluminava a apoteose do maestrino. A chuva tinha cessado e sob as árvores ao longo dos *trottoirs*, as avezinhas chilreavam alegres, sacudindo asas húmidas” (Azevedo, 2000, p. 65). A descrição do cortejo permite ao leitor visualizar os factos, mas em nada se assemelha ao texto de Fialho de Almeida em pormenor e literariedade.

No texto de Fialho de Almeida, as tonalidades predominantes, o negro e o escuro, estão associadas à morte e à degradação física e moral do rei defunto, não podendo também deixar

de estar ligadas às alucinações e à despolarização de Fialho para o mundo dessa mesma morte por para tal contribuírem. No final, toda a família real é criticada numa reportagem que parte de um acontecimento contemporâneo de Fialho para fazer a sua interpretação complexa, utilizando uma linguagem jornalística que é literária, narrativa e descritiva (Freitas, 2002, pp. 66-67). O jornalista literário testemunhou os factos, os gestos e as expressões da rainha e dos outros membros da casa real e descreveu o ambiente, ou seja, os factos; porém, juntou os elementos que distinguem jornalismo convencional de jornalismo literário – a linguagem literária e a subjetividade. Fialho de Almeida não foi um mero recetor e transmissor de casos que apenas inquiria imparcialmente nos locais onde eles se produziam, algo que o autor criticava nos repórteres portugueses mas, pelo contrário, agiu criticamente.

Dos jornalistas literários portugueses em análise contrastiva com Fialho, Eça de Queirós tece elogios ao soberano defunto na crónica publicada em novembro de 1889 e inserida nas *Notas contemporâneas* “El-Rei D. Luís”, afirmando que termina “um período interessante da nossa história” (1981b, pp. 227), obra de um monarca com espírito liberal, transigente, modernizado, acessível às inovações, o chefe mais congénere e perfeito” (1981b, pp. 227). Eça considerava-o “um príncipe moderno, brilhante, cultivado, requintado, de aptidões complexas e fortes, de inteligência largamente absorvente, de vida excelentemente pura” (Queirós, 1981b, p. 229). Ramalho Ortigão também escreveu sobre a morte do soberano na sua crónica de *As farpas* de dezembro de 1889, “O defunto rei D. Luís”, fazendo uma biografia do monarca. Salientamos que a biografia foi algo que começou a ter importância a partir de meados do século XIX, quando surgem as entrevistas efetuadas por jornalistas (Keeble & Joseph, 2016, p. 4), logo, é comum encontrarmos vários apontamentos biográficos ao longo de crónicas dos jornalistas literários em análise. Ramalho começa o seu texto com a descrição da agonia “lenta e pavorosa” (Ortigão, 1956, p. 291) do monarca nos seus últimos dias de vida, em que “a pútrida devastação da gangrena” (Ortigão, 1956, p. 291) alastrou dos pés ao rosto. Servirão estes vocábulos para acentuar a “onda de comiseração e simpatia” (Ortigão, 1956, p. 293) que assolou a população portuguesa relativamente ao rei defunto. As palavras do jornalista literário transmitem a sua opinião sobre o tema em análise e terão influência nos seus leitores, uma vez que Ramalho revela posições extremas veiculadas pelos jornais da época sobre o rei D. Luís - um periódico republicano afirmou que o monarca era “um homem ávido de prazer, um sensual, um dissipador” (Ortigão, 1956, p. 297); as folhas monárquicas elogiaram-no em demasia - e conclui que não há “vantagem alguma em esconder ou disfarçar a verdade biográfica perante a morte de um homem” (Ortigão, 1956, pp. 297-298). Assim, informa os leitores quanto ao seu

objetivo, que não é escrever uma biografia do monarca falecido, mas sim “indicar em breves termos alguns dos pontos em que a minha impressão pessoal diverge de alguns jornalistas” (Ortigão, 1956, pp. 297-298), uma vez que o autor tratou diretamente com o soberano, como afirma nesta mesma crónica (Ortigão, 1956, p. 299). Quer isto dizer que, para Ortigão, as constatações que faz sobre o rei são verídicas, pois esteve em contacto direto com o mesmo e presenciou factos mencionados no texto. Dos três autores que trataram a morte de D. Luís, foi Fialho quem, na verdade, reportou detalhadamente os acontecimentos, uma vez que tanto Ramalho como Eça apenas teceram considerações sobre o carácter do monarca desaparecido.

A longa crónica de Fialho (novembro de 1889 a fevereiro de 1890) que se segue ao cortejo fúnebre relata a transladação do corpo do rei para a Igreja de S. Vicente de Fora, que o autor apelida de “carneiro real de S. Vicente” (Almeida, 1992a, p. 131). O jornalista não deixa o sarcasmo de parte, nem em situações mais solenes. De facto, o que se segue é uma crítica generalizada à atitude interesseira de todos quantos fizeram manifestações públicas de dor pela morte do monarca: os jornais afirmaram que a morte havia ocorrido seis horas mais cedo, para também mais cedo a poderem noticiar; os armazéns de modas tinham nas montras tecidos de luto com o preço à vista; outras lojas colocaram tecidos negros nas frontarias; ironizou-se sobre o desgosto de D. Amélia, a quem tinha saído a sorte grande; o luto decretado no *Diário da República* fez com que pessoas que não haviam posto luto pelos seus pais o fizessem agora; um talho enfeitou os chifres das reses com louro e tecido, aumentando ao mesmo tempo o preço da carne (Almeida, 1992a, p. 132). Considera o autor que em Lisboa as coisas são ao contrário: um baile de máscaras parece um funeral e um funeral parece um baile de máscaras: “o mascarado parece um morto, ao passo que os defuntos têm quase sempre o ar de mascarados” (Almeida, 1992a, p. 133). Afinal, indignado questiona o significado do cortejo de transladação:

aquele estranho cortejo de macacos com fardas e de mulheres com farrapos, de carros de flores e berlindas de entrudo, de vendedores de boquilhas e professoras de instrução primária, de bombeiros da Ajuda e de meninos enfeitados, contentes todos, mirando-se, larachando, detendo-se a comprar pastelinhos, a altercar com os cocheiros, a fazer adeusinho às relações: aquele cortejo afinal que representa? (...) Tudo! Exceto homenagem prestada à memória de um homem que foi 28 anos nosso rei! (Almeida, 1992a, p. 135).

E a mágoa de um antimonárquico pela falta de respeito para com o defunto rei leva-o a terminar a descrição deste acontecimento, afirmando que o rei foi injuriado e ultrajaram-lhe a

memória “em vez de venerar-lha. O filho riu-se dele. Antigos ministros chamaram-lhe devasso e papa-moles. O patriarca compara-o à mulher adúltera” (Almeida, 1992a, p. 138). Prova esta atitude fialhiana a compaixão em situações de maior fragilidade social (como no caso já por nós analisado anteriormente das duas velhinhas que pediam dinheiro na rua) e emocional (um funeral deve despertar tristeza e não deve ser semelhante a uma farsa).

Todas as atitudes demonstradas pelo povo, pela aristocracia, pela família real comprovam o que afirmámos atrás aquando da passagem do cortejo fúnebre por casas da Linha de Cascais: a sociedade lisboeta é dual e vive uma constante representação que leva Fialho de Almeida a concluir que na capital tudo é ao contrário, como numa peça de teatro. Esta atitude dos lisboetas contrasta com a imagem transmitida por Jaime Batalha Reis na sua crónica de 26 de março de 1888, na qual afirma que a rainha de Inglaterra é respeitada por todos os ingleses e é “o símbolo da grandeza, da seriedade, da virtude britânica” (Reis, 1988, p. 80). Enquanto em Portugal se desrespeita o representante máximo da nação, os britânicos veneram a sua rainha.

Na sequência da morte do rei D. Luís, surge em *Os gatos* o cortejo de coroação de D. Carlos, um “cortejo apoteótico, sujo, arrastando o seu ar de ronda mortuária, e a cuja angustiosa miséria só faltou uma ponta de vinho para nos lembrar o círio de N. S. do Cabo” (Almeida, 1992a, p. 169). Tudo na descrição deste cortejo é negativo e depreciativo. Os criados que faziam a guarda de honra estavam mal vestidos e rotos, e mais uma vez nos aparece vocabulário relacionado com os animais: “Toda esta cáfila passou em cavalos de carroça, mal arreados, coxeando, o pelo hirsuto, pondo na via um melancólico rastro de bando de touros e de arraial” (Almeida, 1992a, p. 170). As carruagens da Casa Civil apresentavam os veludos sem brilho e o ouro que as cobria estava já a desaparecer, os cavalos que as puxavam eram fracos. Nas Cortes, um baldaquino tinha o estofado rasgado, nas escadas uma passadeira descorada. Lá dentro, o autor tem a sensação de que vai assistir a uma farra: “as senhoras têm quase todas trajos de passeio, chapéus de telha, binóculos ao través, vestões abotoados; e em baixo, nas bancadas do circo, alguns deputados e pares têm verdadeiramente um ar de bois” (Almeida, 1992a, p. 171). A decoração não é melhor:

As *draperies* do trono são veludo de algodão esmaecido, com galões de enterro pobre. Nos degraus, o tapete é feito de bocados. Não há uma bambinela fresca nas tribunas, ocultando a terrível miséria dos papéis, sebentos, rotos, sobrepostos, ou sequer um fundo de estofado (Almeida, 1992a, p. 171).

O autor, presente também neste cortejo e assim comprovando a veracidade dos factos relatados, descreve o rei, a rainha e o infante, mas também a indiferença nas ruas e apupos à família que representaria a nação, à semelhança do que acontecera a Guilherme II (1859-1941) em Berlim, como nos transmite Eça de Queirós na crónica de 1891 inserida em *Ecos de Paris*, “O imperador Guilherme”, ao afirmar que “o grande imperador há dias recebeu apupos nas ruas de Berlim” (1981a, p. 36). A degradação do material de cerimónia em conjunto com os apupos são indícios da decadência da monarquia, “prenúncios vagos do desastre” (1981a, p. 36).

Na crónica de 15 de novembro 1889 inserida na obra *Pasquinadas*, Fialho refere também o cortejo do funeral do infante D. Augusto, irmão do rei D. Luís, falecido a 26 de setembro desse ano. O autor afirma que “Lisboa acorreu toda, na terça-feira última, a ver passar o cortejo que conduzia a S. Vicente, a carcaça do que foi na vida o infante D. Augusto” (Almeida, 1904, p. 371). Não dando a mesma importância atribuída ao funeral de seu irmão, o rei, Fialho de Almeida segue o que os jornais haviam descrito para revelar a dificuldade em colocar o corpo no caixão, uma vez que o infante era grande, mas estava ainda maior, pois pelo que “diz o *Dia*, em vez de tumba para um, aqueles santos cachorros tinham acabado por conduzir até às portas do paço, uma espécie de arca de Noé, com beliches para toda a dinastia” (Almeida, 1904, p. 372). O facto de não ter presenciado a realidade que relatava levou-o a socorrer-se de informação avançada na comunicação social da época, algo a que outros jornalistas literários recorriam. Não é incomum encontrarmos referências a notícias de periódicos londrinos em autores como Jaime Batalha Reis (1988) (a propósito da questão africana, p. 96-98, ou dos assassinatos de Jack, o Estripador, p. 110), Ramalho Ortigão ou Eça de Queirós, por exemplo. Na impossibilidade de testemunharem os factos, os jornalistas literários socorrem-se da imprensa local para a confirmação de algo que querem transmitir. No caso de Eça, a consulta do *The Times* originou mesmo uma disputa jornalística com Pinheiro Chagas a propósito de um artigo publicado no periódico *Gazeta de Notícias* sobre o Brasil. Na crónica de 31 de outubro de 1880 intitulada “Um artigo do *Times* sobre o Brasil”, denominada “O Brasil e Portugal”, e inserida nas *Cartas de Inglaterra*, Eça comenta o texto do jornal inglês, não deixando de dar aos seus leitores a opinião sobre o que fora escrito, considerando Pinheiro Chagas que Portugal havia sido injuriado pelo jornalista português. A contra-argumentação surgiu na crónica de 14 de dezembro do mesmo ano e uma carta enviada a 28 de janeiro de 1881 encerra a discussão por parte de Eça de Queirós.

Fialho de Almeida, ainda sobre o cortejo fúnebre de D. Augusto, brincou com a forma como estavam vestidos os homens nas seges que acompanharam o cortejo, semelhantes aos que haviam acompanhado o rei ao Panteão de S. Vicente, com a negatividade evidente mais uma vez:

macaquitos vestidos de encarnado e de azul, bordados de bolotas, escarrados de insígnias, chuchados de doenças, deboches, e velhas lucubrações droláticas nas antecâmaras dos paços e nos gabinetes do conselho de estado; (...) coifados de chapéus de dois bicos, galinaceamente opíparos de plumas (Almeida, 1904, p. 373).

De novo encontramos a alusão animalesca aos que acompanham o corpo. Contudo, salientamos a força das formas verbais “escarrados” e chuchados”, plenas de negativismo pela decadência que transmitem. A propósito deste acontecimento, Fialho de Almeida tece considerações sobre os homens das classes dirigentes e termina a crónica a falar sobre como era considerado o infante em vida – estúpido e avaro, mas o autor reconhece-lhe algum mérito, pois foi o único que aceitou a madrasta, a condessa de Edla⁴¹.

A alusão negativa à família real não é exclusiva de Fialho. Eça também se refere à família real inglesa, transcrevendo mesmo um trecho do jornal britânico *Spectator* que critica a ausência de vários membros da família em Londres, nomeadamente da rainha, que partira para a Escócia (Queirós, n.d., p. 224). Ou criticando a Princesa de Gales que, durante a doença do seu filho, “vai para o teatro do Criterion ouvir as pilhérias de uma farsa picante” (Queirós, n.d., p. 265). Por seu lado, o Príncipe de Gales é acusado de socializar com prostitutas às duas horas da madrugada em Paris (Queirós, n.d., p. 339). Outro jornalista literário que alude à família real inglesa é Jaime Batalha Reis, mais suave nos apontamentos que traça dos membros da família real inglesa. Transmite aos seus leitores a admiração que o povo inglês tem pela sua rainha, não deixando de notar que a mesma não aparece em público, não dá festas nem sorri (Reis, 1988, p. 80). Este jornalista refere igualmente os defeitos do Príncipe de Gales: a simpatia pelos franceses e a amizade com “*prize-fighters*” (Reis, 1988, p. 81). O que se denota é que, tanto Fialho como Eça, recorrem a tópicos semelhantes na elaboração das suas crónicas, como

⁴¹ Elise Friederike Hensler (1836-1929). Atriz e cantora, foi a segunda esposa do rei D. Fernando II, viúvo da rainha D. Maria II.

é o caso da má impressão que os súbditos têm das famílias reais portuguesa e inglesa, respetivamente.

Estes três acontecimentos (os cortejos fúnebres de D. Luís e de D. Augusto e o cortejo da coroação de D. Carlos) marcaram a vida da sociedade lisboeta e Fialho de Almeida, atento à realidade que o circunda, não deixou de os anotar e transmitir aos seus leitores. Outros eventos são importantes na vida da capital, nomeadamente as procissões. Fialho, apesar de ser anticlericalista, opinião que transparecerá das suas palavras, não deixa de lhes reconhecer o devido papel no teatro que é a vida da capital. Num país em que a quase totalidade da população se assume católica, a Constituição estabelece a que única religião oficial é o catolicismo. A Igreja controlava a vida dos cidadãos desde que nasciam até que morriam: registava nascimentos, casamentos e mortes, fazia os casamentos que não podiam terminar em divórcio, procedia a enterros religiosos. Além da missa, existia uma grande variedade de ritos que deviam ser seguidos, mas as procissões eram o momento alto de todas estas manifestações (Vieira, 1999, pp. 166-168). Por essa razão, Fialho e outros jornalistas literários descrevem várias procissões na cidade de Lisboa.

Na crónica de 19 de junho de 1891 de *Os gatos*, Fialho descreve a procissão que saiu da freguesia das Mercês, do antigo convento de Jesus, até à Praça do Príncipe Real, passou por S. Roque e regressou ao ponto de partida. É a procissão dos vinte andores, “coberta de trapos, e onde os mais disformes manipansos vão às arrecuas, sobre padiolas, gingando com um duplo ar de fadistas e de piteiros” (Almeida, 1992d, p. 119). A solenidade que se exige numa situação destas não existe, pois os andores não estão bem arranjados e os santos têm ar de fadistas. A crítica às imagens dos santos continua: S. Miguel, com um manto sujo, tem um “capacete de cuja crista quatro plumas azuis e vermelhas, de meio metro, repuxavam, curvando-se para a frente...de sorte que as pontas delas (...) iam brejeiramente fazer-lhe cócegas nas regiões mais que inferiores do baixo ventre” (Almeida, 1992d, pp. 119-120); Nossa Senhora fugindo para o Egito com o menino e S. José vão vestidos à moda atual: “N. Sra. de chapéu preto (...) e pó de arroz nas faces (...), o menino de pelúcia azul, e gorro igual... S. José de chapéu de coco, flor na lapela, capa à espanhola” (Almeida, 1992d, p. 120). Para cúmulo deste mau espetáculo, os fiéis que assistiam tinham conversas despropositadas para o local e ocasião e transformaram “a procissão católica em bacanal” (Almeida, 1992d, p. 120). Existiam ainda dez ou doze Nossas Senhoras semelhantes à Sagrada Família, mas o que mais indignou o jornalista literário, a exercer o seu poder de parcialidade, foi o facto de o andor com a imagem de S. Marçal ter feito

uma vénia à janela “do Sr. visconde do mesmo título” (Almeida, 1992d, p. 120), homem que surgiu com farda e honras ao peito. Como afirma Vieira (1999, p. 168), as procissões eram ocasiões em que mostrar-se se impunha como obrigação do cidadão que se queria cumpridor dos preceitos religiosos. São situações como estas que revoltam Fialho, de tal maneira que afirma:

trate pois o Sr. Cardeal Patriarca de me poupar o desgosto destas cerimónias escarninhas, onde por culpa da sua idolatria grosseira é apupada a Virgem e onde o símbolo da Cruz, tão enternecidamente doloroso e melancólico, serve de entestadura a verdadeiras cavalcadas (Almeida, 1992d, p. 123).

O respeito que o autor sente pelos símbolos religiosos é evidente, o que não tolera são estas atitudes despropositadas e a encenação que se faz à volta de algo solene. O anticlericalismo era uma característica dos elementos da Geração de 70 (Ferreira, 1998, p. 85), à semelhança dos intelectuais britânicos que se tornaram anticlericais na sequência de descobertas científicas, nomeadamente a teoria evolucionista de Darwin, que choca com as ideias criacionistas da Bíblia (Trevelyan, 1986, pp. 578-579). De tal modo a Geração de 70 era anticlerical que a sexta Conferência do Casino a ser proferida por Salomão Saragga tinha como título “Os historiadores críticos de Jesus”. A proibição das Conferências imposta pelo Marquês de Ávila e Bolama a 26 de junho de 1871 apresentou como razão para o ato o facto de as conferências exporem “doutrinas e proposições que atacam a Religião e as Instituições políticas do Estado” (Pires, 1992, p. 73).

Este negativismo perante as manifestações religiosas revelou-se ainda nos primeiros escritos fialhianos para a *Correspondência de Leiria*, ao descrever, na crónica de 19 de março de 1876, a procissão do senhor dos Passos, da Graça para S. Roque, já apresentando críticas ao fanatismo religioso:

nos dias seguintes e anteriores aos da procissão, cordões de fanáticas se arrastavam pela calçada da Graça, exaustas, dilaceradas.

Parece impossível que espíritos da nossa época, alimentem a persuasão de que Deus se compraz com os martírios da humanidade, ele que por ela quis sofrer. Uma dessas loucas, senhora de idade avançada, vi eu cair sem alento nas pedras da calçada lutando ainda para caminhar (19 de março de 1876, p. 2).

Outro jornalista literário que refere as procissões, nomeadamente as da Quaresma, é Gervásio Lobato. No seu entender, são um “belo pretexto para ver gente, para comer bolos, para ter uma *soirée* temente a Deus” (Lobato, 1911, p. 43). Encontramos ironia nestas palavras, uma vez que o aspeto religioso, segundo o autor, está colocado de lado. Enumera as variadas procissões na Quaresma, todas dos Passos: burguesas, fidalgas, saloias, dentro e fora da cidade, dentro e fora da igreja. Em suma, “uma verdadeira febre, uma verdadeira doença religiosa” (Lobato, 1911, p. 44), manifestando o autor a reprovação da religião, ideia comum aos elementos da Geração de 70, como se pode comprovar pelas palavras de Ramalho Ortigão em *As farpas*:

O método histórico e o critério étnico (...) têm neste século, mais do que em nenhum outro, abalado e revolido no espírito e na consciência todos os elementos que constituem a base das crenças (...). Nunca se foi menos religioso, no sentido dogmático, do que hoje em dia (Ortigão, 1965, pp. 300-301).

Na descrição destas procissões, e à semelhança de Fialho, critica-se a atitude dos presentes, em nada condizente com a solenidade da ocasião:

A procissão sai. Na rua há um *brouhaha* composto do choro das crianças, dos discursos ordeiros da polícia, dos coices dos cavalos das patrulhas municipais, dos gritos: ‘Vai água ou não vai água’ dos vendedores ambulantes, das imprecações das velhas pisadas, dos risos das raparigas beliscadas pelos janotas, e do infernal dlão! dlão! dos sinos que parecem querer ensurdecer o mundo.

O homem do pendão, o famigerado Eneas, ou troféu, com os ares de um acrobata, no circo, outro, faz prodígios de força, sustenta o religioso sustentando a *perche* (Lobato, 1911, p.45).

Observamos em Gervásio Lobato semelhanças com Fialho de Almeida na crítica às manifestações religiosas que, pela agitação que revelam, parecem “tardes de touros” (Lobato, 1911, p.45). Na descrição da formação da procissão, os anjinhos, “umas crianças pálidas, anémicas, criadas num ambiente de sacristia, numas casas sem luz e sem ar” (Lobato, 1911, p.45), ostentam cordões de ouro nos pescoços sujos e arrecadas de ovarinas nas orelhas. A pobreza que se reflete nas doenças, nas miseráveis habitações e na sujidade do corpo das crianças contrasta com a ostentação das joias de ouro. Os andores estão “cheios de monstruosos e desengraçados ramos de flores vulgares” (Lobato, 1911, p. 46) e com imagens muito nuas, de

tal forma que provocam comentários impróprios a homens. O pálio vem atrás e no fim uma imagem da *Mater dolorosa*, “com manto azul e túnica cheia de dourados, um vestuário desgracioso e profano que cobre uma imagem grosseira” (Lobato, 1911, p. 46). Tal como em Fialho, nada no cortejo denota beleza ou gosto. Finaliza-o a banda marcial, três ou quatro filas de soldados e “uma multidão variegada de todos os tipos das últimas classes de Lisboa, um cortejo que parece ter saído das galerias da nossa Boa Hora, em dia de audiência criminal importante” (Lobato, 1911, p. 46). Toda a descrição desta procissão é negativa, desde os anjinhos sujos, aos ramos de flores monstruosos, às imagens grosseiras dos andores. Mas as pessoas que acompanham esta procissão são o culminar de toda esta imagem pobre e sem graça, o povo lisboeta que sobrevive na capital que Fialho de Almeida descreve sem pudor. Porém, também Gervásio Lobato aponta a ‘outra’ cidade, os ‘outros’ habitantes que, como em Londres, estão lado a lado com a cidade diurna e rica.

Gervásio Lobato declara a razão da escrita dos seus textos: “não são um folhetim, são uma anotação na margem duma página da história literária e artística do último quartel do século XIX em Portugal, umas verdades ditas chãmente, que só têm o merecimento de ser verdades nesta babilónia de hipocrisias” (Lobato, 1911, p. 55). Tendo a noção de que estava a criar um jornalismo diferente daquele que era usual à época, o autor sentiu necessidade de se explicar aos seus leitores, de os alertar para o ‘outro’ jornalismo que iria praticar naquelas páginas. Como Eça de Queirós, que apresentou as suas teorias sobre a atividade jornalística nas páginas do periódico *O Distrito de Évora*, como, de resto, já tomámos conhecimento aquando da nossa apresentação dos jornalistas literários portugueses, igualmente Gervásio Lobato salienta a verdade dos factos relatados. É a constatação de uma mudança nas normas instituídas e a explicação dessas mesmas mudanças por parte de quem as operou.

Além de reconhecer, como Fialho, que a sociedade lisboeta é hipócrita, Lobato apresenta a cidade como uma Babilónia, a grande prostituta, a cidade da corrupção. Esta imagem da urbe como Babilónia não é única. Londres era outra cidade considerada como tal: William T. Stead escreveu “The Maiden Tribute of Modern Babylon” em julho de 1885, traduzida no mesmo ano por Ramalho Ortigão, a denotar o interesse dos intelectuais da Geração de 70 pela temática da prostituição e da degradação social numa grande metrópole. Também Eça de Queirós compara esta cidade à Babilónia do Apocalipse, ao afirmar que Londres de inverno fica com as “linhas vagas e quiméricas das cidades malditas do Apocalipse” (Queirós, n.d, p. 38). Fialho de Almeida não lhes ficou atrás, e na sua crónica de *Os gatos* de 20 de julho

de 1891, indignado com a corrupção que detentores de cargos públicos praticam, traça a imagem de Babilónia para Lisboa ao afirmar: “até que um dilúvio de trampa afunde esta Babilónia sinistra no seu charco” (Almeida, 1992d, p. 140). Fialho é, pois, muito violento ao referir-se a uma cidade enquanto Babilónia, mantendo o seu estilo na escrita quando se inflama com determinados assuntos.

Festa popular era o Carnaval e através das palavras de Fialho de Almeida, Ramalho Ortigão, Carlos Malheiro Dias ou Eduardo de Barros Lobo ficamos a conhecer as tradições dessa época tão particular. Denota-se, nas palavras fialhescas da *Correspondência de Leiria*, na crónica de 5 de março de 1786, que o evento desse ano foi mais fraco do que em anos anteriores, uma vez que não havia máscaras ricas nem originais:

apareceram os clássicos pastores e saloias, os macacos disformes, os pajens sebentos e essa multidão de tipos esfrangalhados, imundos, cheios de vermelhão, com pencas ultrarromanas, corcundas tremendas, botas estaladas, que toca ferrinhos e latas velhas, que tira sons pavorosos dumas gaitas de cana, e se chama a canalha, brutal na sua alegria truanesca, na sua seriedade, monstruosa, no seu infortúnio, magra, cínica, debochada (...); esse misto de criaturas miserandas de que de ordinário se alimentam as valas dos cemitérios, à custa de quem os taberneiros criam abdómen, que forma as revoltas e se esquarteja nas mesas dos hospitais para quem a Providência foi sempre madrastra e a ventura ficção (p. 2).

Esta crónica denota já o gosto do autor pela temática dos mais pobres e desfavorecidos, deformados e monstruosos desta cidade que ele ama, temática, aliás, recorrente nos seus textos, mostrando ao leitor a pobreza e miséria de determinada população lisboeta e de certas zonas mais empobrecidas da capital portuguesa, como a Mouraria ou o Bairro Alto. A festa faz-se na rua, no Rossio, onde havia muita gente, assim como no Largo das Duas Igrejas, na Rua Larga de S. Roque, na do Alecrim e nas laterais. Havia crianças e estroinas mascarados, rapazes que despejavam “repuxos de aromas” (5 de março 1876, p. 2), carros com dominós. A corroborar esta ideia está Ramalho Ortigão, na sua crónica de *As farpas* de janeiro de 1881, onde se queixa das alterações que o Carnaval sofrera, deixando de ter graça, e cujo núcleo continua a ser o Chiado e a Baixa e os pobres que por lá fazem a festa:

Hoje em dia o que temos como entrudo é unicamente a lama papacenta do Chiado, as patrulhas taciturnas da municipal, e os ingénuos provincianos,

pacatos e probos, (...) para tripudiarem por vinte e quatro horas com suas galochas de borracha nos delírios apetitosos e condenados dessa Babilónia: - a Baixa! (Ortigão, 1948, p. 254).

A referência à Babilónia não é de estranhar, uma vez que o Carnaval é a época dos exageros e do caos que antecede a penitência e abstinência da Quaresma. A alusão à cidade apocalíptica vem confirmar a ideia de desordem que se vivia, em “delírios apetitosos e condenados”, levando as pessoas à perdição, em recorrente imagem da cidade nefasta. Opinião negativa sobre esta época do ano apresenta também Eça de Queirós: Lisboa “suja-se então livremente, faz tempestades nojentas, naqueles dias o seu tédio é feito de prodígio e de imundície” (1980, p. 133). Fialho de Almeida informa os leitores de outro tipo de festa e, na mesma crónica, salienta o baile de máscaras no teatro D. Maria pela “beleza dos salões e brilhantismo das figuras” (5 de março 1876, p. 2). Por um lado, descreve a festa da rua, dos pobres, por outro, faz apenas um apontamento do outro lado dos festejos, o baile rico no interior de um teatro, onde ele não terá estado, com o intuito de, mais uma vez, retratar a cidade dúplice.

Anos mais tarde, na obra *Pasquinadas* [1890], Fialho de Almeida considera que o Carnaval dessa altura já não era alegre e animado como antigamente. No entanto, considera que o *Turf-Club* no Chiado, do qual já falámos, é uma exceção: “diligenciava reportar-se aos grandes jogos carnavalescos do penúltimo século, arremessando tremoços em grandes sacos e bandejas em tanta cópia, que o trânsito interrompeu-se” (Almeida, 1904, p. 83). Guilherme de Azevedo, por seu lado, informa que a falta de espírito carnavalesco que se vivia em Lisboa era semelhante ao que se passava em Paris quando afirma que “os raros *pierrots* que na terça-feira atravessavam os *boulevards* eram tristes, melancólicos e também alguma coisa sujos. Eram exatamente a reprodução dos que a essas horas provavelmente percorriam o Chiado” (Azevedo, 2000, p. 161). Parece que a cópia do estilo parisiense passa igualmente pelas atitudes nesta época supostamente festiva. No entanto, com a nova Avenida da Liberdade, a animação passou para lá e Fialho descreve o luxuoso *boulevard* lisboeta assim:

a Avenida, já sabem, é a mais admirável *passagem* de toda a Europa. Ali converge, e por ali passa tudo quanto a Travessa do Alcaide e a Rua da Adiça contam de mais sumptuoso e de mais distinto. (...) Ali se enfileiram os mais opulentos palácios de que há memória, depois do palácio de Tebas, com átrios em que se ouvem ciciar queixumes de fontes, e jardins, onde a flora exótica desengurgita em fantásticas criações, as suas seivas venenosas e subtis. Na renda

das sacadas e na colunata dos peristilos, na aérea graça triunfal das esculturas e na riqueza *asiática* dos interiores, a mesma índole ardente se revela, duma nação de dentistas, esbraseada ainda pelas intimidades do oriente (...) e procurando transplantar-lhe as sumptuosas quimeras, para debaixo dos seus tetos escultados (Almeida, 1904, pp. 86-87).

Esta longa citação salienta um espaço novo na capital, a marcar a transição entre a Lisboa velha e a Lisboa nova, espaço este ladeado por edificações luxuosas, tanto no exterior como no seu interior, contrastando com as ruelas e becos miseráveis da urbe medieval. No interior desses palácios luxuosos há pessoas mascaradas, comendo, bebendo e jogando. Veem-se colchas da Índia e da Pérsia nos varandins, para-sóis japoneses bordados, mulheres ricamente trajadas como no tempo de Ana da Áustria e velhos vestidos como doges. Elas atiram camélias para quem passa na rua, de tal maneira que “até os mendigos se curvam para apanhar do chão aquelas flores, e felizes. Já sem fome, transfigurados nos seus rasgões, e mais orgulhosos do que imperadores! Cada vez, cada vez mais acresce a turba, e se aglomera, na grande Avenida” (Almeida, 1904, pp. 88-89). Na Avenida, na rua, o cortejo carnavalesco passa. Contudo, “o mesmo desfilar dos carros vinha sonolento, e o jogo de ramos tão friamente exercitado, que o automatismo da festa para logo deixava ver entusiasmos de enxertia, naquela adaptação do Carnaval de Nice, aos nossos hábitos.” (Almeida, 1904, pp. 89-90). A população endinheirada não se junta aos miseráveis que faziam o Carnaval na rua, reforçando a imagem da cidade dicotómica: os pobres na rua (luxuosa, é certo), os mais abastados num plano superior, seja nas varandas dos palácios, seja no cimo dos carros alegóricos, como que dando esmola (flores, pastilhas de chocolate, leques de penas e cestos de rosas) aos desgraçados que se divertiam num plano subalterno. Uma festa que se queria alegre era sonolenta e fria, revelando de novo a importação da cultura francesa para a vida lisboeta porque se replicam modelos franceses como o do Carnaval vivido em Nice.

Barros Lobo também descreve brincadeiras de Carnaval na zona da Patriarcal, atual área da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente as efetuadas por um grupo de estudantes que brinca com as lavadeiras que passam, que colocam rastilhos nos carris dos americanos para verem as mulas assustadas, que atiram cartuchos de pó aos trens e seus cocheiros (Lobo, 1887, pp. 191-197). Este jornalista literário apresenta a razão para a mudança no Carnaval lisboeta: sucessivos governadores civis foram terminando com alguns hábitos carnavalescos, por exemplo, os cartuchos de pó e seringas, e depois os tremoços. Esta ideia é corroborada por

Guilherme de Azevedo na crónica de 1 de março de 1879 (2016, p. 140) e na de 15 de fevereiro do ano seguinte, em que o autor chega a uma conclusão: “nunca Lisboa é tão triste como nos dias em que tem obrigação de se divertir. Nunca é tão alegre como nos dias em que tem obrigação de ser triste!” (2016, p. 227). Nove anos antes do falecimento do rei D. Luís, já Guilherme de Azevedo reparava nesta diferença de atitudes, antecipando-se a Fialho de Almeida no seu comentário. As mudanças nos hábitos carnavalescos fizeram com que as brincadeiras passassem depois por ovos de cheiro e gaitinhas, setas de papel e estalinhos, *cocottes* e bisnagas, serpentinas e *confetti* e, finalmente, no ano da escrita da crónica, flores e pastilhas de chocolate, as mesmas mencionadas por Fialho na crónica referida acima.

Carlos Malheiro Dias critica igualmente estas alterações, pois tiraram ao povo a possibilidade de se divertir naqueles três dias (1905b, pp. 152-153), opinião transmitida igualmente pela *Ilustração Portuguesa* em 1907 (Magalhães, 2014, p. 299), o que comprova o desagrado que as sucessivas alterações a uma festividade popular e apreciada suscitaram na população. Malheiro Dias refere que se fez um carnaval aristocrático, mas os fidalgos fizeram o mesmo que o povo: “viu[-se] a mais fina flor da aristocracia lisboeta jogar de camarote a camarote [em S. Carlos] com os croquetes de galinha do bufete e inundar-se com esguichos de sifão, à vista da família real” (Dias, 1905b, p. 156). É um Carnaval sensaborão, sem interesse, e refletindo sobre os passados, apresenta-nos uma personagem que não podia faltar nesta época do ano, o cheché, uma caricatura aos exageros e extravagâncias do século XVIII (Magalhães, 2014, p. 297):

cabeleira de estopa, laçarote no rabicho, a cómica luneta, o dístico obsceno do bicórnio, o facalhão inofensivo, a bengala retorcida, terminada por um chavelho de bode, a sua casaca de seda, os seus sapatos de fivela (...), era a síntese ridícula, comicamente vingativa, do tempo do intendente, da inquisição e da força (Dias, 1905b, p. 150).

Malheiro Dias enquadra esta personagem no presente, explicando que o disfarce surgiu no período liberal e pregava sermões irreverentes e jacobinos em frente dos palácios, dava vivas à Constituição e ao regente. Depois de passado o liberalismo, ficou a figura, sempre com uma função crítica dos ditadores e ministros, até há dez anos atrás (esta crónica será de 1904), quando começou a ser mal visto e não aceite. O jornalista literário contextualizou os factos relatados através de evidências históricas para proporcionar aos seus leitores um conhecimento maior dos assuntos tratados.

Pelo conteúdo das crónicas, apercebemo-nos de que há diferenças entre os textos de Fialho e Ramalho Ortigão, por um lado, e de Barros Lobo e de Malheiro Dias, por outro. Se os primeiros relatam, principalmente, os intervenientes dos festejos carnavalescos, fazendo ver ao leitor a dualidade social existente na época em apreço, os segundos mostram mais as brincadeiras dos foliões de uma forma mais descritiva, não sem deixarem de manifestar preocupações de cariz social.

Os divertimentos passavam também por um dia da semana, o domingo, que constitui outro dos assuntos focados pelos jornalistas literários em análise, como Eduardo de Barros Lobo. Ele começa por afirmar que “cada domingo lisboeta é um pouco londrino” (Lobo, 1887, p. 277). Na verdade, os jornalistas literários que por Londres passaram referiram este dia e as várias atividades que a população praticava, de “sobrecasaca preta ao domingo, em respeito à Igreja Protestante” (Queirós, n.d., p. 156). Na realidade, e em 1894, Jaime Batalha Reis fala sobre o domingo inglês que, durante muito tempo, era sagrado porque era o dia de ir à missa e de ser cristão, o que impunha restrições: não se devia sair de casa, os locais públicos de entretenimento estavam encerrados e, mesmo no foro privado, pouco mais se podia fazer do que ler a Bíblia ou textos religiosos (Rosa, 2009, p. 119). Semelhante ideia é partilhada por Ramalho Ortigão que afirma estarem encerrados “os espetáculos públicos, os concertos populares, os museus, as galerias de arte” (Ortigão, 1943, p. 258), deixando apenas ao povo o refúgio no “diabo, a Bíblia ou a genebra!” (Ortigão, 1943, p. 258). Quando Batalha Reis escreve a sua crónica, estas restrições já não eram cumpridas e o autor constata que as bandas militares tocavam nos parques de Londres e que no Albert Hall havia concertos de órgão e canto, óperas e valsas, “executadas aliás com a mais piedosa sensaboria” (Reis, 1988, p. 160). Nesta crónica de 8 de julho, Batalha Reis prevê ainda a abertura de outros espaços de divertimento, como museus, bibliotecas, teatros e *Music Halls*. Batalha Reis confirma o que Barros Lobo diz sobre os londrinos, pois na realidade eles fazem várias atividades ao domingo, incluindo passear. É que em Inglaterra as pessoas têm outros afazeres neste dia da semana, como ir à missa, ficar em casa, jogar *cricket* ou ténis ou ver as corridas de cavalos, fazer caminhadas ou dar passeios de barco e fazer piqueniques. Em Lisboa tal não é possível, pois é ao domingo que as *toilettes* e os penteados estão mais apurados. Assim, os caixeiros dirigem-se ao campo bem vestidos, passeiam pelas ruas das suas lojas e à noite vão ao teatro. Porém, enquanto Barros Lobo elogia os ingleses pelas suas atividades, Jaime Batalha Reis, que viveu muitos anos em Inglaterra, critica os ingleses nestas mesmas atividades. Afirma ele que as pessoas, maridos e mulheres, nunca se dão o braço, andam indiferentes, olham ao longe vagamente, não conversam, e as

crianças seguem também, maquinais. O mesmo se passa com os namorados, que só manifestam carinho publicamente se estão animados pela bebida, “como animais inconscientes” (Reis, 1988, p. 162). É o que igualmente constata Oliveira Martins: as pessoas “iam gravemente, como quem vai cumprir um dever [porque] o dia do senhor não se fez para tolices” (Martins, 1951, p. 61). Ou seja, a vivência de um espaço pode, como neste caso particular, desencadear visões distintas entre os jornalistas literários.

Para Barros Lobo, neste dia em Lisboa há uma tristeza enervante nas ruas quase desertas e as lojas têm taipais nas suas frontarias. O autor sente a falta do natural movimento dos dias de trabalho, com trens a circular, pessoas nas ruas, miúdos a vender jornais. Ficamos a saber por este autor que apenas recentemente as lojas tinham deixado de abrir aos domingos, numa reivindicação que os caixeiros haviam feito, na sequência do exemplo britânico, cujos trabalhadores também lutaram por um dia de descanso semanal (Lobo, 1887, p. 279). Aliás, Oliveira Martins afirma que as greves são uma invenção dos operários ingleses do século XIX surgida na sequência da Revolução Industrial (Martins, 1951, p. 192). No entanto, Barros Lobo apresenta uma diferença, fundamental porque oposta, entre os dois domingos: em Lisboa, os fregueses deixam de frequentar as lojas por estas se encontrarem encerradas; em Londres, as lojas fecham por não terem clientes (Lobo, 1887, p. 280). No dia seguinte, após os passeios e as idas ao teatro, as pessoas regressam ao trabalho “com uma espécie de desgosto da vida, enojados, sem esse fervor alegre do trabalho que dá um orgulho enorme à consciência” (Lobo, 1887, p. 283).

Ora, Barros Lobo preocupa-se em criticar um acontecimento que era, na sua opinião, errado (o encerramento das lojas ao domingo), pelo que elogiou o que se passava numa cultura que não conhecia diretamente. Porém, e seguindo o exemplo dos textos de escritores portugueses sobre Inglaterra, (país considerado modelar em vários aspetos), nomeadamente os da Geração de 70, Lobo é outro dos autores portugueses que utiliza referências àquele país anglo-saxónico nas suas obras. Pelo contrário, Batalha Reis critica a cultura inglesa porque conheceu a realidade que relatava, como afirma na sua “Revista Inglesa” de 10 de fevereiro de 1888: “quando se vive em Inglaterra por alguns anos e se procura analisar os elementos da impressão de conjunto, encontram-se, com surpresa, factos contraditórios que, apesar de conhecidos por toda a gente, influem pouco na impassível admiração geral” (Reis, 1988, p. 55).

Também Gervásio Lobato se refere ao domingo lisboeta. Na opinião do autor, de inverno os grandes acontecimentos são a missa e o teatro. Entre uma ocasião e outra passeia-se

em vários locais da cidade, passeios que o autor enumera, como que completando a crónica de Barros Lobo:

o da Alfândega onde os pais, segundos oficiais das repartições da baixa, levam os filhos imberbes e as filhas que andam na mestra; o do Campo de Santana onde a vizinhança passeia os seus namoros; o da Patriarcal que é como que a estação do entroncamento das cidades baixa e alta, e o da praça da Flores, uma jaula que parece uma gaiola de grilos e onde em vez de alface devoram olhares de amor os namorados da freguesia das Mercês (Lobato, 1911, p. 138).

Mas há, no entender de Gervásio Lobato, três passeios públicos principais: o do Rossio, o da Estrela e o de S. Pedro de Alcântara. No passeio do Rossio, encontramos:

a menina da baixa, o amanuense, o caixeiro das lojas que fecham cedo. Depois, pouco a pouco vem vindo a elegância aristocrática da missa da 1 hora, o *high-life* do comércio e das repartições, o mundo *fashionable* que vive regaladamente nas cadeiras de palhinha do Loreto e nos camarotes de 2ª ordem em S. Carlos (Lobato, 1911, p. 139).

Entre a uma e as duas horas da tarde, o passeio está na sua maior enchente. E Gervásio Lobato descreve os passeantes: as senhoras que se sentam na rua do meio, com as suas tranças postiças; jovens que passeiam bem vestidos e com charutos “de pataco” (Lobato, 1911, p. 140); meninas pálidas com penteados caros; as mães e os pais estão calados e observam; ranchos de virgens da Rua da Madalena e da Rua dos Fanqueiros passam, “amarelas como pergaminho, (...) volumes humanos e raquíticos de versos de recitar ao piano” (Lobato, 1911, p. 140); algumas judias, francesas e algumas portuguesas “que protestam briosamente contra aquela decadência da sua raça” (Lobato, 1911, p. 141). O jornalista literário utiliza recursos expressivos, como a comparação “amarelas como pergaminho” e a metáfora “volumes humanos e raquíticos”, na aplicação de uma das características do jornalismo literário. Mas as suas palavras, se são um valioso retrato da capital ao domingo, não são menos importantes para o enquadramento social dos passeantes. Aqui denota-se a decadência tantas vezes apontada por Fialho de Almeida e o que ressalta é o silêncio e a falta de alegria nos frequentadores do passeio. Estas considerações lembram o que Guilherme de Azevedo havia afirmado sobre o Bosque de Bolonha parisiense: as cocotes estão tristes, sós e melancólicas por os homens da alta finança estarem a caçar “em Compiègne ou nos seus castelos da Bretanha” (Azevedo, 2000, p. 43).

No passeio da Estrela há verdura, lagos, cisnes, uma cascata, covas e montanhas. Durante a semana, os frequentadores são os pares de namorados, ao domingo o público é numeroso e turbulento, principalmente portugueses e ingleses. Os portugueses são reformados que procuram melhor casa e mais barata na zona de Buenos Aires e na Lapa e farmacêuticos, empregados e respetivas famílias. As pessoas mostram menos luxo, mas mais felicidade. As raparigas inglesas frequentam também este passeio que “tem um aspeto alegre e familiar. Toda a gente se conhece muito e fala uma com a outra” (Lobato, 1911, p. 143).

S. Pedro de Alcântara era o local dos “amores criminosos da terra” (Lobato, 1911, p. 144). Agora, quando acaba a missa em S. Roque, as pessoas da zona vão para ali passear. Há casais idosos, senhoras octogenárias acompanhadas das suas criadas e raparigas de colégios. Devido às brincadeiras destas, é o passeio mais alegre da capital. E é precisamente para mencionar este episódio de alegria das alunas que Gervásio Lobato utiliza vários recursos expressivos, próprios de um texto de jornalismo literário: comparações - “parece um *bouquet* de botões de rosas” e “elas riem como crianças” (Lobato, 1911, p. 145); a adjetivação - “dentes alvíssimos e brilhantes” (Lobato, 1911, p. 145) e “as suas vozes têm inflexões estranhas, sensuais, picantes” (Lobato, 1911, p. 146), neste último exemplo acompanhado de uma enumeração e gradação crescente; a metáfora do colégio - “prisão” e “gaiola de virgens” (Lobato, 1911, p. 146). Estes recursos servem para nos mostrar a beleza, alegria e jovialidade destas raparigas e, ao mesmo tempo, revelar o lado negativo dos colégios femininos, já mencionados por nós devido ao tratamento que Fialho de Almeida lhes havia dedicado.

Londres, tal como Lisboa, também possuía espaços de passeio, como Richmond, “o passeio favorito dos londrinos” (Martins, 1951, p. 61), e muito bonito na apreciação de Oliveira Martins, ou Hampton Court que, pelo contrário, evoca ao autor “a horrorosa tragédia inglesa, amassada com horror e sangue, num festim de bárbaros” (Martins, 1951, p. 62).

Havia, portanto, vários espaços para se passear em Lisboa, espaços esses que eram frequentados por pessoas diferentes da sociedade lisboeta e que, conseqüentemente, tinham ambientes distintos, comprovando a dualidade da cidade no que toca às pessoas. A escrita mais literária, a descrição dos espaços e a caracterização dos frequentadores dos mesmos confirmam-nos Gervásio Lobato como jornalista literário atento à realidade que o circunda e à cidade sobre a qual escreve.

Estes passeios eram mais frequentados no inverno, estação do ano que não passa incólume a Barros Lobo e à sua apreensão jornalístico-literária. Este, ao contrário de Fialho de Almeida, mostra uma Lisboa aristocrática que, no entanto, não deixa de ter os seus aspetos negativos e as suas palavras contribuem para nos elucidarem sobre a capital no fim do século XIX. Por exemplo, no Chiado o macadame é uma “calda negra e pegajosa que faz o desespero do transeunte” (Lobo, 1887, p. 292). E o que se segue é uma descrição toda ela literária dessa Lisboa aristocrática nas noites de inverno:

noites de luar claro, em que os candeeiros da iluminação pública empalidecem, e tomam tons lívidos de aparição teatral as fachadas dos edifícios. Os trens que se encontram são quase exclusivamente *coupés* (...).

A Praça de Camões, especialmente, é neste tempo um poço de noite e de frio. As gradarias fazem um grande campo vago em torno do poeta, imóvel sobre o seu pedestal e sob o azul desesperador do firmamento, na rija imobilidade do seu bronze. À volta dele, os cronistas de mármore arrefecem também na sua atitude de pedra (...). As casarias circundantes elevam-se em andares sobre andares até à franca região do escuro e do frio (Lobo, 1887, pp. 292-293).

Os recursos expressivos e a escolha das palavras contribuem para visualizarmos uma cidade fria, deserta, silenciosa e imóvel. No entanto, a ideia de teatro e de encenação que aparece várias vezes em Fialho de Almeida surge também neste excerto, tanto nas fachadas dos prédios como na frontaria da Igreja dos Mártires, “uma frontaria de cenário de ópera, branca como as mortalhas das vítimas de D. Juan” (Lobo, 1887, p. 293). Nas vidraças do café Madrid “passam sombras interiores, disformes” (Lobo, 1887, p. 293) e vão aparecendo mulheres bonitas, como a altiva que ele descreve: “com os seus cabelos de um loiro quente de manteiga inglesa, olhar azul, tem alguma coisa de satânico à flor da pele (...); os seus lábios (...) põem-lhe na face um não sei quê de gato, felinamente cruel e felinamente doce” (Lobo, 1887, p. 296). Os seres que povoam a noite lisboeta, como em Fialho, são disformes e animalescos, próprios de um tempo ‘outro’ numa cidade que é ‘outra’ e de um jornalismo também ele ‘outro’.

Será talvez esta a crónica (em que descreve a zona do Chiado no inverno e à noite) que se afasta do padrão do que Eduardo de Barros Lobo escreve sobre Lisboa, uma vez que retrata a sociedade elegante, no bairro da moda, e principalmente diurna, mas, ao mesmo tempo, se aproxima dos temas desenvolvidos por Fialho de Almeida. Também Eça de Queirós, jornalista

literário da Geração de 70, escreveu uma crónica intitulada “O inverno em Londres” (3 de dezembro de 1880 para a *Gazeta de Notícias*), nas suas *Cartas de Inglaterra*. Neste texto jornalístico-literário, o autor descreve as suas impressões nesta época do ano e tece considerações sobre a vida londrina. A cidade fica apenas com os trabalhadores e os pobres, a “turba abjeta” (Queirós, n.d., p. 35), pois os aristocratas partem para os seus castelos, *villas* à beira-mar ou iates. A mesma ideia da dureza que os pobres passam nesta época do ano é transmitida na sua crónica de 3 de abril de 1895 sobre “O inverno em Paris” e inserida na coletânea *Cartas Familiares de Paris*: “famílias que andam quase nuas, e dormem os mais duros invernos na terra húmida, e comem apenas as hortaliças podres que são apanhadas à noite no lixo e nos enxurros” (1981a, p. 310). Contudo, a miséria não se encontra apenas na capital britânica. Em Paris, há “um receio delicado de ofender os pobres” (1981a, p. 313) e para tal evitam-se manifestações de riqueza, como bailes e jantares. O inverno em Londres não é agradável: o nevoeiro matinal é “uma sombra opaca, espessa, parda, arrepiadora e sinistra” (Queirós, n.d., p. 38), a meio do dia, a “decoração de Inferno muda” (Queirós, n.d., p. 38) e ganha a cor amarela e exala “um vapor fétido” (Queirós, n.d., p. 38). Não se respira bem, a roupa fica pegajosa e os edifícios parecem-se com as “cidades malditas do apocalipse” (Queirós, n.d., p. 38). À noite o nevoeiro desfaz-se em lama. Depois de nos transmitir esta imagem arrepiante de Londres no inverno, explica que é este ambiente que leva a besta humana a inflamar-se, numa clara alusão ao determinismo tainiano: “quer-se alguma coisa de forte e de animal, a luta, o excesso, a gula, o abrasado do conhaque, a paixão” (Queirós, n.d., p. 38). É por isso que “Londres, numa noite de paixão, exala violência e crime” (Queirós, n.d., p. 38). Como refere Santos, o nevoeiro transforma a cidade, perde-se a familiaridade e o viajante é transportado “para um mundo Outro, estranho, infernal e oriental” (2007, p. 248). E é essa transformação que todos os jornalistas presentes em Londres constatarem: Jaime Batalha Reis dedica uma crónica (23 de janeiro de 1888) ao fenómeno do nevoeiro que, na sua opinião, explica o carácter inglês; Ramalho Ortigão afiança que o nevoeiro inglês não é “um ligeiro nevoeirito para reumatismo de estrangeiros, (...) mas sim um legítimo e autêntico nevoeiro londrino” (1943, pp. 129-130); Oliveira Martins apenas testemunha “uma névoa acinzentada” (1951, p. 69) que envolve os campos em tons amarelados. O que sentimos, ao ler os excertos de Eduardo Barros Lobo e de Eça de Queirós, principalmente, é que falta o avançar pela noite, o mostrar o que realmente acontece com as pessoas e não apenas apresentar o embrião dessas situações. Estes autores circularam nas ruas londrinas e só descreveram o que viram (ou leram), não as analisaram profundamente, nalguns casos porque a sua passagem por Londres foi rápida.

Pelo contrário, Fialho de Almeida mergulha na noite lisboeta, deambula e relata pormenorizadamente os factos que encontra. Será talvez um dos grandes cientistas sociais do século XIX que transmite a imagem negativa da cidade de Lisboa através de um vocabulário que denota isso mesmo.

O descanso na capital não passa apenas pelo dia de domingo. Gervásio Lobato enumera os locais do verão lisboeta e refere um ponto de encontro, a Patriarcal, a praça mais elegante e bonita da cidade, e também a menos concorrida. No Príncipe Real estão os “indígenas” (Lobato, 1911, p.100), os ricos. Há ainda a Lage, espaço de encontro para se falar de política, e o Campo de Santana. Também Eça refere o Jardim de Paris em noite de Grand-Prix como espaço de encontro, comparando Paris a Roma durante as Saturnais, em que “os cidadãos mais circunspectos, mesmo magistrados, bailavam nas praças, de toga arregaçada” (Queirós, 1981a, p. 40). A comparação das capitais com Roma não é única. Guilherme de Azevedo compara Lisboa “à velha Roma pagã” (2016, p. 39) e Ramalho Ortigão, em *John Bull*, afirma que a arquitetura londrina faz lembrar a “sumptuosidade da Roma antiga” (1943, p. 64), ideia partilhada por Oliveira Martins (1951, p. 34). Todas as capitais em análise se revelam semelhantes a Roma, cidade que representa o poder ao nível dos valores morais, mas também equivalente a Babilónia, cidade da perversão e do vício, como já vimos.

O hipódromo de Lisboa, construído em Belém em 1874, é local onde ocorrem as corridas de cavalos, mas sem qualidade: “às vezes o prémio é disputado por um só cavalo, e ainda assim nem sempre é esse o primeiro a chegar à meta. Há tempos chegou primeiro um cão que acompanhava o cavalo” (Lobato, 1911, p. 105). O público também é escasso, e quando vai não sabe estar nem animar o evento: “agora quem lá vai, são os membros do Jockey Club e as suas famílias, os elegantes, os empregados públicos, os caixeiros das lojas da baixa e as *cocottes*” (Lobato, 1911, p. 105). Mas também vão outras figuras: o “Dogue” (Lobato, 1911, p. 105), com uma equipagem com quatro cavaleiros; várias prostitutas espanholas noutros carros – “no carro do Pingalho, (...) no coupé do Anão, (...) na vitória do Conde” (Lobato, 1911, p. 106); a *Ruça* e o seu cão; dois janotas com um farnel no cesto. Um espaço que era o local de encontro da sociedade lisboeta aparece-nos, pelas palavras de Lobato, como um espaço frequentado por pessoas sem classe. A confirmação deste facto é que todos regressam a Lisboa de americano e de ómnibus. E conclui o autor, mais uma vez sarcasticamente, sobre a qualidade destas pessoas: “e este mesmo público, que no hipódromo está calado que nem um rato, quando não chia, é o mesmo que faz aquela grande bulha nas igrejas pela Semana Santa, o que

interrompe em S. Carlos todas as óperas com a sua animação toda meridional, o que deita abaixo a praça do Campo de Santana, com a sua gritaria em tarde de touros” (Lobato, 1911, p. 107). As corridas de cavalos não são exclusivas da capital portuguesa. Em Paris, no verão, Eça assistiu ao Grand-Prix, “a solenidade oficial do *sport*, do jogo e das *toilettes*” (1981a, p. 39). Ao contrário do evento lisboeta, em Paris acorrem figuras de classe, como a rainha-mãe de Portugal, D. Maria Pia, a duquesa de Aosta ou o marajá de Laore (1981a, p. 39). Guilherme de Azevedo também esteve presente neste evento em 1881 e constatou o ambiente luxuoso, com “estalos das rolhas do champanhe” (2000, p. 210). Terminado o torneio, porém, transforma-se no “espetáculo mais bizarro” quando o “formigueiro parisiense recolhe à toca” (2000, p. 210), numa alusão aos animais semelhante à que Fialho de Almeida utiliza frequentemente para se referir aos lisboetas. Contudo, é Oliveira Martins quem dedica um capítulo do seu livro às corridas de cavalos inglesas. A impressão que lhe ficou foi a beleza das mulheres, o ambiente das apostas e a importância dos cavalos, a salientar o “orgulho da força” (1951, p. 150), uma impressão londrina diferente da captada por Gervásio Lobato sobre Lisboa.

A explicação para o tipo de público presente no hipódromo de Belém pode ser-nos dada por Carlos Malheiro Dias, que afirma que Lisboa (principalmente o Chiado) no verão fica deserta - como havia expresso Guilherme de Azevedo na crónica de 1 de julho de 1878 (2016, p. 73) ou na de 1 de junho de 1880 (2016, p. 255) -, uma vez que os elementos da sociedade elegante se deslocaram para outros espaços: “as clientes das casas de modas estão em Sintra, estão em Vichy, estão nas Caldas da Rainha. Os janotas do *Turff* estão no Monte Estoril, na Figueira ou numa *cabine* do *sud-express*” (Dias, 1905b, p. 298). O mesmo diz Fialho de Almeida em *Pasquinadas*, indo até mais longe e afirmando que nos locais onde estão os lisboetas (Caldas da Rainha, Cascais, Luso, Gerez e Figueira da Foz) “a vida procura imitar quanto possível (...) a existência de Lisboa” (Almeida, 1904, p. 320). Restam alguns turistas “alemães com o Boedeker⁴² aberto nos joelhos” (Dias, 1905b, p. 298) numa vitória ou landau, caixeiros que dormitam, homens e senhoras que espreitam às janelas dos primeiros andares, os empregados da Câmara que “alagam, enlameiam as ruas com o esguicho das mangueiras. No silêncio ambiente, os pregões das varinas ascendem, mais musicais, como vocalizações de *prima-donas*” (Dias, 1905b, p. 298). E quando não está enlameada, a cidade envolta em nuvens de pó, ficando com “o aspeto sonolento e triste de uma cidade devastada por uma epidemia”

⁴² Guia de viagem editado por Karl Baedeker (1801-1859). O sucesso do primeiro guia *Rheinreise von Mainz bis Köln* (1832) levou a uma segunda edição três anos mais tarde e à continuidade deste tipo de livros, que eram pequenos, resistentes e forneciam as informações essenciais sobre os locais a visitar.

(Dias, 1905b, p. 302). O êxodo das capitais no verão também se vislumbra em Paris. Eça afirma que “abalaram ontem, em centenas de comboios, cerca de 130 mil pessoas. Só ficaram os empregados públicos” (1981a, p. 65). Ramalho Ortigão, por sua vez, refere que “em Paris, ninguém vê senão cocotes e estrangeiros” (1949, p. 67) e Guilherme de Azevedo afirma que Paris “deserta para o campo, a fazer horas para ir para as praias” (2000, p. 214). De igual forma em Londres a gente rica vai “caçar, viajar no continente, banhar-se no mar salgado, ou bordejar nos iates (Queirós, n.d., p. 274). Fica na capital apenas “a vil e escura multidão, que redemoinha na city labutando e traficando” (Queirós, n.d., p. 274). O que verificamos é que vários jornalistas literários abordam o mesmo tópico, constatando em todos semelhanças nos comportamentos dos habitantes e contribuindo para a imagem desertificada das cidades estudadas na época estival.

Com vários eventos a decorrer na capital portuguesa no século XIX, os jornalistas literários não deixam de os mencionar nas suas crónicas. Apercebemo-nos que, no geral, a imagem transmitida é negativa. É o caso dos cortejos fúnebres, dos bailes da sociedade elegante e das procissões que são uma representação falsa, quer para os intervenientes, que não mostram o seu verdadeiro ‘Eu’, quer para o povo que observa, uma vez que não se sabe comportar condignamente. O Carnaval continua a ser um teatro decadente, em que se nota uma divisão social e uma humilhação dos pobres pelos ricos. Os tempos livres de domingo e do verão revelam os hábitos pouco interessantes dos lisboetas, em que se passeia por determinados espaços da cidade e nada mais se faz.

Esta imagem de decadência da cidade de Lisboa é expressa por todos os jornalistas literários em análise. Na realidade, praticamente todos falam da alta sociedade e da zona do Chiado, exceto Fialho de Almeida, que procura apresentar as classes mais desfavorecidas nas áreas onde circulam. Mas se todos mostram os podres de Lisboa com uma linguagem literária, é Fialho o mais cáustico de todos, como podemos constatar na tabela abaixo, recorrendo a vocábulos fortes para impressionar o seu público e chamar a atenção para os problemas de uma cidade dual em tudo: a Lisboa nova e a Lisboa velha, a Lisboa rica e a Lisboa pobre, a Lisboa diurna e a Lisboa noturna.

Tabela 13 – Vocábulos utilizados pelos autores e citados nesta secção

Autores	Nomes		Adjetivos		Verbos
<i>Fialho de Almeida</i>	Farrapos Enjeitados	Deboches Trapos Manipansos	Sujo Angustiosa	Esfrangalhados Imundos Pavorosos	Afunde

	Miséria (2×) Bois Cáfila Carroça Carcaça Tumba Arca de Noé Macaquitos Doenças	Bacanal Doença Trampa Babilónia Charco Infortúnio Cemitério Mendigos	Melancólico (2×) Esmacido Pobre Escarrados Chuchados Disformes (2×) Doloroso Sinistra Sebentos	Brutal Monstruosa Debochada Miserandas Sonolento	
<i>Ramalho Ortigão</i>	Devastação Gangrena Lama	Babilónia Decadência	Lenta Pavorosa Pútrida	Papacenta Taciturnas	
<i>Eduardo de Barros Lobo</i>	Desgosto Noite (2×) Mortalha	Sombras	Disformes Enojados Vago	Escuro Frio	Empalideceu Arrefeceu
<i>Jaime Batalha Reis</i>	Sensaboria				
<i>Gervásio Lobato</i>	Babilónia Hipocrisias Desespero		Pálidas Anémicas Monstruosas Desengraçadas Vulgares Desgracioso	Grosseira Amarelas Raquíticas Negra Pegajosa	
<i>Eça de Queirós</i>	Apocalipse (2×) Tédio Imundície Turba	Sombra Inferno Violência Crime	Vagas Quiméricas Malditas Nojentas Abjeta Podres Opaca Espessa	Parda Arrepiadora Sinistra Fétido Malditas Vil Escura	
<i>Guilherme de Azevedo</i>	Formigueiro Toca		Tristes (3×) Melancólicos Sujos		
<i>Carlos Malheiro Dias</i>	Epidemia		Sonolento Triste	Devastada	Alagam Enlameiam

Fonte: Elaboração própria

Num fim de século de grandes alterações na Europa e no mundo, os problemas portugueses são os problemas ingleses que os jornalistas literários nacionais encontraram na sua imersão na Babilónia Moderna. Afinal, também Portugal tem a sua cidade apocalíptica, tão Babilónia como Londres. A recorrência das palavras “Babilónia” e “apocalipse” comprova a imagem negativa que os jornalistas literários têm das capitais que escrutinam.

8 - A Lisboa do futuro

Pelas palavras dos jornalistas literários finisseculares, apercebemo-nos do seu desencanto relativamente à cidade de Lisboa de então. Por exemplo, para Carlos Malheiro Dias é “a Lisboa da Avenida, da estação do Rossio, do *Século*, do *bric-à-brac*, das corridas de cavalos, do Turff Club e do *Chat-Noir*” (Dias, 1907, p. 56), onde “a sede de prazer insaciável (...) devora a cidade” (Dias, 1907, p. 58), e onde cresceram os espaços de divertimento. Com uma população maioritariamente pobre, o autor conclui, não sem ironia, que somos “um povo de pobres alegres” (Dias, 1907, p. 58). A comprovar o que havíamos afirmado sobre as dualidades existentes na capital de Portugal, Malheiro Dias conclui que “Lisboa oculta as suas misérias, sob as mais risonhas e aparatosas aparências. Todos, com sobre-humanos esforços, se empenham em emprestar-lhe o aspeto de uma cidade de recreio (...). Pode-se morrer de fome em Lisboa. Ninguém aqui morre de aborrecimento” (Dias, 1907, pp. 90-91).

É uma impressão negativa da cidade social, mas outra não melhor da cidade física, e até violenta surge: “com exceção da parte nova (Praça dos Restauradores para o norte, até à Avenida Ressano Garcia), e do delineamento majestoso da *urbis* pombalina, [é] uma cidade indigna de categoria de capital e da sua pretensão orgulhosa de *Cais da Europa*” (Dias, 1907, p. 270). Ou seja, a opinião deste jornalista literário é a de que a Lisboa velha não corresponde aos padrões que uma capital europeia devia possuir. No entanto, é Fialho de Almeida quem sobre esta Lisboa velha fala profusamente. Por seu lado, Malheiro Dias afirma que sem o rio Tejo e a luz, Lisboa “é uma cidade feia, íngreme, insalubre, com quinhentas ruas tortuosas, estreitas, canalizadas entre edifícios irregulares e execráveis” (Dias, 1907, p. 271), numa descrição semelhante à que já havíamos encontrado a propósito do *East End* londrino, mais uma vez comprovando que as imagens destas capitais europeias se repetem nos vários jornalistas literários em estudo. O desenvolvimento recente para norte, com avenidas largas e traçado geométrico, não veio trazer grandes melhorias, uma vez que revela mau gosto dos habitantes, desleixo da Câmara e indiferença do Estado, numa opinião partilhada por Fialho de Almeida. A Lisboa nova é uma Lisboa “espécie de bairro de luxo, a que a viação elétrica deu um acesso relativamente fácil, mas que está condenada a permanecer, com mais ou menos luxo de palácios, com mais ou menos arvoredos de jardins, uma cidade suburbana, sem vida própria” (Dias, 1907, p. 271). Entre a cidade velha e a cidade nova encontra-se a Lisboa de todas atividades - a Praça dos Restauradores, o Terreiro do Paço, o Arsenal e o Chiado (Dias, 1907, pp. 271-272). “É neste recinto acanhado que estão os ministérios, os teatros, os tribunais, os

grandes estabelecimentos, as lojas da moda, os clubes do *high-life*, os Bancos, os jornais, os cafés, os restaurantes... e a Praça da Figueira” (Dias, 1907, p. 272).

Carlos Malheiro Dias considera que se construíram poucos edifícios grandiosos desde o terramoto de 1755: a estação do Rossio (1891), o Hotel Internacional (1892), o teatro D. Maria (1846), a Câmara Municipal (logo após o terramoto), a Escola Médica (1836), os armazéns Grandella (1907) e o Banco Lisboa e Açores (1875) (Dias, 1907, p. 273). Na mesma crónica critica outros aspetos da cidade, como o facto de haver uma taberna na Avenida da Liberdade, a estação do Cais do Sodré que não é monumental, os bairros medievais de Alfama, a roupa branca pendurada a secar ao sol, os gatos vadios e os fadistas. Em face disto, o autor defende um projeto para melhorar a Lisboa central e marítima.

A crónica de Malheiro Dias foi escrita a 2 de setembro de 1906 e, na verdade, não haveria, a essa data, nenhum plano de reconstrução e alindamento da capital. O certo é que, num longo texto coligido em dois números (29 de outubro e 19 de novembro de 1906) da revista *Ilustração Portuguesa*, cujo diretor era à data Carlos Malheiro Dias e depois inserido na obra *Barbear, Pentear*, intitulado “Lisboa Monumental”, Fialho de Almeida apresenta as suas críticas à Lisboa de então e propõe o seu ideal de cidade. Já anteriormente a mesma revista havia publicado em quatro números (de 26 de março a 16 de abril) o conto do engenheiro Melo de Matos (1869-1915), “Lisboa no ano 2000”, numa visão futurista ao estilo de Júlio Verne na obra *Paris au XXème siècle* (1863), uma projeção da cidade para 1963. Este engenheiro apresenta uma Lisboa mais centrada no ferro e na eletricidade, com a instalação do metropolitano “de carril sobre-elevado” (Matos, 1906, p. 132), a ligar o centro da capital às linhas férreas que já existiam, por exemplo. A zona de Alcântara seria a confluência de linhas férreas de passageiros e mercadorias (Matos, 1906, p. 188). O telefone teria um papel preponderante em transações comerciais (Matos, 1906, pp. 189-191). Melo de Matos propunha ainda a construção de “uma torre de aço com a forma de sólido de igual resistência, de base quadrangular e de 350 metros de altura, encimada por um foco elétrico para iluminação do porto e dos seus cais” (Matos, 1906, p. 192) e com elevadores. A “fachada toda de aço e de cristal” (Matos, 1906, p. 221) de alguns edifícios bancários também se coaduna com a arquitetura do ferro. Como veremos pela análise do texto de Fialho de Almeida, há diferenças significativas entre os dois autores, uma vez que o arquiteto se dedica mais aos aspetos do progresso, enquanto Fialho se preocupa mais com a monumentalidade que a capital portuguesa devia ter, no seu entender.

Fialho de Almeida começa por reiterar as críticas já efetuadas à Câmara Municipal (Almeida, 1960, pp. 113, 121) a propósito das construções desregradas dos brasileiros ou rendeiros ricos que edificaram a seu bel-prazer sem que houvesse intervenção por parte daquela entidade, exceto para cobrar taxas. Os critérios de beleza deixavam muito a desejar, uma vez que não havia estudos para se fazerem as construções, apenas se recorria ao (mau) gosto dos donos dos edifícios e dos construtores. O resultado eram “barbaridades”, “bestialidades” e “crimes” (Almeida, 1960, p. 83) de beleza que se iriam repercutir no futuro: “vão contribuir centenas de anos (pois nem em todos os séculos se fazem reconstruções em massa de cidades) para o atraso da terra, para a execução dos pósteros e para a náusea colérica dos psicológicos *patriotas!*” (Almeida, 1960, p. 83). Acrescenta ainda que Lisboa tem ruas torcidas e os “prédios-caixotes” (Almeida, 1960, p. 122) dos bairros operários que envergonham as pessoas inteligentes do país, por oposição aos novos edifícios com linhas largas. E quanto aos ornamentos citadinos, “as estátuas, os chafarizes, os lagos, os repuxos, que barafunda imbecil, que magnificência cagadócia, que monumentalidade galhofeira! Este é verdadeiramente o país onde a civilização da Europa pataniza, emergindo em aleijões de paródia, da barbaria da África berbere” (Almeida, 1960, p. 122). A cidade que se queria progressista e acompanhando a evolução europeia era, afinal, bárbara e um mau cenário para a representação da vida lisboeta. Fialho continua a expressar a sua opinião sobre a fisionomia da cidade de Lisboa e considera que os edifícios modernos, de proporções monumentais, apresentam vários problemas, como o peso desgracioso das massas, a nudez das frontarias, o modelo da janela de tímpanos curvos, do século XVII italiano, “os estritos átrios, as claustradas mesquinhas, os corredores de cárcere, sem luz: a inarmonia de proporções e distribuição de corpos e molduras (Almeida, 1960, pp. 119-120), resultado da influência da tradição conventual. Será, talvez, a crítica que o autor faz a uma cidade que queria emparceirar com as melhores da Europa (Paris e Londres), algo que a Geração de 70 preconizou largos anos antes, mas não se conseguia desligar dos resquícios do catolicismo, uma das causas apontadas por Antero de Quental para a decadência dos povos peninsulares, e da herança romântica, como os elementos desse grupo constataram. A reunião de ‘Os Vencidos da Vida’ (Carlos de Lima Mayer, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Carlos Lobo de Ávila, o marquês de Soveral, o marquês de Ficalho, o conde de Sabugosa e o conde de Arnoso) nos fins de 1887 ou início de 1888, além de ter como propósito proporcionar o “convívio de mentalidades afins e de diversão” (Lopes, 1994, p. 1136) foi também a “manifestação externa duma atitude profunda de insatisfação, quase de protesto, perante o tónus da vida portuguesa” (Lopes, 1994, p. 1137). Assim, e como se observa

na tabela abaixo, tanto Carlos Malheiro Dias como Fialho de Almeida continuam a recorrer a vocabulário de pendor negativo para descrever uma cidade feia, velha e decadente aos seus olhos.

Tabela 14 – Vocábulos utilizados pelos autores e citados nesta secção

Autores	Nomes	Adjetivos	Verbos
<i>Fialho de Almeida</i>	Barbaridades Bestialidades Crimes Atraso Náusea Barafunda Prédios-caixotes Inarmonia Derrocada Horror Bruxaria Vagabundos	Colérica Imbecil Galhofeira Mesquinhas Tristes Estrumosas Bestificada Tarda Desagradável Infectos Caídos Ressecas Abandonadas Sanguinária Solitária Tristes Caducas	Jaz Enxameiam Choca Espectralizaram
<i>Carlos Malheiro Dias</i>	Miséria Aparência	Insaciável Indigna Feia íngreme Insalubre Tortuosas Estreitas Irregulares Execráveis Acanhado	Devora Oculta

Fonte: Elaboração própria

A Lisboa Monumental continua a ser idealizada, no então palácio Mayer, antiga casa da Marquesa de Alorna, no princípio da Calçada do Salitre. Neste espaço nasceria uma avenida que ligasse o jardim da Politécnica à Avenida: “a grande montanha calma, descobrindo-se toda da Avenida, envolta em verdes, rica de tons, como um bosque de templo japonês: clareiras de jogos, maciços de hortos, murmúrios de correntes” (Almeida, 1960, pp. 85, 86). A montanha, símbolo do encontro entre o céu e a terra e de ascensão humana, está rodeada de um jardim, o Éden (Chevalier & Gheerbrant, 1982, pp. 456-458). É a nova cidade a permitir uma nova vida para esta Babilónia decadente. Fialho de Almeida acrescentaria ainda uma ponte a ligar S. Pedro de Alcântara ao Campo de Santana e outra de Santana até à Graça ou ao Castelo. Com passeios

e refúgios, via-se “por baixo vertiginosamente ferver a bicharia dos bairros pobres” (Almeida, 1960, p. 91). Seria um sítio para os vagabundos perorarem e também para ocorrerem suicídios. Em suma,

essa ponte, sobre os seus pegões de pedra, ciclópicas, cingidos de elevadores para o formigueiro maluco das subidas e descidas, marcaria nos fastos da cidade o advento duma época novíssima, agitada, em que se confundiriam as línguas, como em Babel, sem receio da cólera do Senhor! (Almeida, 1960, p. 91).

Babel é a cidade em altura, como vimos no capítulo sobre a cidade, cuja torre tocaria o céu, e esta ponte com elevadores é o símbolo disso mesmo. Mas simboliza também um futuro sem distinções na sociedade dual que descreveu nos seus textos e atraente para os turistas, como expressará mais adiante neste seu artigo. Fialho sugere ainda, no final desta ponte, um palácio da alcáçova sumptuoso, com a intenção de melhorar as tardes e noites da cidade. Na sua opinião, que não deixa de lado o sarcasmo, não há

atrativos e vícios que a gente culta e rica tem por passatempo, pois, além das capitais não engordarem hoje de virtudes, é certo que um pouco de deboche ativa a civilização dos povos bisonhos, e é um maravilhoso fator de sugestões. Roleta, mulheres, circos de verão, teatrofones, música clássica, atlética, mascaradas, festas de caráter pitoresco e popular, tudo isto poderia incluir-se num *Yoshiwhara* feérico e colossal, casino e circo, biblioteca e restaurante, velódromo e frontão, *hall* de concertos e teatro de ópera, nesse recinto do chamado Castelo de S. Jorge (Almeida, 1960, pp. 92-93).

Em suma, este espaço teria todos os entretenimentos da sociedade moderna. Esta colina deveria ser coberta com ciprestes, devia haver elevadores desde a Baixa até às portas da muralha (novamente a cidade a expandir-se em altura através de elementos de modernidade) e erguer depois o monumental palácio, onde a alegria e elegância se proporcionassem aos estrangeiros e nacionais. Só assim

Lisboa entraria de vez no armorial das capitais vertiginosas onde deliciosamente a vida se grelha no estonteio das quotidianas sensações, e só então haveria motivos para chamar o estrangeiro e reclamar as cintilações do belo sol, que nós não inventámos, e do belo clima (Almeida, 1960, pp. 93-94).

Será uma mudança na fisionomia da cidade que a fará sair do estado decadente e entrar na modernidade. Noutro ponto da capital, a Rotunda do Marquês de Pombal (completamente concluída em 1899, em conjunto com o arranjo urbanístico – Carvalho, 2003, p. 189) foi “feita para coração da Lisboa nova” (Almeida, 1960, p. 83), essa Lisboa que Fialho deseja. A forma circular do espaço é simbólica, pois é a forma perfeita e “imagem do refúgio natural do ventre feminino” (Coelho, 1993, p. 428), como já havíamos visto no ponto 3.2 do nosso trabalho. Com o centro da Lisboa velha infecto, procura-se a proteção materna para a criação de uma nova cidade, limpa e livre dos elementos que causam a decadência da mesma. A Rotunda é assim um ponto estratégico da cidade que marca a transição entre as duas Lisboas. Mais uma vez Fialho chama a atenção do seu leitor para a falta de beleza simétrica e de ordem nas casas que a circundam. Na sua opinião, deveria haver um marco em pedra alusivo ao “triumfo imortal do pensamento” (Almeida, 1960, p. 84) e palácios com torres, cúpulas e colunatas, construídos por associações para serem as suas sedes: das Ciências Médicas, com as suas profissões (médicos, enfermeiros, parteiras, farmacêuticos), Industrial, Comercial, dos Lojistas. Nos intervalos destes palácios deveria haver “palácios de comícios, exposições de pintura, produtos agrícolas, industriais, coloniais, conferências, concertos – e no que sobrasse, residências privadas” (Almeida, 1960, p. 84). Ainda nesta nova zona da cidade, a Praça Saldanha “está cheia de casarões e cubatas imbecis, com um jazigo bacoco ao centro, onde me dizem vão pôr o marechal” (Almeida, 1960, p. 86). Na Avenida Ressano Garcia (atual 5 de Outubro) também se encontra a falta de gosto nos edifícios, ideia transmitida por Fialho e Carlos Malheiro Dias, como observámos. E a crítica ao mau gosto arquitetural prossegue quando afirma que “a arquitetura exterior dos edifícios públicos, das igrejas, dos grandes palácios, é lamentável de banalidade e insulsez: e os modernos quase todos piores do que os antigos” (Almeida, 1960, p. 113).

Na opinião deste autor, à chegada ao Campo Grande devia haver um arco triunfal ou estátuas e cascatas, deixando espaço para restaurantes e cafés. Aliás, muitos locais da cidade deveriam ter estátuas como elementos ornamentais. É o caso da Avenida da Índia que deveria apresentar as dos heróis das descobertas desde Algés até Santa Apolónia para dar ao estrangeiro “uma ideia senhoril do povo luso” (Almeida, 1960, p. 87). Na Avenida da Liberdade, as estátuas deviam ser de contemporâneos que merecessem ser perpetuados – “filantropos, políticos, comediantes, poetas, pintores, *iroses* de África, almirantes de lanchas-canhoelras” (Almeida, 1960, p. 88). Aliás, na crónica de 10 de agosto de 1893 de *Os gatos* havia falado do mesmo assunto e proposto mesmo nomes que deviam figurar no local. É o caso de Alexandre

Herculano, Almeida Garrett, Antero de Quental, Cesário Verde, Soares do Reis, entre outros (Almeida, 1992f, p. 244). Enfim, para Fialho os grandes da nação deviam ser imortalizados através da arte pública, pois através destas figuras do passado, a população podia instruir-se e nelas buscar exemplo (Leitão, 1990, p. 312).

Na altura em que a crónica foi publicada (1906), realizavam-se obras a cargo do porto de Lisboa, com um avanço das muralhas até ao embarcadouro da Praça do Comércio e com a recolocação das colunas que haviam caído há alguns anos. No entender de Fialho de Almeida, esta praça sumptuosa é a única coisa grandiosa à beira do rio Tejo. Mesmo assim, ele aumentaria a sua monumentalidade:

toda à beira da doca uma balaustrada de mármore, alta e severa, aberta de balaústres, no estilo da praça e mais dos bancos de pedra que lá puseram há pouco, sob as árvores. Em toda a muralha e rampados do embarcadouro que lá vemos e pertence à primitiva traça pombalina do Terreiro, balaustradas do mesmo tipo correriam por todos os rebordos, seguindo os muros parapeitos, bordando as rampas das escadas laterais e plano inclinado central (Almeida, 1960, p. 89).

Este seria outro local que teria estátuas colossais para que, do rio, se contemplasse a praça. O recinto seria iluminado, com espaços que servissem cervejas e sorvetes no verão.

Relativamente à zona industrial de Lisboa, Fialho sugere a passagem das fábricas de Alcântara e Poço do Bispo para a zona entre a Trafaria e Cacilhas, uma outra Lisboa, fabril, “erriçada de chaminés e fumos londrinos” (Almeida, 1960, p. 97), numa alusão à industrialização da capital inglesa retratada pelos jornalistas literários portugueses que temos vindo a referir e que tanto escreveram sobre a Londres do fim do século. Também Melo de Matos defende a Trafaria como “um grande centro industrial” (Matos, 1906, p. 132). Estas fábricas estão no meio de bairros que são infetados por elas e o que se pretende é libertar a beira-mar da Lisboa velha dos barracões, hangares e depósitos feios de mercadorias. Assim, já seria urgente a construção de pontes a ligar as duas margens e de uma estação fluvial sul e este. Fialho de Almeida, em nota de rodapé, enumera os vários projetos de pontes que foram feitos nos últimos anos: em 1888, ligação entre Almada e o Tesouro Velho, com estação de passageiros e mercadorias, com entrada pelo Largo das Duas Igrejas; em 1890, ligação entre Almada e norte da Rocha Conde d’Óbidos, seguindo a linha férrea até Campolide; depois de

1891, ligação ferroviária do Pinhal Novo até ao Montijo e daí até aos Grilos; outro projeto previa uma ponte entre Almada e a Lapa para peões, carros, elétricos e comboios. Ao conhecermos estes projetos, não podemos deixar de achar curioso que algumas ideias hoje postas em prática tiveram as suas origens no século XIX. Mas a disponibilização destas informações é também uma prática comum no jornalismo literário, pois é o resultado de uma investigação sobre o assunto que está a ser tratado. Melo de Matos, por seu lado, apresenta um túnel para comboios através do rio Tejo a unir as duas margens com “6.327 metros de extensão, dos quais 2.200 por debaixo do rio” (Matos, 1906, p. 249), construído com a ajuda de máquinas perfuradoras e de compressão de ar. Curiosa é também a opinião de Santos Viegas⁴³ e do próprio autor relativamente às prioridades nas obras públicas da capital:

a ideia julio-vernesca da ponte sobre o Tejo deve deixar-se às futuras gerações. Não que ela não represente um arrojado e utilíssimo melhoramento, mas por ser devorante o custo, e não se devem adiar outras obras mais urgentes, como a trazida do caminho de ferro do Sul a Cacilhas ou Almada, e fundação da nova cidade da margem esquerda, em que urge desdobrar, o mais rapidamente possível, a nossa atual Lisboa fabril e comercial (Almeida, 1960, p. 100).

Confirma-se, portanto, a necessidade de reformar as zonas fabris e mais pobres da cidade, tornando a margem do rio Tejo arborizada depois de Santa Apolónia até ao Poço do Bispo ou Sacavém. Aí, as inúmeras árvores proporcionarão atividades de lazer saudáveis: “jardins de crianças, carreiras de tiro, de malha e de chinquilha, campos de *cricket* e de *football*” (Almeida, 1960, p. 103), tudo isto para o bem da classe operária. A falta de atividade física na educação foi, aliás, um dos tópicos criticados pelos jornalistas literários do fim do século, por oposição à educação inglesa que privilegiava o desporto, como vimos anteriormente. Seria esta uma forma de proporcionar uma vida saudável às classes mais desfavorecidas. Ainda relativamente aos bairros operários, repete a ideia de demolição desses centros de degradação e decadência para que a população se possa regenerar num ambiente saudável:

as nuvens de rapazitos tristes e estrumosos que enxameiam nos focos de laboração fabril da capital, e essa mesma população adulta de obreiros, meio bestificada, tarda, desagradável, e que fora da taberna e da fábrica parece não ter

⁴³ António dos Santos Viegas (1837-1914) foi lente de Física na Universidade de Coimbra e pioneiro em Portugal nos estudos de geomagnetismo e meteorologia.

curiosidade nem ânsias de homens livres. Coincidirá isto com a derrocada, ou pelo menos a larga desbridação dos bairros infectos de Alfama, Castelo, Mouraria, Alcântara e outros muitos onde a população trabalhadora se comprime, e mais ou menos são montureiras de gente, destruidoras da mocidade e vigor da raça popular (Almeida, 1960, pp. 106-107).

O centro de Lisboa apresentava muitos locais para renovar, todavia os arredores de Lisboa também não são esquecidos e Fialho de Almeida espanta-se pelo facto de lugares como Benfica, Lumiar, Penha e Campo Grande terem poucas hortas e quintas burguesas. No seu entender, estas zonas suburbanas deviam estar com hortas e quintas muradas, pois o clima e a abundância de água permitem um cultivo fácil. No entanto, “ao redor de Lisboa, quilómetros e quilómetros, o mesmo abandono da terra melancoliza e choca o viajante” (Almeida, 1960, p. 101): Xabregas, Sacavém, Olivais, perto do cemitério de S. João, Chelas, Lumiar, Porcalhota, até Loures e Odivelas, até Carcavelos, até Runa, Linda-a-Velha e Linda-a-Pastora. O que se encontra nestas localidades são “muros caídos, oliveiras ressecas, casas abandonadas, adegas sem telhado, abegoarias às figueiras bravas e às silvas, de onde parece que alguma guerra civil ou tragédia doméstica espectralizaram o horror de alguma bruxaria ou lenda sanguinária” (Almeida, 1960, p. 102). Esta situação de abandono dos campos leva Fialho a utilizar a palavra “jaz” (Almeida, 1960, p. 102), numa clara alusão à morte das fazendas e à decadência dos locais e, conseqüentemente, do povo. Para ele, a paisagem circundante de Lisboa “é das mais solitárias e tristes do país” (Almeida, 1960, p. 103). Um homem que veio do campo e ao campo regressou revelou a sua indignação com a destruição de espaços agrícolas e, com eles, a perda dos valores morais que não se encontram na cidade dúplice.

O Palácio da Ajuda não escapa à sua lupa. Fialho de Almeida considera-o feio também, pois parece um quartel, a sua arquitetura é enfadonha e a localização também é despropositada: “no meio duma aldeola indecente, ao alto duma calçada de casernas, dando sobre descampados onde caducos moinhos servem de montureira a vagabundos” (Almeida, 1960, p. 104). Na opinião do autor, devia limpar-se os arredores decrépitos do palácio para que depois esse espaço fosse anexado ao Jardim Botânico, transformando-se tudo num parque público amplo, com entrada monumental. À sua volta deveria ficar um bairro residencial regado e não com barracas e estábulos. No seu entender, instalar-se-ia uma Biblioteca pública com obras antigas e modernas, aberta à noite para que a população crescente dos bairros vizinhos se pudesse educar. Também se instalaria na ala por construir do Palácio um museu com obras que sobrassem do

adorno dos palácios reais (Almeida, 1960, pp. 104-106). Sendo a educação uma preocupação de Fialho de Almeida e dos intelectuais do final do século XIX, a criação desta biblioteca seria ao mesmo tempo uma estratégia para reduzir a falta de cultura daqueles que estavam alfabetizados.

Fialho apreciava o Belo e a estética era uma preocupação constante, que se denota na sua projeção da capital portuguesa do futuro. O autor apresenta-nos os planos de uma Cidade Bonita (*City Beautiful*), já por nós referida, em que, para eliminar os focos geradores de doenças, de depravação moral e de descontentamento da população se realizam obras de embelezamento e de infraestruturas em grande escala. A construção de parques públicos e áreas verdes no interior dos centros urbanos, como os preconizados para os novos bairros operários, assegurariam uma ordem moral harmoniosa. Quanto aos edifícios, estes deveriam adquirir um aspeto grandioso e Fialho insiste na monumentalidade que deve ter a cidade, começando pelo próprio nome do artigo “Lisboa Monumental”. A monumentalidade teria como objetivo construir um orgulho cívico na população, e por essa razão o autor insiste na colocação de estátuas de figuras importantes do passado nacional. Fialho de Almeida antecipa ainda as ideias urbanas de Le Corbusier ao defender as já mencionadas amplas zonas de jardim e terrenos de jogos e desportos e a separação das zonas industriais do resto da comunidade, como vimos.

Fialho de Almeida apresenta ideias muito concretas sobre o que se deve fazer nesta urbe dividida em duas para que possa ser unificada. A Babilónia, cidade da corrupção, seria substituída por uma Babel, cidade da presunção. Presunção de que o futuro seria melhor do que o passado recente, em que os intelectuais portugueses lutaram por um país melhor a todos os níveis. Presunção de que a cidade, espelho da criação divina que se revela pela sumptuosidade dos templos (Pascal, 1997, p.53), passaria a ser a Jerusalém tão ambicionada por todos através da monumentalidade. Desta forma, Lisboa passaria a ser digna de ser a capital de um país que já fora grandioso. Para tal, o autor recorre a poucos vocábulos de cariz semântico positivo e majestoso adequados ao assunto, como se constata na tabela abaixo, o que demonstra que, na realidade, Fialho dedica muito mais espaço dos seus textos ao lado escuro da cidade do que ao luminoso.

Tabela 15 – Vocábulos utilizados por Fialho de Almeida para se referir à monumentalidade de Lisboa

Autor	Nomes	Adjetivos
<i>Fialho de Almeida</i>	Estonteio Refúgio Triunfo	Grande Rica Ciclópicas

	Mármore	Novíssima Vertiginosas Nova
--	---------	-----------------------------------

Fonte: Elaboração própria

Antevendo uma Lisboa monumental, esta visão de futuro é, porém, vaga quanto à concretização temporal, o que a transforma numa utopia (Leitão, 1990, p. 307). Assim, desencantado com uma realidade urbana que não melhora, Fialho de Almeida passa cada vez maiores temporadas no seu Alentejo natal, à semelhança de outros jornalistas literários seus contemporâneos que encontraram refúgio em ideias contra as quais haviam pugnado. É o caso de Oliveira Martins, Eça de Queirós, Antero de Quental, Ramalho Ortigão (Machado, 1981, p. 67) e do próprio Fialho de Almeida, que criticaram a revolução republicana após a terem defendido. Oliveira Martins demitiu-se da pasta das Finanças em 1899, apenas quatro meses depois de ter sido nomeado devido a divergências com o chefe de governo e na sequência de anos dedicados à vida política, tendo até sido deputado entre 1886 e 1894. Eça, por sua vez, refugiou-se num passado nacional heroico e na natureza (Machado, 1981, p. 78), como o fizera a sua personagem Jacinto de *A cidade e as serras* (1901), que deixa Paris para se instalar em Tormes. Jaime Batalha Reis, depois de uma vida a viajar, terminou os seus dias a produzir vinho no Turcifal, perto de Torres Vedras, e Carlos Malheiro Dias viveu vinte e cinco anos no Brasil após a implantação da República em Portugal, por sua vontade. Até Guilherme de Azevedo, que não voltaria a ver “um pequenino e aprazível cantinho de terra onde se cuida menos da Arte, mas aonde o peixe se cozinha melhor” (Azevedo, 2000, p. 54), considera que Lisboa “é a aldeia que em Portugal possui a melhor iluminação e os mais bonitos estabelecimentos” (Azevedo, 2016, p. 94). Parece que o futuro é, de certa forma, o regresso ao passado, tal como inferimos destes textos. As cidades, antros de vícios e de podridão, e que tanto atraíram os jornalistas literários analisados, levaram-nos a buscar refúgio noutros espaços mais tranquilos e puros, numa Jerusalém reveladora de melhores tempos.

Conclusão

A cidade de Lisboa revelou desde sempre a sua importância no mundo. Tendo tido o seu auge no período que correspondeu às viagens marítimas dos séculos XV e XVI, chegou ao fim da centúria de oitocentos sem o brilho de outrora, como constatado pelos jornalistas literários em apreço e por Fialho de Almeida em particular. Considerando que o país apresentava sinais de decadência em todos os aspetos da vida dos seus habitantes, os intelectuais da chamada Geração de 70 propuseram medidas para a melhoria de Portugal através das

Conferências do Casino Lisbonense. Debatendo temas como a literatura, o ensino, a religião ou a política, produziram textos que denunciavam o estado do país em geral, e mais particularmente da capital, Lisboa. No entanto, homens como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins ou Guilherme de Azevedo encetaram viagens ao longo das suas vidas e, ora em trabalho, ora em passeio, deixaram as suas impressões sobre o que observavam em Londres ou Paris em crónicas ou artigos jornalísticos que se podem usar comparativamente a Lisboa.

Os textos publicados nos periódicos tinham características muito próprias, pois aliavam a factualidade jornalística (muitas vezes corroborada por estatísticas, citações retiradas de outros periódicos, transcrições de diálogos com intervenientes em situações presenciadas e vivenciadas pelo jornalista) à subjetividade literária, que permite o recurso a artifícios estilísticos e a inclusão de opiniões, não sem deixar de criticar a utilização de um certo sensacionalismo como forma de vender jornais.

Ora, o cerne da nossa investigação é Fialho de Almeida e as impressões por ele registadas sobre a cidade de Lisboa nos seus textos de jornalismo literário. No entanto, não o podemos dissociar da sua época e dos outros jornalistas literários seus contemporâneos, que escreveram sobre as duas grandes capitais europeias (Paris e Londres) e igualmente sobre Lisboa.

Fialho de Almeida era alentejano, mas a cidade de Lisboa foi a sua paixão: “É horrível a minha vida na aldeia. Se não fossem os livros já me tinha suicidado. Cada vez mais preciso de ver gente e desta vida artificial de Lisboa. Na aldeia, em Cuba, (...) não tenho ninguém com que comunicar” (Brandão, 1969, p. 164). Desde criança a estudar na capital, cedo despertou para a ‘outra’ cidade, pois passou por momentos difíceis enquanto aluno do colégio Europeu e praticante na farmácia no Largo do Mitelo. Os passeios pelas ruas lisboetas logo estimularam os seus sentidos e com dezassete anos começou a partilhar as suas impressões em jornais de Leiria e Viseu. A noite, que ele declarou amar com essa idade, era o ‘outro’ tempo que lhe permitia encontrar seres e situações que a generalidade dos habitantes da capital portuguesa não presenciava. Flanando essencialmente por Alfama e pela Mouraria, a cidade medieval com ruas sinuosas e habitações degradadas, por lá encontra as ‘outras’ pessoas que habitam a urbe: são as prostitutas, os fadistas, as velhinhas pobres que lhe despertam compaixão, as crianças que desde cedo revelam a degenerescência causada pelo meio imundo e miserável e por uma família também ela degenerada, o *alius*, afastado do grupo e do Eu. É na noite que se descobre a cidade

monstruosa, temática abordada não só por Fialho, mas também por Barros Lobo (relativamente a Lisboa), Batalha Reis ou Oliveira Martins (no que concerne Londres). Com as habitações dos bairros empobrecidos a serem descritas como “covis”, tudo nelas é negativo. As ruas onde as mesmas se encontram são labirintos, seja em Lisboa, seja em Londres. Os ares são irrespiráveis, pois os esgotos e o lixo a céu aberto são causadores de doenças. E se nestas zonas de Lisboa predomina a miséria, na parte rica da cidade encontra-se a falta de gosto e a imitação da arquitetura e dos hábitos franceses, como no Carnaval.

A educação, tópico tão caro aos elementos da Geração de 70, foi desde a sua colaboração na *Correspondência de Leiria*, em 1874, recorrente nas suas considerações. O mau estado do ensino em Portugal, fosse ele masculino, feminino ou industrial, não formava homens nem mulheres valentes, capazes de trabalhar de forma competente ou governar uma casa. Pelo contrário, em Inglaterra a educação permitia que se formassem os dirigentes de uma nação forte no mundo, como constatarem os jornalistas literários portugueses que escreveram sobre Londres. Tendo os estudos para exercer uma profissão científica, e apesar de não a ter posto em prática, recorreu aos ensinamentos teóricos que adquiriu. A eugenia de Lombroso ou o determinismo de Taine transparecem frequentemente nos seus escritos ao descrever a ‘outra’ cidade.

Ainda na senda da ciência, o repórter era também o investigador social, que percorria os espaços, descrevia-os e transmitia aos seus leitores a realidade por ele percebida. E dessa realidade fazia parte a criminalidade. No geral, todos os jornalistas literários estudados apresentaram ou dados sobre o tópico ou exemplos concretos para justificarem a sua visão sobre as capitais decadentes. Na realidade, os autores que mais revelaram o lado negativo das cidades foram Jaime Batalha Reis e Fialho de Almeida. Talvez por serem ambos homens de ciência, por muitos anos se embrenharam nas urbes e tiveram, com conhecimento de causa, uma percepção mais clara dos espaços que habitavam. Aliás, os jornalistas literários que escreveram igualmente sobre Lisboa (como Gervásio Lobato, Carlos Malheiro Dias ou Paulo Osório) não dedicaram muitas palavras dos seus textos a esta ‘outra’ cidade, mostraram antes a Lisboa rica, ‘diurna’, dos bailes aristocráticos, o Chiado, que era “o coração de Lisboa” (Magalhães, 2014, p. 115). Desta forma, a Lisboa de Fialho iguala-se à Londres de Batalha Reis, de Eça, de Ramalho e de Oliveira Martins.

São cidades duais, todas elas: Lisboa, Londres ou Paris, esta menos estudada porque menos referida pelos autores. Por um lado, encontramos um espaço onde habita a população

com mais posses (no caso de Lisboa, a “Lisboa nova” de Fialho de Almeida e no caso inglês, o *West End* londrino), um lugar de aparente bem-estar. Por outro lado, surgem-nos cidades miseráveis, com habitações que são “covis”, moradores degradados e onde o crime impera (em Lisboa, estes lugares situam-se na zona oriental da cidade e em Londres, é o *East End*). Em ambas as capitais, Lisboa e Londres, é a oriente que se encontra a negatividade, contrariando a simbologia associada aos dois pontos cardeais: se o ocidente, onde o sol declina, representa o lado material da vida, a decadência e a morte, o oriente relaciona-se com a espiritualidade e a vida (Chevalier & Gheerbrabt, 1982, p. 491). As três cidades são Babilónias, cidades malditas e antros de perdição. Mas enquanto os outros jornalistas literários aceitam as cidades como elas são, Fialho de Almeida apresenta estratégias para a resolução destes problemas e sugere a construção de uma “Lisboa Monumental”, com ruas largas, estátuas que homenageiem as grandes figuras da literatura, cultura e história portuguesas, pontes, a reconversão dos bairros operários em bairros arejados e modernos. Em suma, Fialho sonhava com uma cidade renovada e a pensar num futuro grandioso, por oposição à Lisboa decadente e miserável do seu presente.

Todos os escritores em análise descreveram eventos, como a receção a chefes de estado, funerais de estado, festas populares, o Carnaval (em Lisboa), as procissões (em Lisboa também). Através de todos estes episódios conseguimos entrever opiniões políticas dos seus autores, nomeadamente de Fialho de Almeida. Aquando dos cortejos fúnebres de D. Luís e do Infante D. Augusto, podemos observar a dualidade de Lisboa: situações que requerem solenidade e tristeza apresentam observadores pouco respeitadores dos homens que iam ser sepultados e, acima de tudo, uma rainha que representa o seu papel na despedida do marido, o rei D. Luís, como se estivesse numa peça cénica. Nestas ocasiões apercebemo-nos ainda do seu antimonarquismo. Mais tarde, perto do fim da vida, tornou-se antirrepublicano, o que lhe valeu muitas inimizades. Esta dificuldade em se definir enquanto pessoa – ora venerava Eça de Queirós e Guilherme de Azevedo, ora os odiava e humilhava publicamente; ora amava Lisboa, ora a odiava: “isto, este meio, este charco, irrita-me, desespera-me e atrai-me alucinadoramente” (Costa, 1917, p. 216); ora apoia a república como depois é contra ela – vai revelar-se igualmente no seu estilo de escrita. Nem sempre é fácil descortinar se alguns dos seus textos são crónicas ou contos, género literário que Fialho de Almeida cultivou proficuamente. Por outro lado, apresenta características estilísticas próprias de correntes estéticas variadas, como o Impressionismo, o Expressionismo, o Naturalismo, o Simbolismo ou o Decadentismo. Aliás, os próprios teorizadores manifestam essa dificuldade, pois até há quem o considere romântico, como Maria de Lourdes Belchior, devido ao seu gosto pela noite

misteriosa e trágica (1958, p. 185) ou Jacinto do Prado Coelho, que classifica o autor como “o mais romântico dos nossos prosadores realistas” (Coelho, 1969, p. 206) devido às descrições dos objetos sensíveis ou ao gosto por eventos excitantes e violentos que levem à vibração dos nervos do leitor, apresentando descrições repulsivas e medonhas. Na verdade, muitos dos escritores lidos por Fialho foram românticos, portugueses e franceses, pelo que é natural que se encontrem traços desta corrente estética. No que concerne à língua, Fialho tão depressa se manifesta contra o francesismo como recorre a galicismos. É a fragmentação total do ser – Homem / Artista – no final do século XIX, a anunciar o Modernismo. Pensemos em Fernando Pessoa, tantas ‘pessoas’ numa só, o qual apresenta precisamente como temática de alguns poemas do ortónimo ou de Álvaro de Campos a fragmentação do ‘Eu’ ou a interseção de planos, como observamos no poema “Chuva Oblíqua” (1914). Na sua busca de identidade, Fialho fragmenta-se. A dualidade que encontramos na cidade está presente igualmente neste autor.

A nossa pesquisa cumpriu os seus objetivos e apresenta um contributo positivo para as Ciências da Comunicação, uma vez que analisou a imagem da cidade de Lisboa e, consequentemente, as visões comparativas com Paris e Londres, veiculada na imprensa da viragem do século XIX para o XX por jornalistas literários portugueses. O que ressalta da análise dos textos destes vários jornalistas literários é que há tópicos comuns abordados relativamente às três capitais europeias e cuja imagem é semelhante: são cidades duais, com espaços de bem-estar (jardins, passeios) por oposição aos bairros degradados física e socialmente; há muitas crianças desfavorecidas, sujas, rotas, pobres, com vícios; nos bairros decadentes as casas não têm condições de habitabilidade; os rios (Tejo, Tamisa e Sena) são focos de maus cheiros e de infeções; todas as cidades são Babilónias e semelhantes a Roma. São os aspetos negativos que marcam a apreensão dos jornalistas literários e que os fazem afirmar que as cidades são cidades do vício, Babilónias. O fim de século faz antever o apocalipse e é o vocabulário selecionado pelos repórteres sociais que transmite essa visão plena de negativismo. No caso de Fialho de Almeida, a influência de Baudelaire, poeta francês simbolista do século XIX, (o poeta deixava transparecer nos seus poemas a imagem de uma cidade decadente e com morte e destruição) fez-se sentir na sua perceção da cidade. Para este jornalista, o conceito de decadência está associado à crescente individualidade que se encontra no final do século XIX, uma vez que não há equilíbrio entre essa individualidade e a solidariedade: “desde que esse equilíbrio se rompe a proveito do que na individualidade houver de exclusivo e de egoísta, teremos o bem-estar social e o espírito público enfraquecidos, e virá a doença, a velhice, a decadência física e a decadência moral” (Almeida, 1992e, pp. 200-201).

Os jornalistas literários escolheram os vários jornais existentes nos dois lados do Atlântico como meio de transmissão das suas investigações sobre a cidade. Foram repórteres que tiveram por base uma preocupação social e de consciencialização dos seus leitores relativamente a uma realidade que estava longe do que desejavam para o seu país. Esta preocupação social não ficou estanca no século XIX. Atualmente, temos no nosso país jornalistas que demonstram o mesmo tipo de atenção perante a situação social de determinados grupos. É o caso de Pedro Coelho, com as reportagens “À margem de uma certa maneira” (2002), onde relata a vida no bairro da Cova da Moura, um bairro periférico da cidade de Lisboa, e “Vencer o bairro” (2009), sobre o bairro da Bela Vista, em Setúbal. Tendo estado imerso nos locais durante seis e dois meses, respetivamente, o jornalista pretende mostrar a ‘outra’ realidade das grandes cidades. É um repórter atento ao que está à margem, como as vidas de uma menina pastora na Serra da Estrela, de casais homossexuais que pretendem adotar crianças ou de filhos de pais deficientes, uma margem que não se encontra apenas nas urbes. Daqui advêm outros possíveis trabalhos de investigação na área das Ciências da Comunicação em geral e no jornalismo literário em particular: além destas três capitais que foram objeto do nosso estudo, outras cidades descritas por jornalistas literários dos finais do século XIX poderão ser analisadas; ou ainda continuar a trabalhar a imagem de Lisboa em épocas mais recentes e constatar se continua a ser negativa ou se, pelo contrário, se revela mais positiva; analisar a imagem desta cidade numa perspetiva longitudinal até aos dias de hoje é igualmente uma possibilidade. A pesquisa sobre outros jornalistas por nós trabalhados é igualmente uma possibilidade, uma vez que os estudos existentes não focam a vertente jornalístico-literária. Acresce dizer que o nosso trabalho não aflorou outros aspetos tratados pelos autores (por exemplo, os bailes aristocráticos referidos por Gervásio Lobato). Isto deveu-se, essencialmente, ao facto de pretendermos revelar a imagem fornecida por Fialho de Almeida e alguns destes tópicos não coincidem com a realidade descrita por este jornalista literário. Logo, pode procurar encontrar-se a imagem da Lisboa ‘diurna’ que outros autores veicularam.

Em suma, os autores analisados foram jornalistas literários, porém Fialho de Almeida foi o mais literário de todos, seja pela forma rebuscada com que constrói as suas frases e os seus textos, seja por recurso a artifícios literários próprios de variadas correntes estéticas. Mesmo a nível da utilização da ironia, artifício utilizado também por Stephen Crane, escritor e jornalista norte-americano (1871-1900), nos seus textos sobre a cidade de Nova Iorque (Hartsock, 2000, p. 25), Fialho de Almeida foi o mais sarcástico e cáustico de todos e destaca-se entre os seus contemporâneos:

foi o mais lutador e o mais satírico dos prosadores modernos portugueses. Nenhum se lhe compara. Eça tem benevolência a mais e Ortigão, se picou, nunca chegou a dilacerar, as picadelas das suas farpas são inofensivas, quase excitantes, enquanto as esgadanhaduras de Fialho têm muitas vezes o vezo da ferocidade. (...) Era um pessimista nato, que a solidão e a filosofia puxavam à reforma dos vícios, mas que a reinação dos patuscos deixava na esterilidade (Franco, 2002, pp. 55-56).

Amante da noite lisboeta, terminou os seus dias no seu Alentejo natal. E se este autor se destaca pela genialidade incompreendida no seu tempo, dilui-se entre os que regressaram às origens e aos valores simples e puros da vida campestre e isolada e que se opõem à vida nas Babilónias que não foram regeneradas. As ‘outras’ cidades, povoadas por ‘outros’ habitantes, foram descritas num ‘outro’ jornalismo. Os percursos de busca da identidade levaram estes homens a aceitarem que as propostas de melhoria (quer da sociedade por parte dos elementos da Geração de 70, quer da cidade por parte de Fialho de Almeida) não se concretizariam. Contudo, o amor de Fialho pela cidade sobrepõe-se à vida no campo:

Quando eu morrer ignorado aí num arrabalde, num catre de hospital, Deus sabe, como os *va-nu-pieds* sem préstimo nem sorte, minha alma voltará ainda por muito tempo, todas as noites, a errar na fotosfera do gás das ruas de Lisboa, a praticar suas antigas entretenças, a procurar a voz dos antigos camaradas, e a embriagar-se enfim até ao delíquio, nessa perturbadora essência de boémia que é o paraíso dos artistas pobres, e da qual tanto mal se tem dito injustamente (Almeida, 1892, p. 202).

Tendo consciência da existência de pessoas que não o apreciam, Fialho de Almeida reconhece-se como um ‘outro’ artista, que continuará vivo no tempo ‘outro’:

O que é um artista? Um homem que viu uma certa vida, experimentou emoções, e no-las conta, transfiltrando-nos o calafrio com que as sentiu. A obra de arte é portanto uma porção de sensibilidade visionada, e interpretá-la é historiar a existência interior de quem na subscreve (Almeida, 1992d, p. 45).

Cabe-nos a nós, leitores e investigadores, interpretar e compreender as palavras deste Homem, dividido e fragmentado, como a cidade que tanto amou.

Referências bibliográficas:

1-Bibliografia ativa:

Almeida, F. de (entre 22 de nov. 1874 e 13 de maio 1877). *Correspondência de Leiria*.

Almeida, F. de (20 de janeiro de 1881). Zigue-Zagues. *O Século*, nº 14, p. 2.

Almeida, F. de (13 de janeiro de 1881). Zigue-Zagues. *O Século*, nº 8, p. 2.

Almeida, F. de (16 de maio de 1890). O fim do fim. *Pontos nos ii*, vol. VI, nº 255, pp. 154-155.

Almeida, F. de (1892). Lisboa em Farrapos. *Revista Ilustrada*, 3º ano, nº 59, pp. 202-203.

Almeida, F. de (1903). *À esquina. Jornal d'um vagabundo*. Coimbra: F. França Amado.

Almeida, F. de (1904). *Pasquinadas (jornal d'um vagabundo)*. (2ª ed.) Porto: Livraria Chardron.

Almeida, F. de (1957). *Vida irónica, jornal d'um vagabundo*. Lisboa: Clássica Editora.

Almeida, F. de (1960). *Barbear, pentear: jornal d'um vagabundo*. Lisboa: Clássica Editora.

Almeida, F. de (1969). *Figuras de destaque*. Lisboa: Clássica Editora.

- Almeida, F. de (1992). *Os gatos*. Lisboa: Clássica Editora.
- Almeida, F. de (1994). *Lisboa galante*. Lisboa: Vega.
- Almeida, F. de (1912). *Saibam quantos... (Cartas e artigos políticos)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Azevedo, G. de (2016). *Crónica ocidental*. E. Rodrigues (Ed.). Lisboa: Esfera do Caos Editores.
- Azevedo, G. de (2000). *Crónicas de Paris*. A. D. Miguel (Org.). Lisboa: INCM.
- Dias, C.M. (1905). *Cartas de Lisboa*, vol.1. Lisboa: Clássica Editora.
- Dias, C.M. (1905). *Cartas de Lisboa*, vol.2. Lisboa: Clássica Editora.
- Dias, C.M. (1907). *Cartas de Lisboa*, vol.3. Lisboa: Clássica Editora.
- Lobato G. (1911). *A comédia de Lisboa*. (2ª ed.) Porto: Livraria Chardron.
- Lobo, E. de B. (Beldemónio) (1887). *Viagens no Chiado. Apontamentos de jornada de um lisboeta através de Lisboa*. Porto: Barros e Filha Editores.
- Lobo, E. de B. (Beldemónio) (1890). *Do Chiado a S. Bento. Apontamentos de jornada de um lisboeta através de Lisboa*. Porto: Livraria Portuense.
- Martins, O. (1951). *A Inglaterra de hoje*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Ortigão, R. (1943). *John Bull. O processo Gordon Cumming, Lord Salisbury e correlativos desgostos*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Ortigão, R. (1945). *Notas de viagem. Paris e a exposição universal (1878-1879)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Ortigão, R. (1946). *As farpas*, vol. XVI. Lisboa: Clássica Editora.
- Ortigão, R. (1947). *As farpas*, vol. VI. Lisboa: Clássica Editora.
- Ortigão, R. (1948). *As farpas*, vol. VII. Lisboa: Clássica Editora.
- Ortigão, R. (1949). *Pela terra alheia*, vol. 2. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Ortigão, R. (1951). *As farpas*, vol. IX. Lisboa: Clássica Editora.
- Ortigão, R. (1953). *As farpas*, vol. X. Lisboa: Clássica Editora.
- Ortigão, R. (1958). *Em Paris*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Ortigão, R. (1961). *As farpas*, vol. XIII. Lisboa: Clássica Editora.
- Ortigão, R. (1965). *As farpas*, vol. V. Lisboa: Clássica Editora.
- Osório, P. (1908). *Lisboa: crónicas*. Porto: Empresa Literária e Tipográfica – Editora.
- Queirós, E. de (n.d). *Cartas de Inglaterra e crónicas de Londres*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Queirós, E. de (1980a). *Prosas bárbaras*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Queirós, E. de (1980b). *Testos do Distrito de Évora I*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Queirós, E. de (1981a). *Ecos de Paris. Bilhetes de Paris. Cartas familiares de Paris*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Queirós, E. de (1981b). *Notas contemporâneas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Reis, J. B. (1988). *Revista inglesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote / Biblioteca Nacional.

2 – Outras referências bibliográficas:

Affergan, F. (1987). *Exotisme et alterité*. Paris: Presses Universitaires de France.

Aguiar, P. (2009). *Notas para uma história do jornalismo de agências*. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de História da Mídia – GT História do Jornalismo. Fortaleza, pp. 1-15. Artigo consultado em 18 de dezembro de 2015 em

<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Notas%20para%20uma%20Historia%20do%20Jornalismo%20de%20Agencias.pdf>.

Almeida, M. M. C. de (1996). *A literatura entre o sacerdócio e o mercado*. Braga: Angelus Novus Editora.

Alsina, M. R. (1993). *La construcción de la noticia*. Barcelona : Ediciones Paidós.

Amaratunga, D., Baldry, D., Sarshar M., & Newton, R. (2002). Quantitative and qualitative research in the built environment: application of ‘mixed’ research approach. *Work Study*, vol. 51, (1), pp. 17-31. Bingley, West Yorkshire: MCB University Press.

Amaro, F. (2006). Métodos e técnicas de investigação qualitativa. In M. M. Martins (Org.), *Comunicação e marketing político. Contributos pedagógicos* (pp. 167-176). Lisboa: ISCSP.

André, P. (n.d.). Modos de pensar e construir os cemitérios públicos oitocentistas em Lisboa: o caso do Cemitério dos Prazeres. *Revista de História da Arte*, pp. 66-105. Artigo consultado em 16 de julho de 2016 em

https://run.unl.pt/bitstream/10362/12450/1/ART_7_Andr%C3%A9.pdf

Avelar, A. P. M. (2019). José Manuel Tengarrinha e a civilização do jornal em Portugal: *A nova história da imprensa portuguesa – das origens a 1865*. *Cátedra Cascais Interartes – Crossroad of the arts*, 1, 93-107.

Bardin, L. (1988). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto e A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70.

Barradas, A. (1917). Fialho médico. In A. Barradas & A. Saavedra (Orgs.), *In memoriam* (pp. 238-254). Porto: Renascença Portuguesa.

Barrento, J. (1989). *A poesia do expressionismo alemão*. Lisboa: Editorial Presença.

- Belchior, M. de L. (1958). Da estética de Fialho. In B. Costa (Org.), *Estrada larga*, vol. 3 (pp. 184-187). Porto: Porto Editora.
- Benevolo, L. (1995). *A cidade na história da Europa* (M. J. V. Figueiredo, Trad.). Lisboa: Editorial Presença.
- Berelson, B. & Lazarsfeld, P. F. (1948). *The analysis of communication content*. Chicago e New York: University of Chicago e Columbia University.
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communications research*. New York: Free Press.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade* (2ª ed.). Lisboa: Dinalivro.
- Bernardes, J. A. C. (Dir.) (1995). Crónica. In *Enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa*, vol.1, (pp. 1386-1398). Lisboa: Verbo.
- Bernardes, J. A. C. (Dir.) (1995). José Valentim Fialho de Almeida. In *Enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa*, vol.1, (pp. 159-163). Lisboa: Verbo.
- Botica, A. H. P. (2012). *Redes de drenagem de águas residuais domésticas em edifícios*. (Tese de Mestrado). Instituto Superior Técnico. Lisboa: Portugal.
- Brandão, R. (1969). *Obras completas I. Memórias*. s.l.: Jornal do Fôro.
- Briggs, A. (1968). *Victorian cities*. London: Penguin Books.
- Brunel, P. (1997). Mythe et voyage dans *Pérègrination*. In Maria Alzira Seixo (Coord.), *Literatura de viagem. Narrativa, história, mito* (pp. 555-564). Lisboa: Cosmos.
- Buescu, H. C. (2001). *Chiaroscuro. Modernidade e literatura*. Porto: Campo das Letras.
- Cabral, E. (2011). A figuração da artista na obra ficcional de Fialho de Almeida: cenas de um romance inacabado. In A. C. Franco (Org.), *Fialho de Almeida. Cem anos depois* (pp.69-97). s.l.: Editora Licorne, 2011.
- Calhoun, C. (2011). Communication as social science (and more). *International Journal of Communication*, 5, pp. 1479-1496. Los Angeles: USC Annenberg Press.
- Câmara Municipal de Lisboa (n.d.). *História*. Consultado em 15 de outubro de 2016 em <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/historia>.
- Camões, L. [1572]. *Os lusíadas* (n.d.). E. P. Ramos (Org.). Porto: Porto Editora.
- Cardoso, F. L. (2012). *Jornalistas-escretores: a necessidade da palavra*. Coimbra: Edições Minerva.
- Caregnato, R. C. A. & Mutti, R. (2006, out-dez.). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, 15 (4), pp. 679-684. Artigo consultado em 25/1/2017 em

<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>

Carvalho, G. (1917). Notas íntimas. In A. Barradas & A. Saavedra (Orgs.), *In memoriam* (pp. 128-130). Porto: Renascença Portuguesa.

Carvalho, G. (2003, janeiro-junho). Marquês de Pombal – uma rotunda, uma praça, um lugar de memória(s). *Camões - Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº15-16, pp. 187-196.

Artigo consultado em 23 de julho de 2016

file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/rev15_16_art16_rotunda.pdf

Carvalho, P. de (1994). *História do fado* (4ª ed.). Lisboa: Publicações D. Quixote.

Carvalho, S. (1917). Recordações dum condiscípulo. In A. Barradas & A. Saavedra (Orgs.), *In memoriam* (pp. 197-203). Porto: Renascença Portuguesa.

Castro, N. H. de (2013). Alteridade no jornalismo: análise da narrativa do livro *O Irã sob o chador*. (Trabalho de curso em jornalismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Economia. Porto Alegre: Brasil.

Chevalier, J. & Gheerbrant, A. (1982). *Dicionário de símbolos* (C. Rodriguez & A. Guerra, Trads.). Lisboa: Editorial Teorema.

Chorão, J. B. (1993). Notas sobre jornalismo literário do século XIX. In Centro de Estudos Camilianos (Org.), *Camilo Castelo Branco, jornalismo e literatura no século XIX* (pp. 13-18). Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos.

Clemente, E. (1988). O jornalista e o escritor. In II Encontro Afro-Luso-Brasileiro (Atas), *Jornalismo e literatura* (pp. 62-73). Lisboa: Vega.

Cleminson, R. M. (2016). Between Germanic and Latin eugenics: Portugal 1930-1960. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* vol.23 supl.1.

doi: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702016000500005>.

Artigo consultado em 20 de janeiro de 2018 em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000900073

Coelho, J. P. (Dir.) (1994). *Dicionário de literatura* (4ª ed.). Porto: Mário Figueirinhas Editora.

Coelho, J. do P. (1969). *A Letra e o leitor*. s.l.: Portugália Editora.

Coelho, J. do P. (1994). *Teoria da literatura*. Porto: Mário Figueirinhas Editora.

Coelho, P. M. (1993). Cidades visíveis / cidades invisíveis... Do simbolismo da cidade à cidade na literatura. In M. J. F. Tavares (Coord.), *A cidade – jornadas inter e pluridisciplinares*, vol. 1 (pp. 427-436). Lisboa: Universidade Aberta.

- Connery, T. B. (2008). A third way to tell the story: American literary journalism at the turn of the century. In N. Sims (Ed.), *Literary journalism in the twentieth century* (pp. 3-20). Evanston, Illinois: Northwestern University Press.
- Correia, R. (2011). *Fialho de Almeida – Nos 100 anos da sua morte*. Artigo consultado em 6 de janeiro de 2017 em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/EstudosInternos/Biografias/FialhoDeAlmeida.pdf>
- Costa, C. da (1923). *Eça, Fialho e Aquilino*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Costa, L. V. da (2004). *Fialho d'Almeida, um decadente em revolta*. Lisboa: Frenesi.
- Costa, S. (1917). O suicídio de Fialho. In A. Barradas & A. Saavedra (Orgs.), *In memoriam* (pp. 215-217). Porto: Renascença Portuguesa.
- Craig, R. T. (2008, Winter). Communication in the conversation of disciplines. *Russian Journal of Communication*, Vol. 1, No. 1, 7-23.
- Cruz, S. I. (2009). *A quase-informação na literatura de Cabo Verde em tempo de censura (1926-1975)*. (Tese de Mestrado). Universidade de Coimbra. Coimbra: Portugal.
- Dacosta, F. (1994, junho, 4). Separação perversa. Suplemento «Leituras» do *Público*. p. 2. *Diário da República*: I série, Nº 125, 2-6-1982, p. 1529-1531.
- Dias, M. T. (2004). Olisipografia: vocação ou vício?. In A. I. Moniz *et al.* (Org.), *Livro de comunicações do colóquio “Escritores e Cidades”* (pp. 109-116). Funchal: Departamento de Cultura da Câmara Municipal do Funchal.
- Dicionário de língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. (2001). Vol.1. (s.l.): Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Dicionário de linguagem das flores* (3ª ed.). (1869). Lisboa: Tipografia Lusitana.
- Dijk, T. van, Allen, S., Hart, C. & Frost, C. (2015, janeiro). What can *Journalism and Discourse Studies* do for us?. *Journalism and Discourse Studies*, vol.1, Issue 1, pp. 2-13. Consultado em 9 de dezembro de 2016 em http://www.jdsjournal.net/uploads/2/3/6/4/23642404/van_dijk_allan_hart_and_frost_-_jdsjournal_-_vol_1_issue_1.pdf
- Donne, M. (1990). *Teorias sobre a cidade* (J. M. Vasconcelos, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Dubois, C.-G. (1989). Villes femmes: quelques images fondatrices de l’imaginaire urbain. In Y. Centeno (Org.), *O imaginário da cidade* (pp. 33-45). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Durand, G. (1995). *A imaginação simbólica* (C. A. Castro, Trad.). Lisboa: Edições 70.

- Durand, G. (1996). *Campos do imaginário* (M. J. B. Reis, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Easthope, A. (2005). *Literary into cultural studies*. London and New York: Routledge.
- Eliade, M. (1978). *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70.
- Fairclough, N., Mulderrig, J. & Wodak, R. (2011). Critical discourse analysis. In T. A. Van Dijk (Ed.), *Discourse studies: A multidisciplinary introduction* (pp. 357-378). London: Sage.
- Ferenczi, T. (1993). *L'invention du journalisme en France*. Paris: Plon.
- Ferreira, A. (1998). *Estudos de cultura portuguesa (séc. XIX)* (2ª ed.). Lisboa-Porto: Litexa Editora.
- Ferro, M. (2011). Narrativas inconclusivas: Lisboa na pena de folhetinistas de finais do século XIX (Fialho de Almeida e Gervásio Lobato). *História Revista*, 16 (1), jan./jun.: 151-184. Consultado em 21 de dezembro de 2016 em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15495/1/Narrativas%20inconclusas.pdf>
- Flanagan, W. G. (1995), *Urban sociology: images and structure* (2ª ed.). Boston: Allyn and Bacon.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica* (A. M. Parreira, Trad.). Lisboa: Monitor.
- Fortuna, C. (Org.). (2001). *Cidade, cultura e globalização. Ensaios de sociologia* (2ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Franco, A. C. (2002). *O essencial sobre Fialho de Almeida*. Lisboa: INCM.
- Freitas, C. & Benetti, M. (2017). Alterity, otherness and journalism: from phenomenology to narration of modes of existence. SBPjor/Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo: 11-27.
doi: <http://dx.doi.org/10.25200/BJR.v13n2.2017.989>.
- Freitas, H. S. (2002). *Jornalismo e literatura: inimigos ou amantes? Contribuições para o estudo de uma relação controversa*. Lisboa: Peregrinação Publications.
- Freixo, M. J. V. (2006). *Teorias e modelos de comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Frisby, D. (2001). *Cityscapes of modernity, critical explorations*. Cambridge: Polity Press.
- Frus, P. (1994). *The politics and poetics of journalistic narrative: the timely and the timeless*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gapy, L., Martins, L., Martinez M. (2018). O futuro do jornalismo literário: John S. Bak. *Revista Observatório* 4 (6), out./dez.: 86-116.
doi: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n6p86>

Artigo consultado em 6 de janeiro de 2019 em
<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/5510>

- Genette, G. (1991). *Fiction et diction*. Paris: Éditions du Seuil.
- Godinho, J. (2009). *As origens da reportagem – imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Goitia, F. C. (1989). *Breve história do urbanismo* (E. C. Lima, Trad.) (2ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Gomes A. (1994, junho, 4). Jornalismo, literatura / a relação ambígua. Suplemento «Leituras» do *Público*. pp. 2-3.
- Gottdiener, M. e Hutchinson, R. (2000). *The new urban sociology* (2ª ed.). Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Grafmeyer, Y. (1994). *Sociologia urbana* (M. Parro, Trad.). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Grossberg, L. (1996). Identity and cultural studies: is that all there is? In S. Hall & P. du Gay (Eds.), *Questions of cultural identity* (pp. 87-107). London: Sage Publications.
- Growth of the world's urban and rural population, 1920-2000. (1969). *Population Studies* (nº 44). New York: United Nations Publication.
- Guirado, M. C. (2004). *Reportagem: a arte da investigação*. São Paulo: Arte & Ciência Editora.
- Hall, S. (1996). Introduction: who needs 'Identity'? In S. Hall & P. du Gay (Eds.), *Questions of cultural identity* (pp. 1-17). London: Sage Publications.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade* (Paulo Editora, Trad.). Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Hannerz, U. (1980). *Exploring the city. Enquiries toward an urban anthropology*. New York: Columbia University Press.
- Hartsock, J. C. (2000). *A history of American literary journalism: the emergence of a modern narrative form*. Amherst: University of Massachusetts Press.
- Hartsock, J. C. (2011). Literary reportage: The 'other' literary journalism. In J. S. Bak & B. Reynolds (Eds.), *Literary journalism across the globe: Journalistic traditions and transitional influences* (pp. 23-46). Amhearst and Boston: University of Massachusetts Press.
- Hatherly, A. (1983). *A experiência do prodígio*. Lisboa: INCM.
- Hayward, K. J. (2004). *City limits: crime, consumer culture and the urban experience*. London: Glasshouse Press.

- Heisenberg, W. (1971). *Physics and philosophy: The revolution in modern science*. London: George Allen and Unwin.
- Henri, P. & Moscovici, S. (1968). Problèmes de l'analyse de contenu. *Langage*, 11 : pp. 36-60. doi : <https://doi.org/10.3406/lgge.1968.2900>
- Hiernaux, J.-P. (1997). Análise estrutural de conteúdos e modelos culturais: Aplicação a materiais volumosos. In L. Albarello, F. Digneffe, J.-P.- Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy, P. De Saint-Georges (pp. 156-202). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (L. Baptista, Trad.). Lisboa: Gradiva.
- Houaiss, A. & Villar, M. S. (2003). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (vol. 2). Lisboa: Temas e Debates.
- Jensen, K. B. (2002). *A handbook of media and communication research*. London and New York: Routledge.
- Karp, D. A., Stone G. P. Stone e. Yoels W. C. (n.d.). *Being urban: A sociology of city life* (2ª ed.). Westport, London: Praeger.
- Keeble, R. L. & Joseph, S. (2016). Profiling – painting a picture in words. In R. L. Keeble & S. Joseph (Eds.), *Profile pieces* (pp. 1-13). New York and London: Routledge.
- Kerrane, K. & Yagoda, B. (1998). *The art of fact: a historical anthology of literary journalism*. New York: Touchstone.
- Landry, R. (2003). A análise de conteúdo. In Benoît, G. (Dir.), *Investigação social: Da problemática à colheita de dados* (N. Salgueiro e R. P. Salgueiro, Trans.) (pp. 345-372). Loures: Lusociência.
- Le Cunff, F. (janeiro-junho de 2003). Do Passeio Público ao Parque da Liberdade. *Camões - Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº15-16, pp. 179-186. Artigo consultado em 4 de janeiro de 2017 em [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/rev15_16_art15_passeio%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/rev15_16_art15_passeio%20(2).pdf)
- Lechner, J. (1993). Jornalismo e literatura no despontar da indústria cultural do século XIX. In Centro de Estudos Camilianos (Org.), *Camilo Castelo Branco, jornalismo e literatura no século XIX* (pp. 19-27). Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Camilianos.
- Ledrut, R. (1973). *Les images de la ville*. Paris: Éditions Anthropos.
- Lei n.º 11/82 de 2 de junho. *Diário da República*: I série, N.º 125, p. 1529-1531.
- Leitão, J. A. (1990). O futuro de Lisboa – em 1906. In Grupo de Ecologia Social – LNEC & Centro de Estudos Territoriais – ISCTE (Eds.), *Colóquio Viver (N)A Cidade* (pp.305-314). Lisboa: ISCTE.

- Lessa, A. (1938, 14 de agosto). Fialho de Almeida, ou a Campanha Eugénica dum Prosador. Separata de *A Medicina Contemporânea*, nº 33, pp. 3-24. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.
- Lombroso, C. (1911). *Criminal man. According to the classification of Cesare Lombroso*. New York and London: G. P. Putnam's Sons.
- Lopes, M. G. V. L. (1985). Eça de Queirós, João de Deus: África na literatura portuguesa do século XIX. In Atas do 1º Simpósio Interdisciplinar de Estudos Portugueses, *Dimensões da alteridade nas culturas de língua portuguesa - o Outro*, vol.1, (pp. 267-276). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Lopes, O. (1987). *Entre Fialho e Nemésio*, vol. 1. Maia: INCM.
- Lopes, P. C. (n.d). *Linguagem literária e linguagem jornalística: cumplicidades e distâncias*. Artigo consultado em 20 de dezembro de 2015 em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-lopes-cumplicidade.pdf>.
- Lourenço, E. (1982). *O labirinto da saudade* (2ª ed.). Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Lourenço, E. (1995). Lisbonne comme ville écrite. In Colloque International de l'Association Internationale des Critiques Littéraires, *La littérature et la ville* (pp. 151-153). Lisboa: Centre Portugais de l'AICL.
- Lynch, K. (2000). *The image of the city* (27ª ed.). Cambridge, Massachussets: The MIT Press.
- Macedo, J. B. (2011). Para uma epistemologia da informação. In Cabrera, A. (Org.), *Jornais, jornalistas e jornalismo (séculos XIX e XX)* (pp. 11-25). Lisboa: Livros Horizonte.
- Machado, A. M. (1981). *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária* (2ª ed.). Lisboa: Biblioteca Breve.
- Machado, A. M. & Pageaux, D.-H. (1981). *Literatura portuguesa, literatura comparada e teoria da literatura*. Lisboa: Edições 70.
- Macnamara, J. (2005). Media content analysis: its uses; benefits and best practice methodology. *Asia Pacific Public Relations Journal*, 6 (1), pp.1–34.
- Magalhães, P. G. (2014). *Belle Époque. A Lisboa de finais do século XIX e início do século XX*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Martins, C. A. (1997). Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*, XXXII (142), (3º), pp. 483-565. Artigo consultado em 19 de maio 2016 em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841637C11ZI0ud6Ap83SP9.pdf>
- Martins, M. F. (1992). Para a não definição da literatura. As razões da teoria literária. *Dedalus*, 2, dezembro, pp. 207-228. Lisboa: Edições Cosmos.

- Martocq, B. (2001). Le romancier et son modèle : Eça de Queiroz à Paris (1888-1900). *Cahiers d'études romanes* [Online], 6 | 2001. Consultado em 22 de dezembro de 2016 em <http://etudesromanes.revues.org/209>.
- Mateus, I. C. P. (2006). *Kodakização e despolarização do real: Para uma poética do grotesco na obra de Fialho de Almeida*. (Tese doutoramento). Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. Braga: Portugal.
- Mateus, I. C. e Sabarís, X. N. (2013). Cenografias deformantes e performance dramática em Fialho de Almeida e Valle-Inclán. In E. Ribeiro (Org.), *Modernidades Comparadas*, nº28, (pp. 33-52) nº 28. Vila Nova de Famalicão: Edições Humus / CEHUM .
- Mela, A. (1999). *A sociologia das cidades* (E. Saló, Trad.). Lisboa: Editorial Estampa.
- Melo, J. M. (1988). A crónica. In II Encontro Afro-Luso-Brasileiro (Atas), *Jornalismo e literatura* (pp. 41-53). Lisboa: Vega.
- Matos, M. de (1906, março 26, nº5, II série). Lisboa no ano 2000. *Ilustração Portuguesa*, pp. 129-133.
- Matos, M. de (1906, abril 2, nº6, II série). Lisboa no ano 2000. *Ilustração Portuguesa*, pp. 188-192.
- Matos, M. de (1906, abril 9, nº7, II série). Lisboa no ano 2000. *Ilustração Portuguesa*, pp. 220-223.
- Matos, M. de (1906, abril 16, nº8, II série). Lisboa no ano 2000. *Ilustração Portuguesa*, pp. 249-252.
- Mesquita, R. S. Z. S. (2010). *Jornalistas e escritores: dois percursos que se entrecruzam*. (Tese de Mestrado). Universidade de Coimbra. Coimbra: Portugal.
- Methods for projections of urban and rural population. (1974). *Population Studies* (nº 55). New York: United Nations Publication.
- Miné, E. (1986). *Eça de Queirós jornalista*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Miner, E. (1992). The fiction of fact, the fact of fiction. *Dedalus*, 2, dezembro, pp. 13-21. Lisboa: Edições Cosmos.
- Monteiro, A. C., Caetano J., Marques H. & Lourenço J. (2008). *Fundamentos de comunicação* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Mumford, L. (1970). *The culture of cities* (3ª ed.). San Diego: Harcourt Brace and Company.
- Mumford, L. (1991). *A cidade na história. Suas origens, transformações e perspectivas* (N. R. da Silva, Trad.) (3ª ed. brasileira). S. Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

- Nascimento, Aires A. (n.d.). Do Mediterrâneo ao Atlântico: Os erros de Ulisses até Olisipona, no ocidente. Consultado em 21 de novembro de 2016 em http://www.ulisseweb.eu/pdf/malta_convention_2006/Aires_Nascimento.pdf,
- Neuendorf, K. A. (2002). *The content analysis guidebook*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications.
- Nogueira, C. (2001). A análise do discurso. In L. Almeida e E. Fernandes (Eds.), *Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a prática e investigação* (pp. 1-51). Braga: CEEP.
- Ochs, E. (2011). Narrative in everyday life. In T. A. Van Dijk (Ed.), *Discourse studies: A multidisciplinary introduction* (pp. 64-84). London: Sage.
- Olinto, A. (1955). *Jornalismo e literatura*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação.
- Onofre, A. L. L. V. V. A. (1991). *Imagens do estrangeiro e autoimagem na obra de Ramalho Ortigão* (Tese de mestrado). Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Portugal.
- Outeirinho, M. F. (n.d.). Jornalismo e literatura: Espaços e processos de liminaridade. In *Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil – homenagem a Arnaldo Saraiva* (pp.102-107). Artigo consultado em 20 de dezembro de 2015 em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12475.pdf>.
- Paddinson, R. (ed.). (2001). *Handbook of urban studies*. London: Sage Publications.
- Pageaux, D-H. (1983). L'imagerie culturelle : de la littérature comparée à l'anthropologie culturelle. *Bulletin du Comité National de la Littérature Comparée de la République Socialiste de Roumanie*, 79-88.
- Pageaux, D-H. (1988). De l'image à l'imaginaire. *Colloquium Helveticum*, 7, pp. 9-17. Berne: Éditions Peter Lang.
- Pais, J. M. (1983). A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX. *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 3º, 4º, 5º, pp. 939-960. Artigo consultado em 18 de julho de 2016 em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465545K3hSC1wx0Mi31EY9.pdf>
- Palen, J. J. (1997). *The urban world* (5ª ed.). New York: McGraw-Hill.
- Parker, I. (1992). *Discourse dynamics: Critical analysis for social and individual psychology*. London: Routledge.
- Parker, S. (2004). *Urban theory and the urban experience; encountering the city*. London: Routledge.

- Pascal, A.-M. (1997). *Lisbonne, ville ouverte*. In A.-M. Quint, (Dir.) *La ville – exaltation et distanciation: études de littérature portugaise et brésilienne* (Cahier n° 4, pp. 39-56). Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle.
- Pato, J. H. (2011). *História das políticas públicas de abastecimento e saneamento de águas em Portugal*. Lisboa: Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.
- Pereira, A. E. Poupá, C. (2012). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word* (5ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Pick, D. (1996). *Faces of degeneration*. (2ª ed. Paperback). Cambridge: Cambridge University Press.
- Pike, B. (1981). *The image of the city in modern literature*. Princeton: Princeton University Press.
- Pimpão, A. J. da C. (1945). *Fialho. Introdução ao estudo da sua estética*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Pinheiro, M., Baptista, L. V. e Vaz, M. J. Vaz (Org.) (2001). *Cidade e metrópole: centralidades e marginalidades*. Oeiras: Celta Editora.
- Pires, A. M. (1992). *A ideia da decadência na Geração de 70*. Lisboa: Vega.
- Prasad, D. (2008). Content analysis. A method in social science research. In D.K. L. Das e V. Bhaskaran (Eds.), *Research methods for social work*, (pp. 173-193). Jaipur: Rawat Publications.
- Queirós, E. de (1980). *Textos do Distrito de Évora I*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Quintina, J. (1958). Fialho jornalista. In B. Costa (Org.), *Estrada larga*, (vol. 3, pp. 179-183). Porto: Porto Editora.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (trad. J. M. Marques et al., Trans.) (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Reckert, S. (1989). O signo da cidade. In Fundação Calouste Gulbenkian (Org.), *O imaginário da cidade* (pp. 9-31). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Reis, C. (1990). *As conferências do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Reis, C. (2008). *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários* (2ª ed. - reimpressão). Coimbra: Livraria Almedina.
- Reis, C. & Lopes, A. C. M. (1994). *Dicionário de narratologia* (4ª ed.). Coimbra: Livraria Almedina.
- Rémy, J. e Voyé L. (2004). *A cidade: rumo a uma nova definição?* (J. D. Almeida, Trad.) (3ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.

- Revez, R. M. C. (2009). *A ideia da decadência nacional em Fialho de Almeida*. (Tese de Doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Portugal.
- Revez, R. (2011). Fialho de Almeida e as correntes estético-literárias no final do século XIX em Portugal. Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 32, (pp. 361-407). Coimbra: Faculdade de Letras. Artigo consultado em 3 de julho de 2016 em https://www.researchgate.net/profile/Ricardo_Revez/publication/282668040_Fialho_de_Almeida_e_as_Correntes_Estetico-Literarias_no_Final_do_Seculo_XIX_em_Portugal_Fialho_de_Almeida_and_the_Aestheto-Literary_Movements_at_the_End_of_the_XIX_Century_in_Portugal/links/5617b0b608ae28a0184d252c.pdf?origin=publication_detail
- Revez, R. (2012). A reflexão sobre a mulher em Fialho de Almeida. *Faces de Eva*, nº 27 (pp. 91-104). Lisboa: Edições Colibri.
- Revez, R. (n.d.). Fialho de Almeida e Eça de Queirós. Crónica de uma relação intelectual no *fin-de-siècle* português. Artigo consultado em 28 de agosto de 2018 em https://www.researchgate.net/profile/Ricardo_Revez/publication/282668112_Fialho_de_Almeida_e_Eca_de_Queiros_Cronica_de_uma_Relacao_no_Fin-de-Siecle_Portugues_Fialho_de_Almeida_and_Eca_de_Queiros_Chronicle_of_a_Relationship_in_the_Portuguese_Fin-de-Siecle/links/5617b73c08ae717411a65d28/Fialho-de-Almeida-e-Eca-de-Queiros-Cronica-de-uma-Relacao-no-Fin-de-Siecle-Portugues-Fialho-de-Almeida-and-Eca-de-Queiros-Chronicle-of-a-Relationship-in-the-Portuguese-Fin-de-Siecle.pdf
- Ricketson M. & Joseph S. (2015). *Australian Journalism Review*. Vol. 37 (2), pp. 27-32, Adelaide: University of Australia.
- Rita, A. (1998). *Eça de Queirós cronista: Do Distrito de Évora (1867) às Farpas (1871-1872)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Rodrigues, E. (1998). *Mágico folhetim. Literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Rosa, V. C. (2009). *Revista Inglesa: percursos de Jaime Batalha Reis na Inglaterra vitoriana*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Sampaio, A. F. (1917). Fialho. In A. Barradas & A. Saavedra (Orgs.), *In memoriam* (pp. 18-19). Porto: Renascença Portuguesa.

- Santana, M. H. (2001). Crónica, crítica de costumes e sátira social. In F. L. de Castro (Ed.), *História da literatura portuguesa*, vol. 5, (pp. 127-154). Mem Martins: Publicações Alfa.
- Santo, P. do E. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais – génese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Santos, A. (2009). *Occidente: Imagens e representações da Europa*. (Tese de Mestrado). Universidade de Coimbra. Coimbra: Portugal.
- Santos, M. I. S. C. (2007). *O império do Outro: Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Batalha Reis, Oliveira Martins e a Inglaterra vitoriana*. (Tese de Doutoramento). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Portugal.
- Santos, R. (2006). O Jornalismo na transição do século XIX para o XX. O caso do Diário Novidades (1885-1913). In *Media & Jornalismo*, Brasil, 9, (9). Consultado em 1 de dezembro de 2015 em <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/view/6222>.
- Saraiva, A. J. e Lopes, O. (n.d.). *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Sardinha, A. (1917). Fialho. In A. Barradas & A. Saavedra (Orgs.), *In memoriam* (pp. 42-53). Porto: Renascença Portuguesa.
- Saussure, F. (1986). *Curso de linguística geral* (J. V. Aragão, Trad.) (5ª ed.). Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Schudson, M. (1978). *Discovering the news. A social history of American newspapers*. s.l.: Basic Books.
- Seabra, J. C. P. (1975). *Decadentismo e Simbolismo na poesia portuguesa*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos.
- Shoemaker, P. J. & Reese, S. D. (1996). *Mediating the message: theories of influences on mass media content* (2ª ed.). New York: Longman.
- Silva, J. P. A. P. da (2001). *Temas, mitos e imagens de Portugal numa revista inglesa do Porto. The Lusitanian (1844-1845)*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Silva, V. M. A. (1988). *Teoria da literatura* (8ªed.). Coimbra: Livraria Almedina.
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia. Indivíduo e sociedade* (P. Caldas, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Simmel, G. (2013). Sociologia do espaço. *Estudos Avançados* 27 (79), pp. 75-112.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300007>

- Soares, I. (2011). Literary journalism's magnetic pull: Britain's 'New' Journalism and the Portuguese at the fin-de-siècle. In J. S. Bak e B. Reynolds, (Eds.), *Literary journalism across the globe: Journalistic traditions and transitional influences* (pp. 118-133). Amherst and Boston: University of Massachusetts Press.
- Soares, I. (2014). Literary journalism on war and imperialism: the British annexation of Egypt viewed by Portuguese Eça de Queirós. In R. L. Keeble e J. Tulloch (Eds.), *Global literary journalism: exploring the journalistic imagination*, vol. 2 (pp. 11-24). New York: Peter Lang Publishing.
- Soares, I. (2015). Pioneers and millennials: two moments in Portuguese literary journalism. *Australian Journalism Review*. Vol. 37 (2), pp. 67-79. Adelaide: University of Australia.
- Soares, I. (2016). John Bull scrambling for Africa. In S. Joseph e R. L. Keeble (Eds.), *Profile pieces: Journalism and the 'Human Interest' bias* (pp. 137-150). New York and London: Routledge.
- Soares, I. (2017). At the intersection of the risk. When literary journalism and sociology study urban problems by means of akin methodologies. *Sociologia, Problemas e Práticas* 84: 63-80. doi: 10.7458/SPP2017843466.
- Sobrinho, D. A. (1994). *Espreme que sai sangue. Um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus Editorial.
- Sòria, E. (2011, julho). O jornalismo literário - ou a imprensa veículo da literatura moderna. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, 0. Artigo consultado em 9 de dezembro de 2015 em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2258/1772>.
- Stubbs, B. (2015). Travel writing: an exploration of its place within journalism. *Australian Journalism Review*. Vol. 37 (2), 139-149. Adelaide: University of Australia.
- Taine, H. (1866). *Histoire de la littérature anglaise*. Paris: Hachette.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa* (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Thérenty, M-E. (2014). Duras, Definitely Duras. In R. L. Keeble e J. Tulloch (Eds.), *Global literary journalism: exploring the journalistic imagination*, vol. 2 (pp. 155-170). New York: Peter Lang Publishing.

- Tomlin, F., & Pu, K. (2011). Discourse semantics. In T. A. Van Dijk (Ed.), *Discourse studies: A multidisciplinary introduction* (pp. 37-63). London: Sage.
- Traquina, N. (2007). *Jornalismo* (2ª ed.). s.l.: Quimera.
- Trevelyan, G. M. (1986). *English social history* (2ª ed.). London: Penguin Books.
- Trindade, A. M. Q. L. D. (2006). *News that Last: quatro momentos de jornalismo literário americano no século XX*. (Tese de Doutoramento). Universidade Aberta. Lisboa: Portugal.
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2015). *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, (ST/ESA/SER.A/366)*.
- Vala, J. (n.d). A análise de conteúdo. In A. S. Silva e J. M. Pinto, *Metodologia das ciências sociais* (8ª ed.) (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Veiga, T. (janeiro-junho de 2003). Os quotidianos da vida na Lisboa dos séculos da modernidade. *Camões - Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº15-16, pp. 166-178. Artigo consultado em 18 de julho de 2016 em <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/revistas-e-periodicos/revista-camoes/revista-no15-16-marques-de-pombal.html>
- Vieira, J. (1999). *Portugal século XX. Crónica em imagens 1900-1910*. s.l.: Círculo de Leitores.
- Vilela, A. L. (2011). Fialho, Florbela, Raúl. In A. C. Franco (Org.), *Fialho de Almeida. Cem anos depois* (pp. 15-20). s.l.: Editora Licorne.
- Weber, R. (1980). *The literature of fact: literary nonfiction in American writing*. Athens: Ohio University Press.
- Wellek, R. e Warren, A. (1962). *Teoria da literatura* (J. P. Carmo, Trad.). Lisboa: Publicações Europa-América.
- Wimmer, R. D. & Dominick, J. R. (2011). *Mass media research: an introduction*. Boston: Wadsworth.
- Wolf, M. (2009). *Teorias da comunicação* (10ª ed.). Barcarena: Editorial Presença.
- Wolfe, T. (1973). *The New Journalism*. New York: Harper & Row Publishers.
- Zockner, C. T. O. (1974). A influência da França na obra de Fialho de Almeida. (Tese de doutoramento). Universidade de Bordéus. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná.

Anexo 1 – Colaboração de Fialho de Almeida na *Correspondência de Leiria*

1 . Crónicas da secção “Folhetim”

22/11/1874-“As inglesas”	03/09/1876-“Crepusculares – versos por António Papança”
06/12/1874-“As noites de Lisboa”	24/09/1876-“Minha senhora”
13/12/1874-“As noites de Lisboa”	15/10/1876-“O rei preto (caricatura)”
22/12/1874-“O Natal”	29/10/1876-“Abadia de S. Cucufate (página duma carteira-álbum)”
17/01/1875-“Emília Adelaide”	05/11/1876-“Cascais 28 de outubro”
31/01/1875-“Maria Sass”	26/11/1876-“Calamitas, calamitatis (A calamidade)”
21/02/1875-“Ellen Washington”	02/12/1876-“ Calamitas, calamitatis (A calamidade)”
07/03/1875-“ Ellen Washington”	10/12/1876-“ Calamitas, calamitatis (A calamidade)”
21/03/1875-“ Ellen Washington”	24/12/1876-“ Calamitas, calamitatis (A calamidade)”
28/03/1875-“ Ellen Washington”	31/12/1876-“ Calamitas, calamitatis (A calamidade)”
04/04/1875-“ Ellen Washington”	13/01/1877-“Abadia de S. Cucufate (página duma carteira-álbum)”
11/04/1875-“ Ellen Washington”	21/01/1877-“Abadia de S. Cucufate (página duma carteira-álbum)”
18/04/1875-“ Ellen Washington”	04/02/1877-“Abadia de S. Cucufate (página duma carteira-álbum)”
25/04/1875-“ Ellen Washington”	18/02/1877-“Abadia de S. Cucufate (página duma carteira-álbum)”
02/05/1875-“ Ellen Washington”	
16/05/1875-“ Ellen Washington”	
23/05/1875-“ Ellen Washington”	
29/05/1875-“ Ellen Washington”	
17/01/1875-“ Ellen Washington”	
06/06/1875-“ Ellen Washington”	
12/06/1875-“ Ellen Washington”	
20/06/1875-“ Ellen Washington”	
27/06/1875-“ Ellen Washington”	
04/07/1875-“ Ellen Washington”	
11/07/1875-“ Ellen Washington”	
18/07/1875-“ Ellen Washington”	

25/07/1875-“Ellen Washington”	11/03/1877-“Abadia de S. Cucufate (página duma carteira-álbum)”
08/08/1875-“Ellen Washington”	18/03/1877-“Abadia de S. Cucufate (página duma carteira-álbum)”
05/09/1875-“Ellen Washington”	01/04/1877-“Abadia de S. Cucufate (página duma carteira-álbum)”
20/08/1875-“Ellen Washington”	15/04/1877-“Abadia de S. Cucufate (página duma carteira-álbum)”
03/10/1875-“Ellen Washington”	27/04/1877-“A morte do ideal”
21/11/1875-“Ellen Washington”	29/04/1877-“Abadia de S. Cucufate (página duma carteira-álbum)”
05/12/1875-“Ellen Washington”	06/05/1877-“Abadia de S. Cucufate (página duma carteira-álbum)”
19/12/1875-“Ellen Washington”	13/05/1877-“Abadia de S. Cucufate (página duma carteira-álbum)”
09/01/1876-“Ellen Washington”	
30/01/1876-“Ellen Washington”	
13/02/1876-“Ellen Washington”	
27/02/1876-“Ellen Washington”	
12/03/1876-“Ellen Washington”	
02/04/1876-“Os furores da crítica (crónica das gentes nervosas)”	
14/05/1876-“Ellen Washington”	

3. Crónicas da secção “Correio de Lisboa” (sem título)

09/01/1876
16/01/1876
23/01/1876
30/01/1876
06/02/1876
13/02/1876
20/02/1876
27/02/1876
05/03/1876
12/03/1876
19/03/1876
26/03/1876
02/04/1876
09/04/1876
16/04/1876
23/04/1876
30/04/1876
07/05/1876
14/05/1876
21/05/1876
28/05/1876
04/06/1876
14/06/1876
18/06/1876
25/06/1876
02/07/1876

2. Crónicas não inseridas em nenhuma secção

10/10/1875-“”Páginas da miséria.
Confissões”
31/10/1875-“Páginas da miséria (II)”
19/12/1875-“Sistemas de Educação”
26/12/1875-“As dançarinas do Price”
2/01/1876-“Sistemas de Educação”
23/01/1876-“Sistemas de Educação”
20/02/1876-“Sistemas de Educação”
21/05/1876-“Páginas da miséria“ (III)
“No livro de Maria“
28/05/1876-“Aos que sofrem. Nervosos,
apreensivos e doutores”
14/06/1876-“Os sonhos e os sonhadores”
20/08/1876-“Sintra 16 de agosto”
27/08/1876-“ Sintra 25 de agosto”

27/08/1876
03/09/1876
10/09/1876
18/07/1876
24/09/1876
10/10/1876
15/10/1876
05/11/1876
12/11/1876
19/11/1876
03/12/1876
10/12/1876
18/12/1876
24/12/1876
04/02/1877

Anexo 2: Planta de Lisboa (1891)



Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa